

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

ELIZABETH OTHON DE SOUZA

**MODOS DE MORAR NO QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA:
ajustes e transformações do território à luz da política de habitação rural.**

SÃO PAULO
2020



ELIZABETH OTHON DE SOUZA

**MODOS DE MORAR NO QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA:
AJUSTES E TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO À LUZ DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO RURAL**

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade da autora e anuência da orientadora. A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 03 de agosto de 2020.

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: Habitat

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Maria de Lourdes Zuquim

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

e-mail: elizabethothon@gmail.com

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Souza, Elizabeth Othon
Modos de morar no Quilombo Ribeirão da Mutuca: ajustes e transformações do território à luz da política de habitação rural / Elizabeth Othon Souza; orientadora Maria de Lourdes Zuquim. - São Paulo, 2020.
278 p..

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Habitat.

1. Quilombo. 2. Casas Rurais. 3. Território. I. Zuquim, Maria de Lourdes, orient. II. Título.

ELIZABETH OTHON DE SOUZA

**MODOS DE MORAR NO QUILOMBO RIBEIRÃO DA MUTUCA:
AJUSTES E TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO À LUZ DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO RURAL**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo.

Área de Concentração: Habitat

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Zuquim

Data de aprovação: 24/06/2020

Banca Examinadora:

Presidente: Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Zuquim

Instituição: FAU-USP

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. João Marcos Almeida Lopes

Instituição: IAU-USP

Julgamento: Aprovado

Prof.^a Dr.^a Doriane Azevedo

Instituição: UFMT

Julgamento: Aprovado

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Aos expropriados do campo, das águas e das florestas,
Às gerações futuras que honram o caminho de seus ancestrais,
Aos que vieram antes de mim e fortalecem nossas redes, com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos moradores e moradoras do Mutuca, especialmente Laura, Justina, Anísia, Idelfonsia, Maria Renata, Narcisa e Delmira, que me receberam em suas casas e quintais e me guiaram pelas tramas que compõem este território de tanta luta e beleza.

Aos meus pais, meu irmão e a pequena Mia agradeço por tudo o que sou, por embarcarem comigo em mais uma aventura e entenderem as ausências. Agradeço especialmente a minha mãe que esteve comigo em todas entradas em campo e contribuiu com seu olhar sensível nas reflexões.

A Brunna, Julia, Douglas, Guilherme, Kadinne, Andrea, Pedro, amigas, amigos, e familiares de Cuiabá pelo afeto, risadas, banhos de rio e conversas fortalecedoras seja nas visitas rápidas ou online.

Aos tantos reencontros e novos encontros que São Paulo me deu, Rayssa, Luiza, Malu, Marcel, Analu, Ana Maria, Chico...As colegas do NAPPLAC - Ana Cristina, Ana Julia e Marina- pela prosa nos corredores. A todos os lares que passei, primeiro com Isadora, Larissa, Maria Rosa e Letícia que me acolheram nos primeiros meses; depois com Rafael e Fernanda em *Angelingrado*, grata pelas conversas na pausa do café e eventuais mesas de bar.

Ao Caio, pelo amor de todos os dias e por caminhar ao meu lado. A Mônica, Gabriel, Bia e Gustavo por me fazerem me sentir em casa nessa metrópole.

À minha orientadora Lurdinha que com muita firmeza e afeto me deu toda a força para chegar no coração da pesquisa e me motivou sempre a pensar a partir do chão, sem esquecer de onde eu vim.

Aos professores João Marcos e Marta Inez Medeiros Marques pela importante interlocução em suas aulas e no exame de qualificação. A professora Yvonne Mautner pelas caronas e conversas entre reuniões, sempre cheias de lucidez. Aos professores Caio Santo Amore, Reginaldo Ronconi, José Baravelli e Camila D'Ottaviano que me receberam como estagiária do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino – PAE nas disciplinas de Construção, onde pude me aproximar da prática didática revolucionária do canteiro experimental.

Aos funcionários e técnicos da FAUUSP, especialmente da Secretaria da Pós-Graduação, do NAPPLAC e do CESAD que deram todo o apoio material para a realização da pesquisa.

Por fim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela concessão da bolsa e oportunidade da dedicação exclusiva a esta pesquisa realizada em uma universidade pública e gratuita.

A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam.

Frei Betto

RESUMO

Este trabalho busca compreender como o modo de morar quilombola se materializa no habitat, e de modo geral perceber os ajustes e transformações ocorridas neste território à luz do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). Seu objetivo central é, portanto, compreender as transformações no modo de morar e o habitat quilombola. Trata-se de uma aproximação ao território do Ribeirão da Mutuca, comunidade quilombola localizada no município de Nossa Senhora do Livramento em Mato Grosso, onde a política de habitação rural (PNHR) viabilizou a construção de 150 casas entre os anos de 2014 e 2017. Esta ação situa-se no bojo das ações do Estado neste território, que ao longo dos anos alternou entre espoliações, violências e atendimento mínimo aos direitos de cidadania. Inicialmente, busca-se situar o histórico de formação da comunidade do Ribeirão da Mutuca no contexto nacional de ocupação das terras e conflitos fundiários decorrentes. Esta história permeada de lutas e resistência inicia-se no século XVI com o tráfico de escravizados para o Brasil-colônia e chega até o século XXI, no período que segue o reconhecimento institucional dos territórios quilombolas. Em seguida, aproxima-se da escala dos sítios do Mutuca, busca descrever e analisar as estratégias de sobrevivência e permanência encontradas por esta comunidade ao longo dos anos. Por fim, chega-se à escala da casa-quintal quilombola. Busca-se compreender a dimensão subjetiva da casa e seu entorno enquanto salvaguarda dos saberes ancestrais contidos nos modos de construir e materialização do modo de vida. Ao mesmo tempo, compreende-se a casa enquanto objeto e materialização da intervenção do Estado no contexto do PNHR. Conclui-se que a casa-quintal contém dimensões que se articulam e dão pistas para compreender a produção do espaço e da territorialidade quilombola, de forma que a provisão de moradia e quaisquer outras ações públicas nestes territórios devem partir da compreensão do habitat em sua totalidade.

Palavras-chave: Quilombo, Habitação Rural, Território, Habitat, PNHR.

ABSTRACT

This work seeks to understand how the *quilombola* way of living materializes in the habitat, and in general, to understand the adjustments and transformations that occurred in this territory in the light of the National Rural Housing Program (*Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR*). Its central objective is, therefore, to understand the transformations in the quilombola habitat and way of living. This is an approximation to the territory of Ribeirão da Mutuca, a *quilombola* community located in the municipality of Nossa Senhora do Livramento in Mato Grosso, where the rural housing policy (PNHR) enabled the construction of 150 houses between the years 2014 and 2017. This action is amid the State's actions in this territory, which over the years alternated between plunder, violence and minimal compliance with citizenship rights. Initially, we seek to situate the history of the Ribeirão da Mutuca community's formation in the national context of land occupation and resulting land conflicts. This history permeated with struggles and resistance began in the 16th century with the slave trade to Brazil-colony and reached the 21st century, in the period that followed the institutional recognition of quilombola territories. Then, it approaches the scale of the Mutuca sites, seeks to describe and analyze the survival and permanence strategies found by this community over the years. Finally, we arrive at the scale of the house-yard in the quilombola. It tries to understand the subjective dimension of the house and its surroundings as a safeguard of ancestral knowledge contained in the ways of building and materializing the way of life. At the same time, the house is understood as the object and materialization of State intervention in the context of the PNHR. It is concluded that the house and its surroundings contains dimensions that articulate and give clues to understand the production of quilombola space and territoriality, so that the provision of housing and any other public actions in these territories must start from the understanding of the habitat in its entirety.

Keywords: Quilombo, Rural Housing, Territory, Habitat, PNHR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Abdias Nascimento, Okê Oxossi (Buffalo, 1970). Acrílico sobre tela, 61 x 91 cm	19
Figura 2 Mapa do Complexo Mata Cavalos.	26
Figura 3 Localização do Complexo Mata Cavalos.	27
Figura 4 Planta do Quilombo Buraco do Tatu, que ficava nas proximidades de Salvador e foi destruído por expedição militar em 1763.	45
Figura 5 Planta de 1769 do Quilombo de São Gonçalo (MG), com seu vasto campo de cultivo, armazém e paiol para estocar o excedente.	45
Figura 6 : Detalhe da Carta da província de Matto Grosso organizada em 1880	46
Figura 7 Linha do tempo do período entre 1500 e 1808.	49
Figura 8 Guerra dos Palmares. Óleo sobre tela de Manoel Victor Filho, século XX.	51
Figura 9 Capa da Revista Ilustrada (...) com ilustração alegórica de Francisco Nascimento (1839-1914), conhecido como Dragão do Mar.....	52
Figura 10 Mapa do complexo Mata Cavalos com a localização das estruturas das fazendas e áreas compradas pelos ex-escravizados.....	56
Figura 11 Linha do tempo do período de 1750 a 1930.	61
Figura 12 Linha do tempo com síntese dos acontecimentos do período entre 1930 e 1964.	67
Figura 13 Linha do tempo com síntese dos acontecimentos do período entre 1964 e 1988.	73
Figura 14 Registro da manifestação realizada na sede do INCRA em Cuiabá.....	75
Figura 15 Linha do tempo com síntese dos acontecimentos do período entre 1988 e 2003. Fonte: Elaboração da autora.....	79
Figura 16 Mapa dos Grupos sociais de Mato Grosso.	82
Figura 17 Processo de regularização fundiária de territórios quilombolas.....	85
Figura 19 Mapa de localização dos municípios com comunidades Quilombolas no estado de Mato Grosso.	87
Figura 20 Mapa das terras quilombolas em processo no INCRA até 2017.	88
Figura 22 Roda do tempo - Síntese da cronologia do Mutuca de 1500 a 2019.	110
Figura 23 Mapa da Comunidade Ribeirão da Mutuca	115
Figura 24 Árvore genealógica da Família Ferreira.....	120
Figura 25 Árvore genealógica da Família Ferreira.....	121
Figura 26 Croqui do sítio de Anísia e relações de parentesco.	122

Figura 27 Croqui do sítio de Delmira e relações de parentesco.	122
Figura 28 Gêneros alimentícios das roças visitadas: abacaxi, banana e mandioca.	133
Figura 30 Imagens de satélite mostram o rodízio de área de plantio na roça da família de Justina.	134
Figura 29 Etapas do plantio da roça de toco.	134
Figura 31 Registros do caminho da roça.....	135
Figura 32 Registros da roça.	136
Figura 33 Festas em Mata Cavallo, 2009.	141
Figura 34 Festa da Banana no Mutuca, 2018.	141
Figura 35 Registros da Festa da Banana de 2018.	143
Figura 36 Fotos do Congo de Livramento em 1995.	145
Figura 37 Fotos do Congo de Livramento em 2018.	146
Figura 38 Cozinha na Festa da Banana de 2018.....	147
Figura 39 Mapa dos deslocamentos para outros municípios.	152
Figura 40 Localização dos reassentamentos em Cuiabá e Várzea Grande.....	153
Figura 41 Localização da população negra na cidade de Nossa Senhora do Livramento.	154
Figura 42 Ocupações de posseiros e fazendeiros em Mata Cavalos.....	156
Figura 43 Oficinas do Trabalho Técnico Social.....	164
Figura 44 Croqui da casa de Justina e alterações.....	172
Figura 45 Casa de palha de Justina em 2016.	172
Figura 46 Mapa da casa-terreiro de Justina.	175
Figura 47 Mapa da roça.	176
Figura 48 Mapa da casa-terreiro de Idelfonsia.	177
Figura 49 Mapa da casa-terreiro de Delmira.	178
Figura 50 Mapa da casa-terreiro de Anísia.	179
Figura 51 Mapa da casa-terreiro de Maria Renata e Narcisa.....	180

Figura 52 Registros da casa-terreiro de Idelfonsia.	181
Figura 53 Elementos que compõem as casas-terreiro do Mutuca.....	182
Figura 54 Barracão da ACORQUIRIM.	189
Figura 55 Cozinha da Associação.	189
Figura 56 Cozinhas do Mutuca	191
Figura 57 Croqui do projeto executado.	206
Figura 58 PNHR Antonia Cassemira Pinto.....	207
Figura 59 Casa de Maria Renata.....	208
Figura 60 Reuniões e vistoria da execução das casas.	208
Figura 61 Ampliação da casa de Anísia - croqui e fotos.....	216
Figura 62 Interior das casas.	218
Figura 63 Exemplos de ampliação das casas do PNHR.	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Valores do Crédito Instalação oferecido pelo INCRA entre 1997 e 2012.	101
Gráfico 2 Unidades contratadas via PNHR entre 2009 e 2018.....	106
Gráfico 3 Situação dos contratos do PNHR em Mato Grosso por Entidade Organizadora (2011-2016)	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número de comunidades quilombolas com processo de titulação em andamento até 2017.....	88
Tabela 2 Distribuição das unidades contratadas por tipo de beneficiário.	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Histórico de políticas públicas que atendem especificamente a população quilombola no Brasil.	93
Quadro 2 Eixos do Programa Brasil Quilombola e políticas públicas articuladas.	94
Quadro 3 Festas do Mutuca.	144
Quadro 4 Técnicas construtivas observadas no Mutuca.	192
Quadro 5 Registro das visitas de campo.	246

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACORQUIRIM	Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca
ADCT	Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPPIR-MT	Conselho Estadual de Promoção de Políticas de Igualdade Racial
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COHAB	Companhia de Habitação
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EMPAER	Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural
EO	Entidade Organizadora
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCP	Fundação da Casa Popular
FETAGRI/MT	Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de Mato Grosso
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GIAS	Grupo de Intercâmbio de Agroecologia em Mato Grosso
GIHAB	Gerência Executiva de Habitação
GRUCON	Grupo de União da Consciência Negra
IAP	Institutos de Aposentadoria e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERMAT	Instituto de Terras de Mato Grosso
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MNUCD	Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação
MST	Movimento dos trabalhadores Sem Terra
NUER	Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização internacional do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PLANHAB	Plano Nacional de Habitação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAA	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PROINQ	Programa de Inclusão Quilombola
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH	Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Demarcação

SEMA/MT	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPLAN/MT	Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
TTS	Trabalho Técnico e Social
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UH	Unidade Habitacional
UNESCO	Organização Educacional Científica e Cultural das Nações Unidas
UNISOL	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
ZEE	Zoneamento Econômico Ecológico
ZSEE	Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso

SUMÁRIO

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	18
CAPÍTULO 1 - DA SESMARIA BOA VIDA AO QUILOMBO MATA CAVALO:	
LUTA PELA TERRA E POR DIREITOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO	40
1.1 A Sesmaria Boa Vida – Séculos XVII – XVIII	40
1.2 O quilombo Mata Cavalo e a Lei de Terras de 1850	48
1.3 A agropecuária chega, os negros saem – o início do século XX.....	61
1.4 O quilombo Mata Cavalos e a ditadura militar (1960-1980).....	66
1.5 Redemocratização do Brasil e o retorno às terras de seus ancestrais em Mata Cavalo.....	72
1.6 O quilombo de Mata Cavalo nos anos 2000.....	79
1.7 Ter a terra e permanecer: construção de políticas públicas específicas para comunidades quilombolas.....	89
1.8 As políticas de habitação rural e a questão quilombola.....	92
1.8.1. Políticas de habitação rural do Estado Novo até a Constituição Federal de 1988.....	93
1.8.2. A habitação no contexto das políticas de reforma agrária	97
1.8.3. A Habitação Quilombola no contexto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).....	100
CAPÍTULO 2 - OCUPAR E ESTAR NA TERRA: FAMÍLIA, TRABALHO E FOLIA E OS AJUSTES NO TERRITÓRIO	110
2.1 De perto e de dentro : as relações entre família, trabalho e folia na organização territorial do Mutuca.....	111
2.1.1 Família – Laços de parentesco e uso comum das terras no Mutuca	117
2.1.2 Trabalho: O Muxirum para a lida na roça, para fiar algodão, para fazer festa e construir as casas	131
2.1.3 Folia : As festas de santo que circulam no território do Mutuca	139
2.2. De dentro para fora: os movimentos internos e externos no território do Mutuca	148

2.2.1. <i>De mala e cuia – processos de espoliação e retorno às terras</i>	148
2.2.2. <i>A terra é importante, mas não é tudo – ajustes e transformações</i>	157
2.2.3. <i>Do muxirum à Agroecologia – os ajustes necessários para a sobrevivência do grupo</i>	161
CAPÍTULO 3 - A CASA	167
3.1. O barraco da memória: A casa-terreiro enquanto categoria de análise do habitat quilombola no Mutuca.....	168
3.1.1 <i>A dimensão simbólica do morar</i>	170
3.1.2 <i>Modos de fazer</i>	184
3.2. A casa de material do PNHR	192
3.2.1 <i>A dimensão política do morar</i>	192
3.2.2 <i>Modos de acessar a casa do PNHR</i>	201
3.3 A casa da mistura – reformas e ampliações a partir da casa do PNHR.....	214
CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230
ANEXOS	242
ANEXO 1 – DIÁRIO DE CAMPO	243
1. <i>Justina – Casa, quintal e roça</i>	244
2. <i>Anísia – Casa e quintal</i>	252
3. <i>Idelfonsia – Casa e quintal</i>	257
4. <i>Maria Renata e Narcisa – Casa e quintal</i>	260
5. <i>Delmira – Casa e quintal</i>	263
ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA	268
ANEXO 3 – FICHAS DE CAMPO E TERMO DE CONSENTIMENTO.....	273

NOTAS INTRODUTÓRIAS

A formação do campo brasileiro possui raízes profundas que remontam ao período de ocupação das terras pela coroa portuguesa no século XVI. Paralelamente, o tráfico de africanos escravizados¹ começou poucas décadas depois da chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500. O escravismo foi um dos pilares centrais do modo de produção mercantil, que explorava as terras do Brasil e os corpos dos indígenas e africanos cativos. Desta forma, o Brasil se tornou o maior território escravista do hemisfério ocidental por quase três séculos e meio (GOMES, 2019, p.24).

A escravidão teve seu fim “oficial” no ano de 1888, porém a liberdade dos corpos não significou, para os ex-escravizados e seus descendentes, garantia de melhoria de vida. Nunca tiveram acesso cidadania plena, tampouco acesso a terras, emprego, moradia, educação, saúde, ou outras oportunidades garantidas aos brancos. Os resultados deste processo ecoam nas estatísticas a respeito da desigualdade social no país.

A relação entre a colonização, trabalho cativo e posterior instituição da propriedade privada da terra (MARTINS, 1986) são aspectos fundantes do processo de ocupação do território brasileiro. Em linhas gerais, pode-se dizer que o processo de colonização e as transformações que redesenharam o território a partir dos anos 30 do século XX, conformaram as características do meio rural contemporâneo. Nos anos 1900, a transformação deste quadro foi marcada por diretrizes de desenvolvimento e ações do Estado que apoiaram dois meios de expansão: para

1 - “Escravo, substantivo ou adjetivo, remete à definição de um ser humano cuja condição seria natural e essencialmente a de cativo, alguém que assim tenha nascido e assim permaneceria devido à sua própria natureza. O olhar preconceituoso, por exemplo, poderia supor que a escravidão seria uma vocação natural ou inata dos negros africanos. “Escravizado”, particípio do verbo “escravizar”, também usado como adjetivo, por sua vez, denotaria uma condição circunstancial ou temporária, produzida pela violência que tornou a pessoa cativa. Homens e mulheres escravizados seriam, portanto, pessoas que sofreram escravização, foram subjugadas e reduzidas à condição de cativas, sem que essa fosse sua identidade ou vocação original” (GOMES, 2019, p. 40). Ao longo da dissertação optei por grafar “escravizado” ou “cativo”, alternando o uso para atender a sutilezas linguísticas.

Figura 1 Abdias Nascimento, Okê Oxossi (Buffalo, 1970). Acrílico sobre tela, 61 x 91 cm



as cidade impôs-se a expansão industrial, e para o campo um modelo produtivista baseado na ocupação de extensas faixas do território e reforçando a concentração de terras (ZUQUIM, 2002).

Neste contexto de conflitos, inserem-se o Mutuca e o estado de Mato Grosso. O território mato-grossense é conhecido nacionalmente pelas cifras da produção do agronegócio e consequente concentração de terras e desigualdade social; e, por outro lado, pelo ecoturismo a partir de suas belezas naturais abrigadas em três biomas: Cerrado – ameaçado pelo avanço do agronegócio; Amazônia, na mira do desmatamento ilegal; e Pantanal, com suas águas contaminadas por biocidas e fertilizantes.

Esta paisagem também é produzida por uma miríade de grupos sociais que habitam o campo, as águas e a floresta. Distribuídos nos três biomas estão os povos indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, seringueiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, retireiros do Araguaia, entre outros que se espalham pelo território e produzem o espaço mato-grossense. O território é um elemento importante na construção das identidades dos sujeitos destes grupos, evidenciando a relação com a terra enquanto valor de uso. Na pesquisa que mapeou os grupos sociais do estado de Mato Grosso, Silva e Sato (2010) salientam que:

Muitos desses grupos sociais foram historicamente sufocados pelos modelos de desenvolvimento dominante, no entanto, vemos, nas últimas décadas, a emergência destes protagonistas portadores de identidades coletivas e étnicas, que buscam num cenário de lutas, em especial por conflitos agrários e ambientais, reivindicar seus direitos coletivos.

(SILVA; SATO, 2010, p. 277)

O pano de fundo da realidade do estado de Mato Grosso é a questão agrária,² sendo esta compreendida como o conjunto de problemas característicos do avanço do capitalismo no campo, surge nas ciências sociais, principalmente na geografia no final da década de 60, e desenvolve-se a partir de obras de Martins (1986,1994) e Oliveira (2007). Após este período, se desenvolveram correntes teóricas principalmente nos campos da Geografia, Economia e Ciências Sociais, e as mais consolidadas percebem a visão das elites para o campo como lugar do atraso, do “arcaico” e fadado ao desaparecimento. Parte da obra de Zuquim (2002), sugere o exercício de análise da transformação da percepção do espaço rural brasileiro. A partir do entendimento do espaço rural brasileiro enquanto lugar “multifuncional”, de produção e de reprodução da vida, para além da imagem o “lugar do atraso” ou apenas de produção agrícola, é possível compreender as interfaces entre as diferentes formas de ocupação humana do território e as possibilidades e limitações das políticas públicas voltadas para estes territórios.

Os estudos que precedem as elaborações sobre a questão agrária têm seu início no final dos anos 40, período de grande efervescência intelectual nas faculdades de ciências sociais no Brasil, como aponta Zuquim: “os primeiros projetos de pesquisa sociológica sistemática no Brasil foram buscar seu objeto de estudo nas classes menos favorecidas – o negro, o trabalhador

2 - “O conceito “questão agrária” pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária. Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na Sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na história, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. Aqui, vamos trabalhar o conceito de “questão agrária” como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STÉDILE, 2005).

urbano, o lavrador pobre, o pescador, o índio” (ZUQUIM, 2002, p. 43).³ A nova forma de olhar para as comunidades que viviam isoladas das cidades e do que se compreendia como “progresso”, e conseqüentemente de tratar a realidade brasileira, difundiu-se para outras esferas da administração pública e intelectualidade.

As comunidades quilombolas se inseriam nestes estudos enquanto comunidades negras rurais, e só viriam a ser consideradas enquanto um grupo social específico – quilombolas – no fim dos anos 80. Este período é marcado pelo reconhecimento destas comunidades pelo Estado, através do artigo 68 da Constituição de 1988, e o processo de titulação de suas terras demanda laudo antropológico. No entanto, o campo das ciências sociais aplicadas não possui quantidade expressiva de pesquisas direcionadas aos modos de construir e ocupar o território das comunidades negras e outros grupos sociais do campo, das águas e das florestas.

O termo “quilombo” revela mais de 400 anos de resistência da população negra no Brasil, e as comunidades quilombolas representam na contemporaneidade um quadro que compõe o movimento de luta pela terra ocupada por seus ancestrais e a busca pela afirmação identitária deste grupo social. Estas comunidades representam a continuidade de um processo histórico de resistência que se inicia com a escravidão (GOMES, 2015). Tais comunidades produziram histórias de cultura material e imaterial, nas quais o processo de formação e autoidentificação destes sujeitos se revela intimamente relacionado ao território.

Há de se considerar que o próprio conceito de quilombo está em disputa. De um lado persiste a noção reduzida de quilombo enquanto “agrupamento de descendentes de escravos

3 - Esses trabalhos e as teses de estudo sobre a realidade brasileira ganharam impulso extra na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, depois da visita dos professores Donald Pierson, Hebert Baldus e Emílio Willems, e com as pesquisas que desenvolveram com alguns de seus alunos, entre os quais estavam Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Maurício Segall e Oracy Nogueira (ZUQUIM, 2002, p. 43).

fugidos”, que remete à definição dada pela Coroa Portuguesa aos quilombos coloniais e baseia-se, em linha gerais, na ideia de fuga e isolamento. Esta visão atribui aos quilombos um tempo histórico passado, cristalizando esta população no período da escravidão, e que nos dias atuais estaria fadado ao desaparecimento. Por outro lado, Gomes (2015) recupera a diversidade de processos de resistência, organização espacial e obtenção de terras da população negra no Brasil. Estes processos incluem as fugas com ocupação de terras livres e isoladas, e também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a ocupação de porções de terras no interior de grandes propriedades e a compra de terras, durante o sistema escravocrata e depois deste.

Por ocasião da elaboração da Constituição de 1988, houve um movimento intenso de revisão do conceito de quilombo a partir da produção científica, principalmente do campo da Antropologia. Mesmo com limitações, este processo de revisão subsidiou a luta política das populações negras rurais, que se colocou como um segmento específico entre os movimentos sociais na disputa pelo reconhecimento dos direitos civis e de cidadania, representados pela nova Constituição.

O movimento negro e as populações negras rurais conquistaram a adição do artigo 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (ADCT), que garante que “[a]os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. A conceituação que prevaleceu para o campo institucional foi a da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), segundo a qual quilombo define-se como uma “comunidade negra rural que agrupe descendente de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”.

Esta dissertação, por sua vez, parte do conceito de quilombo seguido por Bandeira et al

(1996), contido na Instrução Normativa nº 20 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que dilata o conceito dado pela ABA e enfatiza os elementos de *identidade e território*:

[...] art. 3º da Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005, consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-definição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida.⁴

Este sentimento de pertencimento a um grupo e a uma terra específica é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas em relação a outros grupos com os quais quilombolas se relacionam. Além disso, retoma o processo histórico e não apaga a escravidão vivida pelos antepassados, mas reforça o aspecto de reparação histórica.

Diferentes autores como Fiabiani (2005), Malcher (2000), Bandeira (1993; 1996) e Leite (2000) demonstram que as dinâmicas territoriais estão intimamente relacionadas ao percurso histórico desses sujeitos. Há de se considerar as diversas chaves teórico-metodológicas para entendimento da noção de “território” a partir de diferentes áreas do conhecimento. Cabe pontuar a relação entre espaço, território e territorialidade.

Milton Santos (1988, p. 10) aponta para a interdisciplinaridade do espaço enquanto objeto de estudo, e sugere que este seja considerado como uma totalidade composta por objetos e relações. A visão de Lefebvre (2008) complementa, ao considerar o espaço um produto histórico da sociedade, ao mesmo tempo em que funciona como uma mediação e condição para reprodução da vida. Este, por sua vez, é anterior ao território, que se conforma quando é apropriado e envolve

4 - Instrução normativa n. 20, de 19 de setembro de 2005. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, DOU de 26/09/2005 (n. 185, Seção 1, p. 78).

relações sociais (RAFFESTIN, 1993).

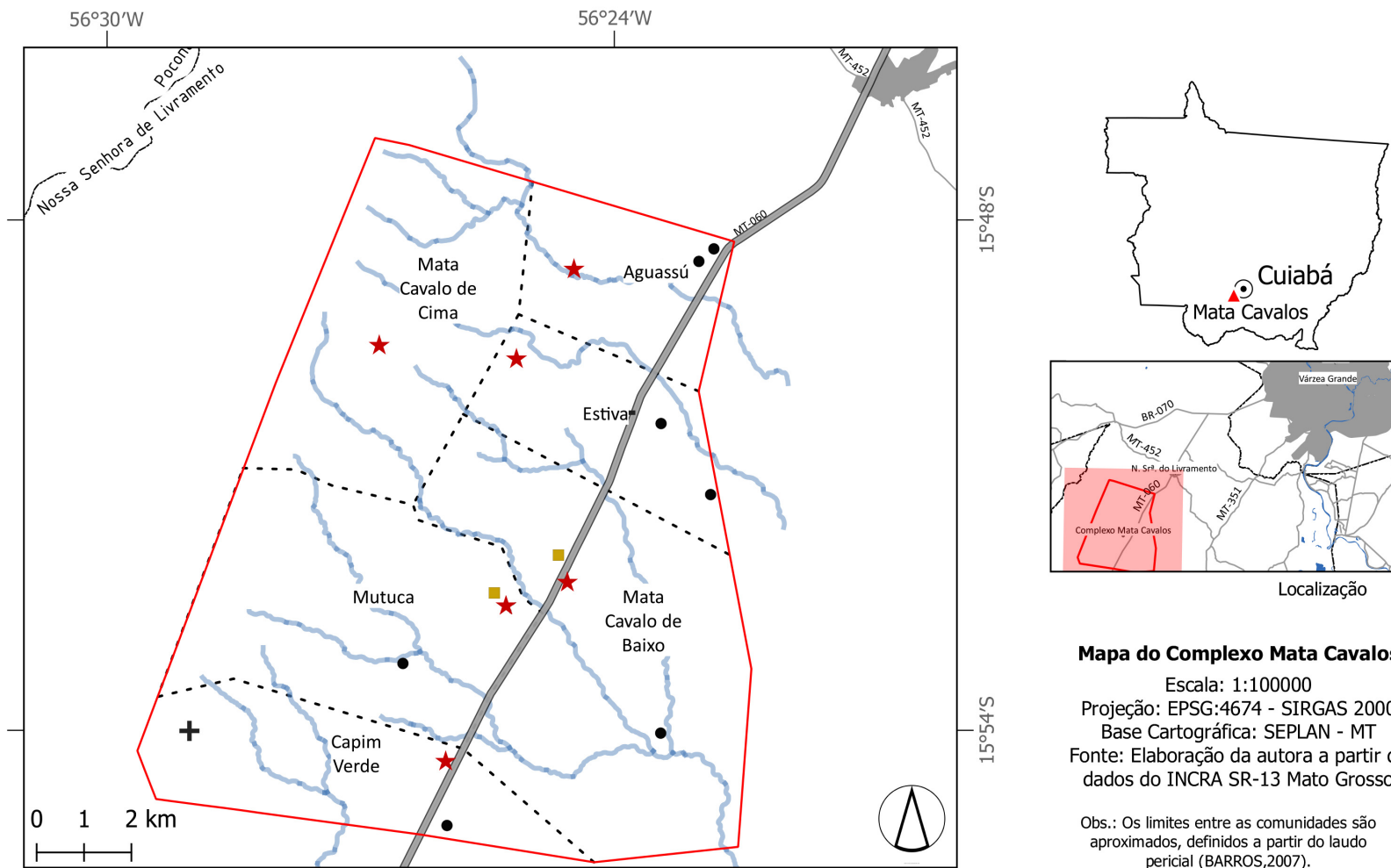
Nesta chave, territorialidade se constitui a partir da relação mantida por determinado grupo com seu território. Bandeira (1996) contribui com a noção de “território étnico”, atribuída aos quilombos, considerados um grupo com base social diferenciada cujos elementos de constituição se manifestam na formação do território. Estes elementos são a ancestralidade, as relações de parentesco e o trabalho na roça, consolidados numa terra de uso coletivo e dentro de princípios de solidariedade e reciprocidade (BANDEIRA et al. 1996, p. 9).

Segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP), Mato Grosso possui 78 comunidades reconhecidas. Estas comunidades situam-se nos municípios de Acorizal, Cuiabá, Chapada dos Guimarães, Barra do Bugres, Porto Estrela, Poconé, Cáceres, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande. No recorte aqui proposto voltamos o olhar a Comunidade Negra Rural do Quilombo Ribeirão da Mutuca,⁵ que faz parte do Complexo Mata Cavalos, no município de Nossa Senhora do Livramento. O complexo Mata Cavalos é formado por seis comunidades: Mutuca, Mata Cavalos de Cima, Mata Cavalos de Baixo, Estiva, Capim Verde e Aguassú (onde vivem famílias remanescentes e famílias de agricultores sem-terra) (Fig.2). Mata Cavalos,⁶ está situado a aproximadamente 40 km de Cuiabá e a 8 Km da cidade de Nossa Senhora do Livramento (Fig. 3). A área estimada da gleba é de 13.627 hectares, e há aproximadamente 418 famílias morando na região. As localidades possuem ancestralidade e histórico de ocupação da terra em comum, como consta no Laudo Antropológico, porém, cada uma das comunidades possui sua própria trajetória.

5 - A partir de então nos referenciaremos a Comunidade Negra Rural do Quilombo Ribeirão da Mutuca como Ribeirão da Mutuca ou Mutuca.

6 - Abreviaremos o nome que consta na documentação “Complexo Ssesmaria Boa Vida/Mata Cavalos” para “Mata Cavalos”, por ser a expressão mais recorrente entre os moradores da localidade.

Figura 2 Mapa do Complexo Mata Cavalos.



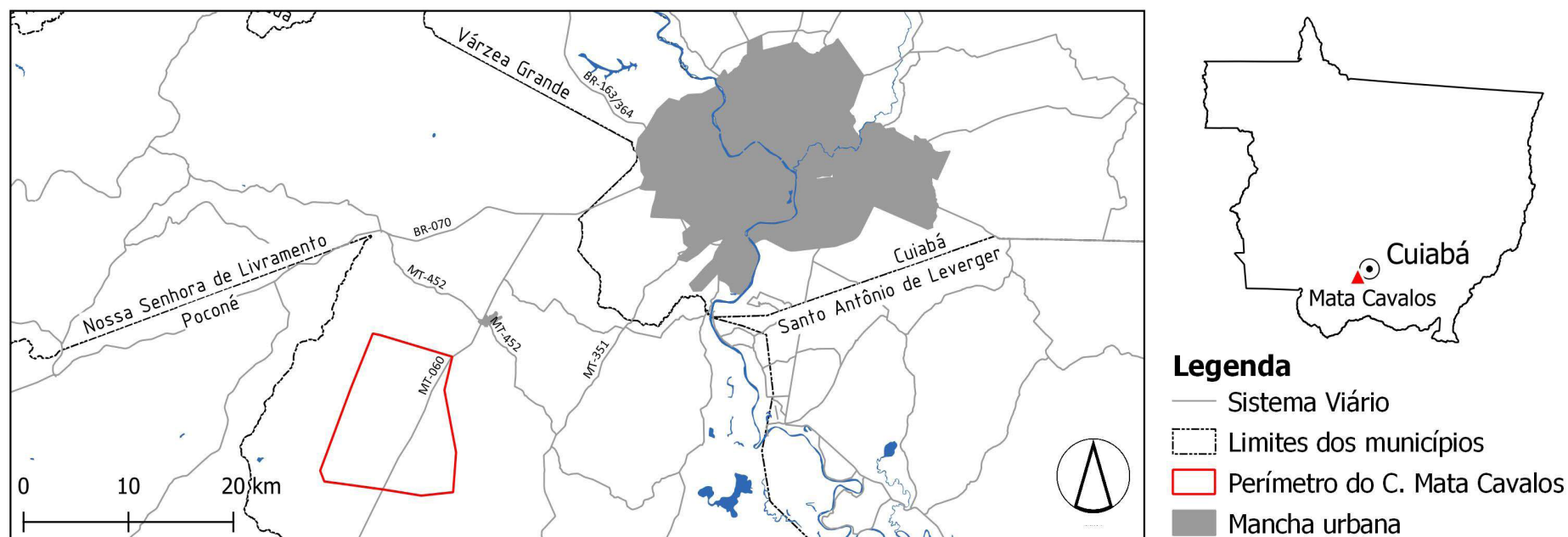
Mapa do Complexo Mata Cavalos
 Escala: 1:100000
 Projeção: EPSG:4674 - SIRGAS 2000
 Base Cartográfica: SEPLAN - MT
 Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do INCRA SR-13 Mato Grosso

Obs.: Os limites entre as comunidades são aproximados, definidos a partir do laudo pericial (BARROS,2007).

Legenda

- ★ Associação de moradores
- ✚ Cemitério
- Escola
- Vestígio de ocupação
- Rodovia MT 060
- Sistema Viário
- Córregos
- Limites dos municípios
- - - Limites entre comunidades
- Perímetro do C. Mata Cavalos
- Mancha urbana - N. Srª do Livramento

Figura 3 Localização do Complexo Mata Cavalos.



Localização do complexo Mata Cavalos

Escala: 1:500.000 | Projeção: EPSG:4674 - SIRGAS 2000 | Base Cartográfica: SEPLAN - MT
Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do INCRA SR-13 Mato Grosso

Os negros de Mata Cavalos obtiveram as suas terras através de doação de parte da Sesmaria Boa Vida feita pelo senhorio em 1883, e posteriormente no final do século XIX por meio de compras de pedaços do restante da referida sesmaria. Até o momento de reconhecimento do território como remanescente de quilombo, a comunidade passou por diversos conflitos com os fazendeiros vizinhos, o que fez com que muitas famílias abandonassem as terras para ir morar na cidade, mas então retornaram com a possibilidade de reconhecimento. Portanto, a comunidade em questão não se enquadra na definição de quilombo mais conhecida pelo senso comum, baseada na ideia de fuga e isolamento geográfico; mas se enquadra nos conceitos contemporâneos que designam uma herança cultural e material que os insere a um território e integra sua identidade.

Diante da realidade do estado de Mato Grosso, que teve sua formação territorial direcionada principalmente pelo incentivo ao agronegócio como principal eixo de produção e ocupação do território, é notável a necessidade de se abordar questões como os modos de vida das populações do campo, questões fundiárias e o planejamento territorial a fim de melhor subsidiar a construção de políticas públicas de habitação de interesse social rural e desenvolvimento agrário.

Em 2003 foi criado o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) com o objetivo de garantir subsídios financeiros para a aquisição de materiais para a construção ou conclusão/reforma/ampliação de unidades habitacionais de agricultores familiares e trabalhadores que atendam aos critérios estabelecidos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A partir de 2013, o programa passou a fazer parte do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), criado em 2009 pelo Ministério das Cidades com o objetivo de reduzir o déficit habitacional urbano e rural, mas elaborado sobretudo para aquecer a economia em período de crise, principalmente do setor da construção civil. A fase que se inicia pós-PMCMV já foi amplamente analisada por diversos estudiosos da área de Arquitetura e Urbanismo,⁷ Geografia e Ciências Sociais, tendo como enfoque sobretudo os resultados da versão urbana do programa, o PNHU.

As políticas sociais de redistribuição de renda como o Programa Bolsa Família e o PNHR se revelam como ações que contribuem para o reconhecimento dos territórios rurais como um espaço de reprodução da vida e do trabalho, e possibilitam aos atores sociais a melhoria de seu bem-estar e qualidade de vida. Diversos autores salientam a especificidade da abordagem das questões acima colocadas quando estas se dão em comunidades remanescentes de quilombo, pois o acesso à terra e as estratégias de sobrevivência destas comunidades revela demandas históricas construídas em que a questão central do processo de exclusão é a questão racial (CARRIL, 2006,

7 - Sobre a implementação do PMCMV em Mato Grosso ver Canavarros (2016) e Barcelos (2015). Sobre a implementação do programa em outras regiões do Brasil ver Cardoso (2011,2013) e AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFFINO, M. B. C. (org.) (2015).

p. 158).

Moura (2009) coloca que, apesar das conquistas históricas que culminaram no art. 68 da Constituição Federal, a implementação da legislação referente aos direitos das comunidades quilombolas não contemplou a grande maioria das comunidades negras existentes no país. O autor avalia que isto se deu devido às indefinições referentes à legislação e ao racismo estrutural (e muitas vezes negado) existente na sociedade brasileira. O resultado é um reduzido número de comunidades quilombolas que tiveram suas terras regulamentadas, e/ou que receberam programas de políticas públicas, a continuidade da invisibilidade das comunidades, o que faz com que a condição socioeconômica das famílias quilombolas seja inferior à da maioria dos grupos sociais existentes no meio rural brasileiro (MOURA, 2009, pp. 107-108).

A terra então, além de ser condição de sobrevivência física para estes grupos, se constitui como instrumento fundamental para a afirmação da identidade da comunidade. Na memória coletiva o território se apresenta como um espaço de negros, construídos pelos negros para si para uma vivência plena e feliz, representando um marco divisor entre o passado de opressão e um futuro de liberdade. Para Bandeira et al (1996, p.8), “as terras ocupadas pela Comunidade Negra são ao mesmo tempo seu habitat e seu território, o seu espaço vivido, espaço de socialidade, suporte da vida comunitária”.

Para melhor compreender esta relação, recorreremos à noção de espaço enquanto construção social e não apenas suporte físico. A noção de *habitat*, assim como de espaço, pode assumir diversos significados conforme seja utilizada. Nesta dissertação toma-se como referência a definição utilizada por Borges (2002),⁸ que compreende o habitat como espaço físico do local de moradia, e não se restringe apenas ao ambiente construído da residência, mas a transcende e engloba todo o entorno onde se consolida a base para reprodução da vida cotidiana.

No que tange a atuação do poder público no território do Mutuca, em geral foram

⁸ - Borges (2002) baseia-se nos conceitos e noções relacionadas ao meio rural difundidos por Mendras (1978) e Lefebvre (1978).

poucas ações no sentido de garantir a permanência e melhores condições de vida. O processo de titulação se estende há quase 20 anos e neste período a comunidade passou por diversos episódios de espoliação. É apenas nos anos 2000 que as comunidades quilombolas são atendidas concretamente no campo das políticas públicas federais, que têm sua maior expressão na criação do Programa Brasil Quilombola (PBQ).⁹

Considerando que neste período se construiu um arcabouço legal e políticas públicas específicas para a população quilombola destacamos a política habitacional, parte do Eixo 2 do PBQ: Infraestrutura e Qualidade de Vida, que alcançou o Mutuca e causou um grande impacto na organização espacial do local. Em 2014 a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca (ACORQUIRIM) se torna beneficiária do Programa Nacional de Habitação Rural, e constrói 150 unidades habitacionais no Mutucaentre os anos de 2014 e 2017. Além de ter sido uma das únicas ações do PNHR concluídas em no estado desde 2012, o projeto foi o único do estado a ser realizado em território quilombola e o trabalho social foi reconhecido nacionalmente na 9ª edição do Prêmio CAIXA - Melhores Práticas em Gestão Local, promovido pela Caixa Econômica Federal (CEF)..

O projeto visava inicialmente apenas a construção das unidades habitacionais para a melhoria das condições de moradia e saneamento das famílias, que até então moravam em casas feitas de barro, cobertas com palha de babaçu e sem unidades sanitárias. Durante a execução do projeto, os trabalhos sociais na comunidade identificaram hábitos locais que poderiam ser potencializados para aprimoramento e geração de renda local. Esta medida levou a Associação a realizar parcerias a nível municipal através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA),

9 - As políticas de promoção da igualdade racial possuem uma interface significativa com as políticas de desenvolvimento rural tais como o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura familiar (Pronaf), o Programa Garantia Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar (PAA), o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e o Programa Nacional de Habitação Rural, que são exemplos de políticas públicas brasileiras que refletem no desenvolvimento rural do país e, conseqüentemente, nas comunidades quilombolas.

fortalecendo a produção local e inserção de novas culturas como a produção de hortaliças, que não estavam presentes anteriormente nas práticas de produção agrícola locais. Após este projeto, a ACORQUIRIM se tornou a única Entidade Organizadora de Mato Grosso apta a contratar empreendimentos do PMCMV (rural e urbano).

A questão habitacional, e por consequência as políticas habitacionais, se relacionam fortemente com o processo de fixação dos grupos sociais no campo pois compõem uma das formas de reprodução social e cultural dessas comunidades, se constituindo como um componente importante na estratégia de luta pela permanência no campo. Portanto, as políticas de desenvolvimento rural, quando articuladas com políticas sociais, têm o potencial de estimular a permanência de populações no campo, porém também revela contradições e fragilidades das políticas setoriais.

Como dito anteriormente, o campo da arquitetura e urbanismo pouco se aproximou do habitat rural¹⁰ nos últimos anos, se compararmos com o volume de estudos sobre o espaço urbano. A maioria das pesquisas foi elaborada no período que sucedeu o lançamento do PNHR (LENZI, 2018, p. 44) e se atém principalmente a análise dos resultados desta política de habitação rural e ao funcionamento da estrutura dos (poucos) programas, a operacionalização das obras executadas, em sua maioria em assentamentos de reforma agrária. O que há em comum nas conclusões destas pesquisas é a urgente necessidade de aproximação do campo da arquitetura e urbanismo a estes territórios, seja a partir da academia ou do campo profissional.

As análises, no geral, descartam as subjetividades desta relação ou homogeneizam os resultados obtidos sob um diagnóstico objetivo. Como exemplo, sabe-se que muitas pesquisas avaliam negativamente o PMCMV enquanto política habitacional federal, e estas análises são comumente tidas como absolutas. Embora, em sua grande maioria, refram-se a outros grupos sociais com formas de ocupação do espaço diferentes dos quilombolas, como os camponeses

10 - Algumas pesquisas no campo da arquitetura e urbanismo: Borges (2002), Peres (2003), Shimbo (2004), Arruda (2007), Leite (2009), Cerqueira (2009), Sertori (2012; 2019), Caraffa (2014), Silva (2014) e Rodriguez (2016).

e assentados da reforma agrária, todas as abordagens tiveram suas contribuições em diferentes momentos da pesquisa.

O que se propõe é retomar as particularidades dos lugares e processos, com suas contradições, avanços e retrocessos. Entende-se que o PNHR se insere em um *movimento* de produção do habitat no território do Mutuca, e é destacada neste trabalho por ter impactos na organização do espaço na comunidade. A questão central desta pesquisa foi a compreensão do modo de morar quilombola e o habitat, e, de modo geral, buscou perceber os ajustes e transformações neste território à luz da política habitacional.

Neste contexto, esta pesquisa busca, de modo específico, compreender como o modo de morar quilombola se materializa no habitat, e, de modo geral, perceber os ajustes e transformações neste território à luz da política pública de habitação. Para tanto pretende-se entender a realidade atual a partir não só da forma como os moradores se relacionam hoje com o habitat, mas situando-a em seu contexto histórico. Afinal, a forma como se constrói o território quilombola se baseia em uma relação construída historicamente, o que se apresenta tanto nas falas das interlocutoras quanto nas teorias.

Esta investigação pretende dar elementos para se pensar criticamente as políticas públicas voltadas a esta população, a partir das categorias *território* e *moradia*. Entende-se a categoria analítica como uma perspectiva de olhar distanciado, indispensável para ampliar o horizonte de análise (MAGNANI, 2002).

Trata-se de uma aproximação a um território quilombola que, como todo e qualquer espaço, está em movimento e passa por transformações em sua forma e conteúdo. Para esta aproximação, definiu-se escalas de análise a partir do recorte espacial do Mutuca. As escalas do estado de Mato Grosso e do complexo Mata Cavalão são definidas por limites institucionais, enquanto o Mutuca e as *casas-terreiro* são escalas estabelecidas pela prática concreta. Estes níveis de escala permitem compreender as variantes e desdobramentos do território em questão.

Dado o contexto do Mutuca e o acesso à política habitacional, o processo de pesquisa partiu de questionamentos sobre o *lugar da política habitacional no processo de fixação das comunidades quilombolas em seus territórios*. Ao longo da pesquisa de campo outros elementos, escalas e questões se mostraram pertinentes, ao passo que o que era a questão central passou a ser uma questão secundária. Isso só foi possível pois se adotou, a partir de determinado momento do campo, um duplo movimento, típico da etnografia, da aproximação e distanciamento do objeto de estudo (MAGNANI, 2012, p. 17). Este movimento representou um ciclo contínuo que envolvia aproximar-se da realidade e descrevê-la, distanciar-se e reformular as teorias, até que finalmente fosse possível produzir uma síntese que refletisse a análise científica de saberes populares representados pelo conhecimento dos moradores do Mutuca sobre seu habitat e território.

Por isso, ainda era necessário situar a perspectiva “de perto e de dentro”, desvincular a análise do modo de morar quilombola de visões reducionistas, como as perspectivas culturalista ou da precariedade extrema, e entender como as pessoas se relacionavam com o espaço no Mutuca.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa ficou evidente que as casas do PNHR eram vistas como algo positivo, como um aceno do poder público ao reconhecimento e melhoria da qualidade da vida material. Em linhas gerais, o que surge como grande aflição é a insegurança da posse e a dificuldade de conseguir produzir e circular a lavoura.

Neste sentido, entrar em contato com múltiplos pontos de vista fazia os processos oscilarem entre positivos e negativos, o que suscitou um distanciamento da análise da política em si, e uma aproximação a uma abordagem da produção do habitat quilombola no Mutuca. Para isso, foi necessário desviar o olhar do PNHR enquanto objeto, para investigar a relação das pessoas com estes processos.

Esta dissertação é considerada um retrato, pois sua contribuição se dá no registro de um determinado espaço e tempo de um processo dinâmico no Mutuca. Por ser dinâmico, é um

território que está em movimento de constante refazimento, e este movimento se mostrou nas práticas concretas e na materialização destas práticas. Buscamos articular o retrato do momento atual e suas múltiplas dimensões, e o processo histórico que o orientou.

Não se pretende traçar uma análise social aprofundada do Mutuca, mas se busca o olhar da etnografia na intenção de apreender outras dimensões que não suscitariam se fossem utilizados apenas métodos quantitativos ou se se permanecesse apenas na dimensão da execução das obras financiadas via PNHHR. Para tanto, parte-se de uma abordagem de perto de dentro (MAGNANI, 2002), estratégia explicada pelo autor:

Para captar essa dinâmica, por conseguinte, é preciso situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido. Em outros termos, nem no nível das grandes estruturas físicas, econômicas, institucionais etc., nem no das escolhas individuais: há planos intermediários onde se pode distinguir a presença de padrões, de regularidades. E para identificar essas regularidades e poder construir, como referência, algum tipo de totalidade no interior da qual seu significado possa ser apreciado, é preciso contar com alguns instrumentos, algumas categorias de análise, como será discutido a seguir.

(MAGNANI, 2002, p. 17)

O processo de pesquisa como um todo também se inspirou na noção de “encruzilhada” como perspectiva de mundo dada pelos historiadores Luiz Antonio Simas e Luiz Rufino em suas obras e sintetizada em entrevista ao Suplemento Pernambuco, que propõe o encontro entre saberes canônicos e saberes populares e dá base para a “produção de conhecimento em um espaço de trânsito” que se afasta das grandes generalizações, como segue:

A ideia de encruzilhada é um conceito fundamental para pensarmos também a diáspora africana, porque a gente reflete sobre o Atlântico como uma encruzilhada. Viver na encruzilhada, como na sua pergunta, é um estado de disponibilidade. Um estado de disponibilidade *pras* miudezas do cotidiano que desvelam muitas coisas, um estado de disponibilidade na posição de pesquisador, de alguém que reflete, que tem produção intelectual. A disponibilidade para saber que a prática pode mudar radicalmente as suas perspectivas iniciais, porque o saber precisa ser praticado.

(NASCIMENTO, 2018, Entrevista, p. 8)

A questão central desta pesquisa foi a compreensão do modo de morar quilombola e o habitat, e, de modo geral, buscou perceber os ajustes e transformações neste território à luz da política habitacional. Para alcançar este objetivo, buscou-se entender o momento atual do Mutuca a partir da produção do espaço, fundado nas relações sociais, e situando-a em seu contexto histórico. Ao longo de dois anos a pesquisa sofreu alguns desvios a partir, principalmente, do trabalho de campo e do exame de qualificação. A pesquisa descolou-se de uma investigação sobre as consequências das obras do PNHR e avançou em direção a um estudo sobre o modo de morar quilombola e os ajustes revelados nas narrativas. Esse movimento se deu para que se conseguisse ir além da observação das transformações no espaço físico visível. Buscou-se esboçar uma possível síntese e um quadro que permitisse compreender o território do Mutuca desde o histórico de luta pela terra até as formas de se relacionar e ocupar o espaço. A construção da metodologia foi resultado não só da abordagem etnográfica, mas também de vínculos que foram construídos entre a pesquisadora e a associação ao longo do processo de pesquisa iniciado em 2016.

Os procedimentos metodológicos, em linhas gerais, dividiram-se em dois momentos: pesquisa documental e histórica do território do Mutuca e entradas em campo. O levantamento

de dados sobre o Mutuca se deu a partir do contato com o Setor Quilombola do INCRA em Mato Grosso, a partir do qual teve-se acesso a documentos do processo de titulação da comunidade, como o Relatório Técnico de Delimitação e Identificação, laudos periciais dos certames e dados sobre as comunidades quilombolas no estado. Também se buscou contato com a Caixa Econômica Federal, a fim de compreender a operacionalização do PNHR em Mato Grosso.

Os procedimentos de campo¹¹ ocorreram inicialmente a partir do contato com Laura Ferreira, ex-presidente da ACORQUIRIM e importante liderança da comunidade, e as visitas às casas foram guiadas por Justina Ferreira, filha de Rosa Domingas, mãe de Laura, e uma das lideranças de referência na comunidade. As visitas ocorreram entre julho de 2018 e outubro de 2019, quando 6 casas foram visitadas. O campo baseou-se na observação não participante do cotidiano, levantamento de dados georreferenciados, levantamento fotográfico, entrevistas semiestruturadas com moradores e anotações de campo.

Esta dissertação busca apresentar visões e retratos sobre o habitat quilombola a partir destas práticas espaciais e processo histórico do Mutuca, composto por resistências, lutas e lentas tessituras. A política habitacional é situada no bojo das ações do Estado neste território, que ao longo dos anos alternou entre espoliações, violências e atendimentos mínimos de cidadania.

Ressalta-se que há valor nas contribuições das pesquisas que buscam destrinchar a política pública em maior escala e a relação desta com a propriedade da terra. No entanto, diversas práticas espaciais não são visíveis nesta chave de leitura. Assim como a perspectiva *de perto de dentro* não é capaz de abordar todo o espectro de questões e problemáticas.

A valorização da narrativa e autonomia destes atores e de suas práticas tem o potencial de adicionar outros pontos de vista sobre a dinâmicas destes territórios, e inclusive sobre as políticas públicas. Neste sentido, busca-se apresentar perspectivas que se distanciam da forma

11 - Os procedimentos serão detalhados no Capítulo 2.

dicotomizada, como uma possível leitura da “a casa quilombola tradicional” *versus* “a casa urbana do PNHR”, como uma coisa *versus* a outra, ou o *bom* contra o *ruim*. A proposta é erguer questões que apontam para caminhos potentes, com contribuições para pensar outras formas de atendimento aos povos quilombolas, se estes o desejarem.

Neste movimento, chega-se à estrutura da dissertação a partir da articulação entre o processo histórico do Mutuca, o momento atual, as perspectivas externas da pesquisadora e interna dos interlocutores.

O capítulo 1, “Da Sesmaria Boa Vida ao Quilombo Mata Cavallo: Luta pela terra e por direitos no Centro-Oeste brasileiro”, tem como escala de análise o complexo Mata Cavalos e busca situar historicamente o processo de formação da comunidade no contexto nacional de conflitos fundiários. A análise se inicia com a ocupação das terras de Pindorama no século XVI, passa pelos principais marcos fundantes como o estabelecimento das Sesmarias, a Lei de Terras de 1850, a Marcha para o Oeste nos anos 1940, a Ditadura Militar, o processo de redemocratização e elaboração da Constituição de 1988, até o século XXI e a construção de políticas públicas específicas a este grupo e um breve histórico das políticas de habitação rural no Brasil. Neste capítulo, a intenção é articular os principais marcos referentes aos conflitos fundiários, resistência da população negra no Brasil e o rebatimento destes acontecimentos no território de Mata Cavallo. Propõe-se articulação dos campos teóricos da sociologia, geografia e antropologia e ciências sociais aplicadas, de modo a situar o campo teórico da pesquisa e articular questões pertinentes à constituição do território étnico das comunidades quilombolas. Para tanto, o aporte teórico sobre a questão quilombola parte de Bandeira (1993; 1996), Moura (2009), Gomes (2015), Fiabiani (2003); enquanto a questão agrária e dinâmicas fundiárias apoiam-se principalmente em Martins (1986) e Oliveira (2007).

O capítulo 2, “Ocupar e estar na terra – Família, trabalho e folia e os ajustes no território”,

se aproxima à escala do Mutuca, a partir da leitura do habitat e das relações que conformam este território. À luz das categorias organizadas por Candido (2001), busca descrever e analisar a obtenção dos meios de vida das comunidades quilombolas, a partir de conceitos como “mínimo vital” e “mínimo social”. A primeira parte desvela os processos de migração involuntária, caracterizando uma diáspora revivida pelas famílias, e posterior retorno às terras. A segunda parte descreve como as relações familiares organizam o espaço do Mutuca, em uma perspectiva “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002). Em um movimento entre tempo passado e presente, se aproxima de categorias como *família, terra, trabalho e festa*. Por fim, a terceira parte diz respeito às relações tecidas entre o Mutuca e agentes “de fora”, principalmente sobre as formas que a comunidade encontrou para se ajustar a novas dinâmicas impostas pelo Estado através da presença ou ausência de políticas públicas, e pelas relações econômicas estabelecidas a partir da produção agroecológica e economia solidária. Este capítulo pretende deslocar o quilombo de um olhar anacrônico, percebendo como as práticas espaciais e sociais se ajustaram ou permaneceram ao longo dos anos.

O capítulo 3, “A casa”, vai à escala da casa-quintal a partir de três momentos: *a casa da memória*, onde se aproxima da subjetividade contida na casa ancestral e seu entorno, a partir de Bachelard (1978) e nas relações expressas nos modos de fazer; *a casa do PNHR*, a partir da qual se recupera o processo de provisão de moradia via política habitacional; e *a casa da mistura*, que aborda o período pós-PNHR e as adaptações feitas pelas famílias. O conteúdo deste capítulo tem como categoria de análise central a casa, percebida a partir do encontro entre a descrição do habitat pela pesquisadora e das narrativas e saberes dos interlocutores. Não se trata de descrever e interpretar todos os aspectos da vida social e cultural desta comunidade remanescente de quilombo, mas de destacar os aspectos que se referem diretamente ao modo de morar e as dimensões que implicam no ambiente construído. A casa, então, adquire centralidade e é o caminho por onde se aprofunda o entendimento das relações entre território e identidade

da comunidade Ribeirão da Mutuca. O lugar da moradia contém dimensões que se articulam e dão pistas para compreender o movimento de reprodução social da vida e produção do espaço que resultam em transformações maiores ou menores neste território. A casa guarda memórias afetivas, simbólicas, registros das formas de ocupação dos espaços e do saber fazer que carrega conhecimentos presentes na oralidade e memória comum deste grupo, e revela, ainda, os modos de morar e a relação com a natureza, guarda a memória amarga das tentativas de espoliação e, ao mesmo tempo, faz parte da construção de perspectivas de futuro.

Neste percurso, conclui-se, em linhas gerais, que as obras realizadas estimularam novos processos e conflitos, e modificaram as relações sociais do lugar. Geraram melhorias em qualidade de vida e carregam o aspecto simbólico de atendimento, por parte do Estado, a uma comunidade que sempre esteve às margens dos direitos básicos. Ao mesmo tempo, as condições de insegurança de posse e dificuldade de permanência persistem, o que revela a incapacidade da política habitacional, sendo setorial, de compreender e responder às necessidades habitacionais das populações quilombolas – que englobam o habitat como um todo.

CAPÍTULO 1

*DA SESMARIA BOA VIDA AO QUILOMBO MATA CAVALO:
LUTA PELA TERRA E POR DIREITOS NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO*



1.1 A Sesmaria Boa Vida – Séculos XVII – XVIII

Segundo Bandeira et al. (1996), o quilombo Mata Cavalo tem sua formação no século XVII, portanto no período colonial, a partir da sesmaria Boa Vida e na Sesmaria Rondon, que se estabelecem junto com a descoberta do ouro em Cuiabá. Os primeiros a se proclamar detentores desta terra faziam parte do grupo de bandeirantes do sorocabano Paschoal Moreira Cabral, porém a região é originalmente ocupada por indígenas da etnia Bororo que foram expulsos ou exterminados pelos ditos pioneiros.

De acordo com Martins (1987, p. 15), o imaginário, tanto do senso comum quanto da própria academia, sobre a ocupação do território e formação das fronteiras internas no período colonial destaca as figuras dos desbravadores que transformaram um território “despovoado” e “selvagem” em um espaço “civilizado”, deixando de lado o aspecto trágico do processo e o ponto de vista dos expropriados. Os nativos de Pindorama,¹ que chegava a um milhão de pessoas² em 1500, tiveram suas terras apropriadas e transformadas em propriedades europeias e suas diferentes formas fundiárias.

O extermínio e expropriação das populações indígenas da região fez parte do processo de avanço sobre o território sob o domínio da coroa portuguesa, que transferiu para o Brasil ainda em 1534 o regime de repartição fundiária em sesmarias com o objetivo de promover o cultivo e povoamento das terras da colônia. Esta foi a primeira forma de apropriação privada de terras na colônia. Aprovada em Portugal no ano de 1375, na metrópole, o sistema que “estabelecia a praxe da concessão de terras a particulares, objetivando a efetiva ocupação” e “visava[m] a

1 - Em tupi-guarani “terra das palmeiras”, local mítico dos povos guarani, a “terra sem males”; nome pelo qual os povos dos Andes peruanos e dos Pampas se referem ao Brasil (Cf. FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986, p. 1 330).

2 - FIABIANI, 2003, p. 347.

reprodução da sociedade de classes portuguesa”, no entanto, sofreu transformações no Brasil. Fiabiani (2003, p. 350) relaciona o regime de sesmarias com a gênese do latifúndio³ no Brasil, a começar pela extensão, que chegava a 13.068 hectares, e principalmente pela organização do trabalho onde o proprietário, geralmente membro da elite brasileira, recebia a doação da terra mas não trabalhava na mesma, e sim fazia com que outros trabalhassem por ele, o que resultava em baixa produtividade e se distanciava do objetivo inicial, que era ocupar e produzir. Apenas no fim do século XVII a Coroa passa a regular a extensão das terras e exige que sejam cultivadas.

Considerando que a concessão da sesmaria se dava com a condição de se cultivar a terra, este período revela o lugar do Brasil colônia na economia mercantil, conforme analisa Pereira (1988, p. 18):

A produção de exportação colonial significava produzir para acelerar a acumulação primitiva de capital que dominava todo o processo de colonização moderno. A organização da economia colonial viabilizava o desenvolvimento do capitalismo industrial europeu e embotava a divisão do trabalho na Colônia ao permitir aqui uma acumulação de riquezas, mas não de capital. Ela tornava possível o incremento do montante de capital-dinheiro sem que isso significasse uma alteração na forma básica da produção colonial fundada no trabalho escravo.

(PEREIRA, 1988, p. 18)

O sistema escravocrata praticado por Portugal no Brasil atingiu cifras expressivas, foi um dos primeiros nas nações do “Novo Mundo” a organizar o escravismo, foi a colônia que

3 - Atualmente, entende-se latifúndio como uma propriedade de grande extensão e improdutiva. “No Brasil estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país, atinge uma superfície igual a aquela ocupada pelo Estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual à de São Paulo e do Paraná” (OLIVEIRA, 2003, p. 127).

mais recebeu africanos escravizados e a que mais produziu mercadorias com mão de obra cativa. Em nome da maximização dos lucros da Coroa, as pessoas sequestradas e escravizadas pelos portugueses nos países africanos foram submetidas a condições de existência desumanas.

Não é possível compreender a história do Brasil sem considerar a herança de exploração do escravismo. Todavia, Gomes (2015, p. 11) considera que tudo que se apreenderá a respeito do período escravista no Brasil é incompleto, quando não falso. Portanto, demonstrar a importância da resistência da população negra é entender a conformação pautada na luta e resistência desta população desde que pisaram nessas terras.

Para Gomes (2015, p. 8), a primeira falácia a ser desmontada é a da homogeneidade da população negra escravizada que chegou ao Brasil. No período escravagista que se inicia no século XV os negros escravizados possuíam origens múltiplas, sendo indivíduos de variados grupos étnicos e diferentes nações que foram transformados pela visão dos europeus em *africanos*, um erro semântico e geográfico que foi inserido por opção política, a partir do qual a estes povos foi imposta uma falsa homogeneidade linguística, cultural e regional.

Deve-se levar em conta o ponto de vista de quem constrói a narrativa sobre os mocambos e quilombos ao longo dos anos, sendo que até meados do século XX esta narrativa é construída de fora dos quilombos, o que contribui para reforçar a importância do trabalho de intelectuais negros como Flávio Gomes, Lélia Gonzales e Rafael Sanzio. Estes autores propõem reconstruir a historiografia e a visão sobre os territórios étnicos dos negros escravizados no Brasil e em outros países da América Latina, com a intenção de promover uma mudança no paradigma do olhar sobre estas organizações.

As formas de resistência adotadas pela população negra para romper com o regime escravagista não se encerram na formação dos quilombos; a constituição destes foi, na verdade, uma das várias formas de resistência adotadas para romper com o regime em vigor. Há registros

da presença de cativos africanos na Colônia já em meados do século XVI, antes do início do “tráfico oficial” em 1549 (FIABIANI, 2000, p. 259). E a resistência ao cativo se inicia no mesmo período: há registros de levantes de negros escravizados em documentos oficiais desde pelo menos 1588 (ibidem. p. 259).

Ao passo que a resistência foi uma constante desde a chegada do primeiro navio negreiro, a repressão por parte da Coroa e dos proprietários de escravos também se sofisticou ao longo dos anos. O surgimento da figura dos capitães-do-mato foi acompanhado das diversas definições e descrições do fenômeno dos “mocambos” e “quilombos”. Como exemplo, há a definição presente no Regimento dos capitães-do-mato de 1722, segundo a qual “pelos negros que forem presos em quilombos formados distantes de povoação onde estejam acima de quatro negros, com ranchos, pilões e modo de aí se conservarem, haverá para cada negro destes 20 oitavas de ouro” (GUIMARÃES, 1988,P.131).

Entre os primeiros registros do termo “quilombo” está a definição mais citada pela historiografia, dada pelo Conselho Ultramarino em 1740, que descreve quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”. Para essa definição o fator mais importante seria a reunião de um número significativo de trabalhadores escravizados fugidos (FIABIANI, 2003, p. 267), sendo irrelevante a existência de itens que definem estabilidade geográfica e produtiva, como o pilão – símbolo de autoconsumo e capacidade de reprodução – e o rancho. Leite (2000, p. 336) propõe que a noção contemporânea de quilombo como uma localidade isolada, povoada

por negros fugidos da escravidão e que reproduziria África, também parte desta concepção⁴ e representa uma imagem que reproduz um passado distante dos tempos coloniais no Brasil.

Há casos de quilombos coloniais em todo o território nacional que conheceram a exploração mercantil sistemática. Seria impossível relacioná-los⁵ na totalidade pois são muitos e nem todos foram estudados. Os quilombos possuíam características diferentes, mas todos em geral oriundos de uma vontade fundamental: a libertação da capacidade de trabalho e autonomia em relação ao escravizador.

A fuga sempre foi uma constante e adquiriu feições peculiares na região de Mato Grosso; por ser uma região próxima à fronteira, alguns cativos atravessavam a linha demarcatória do tratado de Tordesilhas.⁶

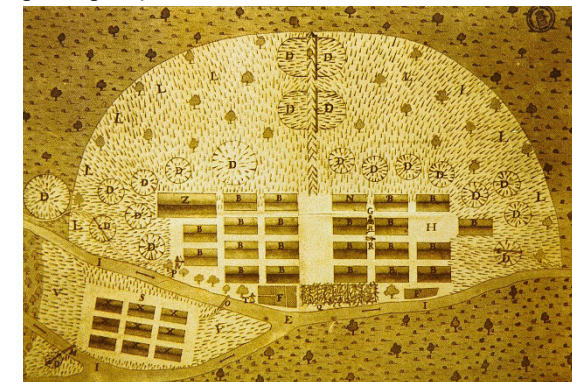
O território mato-grossense foi ocupado por grandes quilombos que ficaram marcados na história do Brasil entre os séculos XVIII e XIX, como o quilombo do Quariterê ou do Piolho e o quilombo do Sepotuba. Segundo Volpato (1996), este quilombo situava-se em uma das margens do rio Guaporé próximo à Vila Bela da Santíssima Trindade, sede da capitania de Mato Grosso instalada em 1752, e sua origem estaria ligada à exploração de minérios no Vale do Guaporé. O Quariterê era composto por afrodescendentes, indígenas e brancos que viviam em uma espécie

4 - Estas formas são descritas por autores como Ney Lopes e Kabele Munanga. Ney Lopes afirma que “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos” [...] Quer dizer acampamento guerreiro na floresta, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa” (LOPES, SIQUEIRA E NASCIMENTO, 1987, pp. 27-28). [...] David Birmigham (1974) sugere que o quilombo se origina na tradição mbunda, através de organizações clânicas, e que suas linhagens chegam até o Brasil através dos portugueses” [...] e Kabele Munanga recupera a relação do quilombo com a África e afirma que o quilombo brasileiro “é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos”. (LEITE, 2000, p. 336).

5 - Para lista de quilombos no Brasil, ver Gomes (2015).

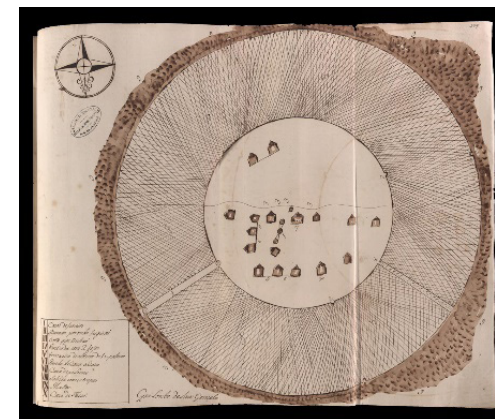
6 - Em linhas gerais, o Tratado de Tordesilhas foi um acordo celebrado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela (Espanha) em 1494, com o intuito de dividir as terras “descobertas” pelas coroas fora da Europa.

Figura 4 Planta do Quilombo Buraco do Tatu, que ficava nas proximidades de Salvador e foi destruído por expedição militar em 1763.



Fonte: Domínio público, Arquivo Histórico Ultramarino.

Figura 5 Planta de 1769 do Quilombo de São Gonçalo (MG), com seu vasto campo de cultivo, armazém e paiol para estocar o excedente.



Fonte: Domínio público, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

de reino, liderados por José do Piolho e, após a sua morte, pela Rainha Tereza de Benguela, sua esposa. Segundo registros, este era um quilombo grande, onde seus moradores cultivavam fumo, algodão e possuíam roças de subsistência, além de fabricarem ferramentas e armas (VOLPATO, 1996).

O quilombo de Sepotuba teria sobrevivido por mais de um século nas imediações da fronteira com a Bolívia e chegou a contar com oficiais militares em suas fileiras. Sabe-se que “era um quilombo grande e temido pelas autoridades e pela população local. Sua sobrevivência por tanto tempo deve-se à habilidade para constituir uma teia de relações com os habitantes da região, trocando informações e bens” (ibidem, p. 214).

Por volta de 1730, durante o regime de capitânicas hereditárias, a região onde atualmente se encontra Nossa Senhora do Livramento⁷ é ocupada após a descoberta de lavras de ouro pela bandeira de Pascoal Moreira Cabral em 1719. A partir da mineração e crescente crescimento demográfico ocorreu a instalação de outras atividades como a agropecuária, para sustento dos mineradores e venda de excedentes para a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá⁸.

É em meio a este regime que se localiza a origem da população escravizada e consequente formação de quilombos nos arredores de Nossa Senhora do Livramento. No estado de Mato Grosso as áreas pioneiras de mineração aurífera situadas na região da atual Baixada Cuiabana demandavam um grande contingente de escravos.

Sobre a escravidão em Mato Grosso, Volpato (1996) explana que os “cativos chegaram ao Mato Grosso concomitantemente à fixação do povoamento”, sendo a mineração a atividade

7 - A região de Mato Grosso fez parte da Capitania de São Paulo até 1748.

8 - A Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, atual cidade de Cuiabá e capital do estado de Mato Grosso, foi o primeiro local de descoberta de ouro em Mato Grosso. Todavia por ocasião da criação da capitania de Mato Grosso em 1748, a primeira capital foi Vila Bela da Santíssima Trindade com a intenção de proteger o território das investidas espanholas.

Figura 6 : Detalhe da Carta da província de Matto Grosso organizada em 1880... Rio de Janeiro, RJ: Archivo Militar, 1887. BUENO, Francisco Antonio Pimenta.



Fonte: Acervo Cartográfico - Arquivo Público de Mato Grosso.

que mais consumia a mão de obra cativa, e prossegue: “Alguns mineradores chegaram a possuir planteis de 20 a 50 escravos, número bastante elevado para as condições de Mato Grosso”.

Segundo Bandeira et al (1996) já no século XVIII as terras da Sesmaria Boa Vida, onde hoje se localiza Mata Cavalo, já eram valorizadas por conta do momento de intensa ocupação da região de Livramento. Em dados levantados pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso verifica-se que “a história jurídica da dominialidade do imóvel denominado Sesmaria Boa Vida se inicia em 1751, quando foi emitida a carta de Sesmaria em favor de José Paes Falcão” (PROCURADORIA, 2003, pp.16-17, apud MOURA, 2009, p. 139), sendo este um bandeirante paulista de muitas posses, terras e principalmente escravos. Em 1772, o sesmeiro vendeu as terras pelo valor de dois poldros,⁹ o que indicava o baixo valor das terras na época e o significado da apropriação em um momento histórico onde “o valor da terra se amesquinhou, em comparação com o dos artigos manufaturados, sobretudo os provenientes da importação” (SILVA, 1958, p. 34, apud PEREIRA, 1988, p. 19), e da renda capitalizada contida nos corpos dos escravizados.

Em 1788, após a morte do comprador, seu filho Antônio Xavier de Siqueira requereu a medição e demarcação de suas terras, e dividiu a sesmaria em duas partes a partir do córrego Mata Cavalo, onde ao sul ficou a Sesmaria Boa Vida nas mãos da família Siqueira, e ao norte a Sesmaria Rondon, que foi passada para a família Rondon. Segundo documentação do MPF, neste momento cada sesmaria passa a ter cadeias dominiais distintas, “[...] apesar de sempre existirem os laços culturais entre os membros da comunidade negra que habitavam as duas sesmarias” (PROCURADORIA, 2003, pp. 38-39).

As passagens históricas sobre a Sesmaria Boa Vida e a região de Livramento revelam outras formas de ocupação e produção nas terras para além do uso dado pelas sesmarias. Há registros de negros livres e brancos empobrecidos vivendo como posseiros nos interstícios das

9 - Cavalo macho jovem, de no máximo quatro anos de idade e baixo valor de mercado.

fazendas, e nestas comunidades se verificavam relações de solidariedade entre seus membros (BANDEIRA et. al,1996, p. 16).

O regime de posse foi comum a todo território da colônia, enquanto as sesmarias eram utilizadas para a produção mercantil para exportação, e possuíam investimentos na produção nas terras intersticiais, pequenos grupos de trabalhadores rurais exerciam a agricultura em pequenas roças, combinadas ao extrativismo. Para estes grupos, a via de acesso à terra era a posse (FIABIANI, 2003, p. 350), que se caracterizava por ser típica de moradores despossuídos e que não participava da economia comercial exportadora, eram apenas lavradores buscando sobreviver na colônia.

Havia casos nos quais as sesmarias eram concedidas em terras já ocupadas anteriormente por posseiros, e assim estes passavam a viver como “agregados” dos sesmeiros, enquanto fosse conveniente ao segundo. A relação entre sesmeiros e posseiros foi permeada por conflitos, até que em 1822 a Coroa suspende as concessões de terras de sesmarias, e a posse passa a ser a única forma de obtenção de terras, até a promulgação da Lei de Terras de 1850.

Apesar das condições colocadas aos sesmeiros, a improdutividade da propriedade foi a regra praticada no sesmarialismo brasileiro. Alguns autores como Sousa (2011, p. 100) salientam que a formação do regime de latifúndios que configurou o espaço rural brasileiro não foi gerada pelo sesmarialismo em si, mas pela distorção do regime feito pelas elites do Brasil Colonial.

Figura 7 Linha do tempo do período entre 1500 e 1808.



Fonte: Elaboração da autora.

1.2 O quilombo Mata Cavalo e a Lei de Terras de 1850

Como visto anteriormente, o período de 1822 a 1850 permaneceu sem legislação específica sobre terras, e os regimes de sesmaria e posseção coexistiram. A Lei de Terras surge em 1850 para disciplinar o acesso à terra, e foi elemento importante no processo de abolição da escravidão.

A mercantilização da terra no Brasil nasce no âmago da transição do trabalho escravo para o livre e se transmuta enquanto renda capitalizada no século XIX, pois para os países colonizadores tais processos eram pressupostos importantes para a transição do capitalismo comercial ao industrial. Para Martins (1986), a Lei de Terras de 1850 inicia o período “em que a terra não é só um instrumento para explorar o trabalho de outro e extrair um excedente, mas é também uma base da acumulação capitalista – a conversão da renda em capital” (MARTINS, 1986, p. 34).

A resignificação da apropriação da terra acompanhou as novas formas assumidas pela organização do trabalho, sobre a forma de riqueza atribuída a terra conforme aponta Pereira:

A utilização do trabalho livre configurava novas relações em que a apropriação do excedente era assegurada pela propriedade da terra e não mais pela propriedade da capacidade de trabalho. Na escravatura, a propriedade da capacidade de trabalho é que assegurava a apropriação do excedente, enquanto que, no surgimento das formas de trabalho livre, a apropriação do excedente se deu pela detenção de novas formas de propriedade. Neste sentido é que o monopólio da propriedade da terra apareceu como um poder econômico novo.

(PEREIRA, 1988, p. 59)

Isso significa que a lei de 1850 possuía outros objetivos maiores que a regulamentação da propriedade da terra, principalmente a interferência na nova política migratória¹⁰ visto que “alterava fundamentalmente as funções da imigração. Além de transformar a terra em equivalente de mercadoria, condicionava o surgimento de novos proprietários à posse prévia de capital” (MARTINS, 1973, p. 52). Além disso, a nova forma de propriedade que sucedeu a sesmaria retirava a obrigação de produzir e não deixar a terra se deteriorar, como exigia-se no regime anterior.

O período é intensamente marcado pelas revoltas populares e lutas abolicionistas, visto que neste momento a maior parte da população brasileira era negra e vivia nas senzalas no campo e nas cidades. Registros apontam a entrada de mais de 3 milhões de escravos no Brasil

10 - A migração europeia para o Brasil inicia-se com a abertura dos portos em 1808, e intensifica-se com o fim do tráfico de pessoas escravizadas em 1850, somado a necessidade de mão de obra nas lavouras de café e as guerras de unificação na Itália e na Alemanha.

desde 1560, sobretudo em portos de Rio de Janeiro e Bahia.¹¹ De fato, a elite brasileira temia as revoltas populares e este medo resultou na intensa repressão por parte da Coroa e do Império, e no sistemático apagamento de partes importantes dessa história.

Segundo Santos (2019), desde o início do tráfico negreiro no Brasil não houve um século sem batalhas ou sem um nome que lutou pela liberdade do povo afro-brasileiro. O autor pontua que os primeiros mocambos surgiram em 1580, e Palmares, o maior e mais famoso quilombo registrado no país, durou quase um século e trouxe vários nomes que representam uma “verdadeira monarquia” do povo negro: Aqualtune, Ganga Zumba e Zumbi, todos assassinados pela coroa.

No começo do século XIX, só na Bahia, há registros de mais de 30 levantes pela liberdade do povo negro, e no período que vai do início do século XIX até a abolição em 1888 outras revoltas¹² se espalharam pelo país e tiveram intensa participação dos negros escravizados e aquilombados, e contaram com pautas abolicionistas e antirracistas, como a Revolta dos Alfaiates (1789), a Revolta dos Malês (1835), Balaiada (1838), Cabanagem (1830) e a Guerra dos Farrapos (1835).

Em um clima de intensa revolta popular e pressão externa para o fim da escravidão, o Brasil chegava ao fim do século marcado por rebeliões e imerso em uma crise econômica que surge da crise do modelo de economia mercantil vivida a nível mundial. A dinâmica da escravidão estava se alterando e o processo de “flexibilização rumo à liberdade” iniciava-se, como efeito do movimento da abolição quilombola, estes aliados a grupos que compravam

11 - O projeto Slave Voyages é uma iniciativa conjunta de instituições internacionais em operação desde 1960 que reúne os registros do tráfico de escravos. Seus arquivos apontam que os navios que chegaram ao Brasil eram oriundos de ao menos oito grandes regiões do continente, como Senegâmbia, Golfo do Benim, África Centro-Ocidental e Golfo de Biafra.

12 - Os anos anteriores também foram marcados por revoltas populares, principalmente da população indígena que se rebelaram desde a invasão, como a Confederação dos Tamoios (1556), Guerra dos Aimorés (1555), Guerra dos Bárbaros (1586), Levante dos Tupinambás (1617), Confederação dos Cariris (1686), Guerra dos Manaus (1723), Resistência Guaicuru (1725).

Figura 8 Guerra dos Palmares. Óleo sobre tela de Manoel Victor Filho, século XX.



Fonte: Domínio público, Arquivo Histórico Ultramarino.

alforrias ou apoiavam a abolição de outras formas.

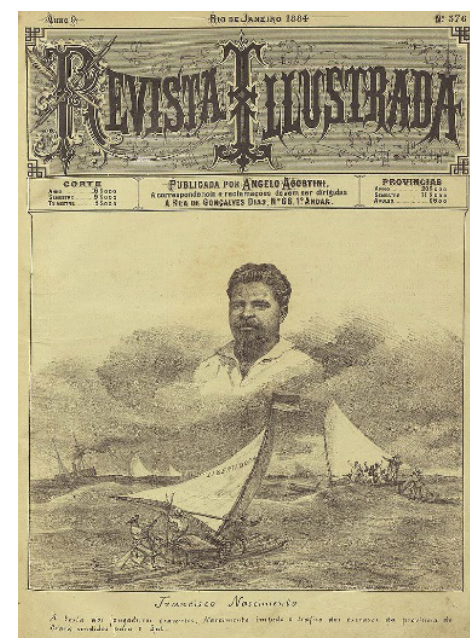
A abolição era inevitável, e após a declaração de independência do Brasil em 1822 o parlamento, ciente disso e pressionado pelas revoltas populares protagonizadas pelos negros, acordou com a elite um projeto de liberdade gradual. Sob forte pressão internacional, principalmente da Inglaterra, em 1831 foi promulgada a Lei Feijó, que proibia o tráfico de escravos, e ficou conhecida como “Lei para inglês ver”, pois na realidade pouco se alterou na vida dos escravizados.

Em 1850, mesmo ano de aprovação da Lei de Terras, a Lei Eusébio de Queirós é aprovada no intuito de reforçar a proibição do tráfico de escravos e marca o processo de abolição gradual da escravidão. Todavia, em 1884, a abolição chegou primeiro na província de Fortaleza, pelas mãos de Francisco José do Nascimento, o Dragão do Mar,¹³ líder dos jangadeiros nas lutas abolicionistas, que conquistaram a abolição de todos os escravos da província. Depois de quase duas décadas permeadas de levantes e revoltas populares, o processo de liberdade gradual alcança mais um patamar com a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871 que declarava livre todos os “filhos de mulher escrava que nascerem no Império”.

Os quilombos existentes na província de Mato Grosso teriam aproveitado as condições da Guerra do Paraguai (1864-1870) para ampliar seus territórios, uma vez que o aparato militar que era utilizado para atacar os quilombos estava concentrado nos ataques ao inimigo externo (VOLPATO, 1996). Além disso, os quilombos se beneficiavam da Guerra ao receber em suas fileiras soldados desertores com armas e muitos cativos que foram alforriados por servirem como soldados (ibidem).

13 - Cabe destacar outros nomes de abolicionistas como Luiz Gama, Tereza de Benguela e os abolicionistas no parlamento, como Joaquim Nabuco e André Rebouças.

Figura 9 Capa da Revista Illustrada, v. 9, n. 376, 1884. Litogravura de Angelo Agostini (1843-1910), com ilustração alegórica de Francisco Nascimento (1839-1914), conhecido como Dragão do Mar. Revista Illustrada, Rio de Janeiro, 1884, v. 9, n. 376, p.1.



Fonte: Acervo da Biblioteca do Senado Federal (Brasil).

Ainda no processo de abolição da escravidão, em 1872 é realizado o Censo,¹⁴ o único realizado em todo o território nacional e que considerou a população escravizada, sendo assim uma importante ferramenta para “prestação de contas” aos países parceiros comerciais que exerciam pressão pelo fim da escravidão. Apesar da fragilidade da informação e percalços no processo, o documento oficial fornece dados importantes para compreender a população brasileira na época. O levantamento censitário aponta que quase quinze anos antes da abolição oficial apenas 15% da população ainda era escravizada, a maior parte dos negros já estava livre antes da abolição “legal” marcada pela famosa assinatura da Princesa Isabel. Entende-se que a Lei Áurea foi apenas um momento do processo de intensas lutas pela abolição da escravidão no Brasil protagonizadas pelos negros. Estas lutas tiveram início no momento em que o primeiro navio negreiro aportou no país, se realizou através da formação de quilombos, organização de revoltas populares e chegou à atuação no parlamento através de parlamentares abolicionistas (negros ou não). A abolição, que foi enfim conquistada em 1888, veio pelas mãos dos próprios negros, porém a liberdade plena não se realizou e o que se seguiu foi o início de políticas de branqueamento da população e um contingente de ex-escravizados em estado de pobreza.

A transformação da renda capitalizada no corpo do escravizado na renda capitalizada da terra é uma das facetas desse processo. Na obra *O cativo da Terra*, Martins (2010) trabalha a questão do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e as contradições presentes na relação deste processo. Neste momento, o capital dos fazendeiros estava investido nos escravizados (ibidem, 2010, p. 40), este capital era utilizado como garantia para empréstimos e hipotecas. Com a Lei de Terras de 1850 e aproximação da abolição do trabalho escravo, a estratégia encontrada para a sobrevivência do capital no bojo das alterações do modo de produção foi capitalizar a terra:

14 - Para mais informações, ver PAIVA, C. A.; MARTINS, R. B. *Um estudo crítico do recenseamento de 1872*. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: PNPE, 1983.

A renda, até então capitalizada no escravo, tornava-se renda territorial capitalizada. Se no regime sesmarial, o da terra livre, o trabalho tivera que ser cativo; num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital, como substituto da expropriação territorial do camponês, que, no advento do capitalismo, criou a massa de deserdados apta a entrar no mercado de trabalho da nova sociedade. Aqui, a propriedade teve a função de forçar a criação da oferta de trabalho livre e barato para a grande lavoura. Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capitalismo só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta própria, sujeitos, portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver

(MARTINS, 2010, p. 48)

Em linhas gerais, a instituição da mercantilização da propriedade privada da terra foi condicionante para a manutenção do status das elites na transição do trabalho cativo para o livre. Além disso, a lei ainda impediu o livre acesso à propriedade no contexto da imigração ao mesmo tempo que promovia o embranquecimento da população nacional. Com a instituição da mercantilização da terra, os preços são elevados de forma que nem a massa de negros recém inseridos na sociedade brasileira, nem os imigrantes recém-chegados tenham acesso fácil à terra e sejam obrigados a se assalariar para sobreviver (SOUSA, 2011, p. 117).

A lei que também deveria poupar as terras indígenas da mercantilização não o fez, em decretos de 1869 estas terras foram consideradas devolutas e abandonadas, pois o uso da terra pelo índio era desconhecido, e oposto à ideia de terra de negócio praticada pela elite agrária. Para

alguns autores, a lei de 1850 não atinge o objetivo central que consistia na demarcação das terras devolutas e a distinção entre terras públicas e privadas. Sua deturpação (claramente intencional) é considerada o cerne da questão agrária contemporânea, e possui desdobramentos que impacta inclusive a produção do espaço urbano no século XXI (MARICATO, 1999).

Com o fim da escravidão em 1888, Fiabiani (2003, p. 261) aponta que se encerra o fenômeno quilombola enquanto resistência ao modelo escravista, e passam a existir comunidades negras rurais de trabalhadores livres. Todavia, esta liberdade estava repleta de restrições aos direitos políticos e acesso a condições básicas de cidadania, entre elas o acesso à terra para subsistência.

Apesar da diversidade na territorialização do processo que teve como marco fundamental a Lei de Terras de 1850, Moreno (1999) analisa os efeitos da lei constata uma regularidade e semelhança nas diferentes províncias na forma de tratar a questão da terra, verificando a ocorrência de três fenômenos distintos, porém relacionados:

[...] o primeiro diz respeito à adaptação das Leis Estaduais aos interesses dos posseiros. Todos os estados alteraram o prazo de legitimação das posses de 1854 para 1889, e em muitos até 1920 [...]; o segundo ponto destacado refere-se ao processo de privatização das terras devolutas que continuou sendo efetivado por meio de invasões e ocupações de forma incontrolada em todas as regiões; por último, a autora mostra a vinculação do processo de privatização das terras devolutas ao coronelismo, fenômeno sociopolítico de influência ímpar na vida rural brasileira durante a Primeira República.

(MORENO, 1999, p. 70)

Como exemplo, a autora coloca que a Lei de Terras na província de Mato Grosso foi marcada pelos excessos e abusos cometidos pelos proprietários que declaravam áreas superiores

às efetivamente ocupadas ao registrarem suas terras.

Enquanto isso, em Livramento, a Sesmaria, então dividida, se encontrava sob novas dinâmicas e novos donos. Parte da Sesmaria Rondon foi vendida em 1877 para Marcelino Paes de Barros, ex-escravizado e um dos troncos da atual Comunidade de Mata Cavalos de Cima. A outra parte foi passada como herança e em 1888 foi vendida para Graciano da Silva Tavares, que ainda era escravo e formou um dos troncos da comunidade Mata Cavalos de Baixo.

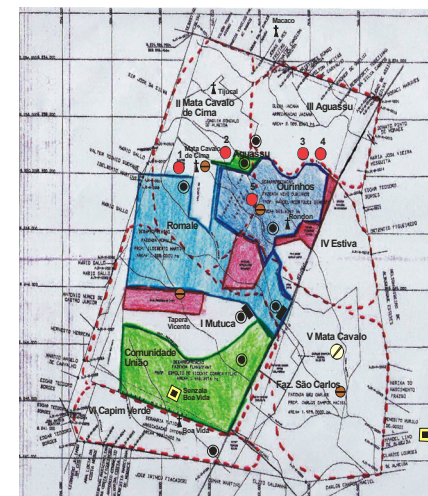
A Sesmaria Boa Vida em 1883 pertencia a Ricardo Jose Alves Bastos, casado com Dona Ana da Silva Tavares, que, em 1883 fez uma doação de parte da sesmaria para Leopoldino Alves da Costa. Este, por sua vez, vendeu a sua parte para Vicente Ferreira Mendes, ex-escravizado e patriarca da comunidade Ribeirão do Mutuca. A parte restante da sesmaria foi doada no mesmo ano por D. Ana para seus ex-cativos, que se libertariam por ocasião da morte de seu marido.

[...] por ela Dona Ana da Silva Tavares me foi dito que sendo senhora e possuidora de uma parte do ribeirão denominado Mata Cavalos, com suas vertentes, de cuja parte faz doação a seus escravos, inclusive os que se libertaram por ocasião do inventário do seu finado marido, estimando no valor de cento e cinquenta mil réis, podendo os doados tomarem posse quando quiserem, satisfazendo os ônus da lei.

(ROSA; CANÓVA; SOUZA, 1993, p. 34)

A história dos negros ex-escravizados que fizeram a compra de partes das sesmarias é icônica: o negro, agora livre, adquirindo a terra onde fora escravizado. Estas compras foram possíveis pois ainda no contexto da escravidão, os negros escravizados trabalhavam de dia nos engenhos e à noite nos pequenos garimpos da região, o que permitia a acumulação de pequenas quantias de dinheiro, que era utilizado para a compra de terras e de alforrias, entre outras coisas.

Figura 10 Mapa do complexo Mata Cavalos com a localização das estruturas das fazendas e áreas compradas pelos ex-escravizados.



Fonte: BARROS, 2007.

A doação e aquisição das terras da sesmaria Boa Vida e Sesmaria Rondon por ex-escravizados mostra uma fresta na dura relação entre a Lei de Terras e abolição da escravidão, que marca o processo de recuperação da liberdade e força de trabalho dos negros, porém desassociada do acesso à terra e direitos de cidadania por estes sujeitos.

Embora em Mata Cavallo tenha ocorrido a doação e compra de terras pelos negros libertos esta forma não é a regra de formação das comunidades quilombolas, tampouco é a caracterização de quilombo isolado. Gomes (2015, p. 19) recupera as diferentes “estruturas sócio-históricas-territoriais de formação e origem” das terras ocupadas pelos quilombolas. O autor identifica diversas formas de ocupação de terras que passam pela compra de propriedade por ex-escravizados, doações de terras, ocupação de fazendas abandonadas, pagamentos por serviços prestados em guerras (por ex.: Guerra do Paraguai), doação de terrenos de ordem religiosa (Terras de Santo), ocupações de terras da união e sob controle da Marinha do Brasil. E estas comunidades possuíam diferentes graus de contato com as localidades mais próximas, estabelecendo relações de venda de produtos agrícolas e compra de insumos que estes não produziam.

Desse modo, revelar a diversidade dos processos de resistência é fundamental para entender a complexidade das formações de quilombos em diferentes contextos e épocas:

[...] quilombos que procuravam constituir micro-sociedades camponesas integradas à economia local coexistiram com aqueles caracterizados pelo protesto reivindicatório, com ocupação de terras e invasões de fazendas, e com pequenos grupos de quilombolas em migração permanente.

(GOMES, 2015)

No decorrer dos processos de construção da identidade e luta por cidadania, o desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas se mostra complexo e o traço da

resistência perdura nas relações estabelecidas por estes sujeitos.

As diversas formas de acesso à terra por negros ex-escravizados desmontam o conceito de quilombo como um lugar “isolado formado por escravos fugidos”, e fazem parte do processo de composição do cenário atual de luta pelo reconhecimento e regularização fundiária destes territórios.

Contudo, ao se libertarem da condição de escravos (com a abolição da escravidão em 1888), mesmo período onde se instituiu a compra e a propriedade privada sobre a terra como condição para obtê-la, os africanos e seus descendentes “são sistematicamente excluídos da condição de brasileiros e passam a se situar na condição de ‘libertos’” (SOUZA, 2010, p. 15). Apesar de livres dos grilhões, permanecem sendo considerado como sujeitos inferiores e destituídos de direitos na sociedade brasileira. Desde então, as comunidades remanescentes de quilombo sofrem pressões e são por muitas vezes expulsos das terras que compraram ou herdaram de seus antepassados, e a permanência na terra ou “o simples fato de apropriação de um espaço para viver passou a significar um ato de luta” (LEITE, 2003, p. 3).

Após a abolição, o quilombo enquanto refúgio do trabalhador escravizado resistente a exploração desaparece enquanto conceito, mas estes territórios passam a configurar as chamadas “comunidades negras rurais”. Estas comunidades derivam dos quilombos coloniais ou são formadas por lavradores ex-escravizados que mantêm as organizações e formas de ocupação do território, “as formas de posse e organização social permanecem e se adaptam aos diferentes contextos legais e regionais, sustentadas em laços comunais ou em compromissos precários com aqueles que eram os expropriadores” (FIABIANI, 2012, p.372), agora em um contexto de luta pela integração na sociedade.

De volta a Mata Cavalos,¹⁵ após a abolição a localidade passa a ser um ponto de refúgio de negros libertos, tendo sua área expandida com a chegada de novos moradores. Bandeira et al. (1996, p. 16) apontam para a possibilidade da área ter sido um refúgio de negros libertos e fugidos, ao analisar um requerimento feito por um fazendeiro vizinho em 1890, no qual este solicitava às autoridades locais a expulsão de negros libertos e outros que ocupavam terras e matas da Sesmaria Boa Vida.

O contexto de formação do complexo Mata Cavalo é icônico e revela os múltiplos processos que coexistiram neste período. A Lei Áurea encontra os negros da Sesmaria já libertos e proprietários de parte das terras onde outrora foram escravizados, e esta situação gera diversos conflitos com a elite da região.

A elite local, forjada na exploração de ouro e agora decadente, não aceita que os negros permaneçam na terra e tenham a posse e passam a agir criminalmente com o intuito de desapossar os negros daquela localidade, utilizando todas as formas de manobras políticas¹⁶ como falsificação e roubo de documentos.

Apesar de terem em mãos os documentos de doação e compras de terras, isto não foi o suficiente para a garantia da segurança da posse da comunidade. O registro da primeira tentativa de expropriação é datado de 1890, apenas 7 anos após o recebimento da doação de parte da Sesmaria Boa Vida. Mesmo com as ameaças, as famílias continuaram em Mata Cavalo e expandiram o quilombo através da aquisição de terras adjacentes e fixação de núcleos familiares em outras localidades das Sesmarias Boa Vida e Rondon.

15 - Nos referimos a Mata Cavalo como o complexo de comunidades cuja Ribeirão da Mutuca faz parte. A escolha se dá neste capítulo pois a reconstrução do histórico da comunidade se deu a partir do percurso comum às seis localidades.

16 - As tentativas de expropriação, do século XVII até os dias atuais, são descritas no laudo antropológico, parte do RTID.

Dois anos após o ocorrido, em 1892, foram sancionadas duas leis estaduais estruturadas a partir da Lei Imperial de Terras de 1850, que garantiriam a regularização das ocupações “consolidadas”, sesmarias e posses até 15/11/1889 (MORENO, 1999, p. 68). São elas a primeira Lei de Terras do estado (Lei nº20/1892) e seu regulamento (Decreto nº 38/1893). Esta regulamentação adaptou-se aos interesses das oligarquias locais, assim como em outras regiões do país, como aponta Moreno (1999):

Como essas ocupações ocorriam em grandes áreas, favorecidas pela economia do Estado que se baseava na agricultura, no pastoreio e na exploração extrativa vegetal (erva-mate, borracha, poaia), a Lei estava beneficiando, essencialmente, os grandes proprietários (posseiros). Portanto, mesmo tendo assegurado o direito de preferência para compra das terras devolutas ocupadas, a Lei excluía os pequenos posseiros desse benefício, uma vez que estes não podiam efetuar a sua compra, nem fazer face ao sistema de produção vigente na época.

(MORENO, 1999, pp. 68-69)

No bojo deste período de adaptações da legislação a prática de ocupação de terras no estado de Mato Grosso, se encontravam outras formas de ocupação e uso da terra que não se encaixavam no modo de ocupação extensivo praticado pelos grandes latifundiários. Segundo relatos orais de antigos moradores do quilombo de Mata Cavalos, coletados por Moura (2009, p. 148), a memória passada pelos ancestrais descreve a forma de uso da terra neste período, quando não havia cercas entre as áreas de uns e de outros, a terra era compartilhada e a separação entre os núcleos familiares se dava por marcos naturais (rios, árvores, por exemplo).

Para os quilombolas de Mata Cavalos a terra não era considerada uma mercadoria, mas sim um meio de produção essencial para sua subsistência e para a reprodução das relações sociais

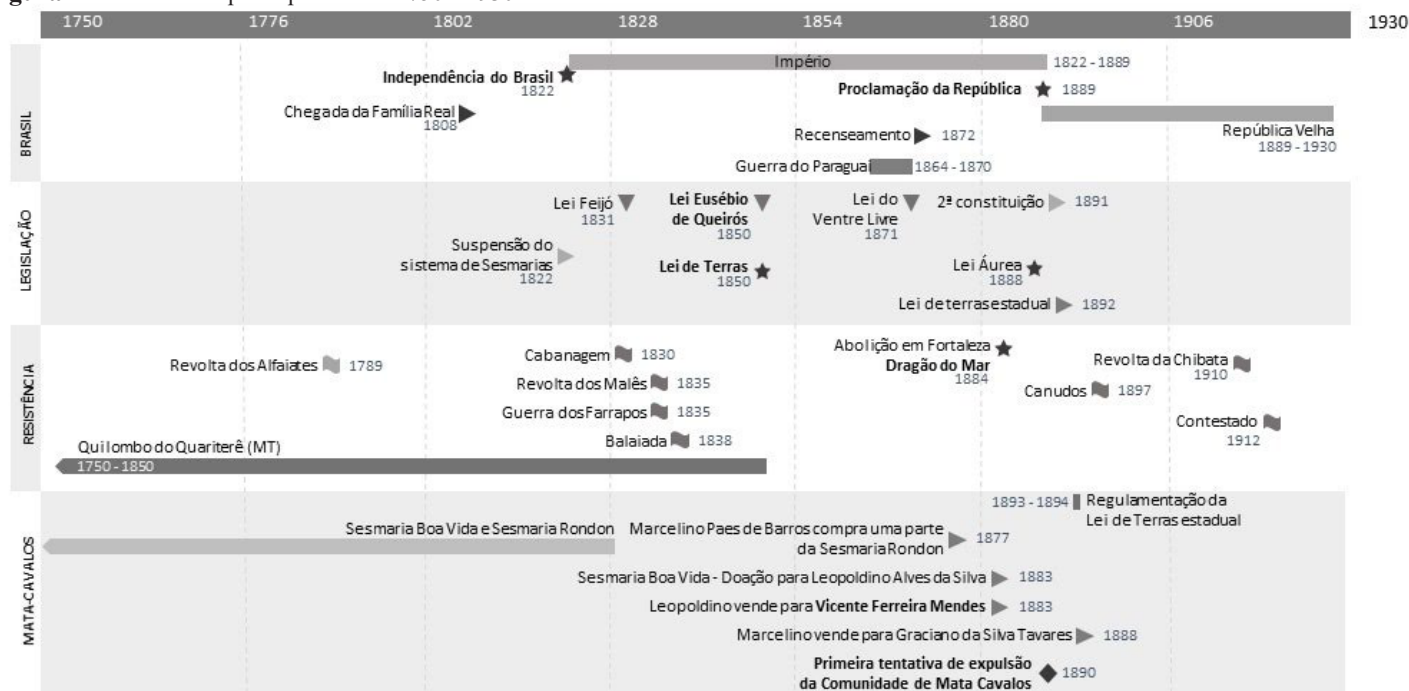
que os caracterizam enquanto grupo.¹⁷ A terra é ao mesmo tempo o lugar de reprodução da vida e de produção desta comunidade.

O regime de uso coletivo da terra assegurado pelos laços de parentesco permaneceu na comunidade de Mata Cavalos com força até o início do século XX, atravessada por tensões com a forma de propriedade fundiária admitida no período, mas garantida por escrituras e pelo inventário das chamadas “famílias-tronco”.¹⁸

17 - O uso comum da terra e as relações de parentesco serão exploradas no capítulo 2.

18 - As “famílias-tronco” são formadas pelos descendentes dos primeiros ex-escravizados que ocuparam as terras de Mata Cavalos, seja por doação ou compra.

Figura 11 Linha do tempo do período de 1750 a 1930.



Fonte: Elaboração da autora.

1.3 A agropecuária chega, os negros saem – o início do século XX

O início do século XX foi marcado pelas políticas do Estado Novo. Em 1938, Getúlio Vargas implantou a “Marcha para o Oeste”, visando integrar à economia nacional as áreas do Centro Oeste e Norte, consideradas como “espaços vazios”, com o propósito de construir um “novo Brasil”.

Este movimento se consolidou em Mato Grosso a partir de um projeto de reordenamento territorial e social do estado, pautado em um modelo de expansão produtivista. Em Mata Cavalos o ano de 1943 é marcado pela expropriação das terras por fazendeiros da região seduzidos pela valorização das terras e incentivo estatal a produção agropecuária. As famílias que ocupavam o território e estabeleceram ali seus costumes, forma de construir, de plantio e práticas religiosas foram expulsas das terras e migraram para a periferia das cidades próximas (Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cuiabá e Várzea Grande).

Apesar de construir um discurso de “modernização”, o governo de Getúlio Vargas reproduz a lógica de ocupação dos chamados “vazios demográficos” ao difundir a imagem distorcida de um país com o território homogêneo, semelhante àquela utilizada no período colonial. Este discurso pautou-se no apagamento das identidades de povos indígenas, quilombolas, seringueiros, entre outros grupos sociais que compõem a população brasileira. Pautado pela ideologia do desenvolvimentismo positivista e defesa da segurança nacional, o Estado incentivou a ocupação extensiva do território como forma de garantir as bases de reprodução do modo de produção capitalista no Brasil.

O discurso excludente baseado no conceito de raça a partir de concepções biológicas

perdura até o início do século XX, quando a tese eugenista¹⁹ é abraçada pela elite nacional e se materializa em políticas públicas que intencionavam o “branqueamento” da população brasileira, com o seu maior exemplo no incentivo da migração europeia.

A partir da década de 1930 e meados de 1940 se percebem mudanças no campo político, institucional e conceitual que buscam compreender o processo de formação da sociedade brasileira. Surge o mito da democracia racial,²⁰ enaltecendo a mestiçagem como um fator positivo que garante a unidade do povo brasileiro a partir da mistura biológica e cultural entre as três raças originárias (branco, indígena e negros). Munanga (1999) chama a atenção para o aprofundamento desse mito na sociedade brasileira, e explana a relação intrínseca entre a discriminação racial e o quadro de desigualdades sociais no Brasil:

[...] exaltando a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade.

(MUNANGA, 1999, p. 80)

Em oposição ao ideário da elite brasileira, no final dos anos 40 se inicia um período de grande efervescência intelectual nas faculdades de ciências sociais no Brasil, quando “os primeiros projetos de pesquisa sociológica sistemática no Brasil foram buscar seu objeto de estudo nas classes menos favorecidas – o negro, o trabalhador urbano, o lavrador pobre, o pescador, o

19 - Ver SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco, 1989.

20 - O mito da democracia racial é fortemente influenciado pela obra de Gilberto Freyre, ver: *Casa-Grande e Senzala — formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro, Maia & Schimidt, 1933.

índio (ZUQUIM, 2002, p. 43).²¹ A nova forma de olhar para as comunidades que viviam isoladas das cidades e do que se compreendia como “progresso”, e conseqüentemente de tratar a realidade brasileira, difundiu-se para outras esferas da administração pública e intelectualidade.

Entre os pesquisadores destacam-se Thales de Azevedo e Florestan Fernandes, que prosseguiram com a desconstrução da democracia racial em seus estudos e contribuíram para o fortalecimento do campo das ciências sociais, amplificando o questionamento no decorrer das décadas de 1970 e 1980.

Em meio aos avanços da revisão da historiografia brasileira, Gomes (2015) aponta para a persistência da visão romantizada entre os intelectuais que parte da visão culturalista e pensa os mocambos e quilombos como resistência a “aculturação europeia”, uma força de preservação das identidades étnicas dos que vieram da África. Esta África romantizada e homogênea é descrita por autores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro e Roger Bastide (GOMES, 2015, p. 73). Posteriormente esta imagem é revisitada pela visão materialista (anos 1960 e 1970), apresentando os quilombos como resistência escrava e embriões revolucionários, analisados sob a ótica marxista.

Para Gomes, ambas as visões produziram uma ideia de marginalização dos quilombos, sendo estes mundos isolados ora da resistência cultural, ora da luta contra o escravismo, como se os quilombos não fossem parte do arranjo social do período colonial, sugerindo até que sua existência por si não fizesse parte da estrutura política, social e econômica de toda a sociedade

21 - Esses trabalhos e as teses de estudo sobre a realidade brasileira ganharam impulso extra na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, depois da visita dos professores Donald Pierson, Hebert Baldus e Emílio Willems e com as pesquisas que desenvolveram com alguns de seus alunos, entre os quais estavam Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Maurício Segall e Oracy Nogueira. As pesquisas contaram com apoio da recém-criada Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (Unesco) que instituiu o combate ao racismo a nível mundial como parte de sua missão (ZUQUIM, 2002, p. 43).

da época. Leite (2000, p. 337) corrobora com a visão de Gomes (2015) e considera que “a generalização do termo teria sido um produto da dificuldade dos historiadores em ver o fenômeno enquanto dimensão política de uma formação social diversa” (LEITE, 2000, p. 337).

Dos tempos de Brasil-colônia até os dias atuais, a terra em Mata Cavalos se constitui como apropriação comum ao grupo, e não como propriedade individual, constituindo um ideário contrário a lógica hegemônica vigente pautada na propriedade privada individual no uso e apropriação da terra.

Os espaços que se estabeleceram a partir da resistência ao contexto de escravidão têm hoje como principal característica de diferenciação o uso comum da terra, e se conformam como resistência no cenário do capitalismo periférico com raízes fincadas na grande propriedade privada da terra. A luta pela terra se conforma então como uma das estratégias utilizadas por estes sujeitos a fim de garantir sua existência enquanto quilombolas, como aponta Bandeira (1996): “O que eram os quilombos senão lugares que negros apropriam para construir territorialidade própria, contestatória à ordem espacial dominante, como sujeitos coletivos, etnicamente diferenciados?” (BANDEIRA et al., 1996, p.28).

Neste período, as oligarquias locais se beneficiaram do projeto da Marcha para o Oeste implantado em Mato Grosso, como aponta Bandeira et al. (1993):

Integrando ao projeto da Marcha para o Oeste, Mato Grosso passou a redefinir seu processo de produção do espaço. Estruturava-se um novo modelo de cidade, implantado principalmente na capital do Estado. Na zona rural, a terra ressignificada como valor, ganhava no mercado novos preços e novos donos. No bojo deste processo a sua territorialidade negra de Mata Cavalos foi duramente atingida sofrendo uma ofensiva de grilagem que encontrou a comunidade despreparada para reagir [...].

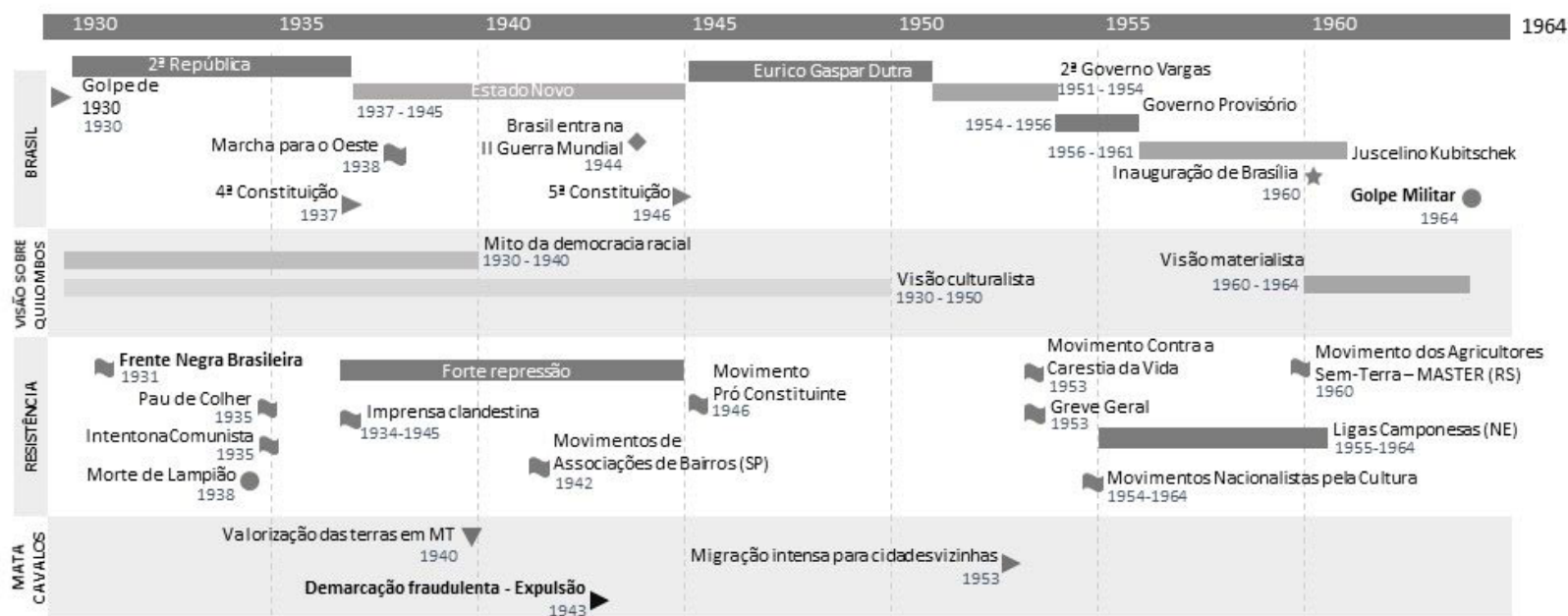
(BANDEIRA, 1993, p. 33)

A comunidade de Mata Cavalos foi atingida pela valorização das terras promovida pela Marcha para o Oeste, mas de uma forma negativa. Segundo relatos orais (MOURA, 2009, pp. 57-59) e registros do laudo antropológico, no ano de 1943 um fazendeiro “de fora”²² compra um pequeno pedaço de terra nas imediações do quilombo e, ao longo dos anos, estabelece relações de convivência e trabalho com os moradores da comunidade. Segundo os relatos, o fazendeiro foi expandindo suas terras aos poucos, mudando suas cercas para dentro da comunidade ano a ano. Em um determinado momento, ele decide fazer a medição de suas terras para regularizar e propõe que os moradores de Mata Cavalos façam o mesmo, com a ajuda dele. Os moradores aceitaram e a medição foi realizada, porém o fazendeiro registrou as terras de Mata Cavalos em seu nome, e iniciou a coerção e expulsão das famílias, que se desenrolou até meados de 1953.

Depois da demarcação fraudulenta da terra, o fazendeiro coagiu as famílias com pistoleiros, que as atacaram; a comunidade passa a sofrer um processo violento de expropriação. Estes ataques forçaram a migração da maioria das famílias de Mata Cavalos, que abandonaram suas terras e foram morar na área rural e nas periferias das cidades próximas como Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cáceres, Várzea Grande e Cuiabá (MOURA, 2009, p.160). Segundo registros, apenas 3 famílias resistiram na terra: uma no Mutuca, outra em Mata Cavalos de Cima e a última em Mata Cavalos de Baixo. Neste momento ocorre o segundo processo de espoliação vivido pelas famílias de Mata Cavalos.

22 - A pessoa não era reconhecida como parte da comunidade.

Figura 12 Linha do tempo com síntese dos acontecimentos do período entre 1930 e 1964.



Fonte: Elaboração da autora.

1.4 O quilombo Mata Cavalos e a ditadura militar (1960-1980)

Após a expulsão das famílias, estas iniciaram um processo de reterritorialização²³ nos centros urbanos onde se estabeleceram, e preservaram os costumes e a relação com o território na medida que a vida no contexto urbano permitia. Neste período avançam as abordagens sócio antropológicas que focalizam os aspectos organizativos e políticos dos quilombos, e estes passam a ser compreendidos como *uma forma de organização* (LEITE, 2000, p. 338), sendo esta

23 - Este processo será analisado no decorrer do capítulo 2.

a característica que torna singular a diferença entre o quilombo do período colonial e do período atual.

As famílias de Mata Cavalos que migraram para as cidades passam por um refazimento da territorialidade formulada no quilombo, como descrito por Bandeira et al (1993):

[...] iniciava-se o ressurgimento de uma territorialidade negra [...] Reorganizava-se a solidariedade grupal, as relações de parentesco, as práticas culturais sustentadas pela lembrança coletiva. Era Mata Cavalos, ressurgindo, fênix negra, etnicamente reinventada

(BANDEIRA, 1993, p. 39).

A fundação do Brasil central nos anos 50, período marcado pela construção de Brasília, inaugura uma nova fase de ocupação da região considerada “vazia”. Por compor a região da Amazônia Legal, Mato Grosso foi alvo das ações de planejamento territorial da Superintendência de Políticas de Valorização Econômica, órgão que mais tarde se chamaria SUDAM. A partir da década de 70 se inicia um novo processo de ocupação do território brasileiro com viés desenvolvimentista e extensivo, desta vez implantado pela ditadura militar e com forte discurso de integração nacional.

O período caracterizou-se pelas políticas de integração da Amazônia e Centro-Oeste fortemente centralizadas no governo federal. Combinadas com a modernização da agropecuária extensiva, estas ações atingiram o estado de Mato Grosso com um novo movimento de valorização das terras e colonização dos “espaços vazios”. A partir de planos federais que promoviam a estruturação destes espaços a fim de receber os migrantes das áreas pauperizadas do nordeste do país, “foi premente a necessidade de se abrir novas fronteiras econômicas, proporcionar o acesso à essas áreas e permitir a circulação dos migrantes e ao escoamento da produção” (AZEVEDO,

2015, pp. 37-38).

Esse processo é marcado pela falsificação de títulos fundiários e consequente expulsão de populações que vivem no campo, nas águas e nas florestas e historicamente lutam pela terra de vida e de trabalho, garantindo a grande propriedade privada da terra através da violência e expondo as veias do judiciário brasileiro:

Assim, a implantação dos projetos agropecuários na Amazônia tem também que ser entendida como uma das estratégias dos governos militares no sentido de patrocinarem o acesso à terra na região pelos grandes grupos econômicos.

(OLIVEIRA, 1987, p. 67)

Para Oliveira (1997), o processo de ocupação do Centro-Oeste e da Amazônia na década de 70 é comandado fundamentalmente pela mercadoria da propriedade privada da terra, através da imposição de monopólios privados ou públicos. A transformação das terras devolutas em propriedades privadas consolidou uma estrutura fundiária concentrada, que revela o caráter rentista da expansão da produção capitalista no campo mato-grossense e brasileiro (MORENO, 1999, p.89).

A urbanização na região Centro-Oeste intensificou-se impulsionada pelas políticas desenvolvimentistas a nível federal, cujas ações de planejamento foram implementadas pelas superintendências de desenvolvimento regional como a SUDAM (Amazônia legal) e SUDECO (Região Centro-Oeste) (AZEVEDO, 2015:25), e tinham como objetivos:

Os objetivos destes planos estavam estreitamente ligados à política de desenvolvimento do governo federal, especificamente em Mato Grosso previa a programação de ações que realça a vocação econômica determinada para a

região, de atividades agrícolas voltadas para a exportação e ainda as políticas de colonização, fixando a população para povoar o espaço que era considerado vazio pelas instâncias governamentais, foi premente a necessidade de se abrir novas fronteiras econômicas, proporcionar o acesso à essas áreas e permitir a circulação dos migrantes e ao escoamento da produção.

(AZEVEDO, 2015, p. 38)

O termo “vazio” era novamente utilizado na narrativa governamental com forte apelo ideológico, pois a região do Centro Oeste e estado de Mato Grosso abrigavam uma grande variedade de etnias indígenas, quilombolas, entre outros povos, porém o estado possuía uma economia pouco integrada ao circuito nacional e até então a produção agrícola era basicamente para subsistência, e não se encaixava nos interesses do governo federal. A autora ainda aponta para as contradições nas políticas públicas adotadas que, na obsessão pela chamada “modernização”, desconsideraram a existência da população do campo e não propuseram condições materiais de melhoria de vida ou adequação para estas populações:

Em Mato Grosso, a fronteira econômica avançou em direção ao norte do estado consolidando uma agricultura moderna baseada na monocultura. Somada à ausência de políticas continuadas e efetivas de reforma agrária e para o pequeno produtor, não proporcionou condições dos lotes de subsistência permanecer, que foram convertidos em culturas comerciais e ou pastagens, expulsando homem do campo, (desde o simples trabalhador até o pequeno proprietário),

(DIAS&CASTRO, 1986 apud AZEVEDO, 2015, p. 50)

Desta forma, conclui-se que as ações do Estado neste período dificultaram ou impossibilitaram a permanência do pequeno produtor nas terras de Mato Grosso, e as políticas públicas apoiavam-se em uma narrativa que excluía explicitamente os povos que viviam na

região. Este fato contribuiu para a criação de um território com uma dinâmica e espacialidade próprias (AZEVEDO, 2015, p. 52), onde a dita “modernização” expressou suas contradições no espaço, intensificando a riqueza de alguns e a pobreza e conflitos socioambientais para outros. O Estado se preparava para se tornar um grande exportador de commodities e de migrantes pauperizados para as áreas urbanas.

Durante a ditadura militar, a referência para a interpretação da sociedade baseada na democracia racial se reforça. Neste ideário de unidade nacional, denunciar o racismo era “querer dividir a nação, era ser ‘entreguista’” (SOUZA, 2010 p. 16), portanto qualquer reunião, discurso ou texto com esse intuito era considerado crime de subversão pois enquadrava na Lei de Segurança Nacional (ibidem).

Em reação ao fechamento do regime militar, a partir de meados da década de 70 novos atores surgem na cena política, no contexto de tomada de consciência sobre outros rumos para o desenvolvimento econômico e social. Neste período surgem os primeiros movimentos sociais organizados, que derivam da preocupação com os problemas derivados das desigualdades sociais no espaço urbano. Estes movimentos têm em suas bases o fortalecimento e ampliação das associações comunitárias e de bairro que buscavam por maior participação na gestão pública e atendimento de suas demandas nas formulações de políticas públicas. Este processo foi denominado “reformas de base”, agrária e urbana (ZUQUIM, 2008), e sofreu intensa repressão no período.

Entre os novos sujeitos sociais deste período se destaca a formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUDCR, também conhecido como MNU, que “nasce no clamor dos protestos contra a violenta morte de um jovem negro pela polícia paulista” (SOUZA, 2010, p.18). O MNU retoma a imprensa negra combativa articulando demandas históricas dos movimentos sociais negros com campanhas democráticas como as eleições diretas

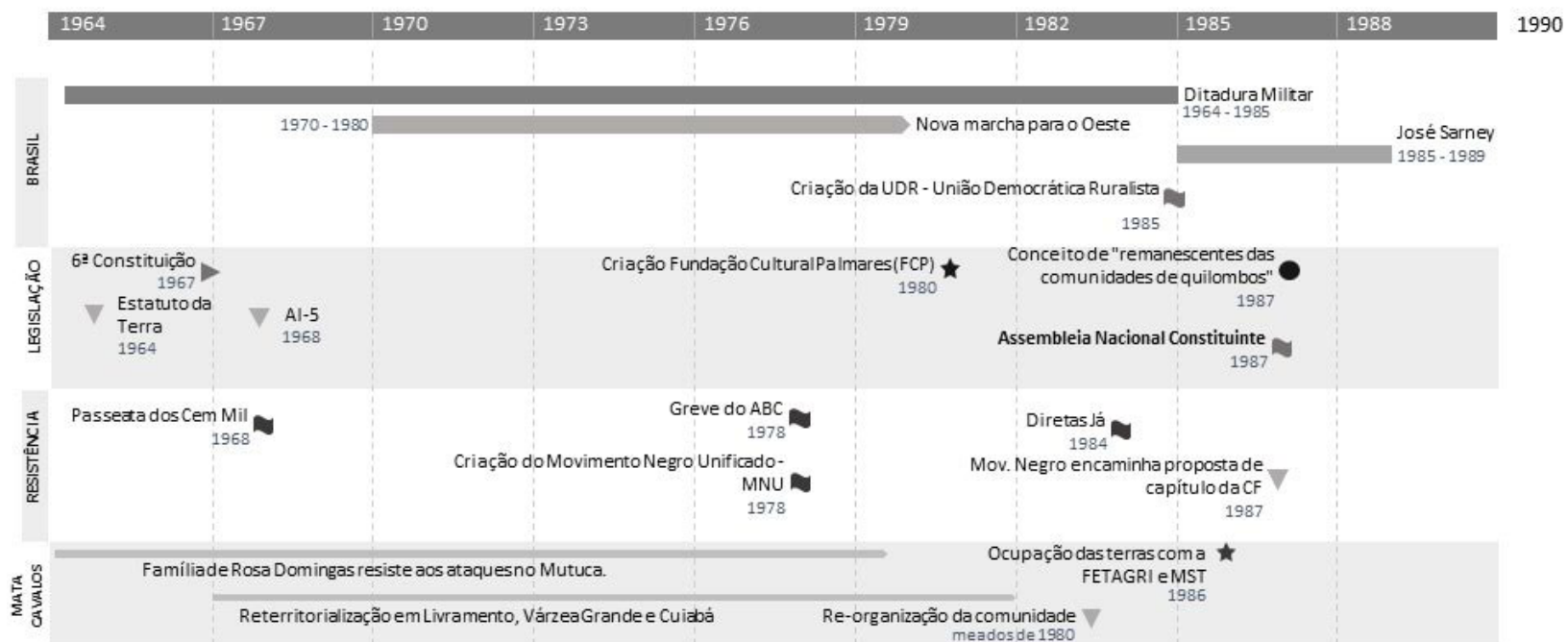
(Diretas já!), anistia aos presos políticos e lutas de independência dos países africanos.²⁴

Neste contexto de mobilização política intensa onde as desigualdades raciais e sociais no Brasil eram visibilizadas, a luta quilombola é pautada em articulação com as bandeiras de redemocratização do país. Um marco institucional do período é a criação da Fundação Cultural Palmares²⁵ em 20 de novembro de 1980, órgão do Ministério da Cultura atuante na luta pela preservação das comunidades quilombolas.

24 - Souza (2010) aponta a conexão entre o processo vigente no Brasil e o contexto internacional, principalmente nos países da África em processo de independência: “Nas Universidades Africanas, muitas releituras e desconstruções foram sugeridas e novas visões eram sistematizadas. Historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos e demais estudiosos da história de África desenvolveram uma série de novos instrumentos e técnicas capazes de reconstruir essa historiografia. Iniciativas que contribuíram e reforçaram a ideia de valorização da autonomia, dos valores, da cultura, estimulando a autoestima do ser negro, se sentir negro e se dizer negro” (SOUZA, 2010, p. 18).

25 - A Fundação Cultural Palmares, entre outras ações relacionadas as comunidades quilombolas e cultura negra em geral, foi o órgão responsável pelo reconhecimento, identificação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos até o ano de 2003. Atualmente o INCRA se encarrega do processo de titulação.

Figura 13 Linha do tempo com síntese dos acontecimentos do período entre 1964 e 1988.



Fonte: Elaboração da autora.

1.5 Redemocratização do Brasil e o retorno às terras de seus ancestrais em Mata Cavalos

A partir da década de 70 as abordagens do campo da sociologia e antropologia focalizam os aspectos organizativos e políticos dos quilombos, e passam a compreender o quilombo como *uma forma de organização* (MOURA, 1981), sendo a característica que torna o quilombo do período colonial e do período atual singulares. Antes da Abolição esta capacidade organizativa se

revelava na complexidade da organização sócio-política dos grupos, com uma base econômica que permitia a sobrevivência destes, que mesmo destruídos “reapareciam” em novos lugares. As estratégias adotadas após a Abolição vão no sentido de reforçar a *territorialização étnica* como modelo de convivência com outros grupos sociais, visto que as formas de expropriação e exploração também se atualizam (LEITE, 2000, p. 338).

Inicia-se então um longo processo de construção da identidade destes grupos, concomitante a um processo de segregação social e espacial dos negros, ao mesmo tempo que se inicia a formalização da diferenciação étnico-cultural. Conclui-se que “mais do que uma exclusiva dependência da terra, o quilombo, neste sentido, faz da terra a metáfora para pensar o grupo e não o contrário” (LEITE, 2000, p. 340).

Com o fim da ditadura militar, em 1987 se forma a Assembleia Nacional Constituinte encarregada de elaborar a nova Constituição Federal. Não cabe neste momento aprofundar o debate sobre os conflitos e dissociações presentes no processo decisório da Constituinte, mas sim revelar alguns momentos decisivos na constituição das políticas públicas voltadas a população negra, e conseqüentemente às comunidades remanescentes de quilombo.

Os conflitos sobre o reconhecimento das terras de remanescentes de quilombos na Assembleia Constituinte se dava no âmbito conceitual, pois por um lado se colocava a interpretação do movimento negro com o viés de luta pela terra e reconhecimento dos territórios, estes compreendiam que o processo de titulação caberia ao INCRA; no lado oposto estavam os ruralistas que defendiam que este direito fosse discutido no âmbito da cultura, com a intenção de tirar o foco da questão fundiária (SOUZA, 2010, p. 26).²⁶

26 - Para mais informações sobre a formulação do texto final do art. 68 da Constituição Federal de 88, ver: SILVA, Dimas Salustiano da. Apontamentos para compreender a origem e propostas de regulamentação do Artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. In: Regulamentação de Terras de Negro no Brasil. *Boletim Informativo NUER*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-27, 1997

O cenário político favorável e o histórico de lutas do Movimento Negro culminam na inserção de artigos referentes aos direitos quilombolas na nova Constituição, um marco institucional que reconhece os remanescentes de quilombo como sujeitos de direito. Os direitos culturais desta população são assegurados nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e o artigo nº 68²⁷ dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCP) assegura o direito à terra: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

A inserção do art. 68º do ADCT é considerada um avanço institucional no processo de reconhecimento de direitos da população quilombola, porém deixa questões em aberto tanto para o Movimento Negro quanto para o poder executivo no sentido da regulamentação e implementação de políticas públicas decorrentes.

Em 1996, em meio a uma conjuntura de efervescência política do movimento negro brasileiro na cidade e no campo, se constitui a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) enquanto uma organização representativa dos quilombolas do Brasil a nível nacional, responsável por apoiar a luta dos quilombos e levar as reivindicações destes para os órgãos competentes. No mesmo ano, ocorre o seminário internacional sobre “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos”, promovido pelo Ministério da Justiça com a presença de lideranças negras do país e diversos pesquisadores brasileiros e americanos; “foi a primeira vez que um governo brasileiro admitiu discutir *políticas afirmativas* voltadas para a ascensão dos negros no Brasil” (GUIMARÃES, 2009, p. 165, apud. SOUZA, 2010, p. 28 – grifo nosso).

No processo de redemocratização emerge um novo sentido para os “remanescentes das

27 - O referido artigo foi regulamentado 15 anos depois, pelo Decreto nº 4.887/2003 e pela Instrução Normativa 20/2005 do INCRA.

Figura 14 Registro da manifestação realizada na sede do INCRA em Cuiabá.



Fonte: MOURA, 2009, p.257.

comunidades de quilombos”, revelando questões mais amplas do que apenas os pleitos por títulos fundiários “mas de uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista” (LEITE, 2000, p. 339). Para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA).²⁸

o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que o mesmo tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos.

(FIABANI, 2012, p. 390)

Este processo faz parte de uma discussão mais ampla travada no interior do movimento negro. A expressão “*remanescente das comunidades de quilombos*” emerge na Assembleia Constituinte de 1988 e inicialmente cria diversos impasses conceituais ao se revelar restritivo e remeter a ideia de cultura cristalizada, em fase de desaparecimento, ao contrário da demanda inicial que intencionava descrever um “processo de cidadania incompleto” (LEITE, 2000, p. 340).

Para solucionar os impasses criados pela definição dada pela Constituição Federal, o Ministério Público convoca em 1994 a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para dar seu parecer e elaborar um conceito de “remanescente de quilombo”, no então criado Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais.²⁹ O documento gerado a partir deste Grupo de Trabalho buscou “desfazer a ideia de isolamento e de população homogênea ou como decorrente

28 - Em outubro de 1994 foi criado o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais a fim de elaborar um conceito de remanescente de quilombo no âmbito da Associação Brasileira de Antropologia.

29 - Reunião ocorrida no Rio de Janeiro, cujo documento final na íntegra encontra-se publicado em Boletim Informativo do NUER, v.1,n.1, 1996,p.81.

de processos insurrecionais” (LEITE, 2000, p. 341), ao afirmar que “contemporaneamente, portanto, o termo não se referia a resíduos arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica”. A conceituação de quilombo do documento da ABA se coloca crítica a uma visão estática de quilombo, afirmando seu aspecto contemporâneo e as diversas experiências capazes de serem incorporadas pela ressemantização.

Inspiradas e apoiadas pelos movimentos sociais em ebulição, em meados da década de 1980, as famílias de Mata Cavalo que haviam migrado para as cidades iniciam um movimento de retorno para as terras de seus antepassados. Estas se aliam a famílias sem-terra da região, organizadas pelo recém-criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para ocupar a área ocupada pelos fazendeiros. Em 1986 se inicia a retomada das terras pelos descendentes de ex-escravizados que ocuparam as terras de Mata Cavalos desde o século XVIII. Esta ação foi parte de um movimento maior de tomada de consciência racial, onde as famílias passam a se identificar como remanescentes de quilombo, apoiadas pelo Movimento Negro e se valendo da legislação nacional e estadual a fim de exigir a retomada das terras. Este processo se fortalece com a Constituição Federal de 1988, que reconhece no art. 68 o direito à titulação das terras de comunidades remanescentes de quilombos e adiciona uma nova camada de leitura e conflito à trajetória deste território e seus ocupantes.

Moura (2009), ao discutir os conceitos de “quilombos”, “comunidades remanescentes de quilombos” e “comunidades negras rurais”, propõe que a imagem que se construiu no imaginário popular baseia-se na caracterização do quilombo de Palmares e no vínculo histórico destas comunidades com os quilombos que as originaram. O autor pontua que esta concepção exclui as comunidades que se organizavam de outras formas,³⁰ como as que surgiram de outras formas de

30 - Flávio dos Santos Gomes identifica diferentes tipologias de mocambos e quilombos em *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil* (2015).

resistência³¹ utilizadas pelos negros escravizados.

Deve-se considerar que as conquistas do Movimento Negro, em articulação com outros movimentos sociais, parlamentares e sociedade civil materializadas na Constituição Federal de 1988, e a construção de políticas públicas voltadas a este grupo social são resultado de um longo processo de resistência e conflitos que se inicia ainda no período escravocrata. Diversos autores consideram os quilombos a maior expressão de ação política e resistência ao sistema vigente, iniciado pelos africanos escravizados, e continuado por seus descendentes (GOMES, 2015).

A conjuntura para retomada das terras de Mata Cavalo era favorável à comunidade e diversos fatores contribuíram para a mobilização das famílias. Entre os fatores, destaca-se a conjuntura política que envolvia uma gestão do governo estadual disposta a dialogar com os movimentos populares, inclusive o MST e outras organizações camponesas criadas nos anos anteriores. Soma-se a isso a crescente precarização das condições de vida e trabalho nas cidades, que afetou diretamente essa parcela da população de Mata Cavalo que, nos anos 60, migrou para as periferias das cidades em busca de melhores condições de vida. Fatores burocráticos, como a fragilidade dos documentos forjados pelos fazendeiros que ocupavam a terra, a recuperação de documentos de compra e doação das terras no final do século XIX e auxílio de entidades como a Comissão Pastoral de Terra (CPT) também auxiliaram no processo de retomada em 1986 (MOURA, 2009, p. 167).

Em 1998 a comunidade de Mata Cavalos foi reconhecida pelo governo do estado de Mato Grosso³² como remanescente de quilombo, segundo os conceitos definidos pela Constituição Federal de 1988, e no final do ano 2000 a Fundação Cultural Palmares emitiu um título de domínio

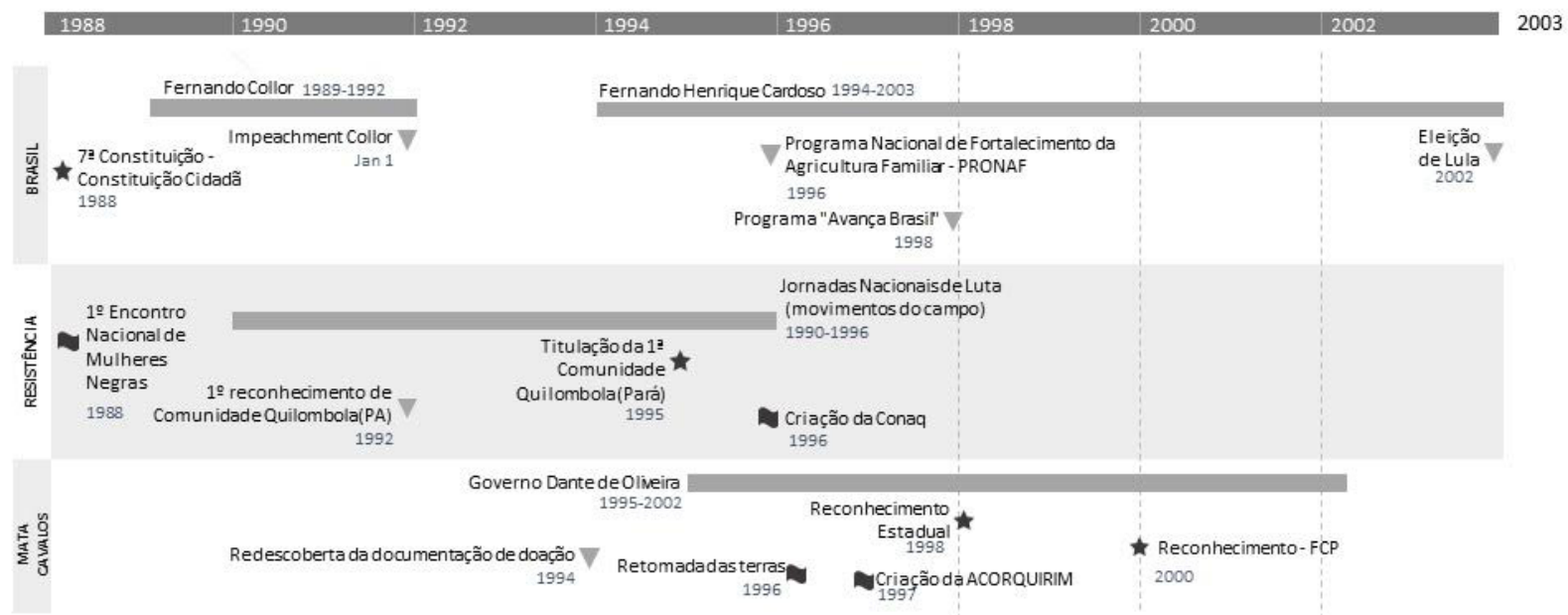
31 - O entendimento sobre “resistência” pode ser bastante amplo, de modo que João José Reis e Flávio Gomes (1996) mencionam que os atos de resistência dos escravizados poderiam ser os mais diversos, tais como sabotagens, apropriação de bens, revoltas, negação ao trabalho, suicídio e fuga. A historiadora Katia Mattoso (1982), por sua vez, indica a fuga e os assassinatos como as formas mais radicais de resistência ao sistema escravista.

32 - Gestão do ex-governador Dante de Oliveira, conhecido nacionalmente pela campanha das “Diretas Já!”.

referente à área, reconhecendo a comunidade como remanescente de quilombo. Estes dois passos foram importantes e significativos tanto para o processo jurídico de regularização e titulação das terras,³³ quanto para o reconhecimento da comunidade frente a sociedade Livramentense.

33 - Até a finalização desta dissertação o processo de emissão do título de propriedade da comunidade Mata Cavalos ainda estava em andamento no INCRA.

Figura 15 Linha do tempo com síntese dos acontecimentos do período entre 1988 e 2003. Fonte: Elaboração da autora.



Fonte: elaboração da autora.

1.6 O quilombo de Mata Cavalo nos anos 2000

A conjuntura política no Brasil no período pós-Constituição de 1988 é marcado pela pressão dos movimentos sociais que reivindicavam o combate ao racismo a nível institucional, e pela criação de políticas públicas afirmativas e reparatórias voltadas a população afrodescendente no início dos anos 2000.

No campo das políticas públicas territoriais Azevedo (2015, p. 51) aponta que “após a redemocratização do país, ocorreu uma gradativa perda de capacidade de coordenação do estado nacional, que somada à abertura dos mercados locais e regionais contribuiu para ampliar as disparidades entre regiões”.

A partir deste momento o país sofreu muitas pressões internacionais, dos estados e municípios e da sociedade organizada, tornando imprescindível redefinir a posição do governo federal no cenário nacional e internacional através da idealização de uma política territorial a partir de novas bases, que incluiria as questões ambientais e uma maior participação popular, ao menos no papel. Todavia, ainda restava algum vestígio da narrativa de ocupação de “espaços vazios” no bojo dos programas governamentais, como o programa “Avança Brasil”,³⁴ que viabilizou a abertura de novas estradas para o escoamento da produção e fomentou a instalação de centrais hidrelétricas no Norte e Centro-Oeste.

Já na década de 1990 viu-se o desenvolvimento de instrumentos de planejamento com

34 - Desenvolvido para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), o plano plurianual (PPA), conhecido como o “Programa Avança Brasil”, objetivava dar continuidade aos projetos da gestão anterior. Neste caso, os investimentos em infraestrutura foram considerados centrais na expansão da economia.

algum grau de participação da sociedade civil organizada, e centralidade da questão ambiental,³⁵ como o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE)³⁶ em Mato Grosso. Segundo Sato & Silva (2012, p. 264), o processo de construção do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT)³⁷ iniciou-se em 1989, mas foi engavetado após mudanças e orientações políticas da gestão.

Uma primeira versão do ZSEE foi apresentada no início dos anos 2000 na gestão do governador Dante de Oliveira, após muitos anos de elaboração pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso (Seplan-MT) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA-MT. No governo de Blairo Maggi³⁸ a gestão entendeu que o ZSEE deveria ser revisto e levou em conta sugestões oriundas de 16 audiências públicas que contaram tanto com a participação dos movimentos sociais quanto com o apoio da APROSOJA.³⁹ Muitas críticas foram lançadas sobre a nova versão, principalmente pela redução das áreas de conservação ambiental e os prejuízos às terras indígenas, as alterações são descritas por Silva & Sato (2012):

No entanto, foi aprovado em primeira votação, na sessão do dia 30 de março de 2010, um 3º Substitutivo Integral que deturpa definitivamente o processo

35 - A pressão internacional pela proteção da Amazônia (entre outros patrimônios da humanidade) intensificou-se, e o financiamento via Banco Mundial exigiu parâmetros e acordos que respeitassem os acordos da pauta ambiental.

36 - Regulamentado pelo Decreto Federal n. 4.297/02, o ZEE vem sendo aprimorado nos últimos 20 anos e tornou-se um dos principais instrumentos para o ordenamento territorial, mas foi pouco implementado. Até o momento, apenas dois estados brasileiros concluíram o seu ZEE: Rondônia e Acre. (SILVA & SATO, 2012, p.264)

37 - Trata-se do próprio Zoneamento Econômico Ecológico definido pelo Decreto 4.297/02, todavia a nomenclatura adotada nos estados de Mato Grosso e Rondônia busca evidenciar a dimensão social do zoneamento, para além dos aspectos ambientais e econômicos.

38 - Ex-governador do estado de Mato Grosso, ex-senador e um dos donos da Amaggi, uma das maiores empresas de exportação de commodities do Brasil.

39 - Associação dos Produtores de Soja e Milho do estado de Mato Grosso.

conduzido pelos diversos setores da sociedade mato-grossense ao longo de 20 anos e vem na contramão dos melhores esforços da política de gestão ambiental desse estado. Em sua proposta, o Substitutivo 3 elimina do mapa quatro terras indígenas em processos de identificação, delimitação ou demarcação; reduz 41% das áreas de Elevado Potencial Florestal; propõe uma redução de 73% de áreas propostas para a criação de Unidades de Conservação e privilegia as atividades de agricultura mecanizada e pecuária, aumentando sua área em 69% em relação ao Substitutivo 1.

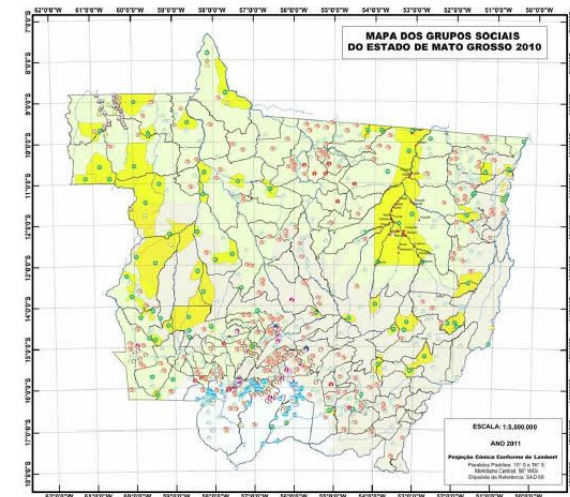
(SILVA & SATO, 2012, p .264)

Após este revés político, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) lançou em 2008 a proposta de um estudo para a construção de um mapeamento dos grupos sociais de MT (Fig.15). Com o objetivo de registrar o processo de construção das políticas públicas no estado e evidenciar a existência de inúmeros grupos sociais excluídos das instâncias de decisões há pelo menos cinco séculos, e mais recentemente, explicitamente retirados dos mapeamentos no processo de construção do ZSEE-MT.

Nos projetos do período a opção pela produção econômica agrícola extensiva e mecanizada mais uma vez expulsaria os pequenos produtores e as populações tradicionais de suas terras e do mercado produtivo. Mesmo com a aderência de questões ambientais na narrativa geral dos programas, as estratégias ainda apontam para a produção agrícola extensiva no estado e as ações de planejamento que estruturam e dão apoio a esta atividade econômica, como a infraestrutura multimodal e instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas, por exemplo

No período entre o fim dos anos 90 e início dos anos 2000, entre as medidas tomadas sobre as comunidades quilombolas destacam-se a Portaria nº 307 do INCRA de 1995, que determina a

Figura 16 Mapa dos Grupos sociais de Mato Grosso.



Fonte: SILVA, 2011.

titulação das terras quilombolas, porém sem detalhar o procedimento;⁴⁰ e o Decreto Legislativo 143 de 2002, que ratifica o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. Todavia o cenário apontava a fragmentação das políticas e desarticulação entre as ações e Ministérios que as executavam e, com exceção da Fundação Cultural Palmares, não havia um órgão responsável por essa articulação.

A partir de 2003, com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva, “os movimentos sociais negros e quilombolas compreendem ter alcançado o ambiente propício para a execução de suas demandas imediatas e históricas” (SOUZA, 2010, p. 35). Já nos primeiros dois anos de governo foram tomadas medidas correspondentes às demandas do movimento negro. A primeira foi a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), por meio da Lei 10.678 de maio/2003, ligada diretamente à Presidência da República:

[...] tem como missão institucional, acompanhar, articular e coordenar políticas de diferentes ministérios e de outros órgãos do Governo Federal para a promoção da igualdade racial; articular a execução de programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, e promover o cumprimento de acordos e convenções internacionais assinadas pelo Brasil para combater a discriminação racial e ao racismo.

(BRASIL, 2003)

A segunda medida foi a criação do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, por meio do Decreto n.º. 4.885, com a finalidade de “propor em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade racial com ênfase na população negra e outros segmentos étnicos da população brasileira, com o objetivo de combater o racismo” (SOUZA, 2010, p. 35). A terceira medida de destaque foi a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR),

40 - Esta portaria foi substituída em 2003 pelo Decreto n. 4887/03.

por meio do Decreto n.º 4.886, novembro de 2003, que em seu art. 2º destaca como objetivo principal dessa política “[...] reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra” (BRASIL, 2003a).

Já no campo das políticas territoriais, os avanços em direção à justiça social e atendimento a reivindicações dos movimentos sociais do campo contêm diversos elementos de contradição e conciliação com o setor do agronegócio. A partir do ano de 2004 a nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) propõe resgatar a obrigação do estado em orientar o desenvolvimento territorial, postura que esteve ausente nas últimas décadas e que pode ter agudizado as diferenças regionais (AZEVEDO, 2015, p.66). A autora aponta que o que diferencia esta proposta das anteriores é o reconhecimento dos diferentes agentes envolvidos e o papel do Ministério da Integração Nacional na coordenação da formulação e implementação das políticas, trabalhando juntamente com outras áreas do Governo Federal em escalas múltiplas e considerando a complexidade da realidade regional brasileira.

Mesmo inserido no ideário nacional de expectativas dos movimentos sociais e alguns avanços concretos, o Centro-Oeste e o Norte ainda eram percebidos como um vasto campo repleto de recursos a serem utilizados e territórios a serem “integrados”. Em nome de um sentido de ocupação baseado em um modelo hegemônico capitalista de relação com a natureza, anulam-se as tantas outras formas de ocupação do espaço e permanece o conflito entre o espaço como lugar do negócio e da mercadoria, e o espaço como lugar de reprodução da vida, o habitat. Sobre os conflitos socioambientais registrados em Mato Grosso na última década, Silva & Sato (2012) apontam que:

Diante do quadro significativo dos conflitos mapeados, podemos considerar que as disputas por terra, disputas por água, desmatamentos, queimadas e usos abusivos de agrotóxicos são os principais motes dos conflitos socioambientais

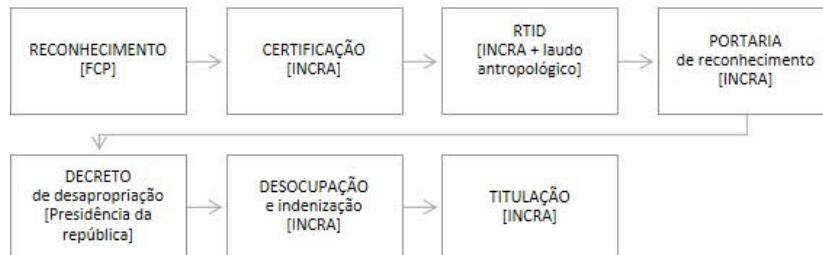
em MT. Essas questões afetam os três biomas mato-grossenses de formas e intensidades distintas. Podemos considerar que os conflitos não ocorrem isoladamente, em muitos casos, coexistem e estão intrinsecamente conectados, predominando uma dinâmica dialética entre eles.

(SILVA & SATO, 2012, p. 21)

Como dito anteriormente, a conjuntura política do início dos anos 2000 foi permeada por contradições em todas os campos. Em 14 de julho de 2000 a Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura e responsável pelo processo de titulação das comunidades remanescentes de quilombo, emitiu o Título de Reconhecimento de Domínio da Comunidade Mata Cavalo, e este órgão foi responsável pela tramitação do processo até o ano de 2003. Neste ano é publicado o Decreto nº 4.887 que passa a competência ao INCRA, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Este novo decreto é considerado um marco institucional para o movimento negro, pois regulamenta o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias emitido em 1987, e define o procedimento (Fig. 16) de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das chamadas “terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”. Em 2006 o INCRA emite Instrução Normativa que estabelece os procedimentos do processo administrativo desta pauta.

Figura 17 Processo de regularização fundiária de territórios quilombolas.



Fonte: elaboração da autora.

Considera-se importante recuperar brevemente a trajetória administrativa vivida pela comunidade pois esta faceta do processo pode fornecer elementos que auxiliam na compreensão dos embates na escala nacional e os resultados das políticas públicas no território de Mata Cavalo, e conseqüentemente do Mutuca.

Deste processo o reconhecimento é o primeiro passo para a regularização fundiária da comunidade remanescente de quilombo, e a importância desta etapa consiste no reconhecimento público do Estado sobre a existência destas comunidades. No entanto, o documento por si só não possui valor jurídico de regularização fundiária.

A certificação possibilita a participação da comunidade em políticas públicas específicas, e pode ser utilizada para abertura do processo administrativo de regularização fundiária, executado pelo INCRA em parceria com os institutos de terras estaduais e Secretaria de patrimônio da união, este pode se iniciar a pedido da comunidade ou por outros órgãos, como o Ministério Público.

No caso de Mata Cavalos a certificação foi emitida pelo governo do estado de Mato Grosso no ano de 1998, na gestão do governador Dante de Oliveira, através do decreto nº7205 e neste mesmo período o INTERMAT⁴¹ inicia arrecadação de 2 glebas incidentes no interior do perímetro. A fundação Palmares emitiu o título de reconhecimento de domínio com área de 11.722,46 hectares para comunidade de Mata cavalos em julho do ano 2000, todavia a comunidade não conseguiu registrar este título de domínio⁴² em cartório. Em 2003 o processo de titulação é aberto novamente, agora sob competência do INCRA, e no ano de 2006 é publicado o RTID, após intervenção do Ministério Público em um conflito ambiental que envolveu o Estudo de Impacto Ambiental de uma mineradora que intencionava se instalar nas terras de Mata Cavalo.

41 - Instituto de Terras de Mato Grosso

42 - Segundo o INCRA: “Título de Domínio (TD) é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo”.

Tabela 18 Número de comunidades quilombolas com processo de titulação em andamento até 2017.

Comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária		
	Brasil	Mato Grosso
Identificadas	3.386	78
Certificadas (FCP)	2.874	71
Tituladas	174	1

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da Fundação Cultural Palmares (atualizados em agosto de 2019) e INCRA SR 13 (atualizados em 2017).

Os casos de titulação via governos estaduais não são exclusivos a Mato Grosso; segundo a Comissão Pró-Índio, a esfera estadual tem sido mais atuante que o governo federal, com destaque ao Pará, que emitiu 45 títulos até 2011, quase 40% do total de 117 títulos emitidos em todo o país, que conta com mais de 3 mil comunidades quilombolas identificados (tabela 1).

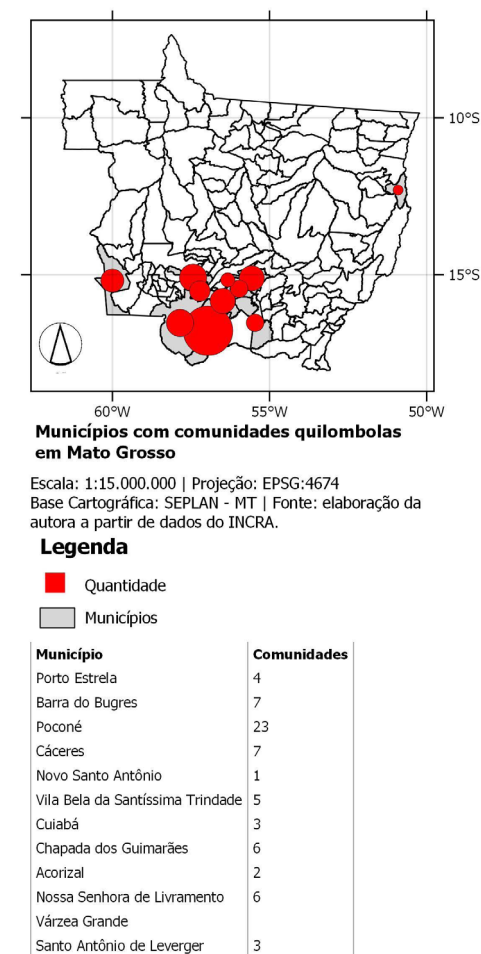
A disparidade entre os números de certificações e titulações é expressiva e revela as tensões do processo de garantia de direitos celebrados no fim da década de 80 com a Constituição cidadã, que se revelaram dependes de um arcabouço jurídico e arranjos administrativos a fim de se efetivarem concretamente. O número de certidões é expressivo e representa o reconhecimento do Estado, todavia o processo até a titulação final e conseqüente regularização fundiária destes territórios é longo e orientado por legislação federal e por legislações estaduais.

Registros oficiais⁴³ apontam a existência de 72 comunidades remanescentes de quilombo certificadas em Mato Grosso (Fig.17), deste total, 55 certidões foram emitidas no ano de 2005 quando a maioria dos processos já estava sob responsabilidade do INCRA. Segundo dados do Setor Quilombola do INCRA de Mato Grosso, das 72 comunidades com processo aberto entre os anos de 2004 e 2019, nove estão em processo de elaboração do RTID e três já têm o Relatório finalizado, sendo as mesmas que se encontram no estágio final da titulação ou em processo de desintrusão das áreas.

Segundo conversa com técnicos do INCRA, os processos de titulação efetiva tem levado mais de 10 anos por motivos que passam pela morosidade dos sistema jurídico, falta de recursos públicos para a indenização de ocupantes e, principalmente, pela falta de recursos humanos e financeiros para acompanhar todas as fases do trabalho de campo, a elaboração dos Relatórios Técnicos e a mediação de conflitos. A título de registro do esvaziamento e precarização

43 - Buscamos dados oficiais nos relatórios de gestão do INCRA, estes foram combinados com dados obtidos juntamente com o Setor Quilombola do INCRA em Mato Grosso e da Fundação Cultural Palmares, porém apresentam algumas inconsistências, por exemplo, a FCP registra 78 comunidades quilombolas no estado.

Figura 19 Mapa de localização dos municípios com comunidades Quilombolas no estado de Mato Grosso.



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do INCRA.

institucional vivida pelo órgão, o Setor Quilombola em Mato Grosso atualmente é composto por um quadro de 3 servidores efetivos responsáveis por todos os processos em andamento no estado.

Os movimentos negro e quilombola, ao articular diálogos e embates com setores políticos, conseguiram na constituinte de 1988 assegurar direitos históricos das comunidades remanescentes de quilombos e da população negra como um todo, e pavimentaram o caminho para a formulação de políticas afirmativas voltadas especificamente para estas populações.

Sobre o conceito de comunidade quilombola no período colonial e a ressemantização deste conceito na contemporaneidade, os autores Anjos & Cypriano (2006) afirmam que:

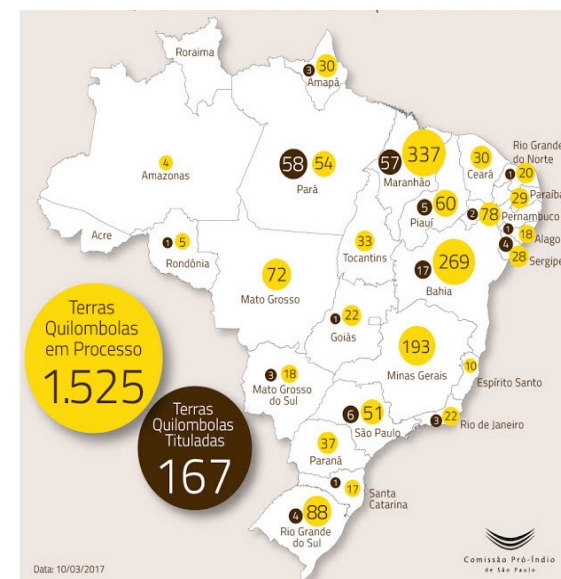
O conceito de comunidade quilombola, portanto, tem origem no campesinato negro, povos de matriz africana que conseguiram ocupar uma terra e obter autonomia política e econômica. Ao quilombo contemporâneo está associada uma interpretação mais ampla, mas que perpetua a ideia de resistência do território étnico capaz de se organizar e reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo, sua forma particular de viver.

(ANJOS & CYPRIANO, 2006, p.53)

Além da luta pelo direito à terra, o desafio dos quilombolas tem sido o de tornar sua territorialidade,⁴⁴ ou seja, a forma como se relacionam com o território, reconhecida enquanto central no processo de construção da identidade. Porém, para definir o alcance deste conceito deve-se considerar que estas comunidades e estes territórios não reproduzem *ipsis litteris* o que foram no passado, e sequer podem ser reduzidos a categorias homogêneas e generalizantes.

44 - As categorias território e territorialidade quilombola serão abordadas no capítulo 2.

Figura 20 Mapa das terras quilombolas em processo no INCRA até 2017.



Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A luta quilombola pelo direito ao território aponta para a necessidade de entendimento deste enquanto uma referência para a reprodução social e cultural deste grupo social. Desta forma, entende-se que a proteção dos direitos destas comunidades passa necessariamente pela regularização fundiária e titulação das terras, mas não se encerra aí.

A relação estabelecida pelos quilombolas com o território se constitui historicamente como uma reação contra hegemônica as estruturas vigentes, no primeiro momento se constituindo como lócus de resistência a estrutura social escravocrata, e, após a Lei de Terras de 1850, ao preservar a noção de terra coletiva em meio a um modelo de sociedade que define a relação com a terra baseada no seu valor de troca e seu acesso definido pela propriedade privada – e, ainda no século XXI, ao se afirmarem como sujeitos de direito pretendem elaborar novos pactos sociais baseados em suas demandas políticas, econômicas e culturais.

Os conflitos pela posse da terra em Mata Cavalo se prolongam há mais de 100 anos, e hoje a comunidade permanece resistindo a ameaças de fazendeiros e grandes grupos interessados em suas terras. O estado de Mato Grosso ainda vive a era do agronegócio⁴⁵ baseado na agropecuária extensiva, com sua economia voltada e dependente de atividades que demandam grandes áreas para a produção agrícola em si, e para as atividades que dão suporte e processam a produção. Padua (2014, p.36) ressalta que em Mato Grosso se percebe uma dominação política, econômica e cultural da grande propriedade de terra, e estes fatores contribuem com o consenso social da representação de prosperidade e progresso proporcionados pelo agronegócio.

45 - O avanço do agronegócio e a lógica de produção do espaço no estado de Mato Grosso foi analisado e descrito na tese “Onde está o agro desse negócio? transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio”, de Zuleika Alves de Arruda.

1.7 Ter a terra e permanecer: construção de políticas públicas específicas para comunidades quilombolas

Dentro do campo das ações da SEPPIR, estas tinham como objetivos políticas sociais estruturantes com políticas específicas para a população negra, a fim de aprofundar o combate às desigualdades sociais e raciais. Em 2004 são lançados dois programas: o Programa Promoção de Políticas Afirmativas para Igualdade Racial, com o objetivo de enfrentar o racismo e reduzir as desigualdades raciais nos campos da saúde, da educação, da economia solidária, e o Programa Brasil Quilombola – PBQ.

Apesar de apresentar resultados ainda tímidos (ANJOS, 2013, p.151), os avanços se dão no sentido de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo – e conseqüentemente da população negra como um todo – dentro do sistema social brasileiro enquanto sujeitos sociais de direito a partir da luta dos movimentos sociais. A partir de processos de reafirmação étnica que colocam em pauta na sociedade brasileira as bases para se pensar outras relações sociais e outras formas de se relacionar com a terra, Souza (2010) ao avaliar as políticas públicas dos últimos 20 anos, afirma que:

[...] ao reconstituir processos políticos de reafirmação étnica, esse movimento ampliado enaltece [...] a resistência coletiva como importante agente de transformação e de mudança. [portanto] A legislação vigente precisa adequar-se às realidades em que vivem milhares de famílias quilombolas, e não o seu contrário.

(SOUZA, 2010, p, 52).

Concomitante à regulamentação dos dispositivos legais de reconhecimento destas

comunidades, se formulou um campo de políticas afirmativas específicas para população negra e voltadas para grupos sociais mais amplos, como os do campo, das águas e das florestas. Entre estas ações destacam-se as voltadas às comunidades quilombolas ou que têm este grupo como beneficiário, formuladas com o intuito de reduzir as desigualdades raciais e garantir às comunidades quilombolas o acesso e permanência na terra, em breve resumo:

Quadro 1 Histórico de políticas públicas que atendem especificamente a população quilombola no Brasil.

ANO	AÇÃO	MARCO LEGAL
2003	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)	Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003
2003/2010	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)	Regulamentada pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010
2004	Programa Brasil Quilombola Agenda Social Quilombola	Decreto 6261/2007
2007	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007
2009	Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PLANAPIR	Decreto Nº 6.872, DE 4 de junho 2009
2010	Estatuto da Igualdade Racial	Lei 12.288, de 20 de julho de 2010

Fonte: Elaboração da autora.

Destaca-se aqui o Programa Brasil Quilombola, por promover a articulação de ações que visam o desenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombo ao promover a permanência na terra, a documentação básica, a educação, saúde, esporte, lazer, alimentação, infraestrutura e geração de renda. O programa reúne políticas oriundas de pastas diversas em torno de objetivos relacionados a promoção da agroecologia e de políticas de igualdade de gênero, além de quatro objetivos voltados para a estrutura de Estado e as políticas públicas.

O PBQ se divide em quatro eixos, que serão mostrados a seguir juntamente com as ações e programas relativos a cada um, no período de 2012-2015:

Quadro 2 Eixos do Programa Brasil Quilombola e políticas públicas articuladas.

Programa Brasil Quilombola (2004)

EIXOS	POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS
EIXO 1 Acesso à Terra	Certificação via Fundação Cultural Palmares; Regulamentação Fundiária via INCRA;
EIXO 2 Infraestrutura e qualidade de vida	PAC Funasa; Programa Água Para Todos; Programa Nacional De Habitação Rural- PNHR; Programa Luz Para Todos; Tarifa Social;
EIXO 3 Desenvolvimento Local E Inclusão Produtiva	Declaração De Aptidão Ao Pronaf – DAP; Programa Cisternas; Segurança Alimentar E Nutricional, Programa De Aquisição De Alimentos – PAA, Assistência Técnica E Inclusão Rural Quilombola – ATER, Selo Quilombos Do Brasil, Programa Brasil Local- Economia Solidária;
EIXO 4 Direitos E Cidadania	Programa Nacional de Educação do Campo, Programa Nacional Do Livro Didático – PNLD, Programa Dinheiro Direito Na Escola – PDDE, ProCampo, Educação Quilombola, Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional De Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Programa Bolsa Família – PBF, Busca Ativa – Cadúnico, Programa Saúde Da Família – PSF, Programa Saúde Bucal – PSB, Telecentro – Br, Rádios Comunitárias, Documentação Básica e Registro Civil

Fonte: Elaboração da autora a partir de SEPPPIR (2003).

As iniciativas governamentais acima referidas não esgotam o tema, mas representam uma amostra significativa das ações e programas voltados às comunidades quilombolas formulados nos últimos anos. Brandão et al. (2018) aponta que o acesso às políticas públicas constitui novidade, mas estas ainda carregam marcas de “improvisação” e ajustes de outros desenhos institucionais que podem desconsiderar as especificidades deste grupo.

Segundo os estudos realizados por Brandão et al (2018), a melhora na qualidade de vida das comunidades quilombolas estudadas se deve em sua maioria aos mecanismos de proteção social voltados para as parcelas mais vulneráveis da população, como o Bolsa Família e Cesta de Alimentos. Segundo os autores, estas ações não estão diretamente relacionadas à titulação das

terras, mas sim ao reconhecimento destes sujeitos que se beneficiaram do aumento da cobertura e abrangência de políticas públicas voltadas para os segmentos mais pobres da população nacional (BRANDÃO et al, 2010,p. 247).

Não cabe neste momento a avaliação⁴⁶ das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, mas, de maneira geral, há uma percepção positiva dos resultados da política por parte do movimento quilombola. Esta percepção se dá menos pelo atendimento concreto e em larga escala das comunidades quilombolas, e mais pela comparação com o enorme período histórico de falta de atendimento do Estado. Entende-se que há um longo caminho entre a entrada destes novos sujeitos na agenda social das gestões governamentais e a implementação das políticas no chão da comunidade.

1.8 As políticas de habitação rural e a questão quilombola

Entre as políticas voltadas ao território quilombola, cabe recuperar brevemente o histórico de formação das políticas públicas de habitação rural, isso é, o percurso de construção de políticas públicas de habitação rural até a construção do PNHR-primeiro programa federal que tem como público-alvo as populações quilombolas. Esta foi a política pública territorial mais expressiva que atendeu os moradores do Mutuca, em processo que será abordado no capítulo 3.

Entende-se que moradia digna e saudável faz parte dos direitos fundamentais humanos, e tem um papel importante no processo de permanência da população que habita o campo, quando articulada com outras dimensões como a produção, geração de renda, saúde e educação.

No campo das ciências sociais aplicadas, a quantidade de pesquisas que abordam a questão

46 - Para análises dos resultados do PBQ, ver Brandão, Dalt e Gouveia (2010) e RODRIGUES, Vera. Programa Brasil Quilombola: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 15, n. 57, 2010.

da habitação rural e as políticas públicas voltadas para o espaço não-urbano é relativamente reduzida se comparada às pesquisas que se debruçam sobre o tema da moradia e formação do espaço urbano. Na área da arquitetura e urbanismo destacam-se Costa (1995), Borges (2002), Shimbo (2004), Arruda (2007), Cerqueira (2009), Tavares (2011), Silva (2014), Rodriguez (2016) Sertori (2019) e Lenzi (2017). A maior parte das pesquisas surge a partir de 2003, e este fato relaciona-se ao período em que se amplia o atendimento de programas habitacionais para os grupos sociais do campo, possibilitando assim a análise do fenômeno a partir da abordagem científica em maior escala (LENZI, 2018).

Ao percorrer o histórico de formação do espaço do Brasil e a construção das políticas públicas voltadas ao atendimento das classes de renda baixa verifica-se o volume de políticas de provisão habitacional que se voltaram para solucionar os problemas da urbanização a baixos salários das grandes cidades, principalmente voltadas a manutenção das condições mínimas de habitabilidade e controle sanitário do trabalhador urbano. Dadas as devidas proporções, no percurso histórico brasileiro a habitação foi assunto de pouca prioridade nas políticas públicas voltadas para o espaço rural, conforme destacam as pesquisas relacionadas acima.

1.8.1. Políticas de habitação rural do Estado Novo até a Constituição Federal de 1988

A habitação rural aparece nos textos oficiais desde a década de 30, no contexto do Estado Novo, quando a política habitacional se encontrava dentro do Ministério do Trabalho e o acesso a políticas dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) se condicionava ao trabalho formal. Neste contexto, a habitação rural tem como primeiro marco legal a Constituição de 1934, que estabelece a preocupação de “fixar o homem no campo” e tem forte apelo higienista.

Posteriormente, no período de democracia populista, caracterizado pela descentralização

das políticas de habitação estaduais, o Decreto-lei N° 9.777 de 1946 estabelece as bases financeiras da Fundação da Casa Popular.⁴⁷ Em seu artigo 1º atribui para a Fundação o financiamento da “construção, reparação, ou melhoramento” da habitação rural, sendo “de arquitetura simples e de baixo custo, mas que atendam aos requisitos mínimos de higiene e conforto, bem como suprimento de energia elétrica” (BRASIL, 1946, artigo 1º, I).

Quase duas décadas depois, em meio à ditadura militar há uma pequena referência a habitação no escopo do Estatuto da Terra, considerado um marco na política agrária nacional. O artigo 75 do referido estatuto menciona: “[...] a elevação do nível sanitário, através de serviços próprios de saúde, e saneamento rural, melhoria de habitação e de capacitação de lavradores e criadores, bem como de suas famílias [...]” (BRASIL, 1964), ou seja, a preocupação se dá no nível sanitário da população rural, inferindo que a assistência deveria ser dada sob o viés da saúde e saneamento. O período é marcado pela reestruturação do sistema de produção habitacional urbana com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e as Companhias de Habitação (COHABs).⁴⁸ Para Arruda (2007, p. 53), este foi um novo ciclo de desenvolvimentismo, destinado a cumprir o déficit resultante das políticas anteriores e também com o intuito de apaziguar o processo convulsivo de resistência à ditadura vivido no país. Cabe mencionar que, neste período, a produção habitacional foi incorporada à Caixa Econômica Federal, o que significou a transferência do problema habitacional a um banco público.

Na década seguinte, entre 1979 e 1985, a habitação rural entrou no escopo do Sistema Nacional de Habitação. Foram lançados decretos que incluíam na política fundiária a construção de moradias para o trabalhador rural envolvendo recursos do Banco Nacional de Habitação

47 - A FCP foi a primeira instituição criada pelo governo federal com o objetivo de enfrentar os problemas habitacionais da parcela mais pobre da população.

48 - Para compreender a produção habitacional do período BNH ver Azevedo (1982); Bolaffi (1982); Bonduki (1998); Maricato (1998); Sachs (1999); Souza (1999) e Royer (2009).

(BNH). Como exemplo, o Decreto nº 87.700/1982 estabelece o Programa Nacional de Política Fundiária e indica nos seus objetivos a “participação em projetos de construção ou melhoria de casa para o trabalhador rural” (BRASIL, 1983, art. 3º). Este decreto foi significativo pois sinalizou a incorporação da habitação rural na política nacional, no entanto, este foi revogado (Arruda, 2007, p. 54) e não há registros de sua aplicação.

O período de redemocratização, que teve como auge a Constituição Federal de 1988, consolidou conquistas históricas da luta pela Reforma Urbana,⁴⁹ no entanto não representou avanços significativos para os movimentos de luta por reforma agrária (LENZI, 2017). O período que se inicia após a redemocratização do país é marcado pela crise do modelo econômico desenvolvimentista somado a uma intensa mobilização dos movimentos sociais, entre eles os movimentos identitários, como o movimento negro e quilombola, e os movimentos de luta pela reforma urbana e moradia.

No bojo das transformações no campo político e administrativo do país, em 1991 é consolidado um novo marco da Política Agrícola no Brasil. A Lei Nº 8.171/1991 regulamenta o artigo 187 da Constituição Federal, que trata da Política Agrícola e aspectos fundiários da Reforma Agrária, e destina dois artigos para a habitação rural, como segue:

Pressuposto VI - o processo de desenvolvimento agrícola deve proporcionar ao homem do campo o acesso aos serviços essenciais: saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e outros benefícios sociais.

Art. 87. É criada a política de habitação rural, cabendo à União destinar recursos financeiros para a construção e/ou recuperação da habitação rural. [...]

[...] Art. 89. O Poder Público estabelecerá incentivos fiscais para a empresa rural

49 - Os artigos 182 e 183 versam sobre a função social da cidade e propriedade no espaço urbano, e sua inclusão é considerada uma vitória do Movimento Nacional pela Reforma Urbana. (

ou para o produtor rural, nos casos em que sejam aplicados recursos próprios na habitação para o produtor rural

(BRASIL, Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991).

Destacam-se os artigos e parágrafos que foram vetados⁵⁰ e representavam um avanço em relação a legislação anterior ao atribuir a política nacional de habitação rural ao Conselho Nacional de Política Agrícola:

§ 2º - Serão beneficiários da política da habitação rural produtores e trabalhadores rurais, na forma que dispuser o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA).

Art. 90 - Cabe ao Poder Público prestar assistência técnica aos agentes financeiros e ao produtor rural, no que concerne ao projeto técnico da habitação rural.

Art. 91 - É dada preferência na aplicação dos recursos financeiros da habitação aos pequenos e médios produtores rurais e suas formas associativas e, em especial, aos assentados em área de reforma agrária.

Art. 92 - Cabe ao Poder Público implementar programas de habitação rural para regiões agrícolas com grande densidade populacional de trabalhadores rurais.

(BRASÍLIA,1989)

Paralelamente, é lançado o Programa Nacional de Habitação Rural (PRONHR),⁵¹ o primeiro programa federal dedicado especificamente à população das áreas rurais brasileiras, que tinha como objetivo “realizar construções, melhorias habitacionais e sanitárias, tendo como perspectiva a redução de doenças, principalmente a Doença de Chagas e de outras moléstias

50 - A razão do veto foi a obrigação de alocação de recursos ao CNPA sem previsão orçamentária, o que geraria ação de inconstitucionalidade.

51 - Para mais detalhes sobre o programa, ver Almeida, 2008.

relacionadas com a qualidade da habitação” (ALMEIDA, 2008, p, 41). O programa seria operacionalizado pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH), então vinculada ao Ministério da Ação Social, e previa a construção de 681 mil moradias nas áreas rurais no período entre 1991 e 1996, meta que não foi alcançada.

1.8.2. A habitação no contexto das políticas de reforma agrária

Em 1997, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estabelece normas de execução para os Projetos de Assentamento, através da regulamentação dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA). O Programa Crédito Instalação⁵² foi lançado em 1985 para atender aquelas que eram consideradas as primeiras necessidades dos recém-assentados via Política Nacional de Reforma Agrária. A Instrução Normativa nº19 de 1997 estabelece a modalidade de crédito chamada “aquisição de materiais de construção”, e oferece aos assentados da reforma agrária o acesso a crédito financiado de até R\$2.500,00 para fins de provisão habitacional, gerenciado por técnicos agrícolas e agrônomos do órgão.

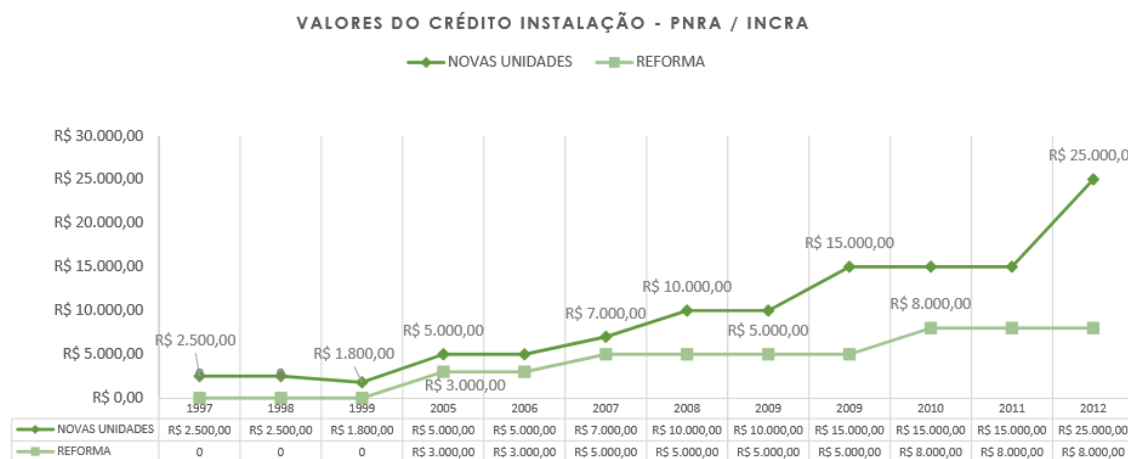
De 1997 a 1999 os valores dos créditos variaram entre R\$1.800,00 e R\$2500,00, chegando

52 - Segundo informações disponíveis na página do INCRA, o Crédito Instalação está organizado, no âmbito legislativo, pelas Leis Nº 8.629/1993 (que trata do acesso) e Nº 13.001/2014 (que trata do atual modelo do Programa), e pelo Decreto Nº 9.066/2017 (que trata do processo de seleção dos possíveis beneficiários). Até 2017, o Crédito Instalação previa as seguintes linhas de crédito, as quais estavam estruturadas em três eixos. **Eixo I – Instalação:** Apoios Iniciais, destinados “à instalação das famílias nos assentamentos e aquisição de itens de primeira necessidade”; Fomentos I e II, destinados “à viabilização de projetos produtivos relacionados à *segurança alimentar* e nutricional, e de fomento à geração de trabalho e renda”; Fomento Mulher, direcionado “à criação de projetos produtivos de responsabilidade da mulher titular do lote”; e Semiárido, voltado ao abastecimento de água às famílias pertencentes ao semiárido brasileiro, segundo definição do IBGE; **Eixo II – Inclusão Produtiva:** Pronaf Microcrédito, direcionado “à inclusão produtiva das famílias, possibilitando aumento da capacidade de produção, com garantia de assistência técnica”; **Eixo III – Estruturação Produtiva:** Pronaf para investimento na Reforma Agrária, e Pronaf Custeio da Reforma Agrária. Acesso em: dezembro de 2019.

até a R\$7.000,00, em 2005, mesmo ano que se inclui a modalidade de reforma das unidades habitacionais. A política de crédito do INCRA destinado a produção e reforma de moradia se estende até o ano de 2012, chegando no valor de R\$25.000,00 para novas unidades e R\$8.000,00 para reformas de unidades existentes.

Nestes 15 anos de vigência do crédito o valor se mostrou sempre abaixo do suficiente para suprir a ampla demanda por habitação, pois nesse montante estava incluso a assistência técnica no acompanhamento da implantação do assentamento, até recursos suficientes para compra de materiais de construção e contratação de mão de obra para o canteiro (ARRUDA, 2007).

Gráfico 1 Valores do Crédito Instalação oferecido pelo INCRA entre 1997 e 2012.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do INCRA.

Além do valor irrisório, as normativas não colocam exigências sobre o regime de construção, incentivando a autoconstrução desassistida, e nunca trouxe maiores detalhamentos sobre o que entende por “serviço técnico específico para qualificação das habitações”, conforme aponta Cerqueira (2009, p.73). Além dos créditos específicos voltados para as populações

assentadas da reforma agrária há o registro de iniciativas nas regiões sul e sudeste de programas piloto que fundamentaram as bases do programa nacional que seria desenhado nos anos seguintes.

No início dos anos 2000 aconteceram as primeiras experiências de operação de crédito via Caixa Econômica Federal (CEF), através de um acordo de cooperação e parceria com o INCRA, tendo por objetivo viabilizar a construção de unidades habitacionais nos Assentamentos da Reforma Agrária do estado de São Paulo por meio do Programa Carta de Crédito, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e ampliado com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) (RODRIGUEZ, 2016, p.45). Dentro do CC-FGTS o modelo de Operações Coletivas incluía as áreas rurais para a contratação na modalidade aquisição de material de construção para unidades novas, reforma ou ampliação.

Em 2001 o governo federal lança o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, através da Medida Provisória Nº 2.212, como objetivo de facilitar o acesso a crédito de moradia a população de baixa renda, através de programas de financiamentos habitacionais.

Em 2003 – início do primeiro mandato do ex-presidente Lula – é lançado o PSH-Rural, fruto de articulação entre o INCRA, a CEF e o MST, e que no ano seguinte estaria associado ao Plano Nacional de Habitação (PLANHAB). Através de um termo de cooperação técnica, firma-se a parceria entre o Ministério das Cidades (MC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que garantia financiamento habitacional próprio para os trabalhadores rurais sem-terra beneficiários das políticas de reforma agrária e os demais pequenos agricultores brasileiros (RODRIGUEZ, 2016, p. 47).

Entre os objetivos do PSH, destaca-se a complementação de subsídio de operações de financiamento habitacional, propondo o atendimento da população de baixa renda habitante do espaço rural, como fomento a permanência desta população no campo. A Portaria Interministerial Nº 186, de 07 de agosto de 2003, define como princípio do PSH “[...] tornar acessível a moradia

para os segmentos populacionais de renda familiar alcançados pelos programas de financiamentos habitacionais de interesse social” (BRASIL, 2003).

No mesmo ano, o PSH-Rural e o Programa Carta de Crédito são incorporados ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), e no ano seguinte incorpora o Programa Crédito Solidário (SILVA, 2014). No período de 2003 a 2006 foram investidos mais de 140 milhões de reais para a produção de habitação rural, em mais de 17 mil contratos (ROVER & MUNARINI, 2010, p. 263).

No ano de 2004 é formulado o Plano Nacional de Habitação, com o objetivo de atacar a questão habitacional a partir de diversas estratégias e produtos, considerando as diversidades regionais, características demográficas e dinâmicas econômicas (SANTO AMORE, 2015, p. 17). Este plano representou avanços nos arranjos possíveis na política habitacional, mas foi engavetado para dar lugar ao que seria o maior programa habitacional criado no país: o Programa Minha Casa Minha Vida, com a promessa de construir 1 milhão de novas casas por todo o país, resultante de arranjos financeiros e imobiliários (SERTORI, 2019).

1.8.3. A Habitação Quilombola no contexto do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

Em 2009 é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do governo federal, que buscou enfrentar/solucionar o déficit habitacional, mas sobretudo aquecer a economia em período de crise.⁵³ Em agosto do mesmo ano o Programa Nacional De Habitação Rural (PNHR)

⁵³ - Uma política econômica anticíclica consiste no conjunto de ações governamentais voltadas a impedir, sobrepujar, ou minimizar os efeitos do ciclo econômico. Como exemplos recentes, destacam-se o Programa de Aceleração de Crescimento – PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida, de características anticíclicas e desenvolvimentistas, que visam promover um crescimento econômico através do aumento de gastos públicos em obras de infraestrutura e construção de casas.

é regulamentado através da Portaria Interministerial nº 326 como um subprograma do PMCMV, possibilitando a construção de novas unidades habitacionais no espaço rural através da estrutura criada pelo PMCMV.

A modalidade rural do PMCMV tem um processo histórico e origem diferente de sua versão urbana, ambos se encontram no mesmo arranjo institucional e apresentam aspectos dissidentes, como o valor destinado às unidades habitacionais. Lenzi (2017, p.106) aponta que os valores destinados a construção de moradias no espaço rural é desproporcionalmente menor do que o valor destinado aos empreendimentos urbanos, sendo que os custos da construção civil no espaço rural são mais altos e contém outras variáveis, como as longas distâncias e dinâmicas que se diferenciam dos canteiros urbanos.

O PNHR sofreu diversas alterações após a entrada no escopo do PMCMV;⁵⁴ entre estas está a alteração mais relevante para esta dissertação: a inclusão de outros grupos sociais no público de beneficiários. Ao passo que as políticas de habitação rural vinham sendo construídas voltadas apenas para beneficiários da Reforma Agrária, o PNHR abarca agricultores familiares e outros grupos sociais do campo, das águas e das florestas:

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I – silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquícultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos

54 - Sobre a operacionalização do PNHR dentro do PMCMV, ver Lenzi (2018), Sertori (2019) e Rodriguez (2015).

incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º;

VI - *integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais* e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º

(BRASIL, 2006, grifo nosso)

Em sua primeira fase o PNHR define como beneficiários as pessoas físicas, agricultores familiares e trabalhadores rurais, com renda familiar bruta anual máxima de R\$15.000,00, sendo vedada a participação de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária -PNRA, pois estes ainda eram contemplados pelo Programa de Crédito Instalação do INCRA. Em fevereiro de 2013 com a publicação da Portaria Interministerial nº 78 as famílias assentadas da reforma agrária, integrantes do PNRA, deixam de ter acesso ao crédito de habitação via INCRA e passam a acessar recursos para construção de moradias pelo PNHR, via Ministério das Cidades.

Apesar dos retrocessos nas discussões sobre o enfrentamento das necessidades habitacionais na cidade e no campo, há alguns avanços significativos. É a primeira vez que surge entre as políticas públicas de habitação rural com abrangência nacional a obrigatoriedade da Assistência Técnica⁵⁵ para projeto e execução das obras de melhorias ou construção de novas unidades habitacionais, articulada como Trabalho Técnico Social. Também surge a figura da

55 - Borges (2008), Silva (2014), Lenzi (2018) e analisam as problemáticas referentes a Assistência Técnica nas obras do PNHR. A obra realizada no Mutuca e a relação com a Assistência Técnica será analisada no capítulo 3.

Entidade Organizadora,⁵⁶ uma organização pública ou privada sem fins lucrativos, cuja função seria facilitar a interlocução entre os agentes financeiros e as famílias.

Quanto aos resultados alcançados (Gráfico 1), neste período, o programa contratou um total de 215.734 unidades, sendo que 98% destinou-se ao Grupo 1, com renda familiar bruta anual igual ou menor a R\$17 mil. O estado que mais contratou foi o Rio Grande do Sul (24.842 unidades), enquanto Mato Grosso está entre os que menos contrataram, com 1.086 unidades.

Gráfico 2 Unidades contratadas via PNHR entre 2009 e 2018.



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados informados durante comunicação de técnico da Secretaria Nacional de Habitação no Seminário Estadual de Habitat Rural, realizado em São Carlos (SP) em 2019.

Deste montante da produção nacional, 9,4% das unidades foram construídas em território quilombola (tabela 2), chegando a um total de 20.385 casas construídas. Apesar das limitações da noção de déficit habitacional rural, os dados da Secretaria Nacional de Habitação apontam que

56 - As principais atribuições da Entidade Organizadora são: levantar a demanda habitacional; organizar os grupos de famílias (mínimo de 04 e máximo de 50) e suas respectivas documentações pessoais; definir e realizar as atividades de Assistência Técnica (AT) e do Trabalho Técnico e Social (TTS); elaborar e encaminhar aos agentes financeiros os projetos de engenharia e arquitetura; executar as obras (quando o processo construtivo ocorresse por meio de administrações diretas); e, por fim, atestar a conclusão dos projetos.

Tabela 21 Distribuição das unidades contratadas por tipo de beneficiário.

TIPO DE BENEFICIÁRIO	Nº UH	%
PNCF – Prog.Nac. de Crédito Fundiário	206	0,1%
Pescadores Artesanais	1.272	0,6%
Extrativista	2.119	1,0%
Indígenas	7.567	3,5%
Assentados do PNRA/INCRA	16.615	7,7%
Outras comunidades	16.200	7,5%
Quilombolas	20.385	9,4%
Trabalhadores rurais e demais	22.857	10,6%
Agricultores familiares	128.513	59,6%
Total	215.734	100,00%

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados informados durante comunicação de técnico da Secretaria Nacional de Habitação no Seminário Estadual de Habitat rural, realizado em São Paulo, 2019

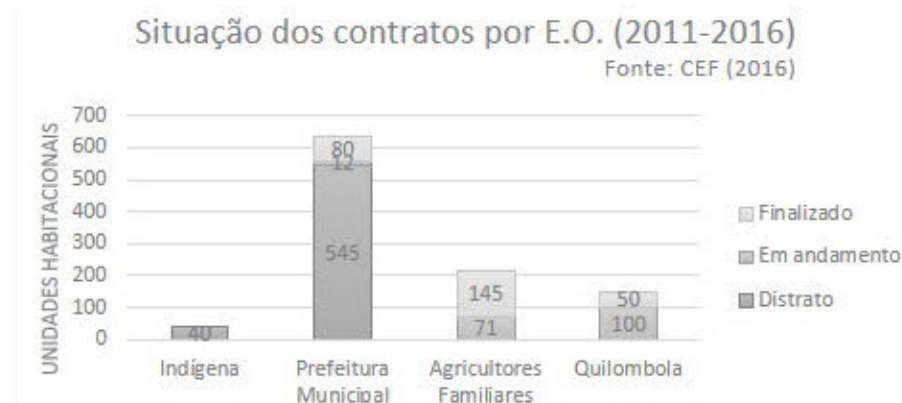
as contratações do PNHR até 2018 teriam enfrentado 28% do déficit nacional. Neste montante, em alguns estados as contratações chegaram a superar o déficit, como foi o caso da região Sul. Lenzi (2018) sugere que esses números podem ser reflexo da capilaridade e organização interna das cooperativas de trabalhadores rurais presentes na região sul. Enquanto a região nordeste, com o maior índice de déficit rural e maior presença de comunidades quilombolas, foi a região que menos avançou em relação ao déficit, ficando abaixo da média nacional com 17,6%.

Segundo relatório da GIHAB-CEF, no estado de Mato Grosso apenas 4 empreendimentos foram finalizados entre 2012 e 2017 (Gráfico 2), de um total de 28 contratos iniciados. Entre as obras finalizadas encontra-se o PNHR Antonia Cassemira Pinto e outros dois empreendimentos realizados pela ACORQUIRIM no Mutuca, totalizando 150 unidades construídas.

Entre as unidades contratadas em Mato Grosso (gráfico 2), 585 unidades não foram finalizadas devido a distrato entre a CEF e a entidade, que em sua maioria eram as prefeituras municipais.. Segundo relatório da CEF, apenas 4 empreendimentos foram finalizados entre 2012 e 2017, de um total de 28 iniciados. Portanto a produção via PNHR em Mato Grosso construiu 452 unidades habitacionais, segundo registros da CEF. Neste cenário, os empreendimentos realizados no Mutuca representam um terço de toda a produção do PNHR no estado de Mato Grosso.

Os motivos pelos quais os contratos não têm seguimento são inúmeros; dentre os eles destaca-se o descompasso entre os agentes envolvidos, especialmente entre beneficiários e construtoras. A produção habitacional no campo envolve variáveis como longas distâncias para

Gráfico 3 Situação dos contratos do PNHR em Mato Grosso por Entidade Organizadora (2011-2016)



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da GIHAB-MT(2016).

transporte de materiais, unidades pulverizadas e um tempo de trabalho diferente. Estes fatores tendem a aumentar o custo de construção das unidades, diminuem o lucro que as construtoras teriam com o empreendimento via empreitada global, e dificultam a execução por auto-gestão, por demandar uma estrutura organizativa das associações de moradores e experiência em gestão de obras que estas não possuem.

Há registros de ações pontuais de produção de habitação em comunidades quilombolas a nível estadual antes das experiências do PNHR. Destacam-se o “Programa Meu Lar” parceria entre o governo do Estado de Mato Grosso do Sul, INCRA e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que construiu 300 casas em comunidades quilombolas via PSH entre 2005 e 2009, e o programa “Pró-Lar Moradias Quilombolas”, no estado de São Paulo, que viabilizou a construção de 145 moradias no Vale do Ribeira via CDHU, em parceria com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) no ano de 2005. Não foram encontrados registros da execução destes programas, tampouco análises dos resultados.

Houve ainda um projeto piloto de construção de casas dentro das ações do Programa Brasil Quilombola (PBQ), chamado “Ação Kalunga”,⁵⁷ surge da articulação entre SEPPIR, FUNASA, governo do estado de Goiás e Universidade de Brasília. O projeto “Ação Kalunga” previa a construção de 400 casas utilizando tijolos de adobe, e 1.200 unidades sanitárias seguindo padrão da FUNASA em diversas localidades do quilombo Kalunga, a maior comunidade quilombola do país.

Em 2009, o PNHR foi inserido no PBQ e as comunidades passaram a ser priorizadas no processo de seleção dos projetos após um acordo de cooperação firmado entre a SEPPIR e a CEF. Para acessar o programa, as comunidades deveriam possuir o certificado de reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e certidão de titulação⁵⁸ emitida pelo INCRA, e nestes casos não impera o limite de módulos fiscais por família, pois o título de terra é de natureza coletiva. Até 2012, cerca de 2.800 unidades habitacionais foram construídas em comunidades quilombolas, segundo o último relatório do Programa Brasil Quilombola (lançado em 2012). Naquele momento, havia a previsão de construção de mais 2.049 unidades.

Dado o breve histórico de formulação das políticas habitacionais voltadas para os assentados de reforma agrária, nota-se que estas se inseriram no bojo das ações voltadas para o desenvolvimento rural. Ao menos no campo institucional, até 2009 as ações consideravam a moradia dentro do entendimento de Habitat, como um dos aspectos que garantiria a melhoria da qualidade de vida da população do campo. Dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária, o habitat é uma dimensão considerada nos Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA)⁵⁹. Por habitat, considera-se o lote de moradia, a casa e a infraestrutura (saneamento básico, energia

57 - Para detalhes da implementação do projeto e análise dos resultados, ver Barreto, 2006.

58 - Em caso de processo de titulação em andamento, o INCRA deve emitir certidão referente ao processo.

59 - Este é o documento onde se registram as intenções de organização e planejamento do espaço físico do assentamento, que será a base adequada para o desenvolvimento destes espaços.

elétrica, água potável e estradas vicinais), articuladas com equipamentos coletivos de saúde e educação.

Quando articuladas com políticas fundiárias e produtivas, dariam as condições de permanência destas populações no campo. Porém, esta política atendia um número reduzido de grupos sociais do campo. Cabe ressaltar que a PNRA somente começou a atender outros povos do campo, das águas e das florestas em 2016, e em Mato Grosso o atendimento foi regulamentado pelo INCRA em 2018 através da Portaria nº736 de 04 de maio de 2018, que admite que as famílias de Mata Cavalo se candidatem a beneficiários do PNRA. No início dos anos 2000, foram implementadas políticas setoriais que geraram de forte impacto no território rural, como a política dos Territórios Rurais, Fome Zero e o Bolsa Família. Além disso, neste período também foram criadas as políticas setoriais específicas para as comunidades quilombolas, como visto no item anterior.

A inclusão de outros grupos no escopo de atendimento do programa representa um avanço, porém cabe ressaltar que o desenho do programa foi construído a partir do atendimento a uma parcela dos grupos sociais do campo, das águas e das florestas. As normas rígidas dificultam o atendimento a diversidade de modos de morar e produzir nestes territórios, e dificilmente se articulam com outras políticas setoriais.

O crédito instalação do INCRA é um exemplo de política pública destinada aos assentados de reforma agrária que busca garantir a segurança alimentar, segurança hídrica e fomento da produção. Nesta lógica de integração das políticas, Cerqueira (2009, p. 73) aponta que cada modalidade de crédito se relaciona com uma área emblemática do desenvolvimento humano, visto que o projeto de assentamento significa para as famílias um recomeço simbólico e material.

Até 2013 a habitação entrava no escopo do crédito Instalação do INCRA e se articulava com outras ações públicas de ordenamento do território e desenvolvimento social e econômico.

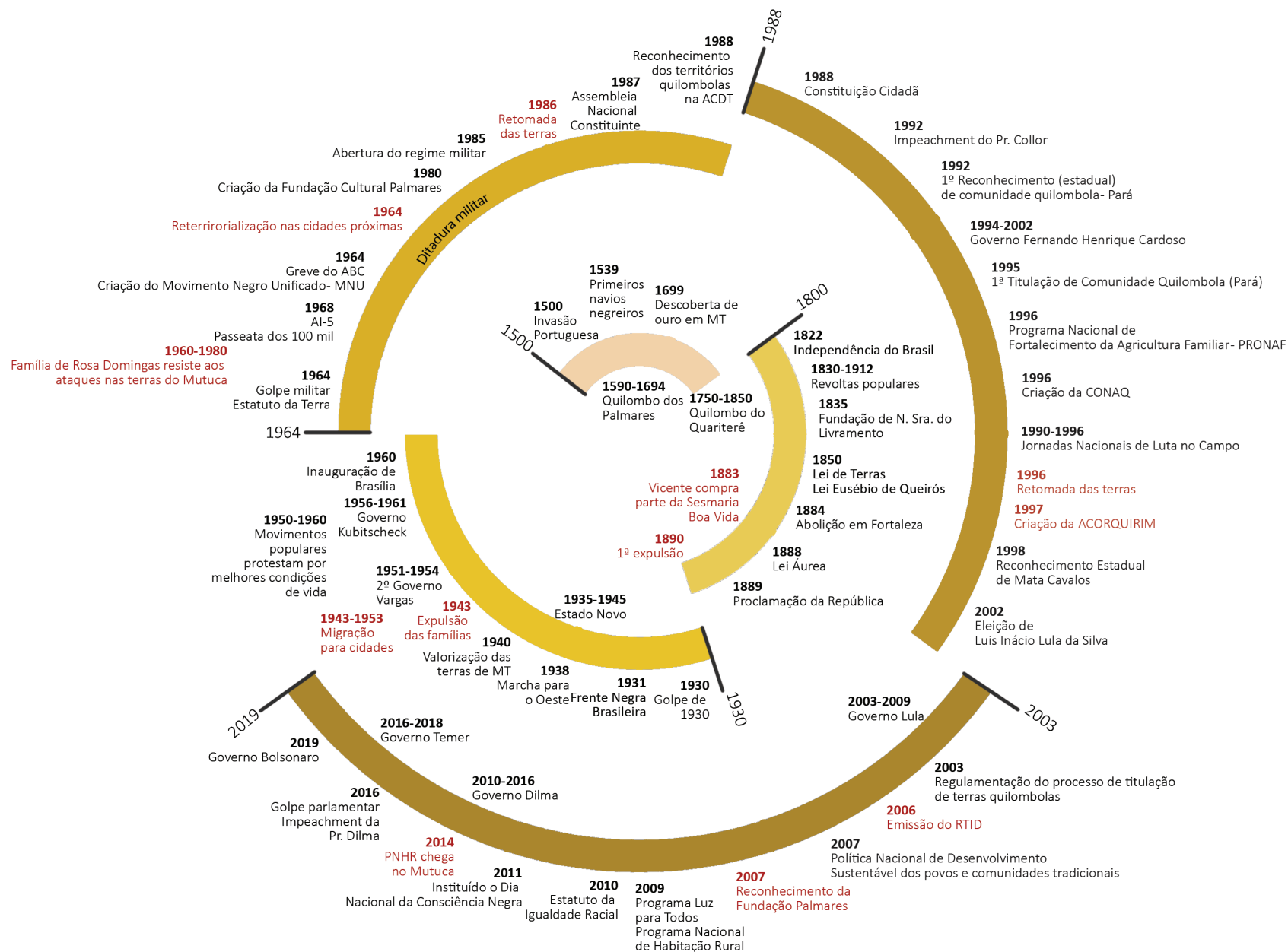
A habitação rural passou a ser operacionalizada pelo Ministério das Cidades e entrou em outro arranjo institucional, onde os agentes encontraram dificuldades na manutenção do diálogo entre as ações.

No caso das comunidades remanescentes de quilombo, os órgãos responsáveis pelas políticas específicas destas populações (INCRA, Fundação Palmares e SEPPIR) no geral se envolvem no processo de provisão de moradias nestes territórios somente na ocasião do fornecimento dos documentos de reconhecimento exigidos pela CEF. Nota-se que o Programa Brasil Quilombola tem o potencial de articular as ações adequadas aos territórios quilombolas, como exemplificado na Ação Kalunga, mas este foi esvaziado nos últimos anos.

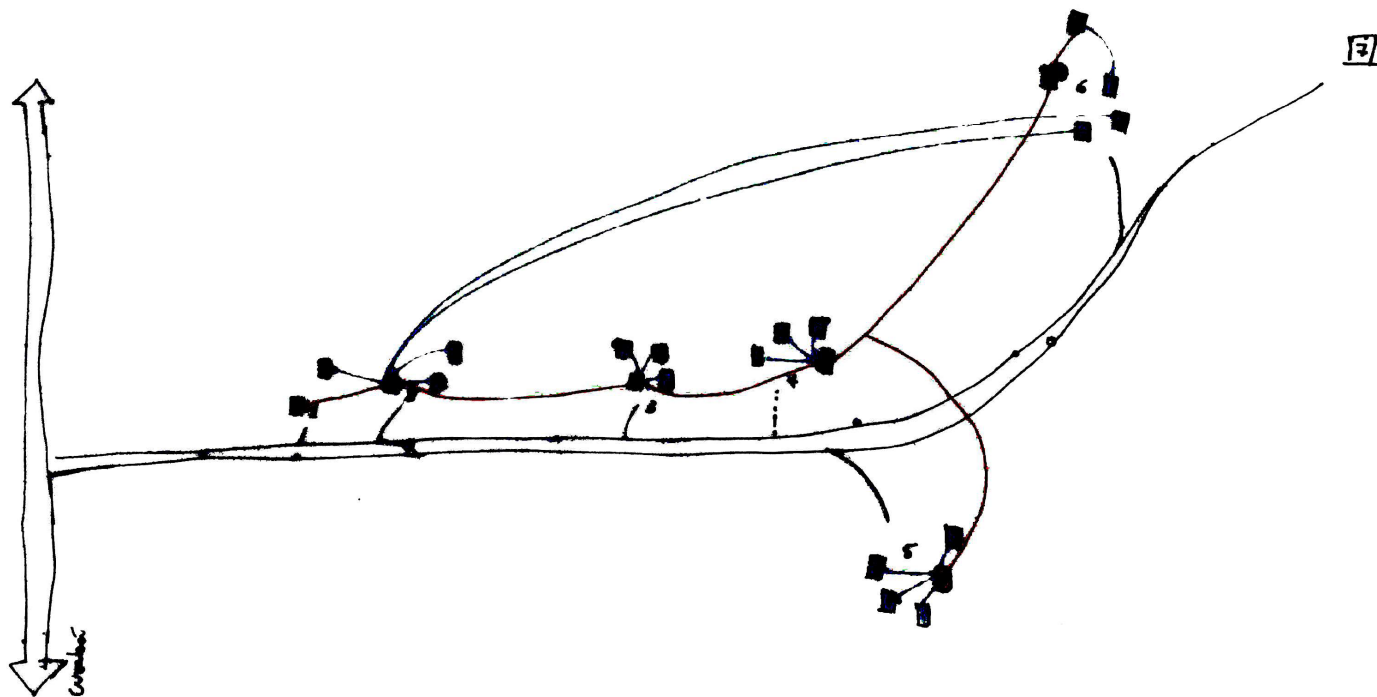
A questão do habitat rural foi debatida pela academia em conjunto com poder público e movimentos sociais nos Colóquios Habitat e Cidadania realizados em 2007, 2015 e 2018. Em uma de suas edições elaborou-se a proposta de um programa de Habitat Rural,⁶⁰ com o desenho mais adequado aos grupos sociais do campo. O Programa Habitat Rural parte do entendimento do habitat como uma totalidade, e não apenas a construção de casas. O programa foi elaborado partir das discussões sobre o atendimento aos grupos do campo, das águas e da floresta, entre academia, movimentos sociais e representantes de órgãos públicos, mas não chegou a ser implementado.

60 - O esboço do programa encontra-se em SERTORI, 2019 no Anexo II.

Figura 22 Roda do tempo - Síntese da cronologia do Mutuca de 1500 a 2019.



Fonte: Elaboração da autora.



*Colagem a partir de croquis feitos em campo
Fonte: Elaboração da autora.*

CAPÍTULO 2
OCUPAR E ESTAR NA TERRA:
FAMÍLIA, TRABALHO E FOLIA E OS AJUSTES NO TERRITÓRIO



2.1 De perto e de dentro : as relações entre família, trabalho e folia na organização territorial do Mutuca

*“Sou nascida e criada aqui, sou do mutuca.”
(Maria Renata, informe verbal)*

Após percorrer o histórico de formação do território em escala ampliada, nos aproximamos agora da escala do Mutuca, com o objetivo de compreender como se conforma o território a partir das relações familiares. Para tanto, adotou-se uma perspectiva *de perto de dentro* (MAGNANI, 2002), que só foi possível a partir dos vínculos estabelecidos entre pesquisadora e a Associação de moradores. O primeiro contato com a Associação aconteceu em 2016, durante a elaboração do trabalho final de graduação da autora, partir do contato com Laura Ferreira, ex-presidente da ACORQUIRIM e importante liderança da comunidade. O contato foi retomado em 2018, ano de início da pesquisa de mestrado.

Após o aceite da Associação em apoiar o trabalho de campo e permitir a entrada da pesquisadora na comunidade, a primeira atividade de campo foi a participação na Festa da Banana, em julho de 2018. Na ocasião, a pedido da Associação, a pesquisadora fez o registro fotográfico e audiovisual do evento. Nesta oportunidade pude conhecer outros moradores do Mutuca e já me apresentar como a pesquisadora que estaria presente no quilombo pelos próximos meses e que, possivelmente, visitaria suas casas.

A partir da observação participante na festa estabeleci contatos, acompanhei conversas informais e me aproximei de diversos representantes de categorias importantes para o Mutuca, como a Fundação Palmares, o Conselho Estadual de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

(CEPPIR-MT) e pesquisadores do movimento negro de Mato Grosso. Em outubro do mesmo ano foi realizada outra visita à comunidade, com o objetivo de mostrar o resultado das gravações da festa e apresentar a pesquisa para outras pessoas de referência do quilombo.

Ainda em 2018, entrei em contato com o setor quilombola do SR 13 do INCRA, responsável pelo processo de reconhecimento e titulação de Mata Cavallo. Em busca de obter documentos oficiais, tive como interlocutor Ivo, antropólogo e técnico do INCRA, que me auxiliou com muita generosidade. Neste primeiro encontro tive acesso aos documentos do RTID, laudo antropológico e perícia referentes ao Mutuca, além de dados gerais e a perspectiva de um técnico sobre os quilombos em Mato Grosso.

Foram disponibilizados arquivos com dados referentes às comunidades quilombolas em Mato Grosso: Nome, Localização com coordenadas geográficas e situação fundiária. Também foi disponibilizado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Quilombola Mata Cavallo, cuja comunidade Ribeirão da Mutuca faz parte, e que foi um documento essencial para o desenvolvimento do trabalho. Neste relatório constam dados referentes ao processo de titulação da comunidade e o laudo antropológico que descreve o histórico detalhado da comunidade no que se refere a formação dos troncos familiares, histórico dominial e práticas que os definem como remanescentes de quilombo.

As leituras do RTID e da documentação complementar (relatórios jurídicos e plantas do processo de regularização fundiária) foram essenciais para a etapa de fundamentação teórica do trabalho, pois revelam o histórico de formação da comunidade e auxiliaram no amadurecimento das questões que norteiam a pesquisa.

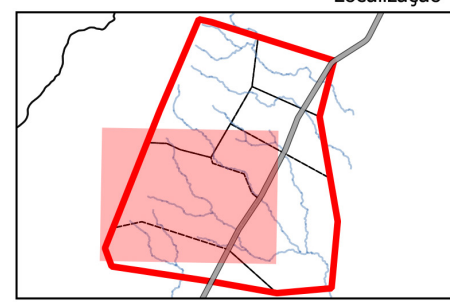
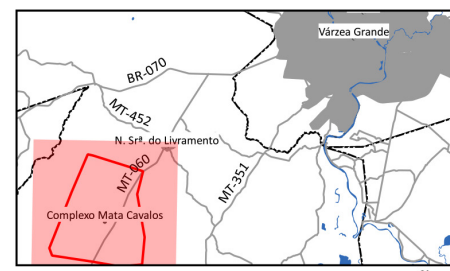
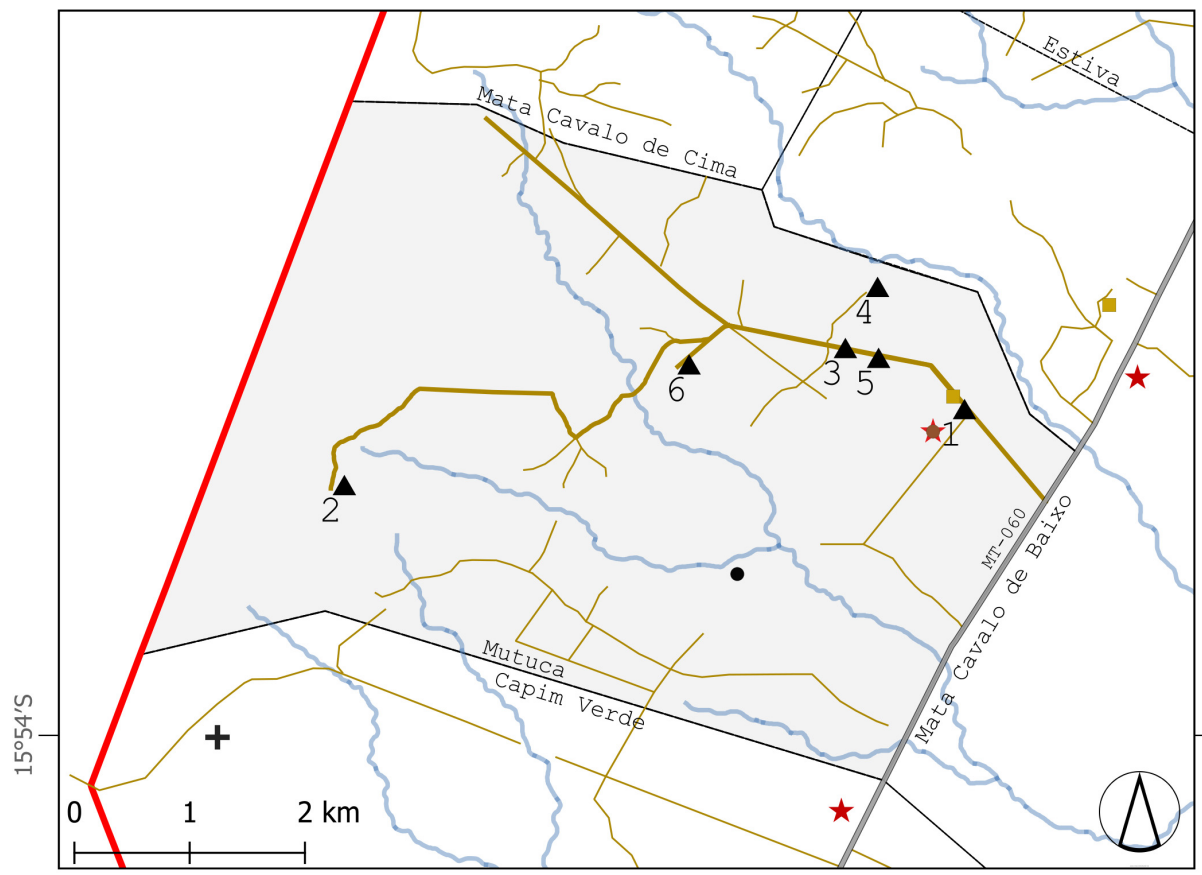
Entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019 realizei entrevistas semiestruturadas com a técnica da CEF que acompanhou o projeto do PNHR no Mutuca, e com Laura Ferreira, representante da ACORQUIRIM. Ambas entrevistas tiveram como tema a realização das obras

do PNHR no Mutuca.

Em julho de 2019 apresentei outro “planejamento” das atividades de campo para Laura e outros moradores.. Entre as atividades constava o levantamento de dados georreferenciados, como os limites do Mutuca e os pontos de referência para os moradores. Este passo era considerado importante pois os dados disponíveis em pesquisas anteriores quase sempre se referiam ao complexo Mata Cavalo de forma generalizada, e havia poucos dados específicos do Mutuca disponíveis. Neste momento o olhar a partir da imprevisibilidade e a disponibilidade foram acionados, quando o levantamento dos pontos de referência e mapeamento com drone do quilombo não foi aceito pela associação pois este já teria sido feito pelos técnicos do INCRA. O planejamento foi então re-elaborado, e estabeleceu-se que o campo se daria a partir de visitas às casas de famílias escolhidas por Dona Justina, filha de Rosa Domingas, mãe de Laura e uma das lideranças de referência na comunidade.

Entre julho de 2018 e outubro de 2019 visitei 6 casas de famílias do Mutuca e a casa da roça da família de Justina (Fig. 23). Orientada por Justina, visitamos as casas escolhidas por ela a partir do único critério que expressei: deveriam ser famílias que moram em casas do PNHR. Desta forma, visitamos as casas de 5 irmãs de Justina (Anísia, Idelfonsia, Maria Renata e Narcisa) e de uma prima (Delmira). A cada dia de campo conseguimos visitar uma família, por conta das distâncias e dos afazeres de nossa guia. O que se revelou, naquela ocasião, foi um passeio pela árvore genealógica do Mutuca. As visitas de pesquisa se tornavam oportunidades para dona Justina visitar suas irmãs, e não raro dávamos caronas para as netas e sobrinhas se deslocarem entre os sítios. As redes de solidariedade se expressaram no decorrer da pesquisa, e assim como neste exemplo, algumas categorias e questões surgiam em campo demandando a constante adaptação. O único local que fiz questão de conhecer foi a Roça da família, situada a 7km dos núcleos. Esta visita aconteceu no último dia de campo, em outubro de 2018.

Figura 23 Mapa da Comunidade Ribeirão da Mutuca



Mapa da Comunidade Ribeirão do Mutuca

Escala: 1:40.000
 Projeção: EPSG:4674 - SIRGAS 2000
 Base Cartográfica: SEPLAN - MT 1:100.000
 Fonte: INCRA SR-13 Mato Grosso

Obs.: Os limites entre as comunidades são aproximados, definidos a partir do laudo pericial (BARROS,2006).

Legenda

- | | | | |
|---------------------------|-------------------------|---------------------------|-------------------|
| ★ Associação de moradores | — MT 060 | ▭ Limites das comunidades | ▲ Casas visitadas |
| + Cemitério | — Estradas vicinais | — Córregos | 1 Justina |
| ■ Escola | — Estrada principal | | 2 Roça |
| ● Vestígios | ▭ Perímetro do Complexo | | 3 Idelfonsia |
| | | | 4 Delmira |
| | | | 5 Anísia |
| | | | 6 Maria Renata |

Fonte: Elaboração da autora.

Pela aproximação com a associação, a pesquisa de campo esteve bastante associada às famílias mais ativas e próximas da organização política do Mutuca. Portanto, as pessoas têm um perfil mais ou menos parecido, por serem mulheres entre 40 e 60 anos, parte do mesmo tronco genealógico e moradoras do Mutuca. De fato, este perfil não engloba a diversidade do universo social do Mutuca. Essas pessoas, às quais me refiro ao longo deste trabalho como interlocutores e pelos seus nomes, possuem trajetórias de vida particulares que refletem tanto na forma como estas se relacionam com o território quanto na narrativa direcionada a uma pesquisadora *de fora*.

As visitas de campo seguiram um “roteiro” básico que se iniciava com dona Justina intermediando e apresentando a pesquisadora, que falava brevemente sobre os objetivos da pesquisa e seguia com a entrevista semiestruturada. Após o primeiro contato, seguíamos por um passeio pelo entorno da casa, e conhecíamos o interior das casas quando convidadas. Neste passeio eram elaborados os croquis de campo, registravam-se os pontos no GPS, eram feitas as fotos, e, na conversa informal, surgiam assuntos variados, que enriqueceram o conteúdo das perguntas feitas anteriormente.

Cabe ressaltar a atenção às “pedrinhas miudinhas” do campo no Mutuca, como o fazer da casa, o fiar do algodão, as festas, enfim, detalhes que à primeira vista parecem banais, mas que contêm muito valor e dispararam reflexões quanto às superestruturas e largas escalas. Foi dada especial atenção aos detalhes e discursos não-verbais e atos do cotidiano (padrão de consumo, conversas entre familiares, afazeres cotidiano, a forma de recepção, o estranhamento), que revelaram valores do grupo em determinados momentos, além de informações que as técnicas de entrevista utilizada tiveram mais dificuldade em alcançar.

A encruzilhada se apresenta mais uma vez na busca pelo encontro das “pedrinhas miudinhas” e dos saberes canônicos. Ao longo dos quase 200 anos de sua história, o Mutuca foi

um lugar de encontro entre o modo de viver e pensar quilombola e o modo de fazer e pensar a casa, numa escala distante. As decisões tomadas em um ministério em Brasília chegaram até um quilombo em Nossa Senhora do Livramento, e ali se essas dimensões se encontraram e aderiram ao movimento do território.

A partir do movimento de aproximação e distanciamento do campo foi possível elaborar as questões e articular com os dados secundários. Na articulação entre dados empíricos e dados secundários é possível apreender o que é *singular* ao Mutuca e o que é geral, ou seja, comum aos territórios quilombolas – ao menos no que diz respeito à origem destes. Busca-se observar as generalizações possíveis, mas sem encarar o universo da pesquisa como um todo homogêneo. Percebe-se a particularidade dos casos diferentes (por exemplo, as casas vazias, os filhos que retornam da cidade, o investimento nas festas de santo), e busca-se olhar para estas particularidades para aprofundar a análise e delinear conclusões.

Para situar os sujeitos e o território do Mutuca em um contexto histórico e social, buscou-se articular o levantamento bibliográfico, os dados provenientes de instituições (Fundação Palmares, CEF, Associação de moradores, INCRA) e os dados primários. A pesquisa bibliográfica nos campos da História e Antropologia auxiliaram na construção do contexto histórico dos sujeitos que me aproximei. A partir dos dados disponíveis no site da Fundação Palmares obtivemos dados gerais sobre os quilombos no Brasil, visto que ainda não há dados censitários específicos sobre estas populações. Os dados sobre a obra do PNHR foram obtidos a partir de conversas com técnicos da Gerência Executiva de Habitação (GIHAB) da CEF em Mato Grosso e da representante da Entidade Organizadora, ACORQUIRIM. O laudo antropológico (BANDEIRA et. al, 1996) e o laudo pericial (BARROS, 2007), ambos fornecidos por técnicos do Setor Quilombola do INCRA - SR13 auxiliaram com o histórico da localidade e das questões fundiárias, além de entrevistas que contribuíram para a compreensão de aspectos das narrativas dos moradores. Por sua vez, os dados de campo forneceram outras dimensões do habitat e da

intervenção ocorrida no Mutuca.

2.1.1 Família – Laços de parentesco e uso comum das terras no Mutuca

As descrições contidas no laudo antropológico de Mata Cavalo apontam para a conformação de dinâmicas territoriais próprias e profundamente conectadas com a identidade étnica do grupo. É a partir das visitas de campo que se busca compreender como essa dinâmica se adapta (ou é adaptada), especialmente após a construção de novas casas via PNHR. A construção das casas impactou significativamente a área construída do Mutuca, mas, ao comparar a situação atual com as dinâmicas territoriais descritas no Laudo antropológico e em pesquisas empíricas¹ realizadas nos anos anteriores ao PNHR, nota-se pouca diferença na organização espacial visível dos sítios. A organização das moradias também se modificou, com as novas casas os filhos (e suas respectivas famílias) deixaram de morar com os pais e alguns descendentes que moravam nas cidades vizinhas retornaram ao quilombo com a perspectiva de permanecerem na terra.

Neste capítulo aproxima-se dos agrupamentos em outra escala, a fim de compreender as dinâmicas entre núcleos de moradia, trabalho e festa que compõem este território. Neste caminho chega-se ao capítulo 3 e à aproximação na escala das casas e seu entorno imediato, que constituem os terreiros ou o habitat.

Ao percorrer a estrada principal do quilombo a impressão primeira é a da dispersão e isolamento dos moradores. São poucas as casas localizadas na beira desta estrada, exceto pelos núcleos mais próximos a Escola e sede da Associação – casas de Justina, Germano e Idelfonsia. A maioria dos núcleos se localiza próximos aos rios, e é acessada pelas estradas internas e trilhas que atravessam os sítios e roças, em sua maioria sem cercas.

1 - MOURA (2009), SIMIONE (2008), JABER (2010).

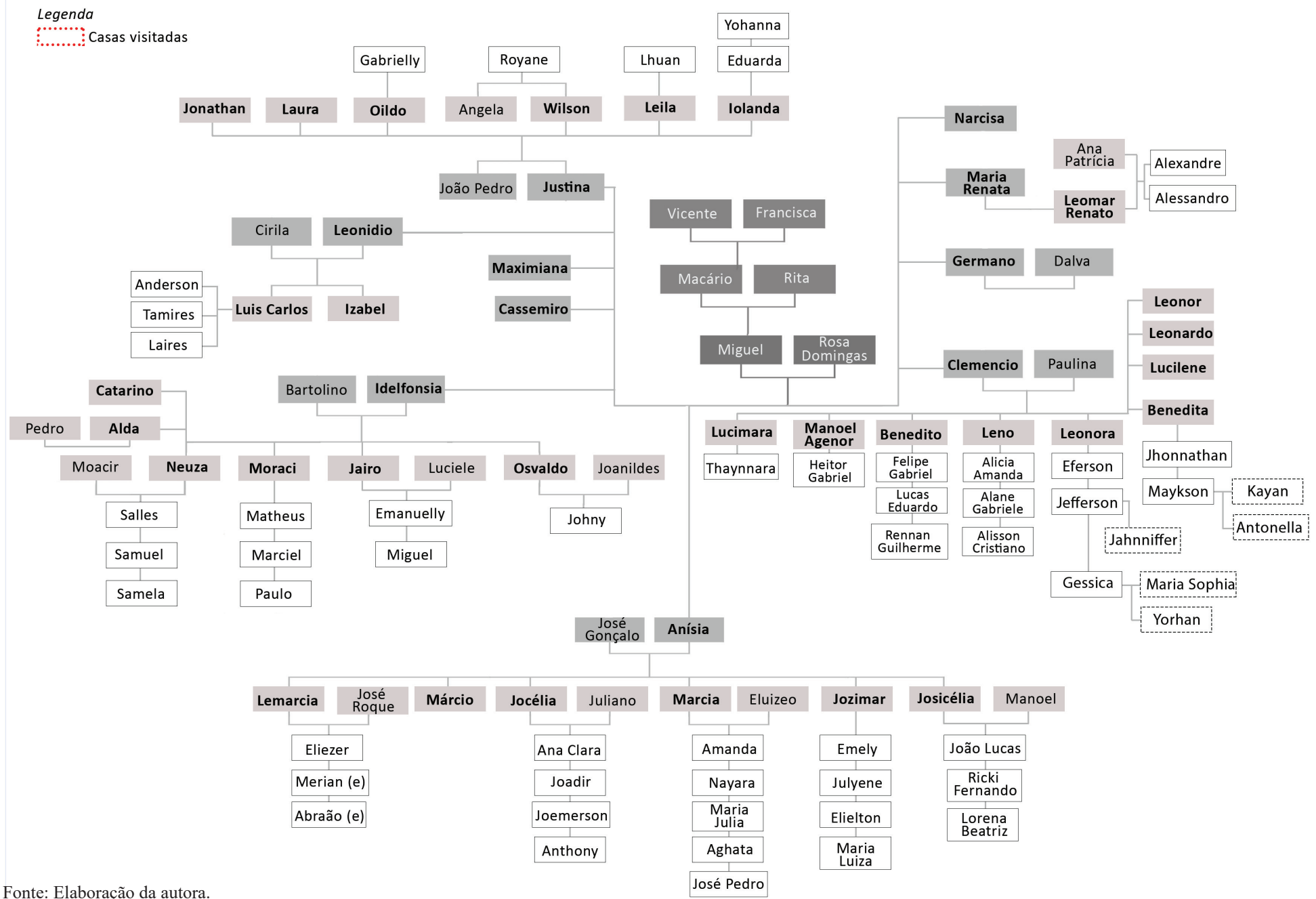
Como no “tempo dos antigos”, fixar-se próximo aos córregos e aos familiares garantia tanto melhor qualidade de vida, por conta do acesso a água para consumo próprio e da produção, quanto maior proteção contra possíveis invasores. A casa de Rosa Domingas, matriarca e importante liderança do Mutuca que resistiu aos processos de expulsão e permaneceu na terra, é a localidade mais antiga entre os visitados, e o mais distante da rodovia. As interlocutoras, filhas de Rosa Domingas, nasceram e foram criadas ali, e atualmente o sítio é ocupado por suas filhas Maria Renata e Narcisa, juntamente com seus filhos, sobrinhos e netos.

Da mesma forma que o visitante descrito por Antonio Candido em *Os Parceiros do Rio Bonito* corre o risco de cair em uma percepção de segregação exagerada da vizinhança caipira (CANDIDO, 2001, p. 81), à primeira vista não é possível perceber a unidade que congrega os núcleos do Mutuca. Todavia, basta uma tarde percorrendo os caminhos principais para presenciar o cotidiano de solidariedade entre os parentes. As redes de apoio e ajuda mútua se revelam nos detalhes mais sutis do cotidiano, seja quando um recado, pedido ou notícia percorrem os celulares e encontros, ou quando as sobrinhas ficam na casa das tias, os netos passeando entre a casa da avó e a casa dos pais, a filha que cuida do bebê recém-nascido na casa da mãe, enquanto a irmã olha os outros filhos na mesma varanda. A rede se espalha com ajuda do celular, quem tem sinal avisa os que moram mais longe da “rua” e têm menos sinal.

Os sítios visitados guardam suas especificidades, mas, no geral, todos expressam concretamente as relações definidoras da territorialidade étnica própria do quilombo. Os núcleos de casas são facilmente identificados nas imagens de satélite, e nas imagens pós-2014 é possível observar os diversos núcleos espalhados pelo território. A malha tecida por estes novos pontos na paisagem se configura quase idêntico a árvore genealógica dos troncos familiares.

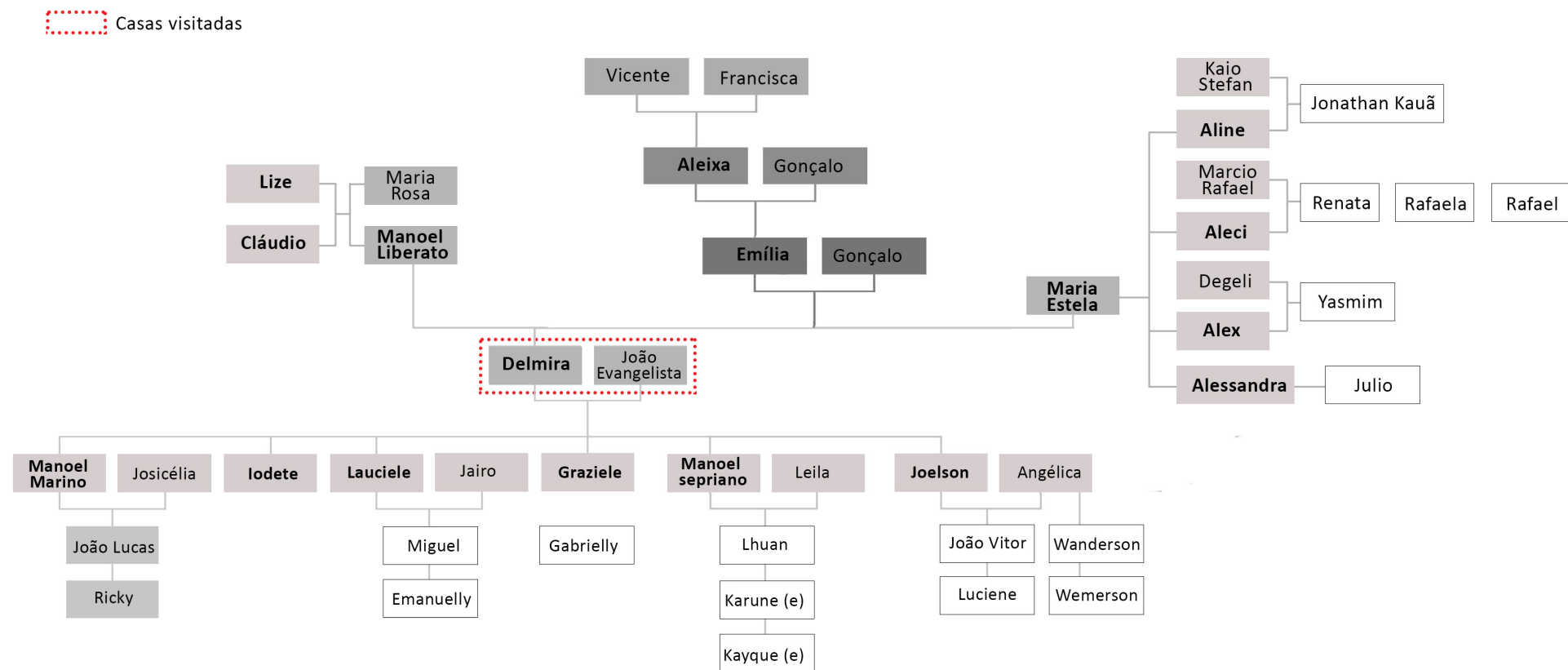
Percorremos os sítios das filhas de Rosa Domingas (Justina, Anísia, Idelfonsia,

Figura 24 Árvore genealógica da Família Ferreira.



Fonte: Elaboração da autora.

Figura 25 Árvore genealógica da Família Ferreira.



Fonte: Elaboração da autora.

Maria Renata e Narcisa) e de uma prima (Delmira), e em todos pudemos ver as gerações compartilhando o mesmo quintal. Os familiares da terceira geração têm sua casa própria, mas permanecem compartilhando o terreiro, a roça, o trabalho e o lazer com o núcleo familiar expandido (pais, irmãos, tios e primos) (fig.26) .

Entre as especificidades do território quilombola está a forma de acesso e uso da terra, que ali possui o sentido de poder nela morar, plantar, colher e usufruir pelas gerações futuras. Segundo registros do laudo antropológico, o acesso à terra se realizava pela linhagem através da descendência direta dos ex-escravizados, ou pelo parentesco nascido por afinidade, compadrio e devoção ao santo.

A terra sempre foi considerada um bem coletivo e nos tempos dos antigos não havia divisão rígida de áreas entre as famílias, todavia pertencia a todos do grupo e para acessá-la as pessoas deveriam fazer parte deste grupo, como segue:

O acesso à terra se realizava pela linhagem, através da descendência direta ou indireta dos escravos do casal Anna e Ricardo, ou também pelo parentesco nascido por afinidade, por compadrio, por devoção ao santo, enfim, por parentesco geralmente ritual. Neste caso, a entrada do novo membro ao grupo era avalizada pelo chefe, pessoa responsável pela “guarda dos papéis do grupo” isto é, a documentação da doação das terras. Na tarefa, auxiliado pelos mais idosos, numa espécie de conselho de anciões.

(BANDEIRA et al., 1996, p. 28)

Diferentes autores (Fiabiani, 2005; Malcher, 2000; Bandeira, 1993;1996) demonstram que as dinâmicas territoriais estão intimamente relacionadas ao percurso histórico desses sujeitos.

Anjos (2009) coloca que o chamado “território étnico” das comunidades quilombolas

Figura 26 Croqui do sítio de Anísia e relações de parentesco.

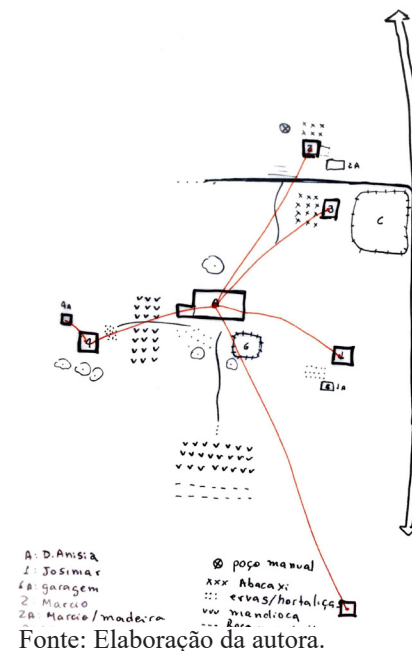
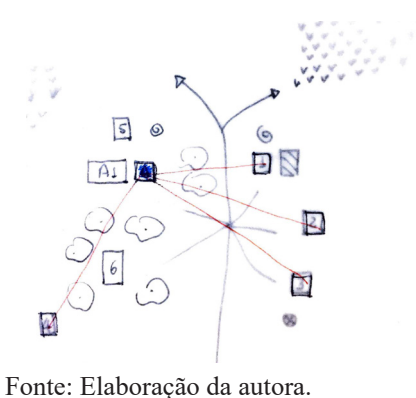


Figura 27 Croqui do sítio de Delmira e relações de parentesco.



Fonte: Elaboração da autora.

se revela “capaz de se organizar e se reproduzir no espaço geográfico de condições adversas, ao longo do tempo e com resistência para a manutenção da sua forma particular de viver” (ibidem, p. 108). Os conflitos com o sistema dominante e as demandas históricas marcam esta estrutura espacial com determinadas “exigências de organização e a necessidade de uma constante autoafirmação política, social, econômica e territorial” (ibidem). Malcher (2009, p. 5) complementa, e considera que “através destes territórios podemos retomar a memória da estruturação das comunidades negras, bem como a afirmação de suas tradições e organização espacial no território brasileiro”. Portanto, a aproximação e compreensão destes territórios pode desvendar as trajetórias de resistência herdadas pelos remanescentes, que continuam ocupando as terras de seus antepassados e vem se refazendo ao longo dos anos.

O reconhecimento institucional dos territórios quilombolas e de todas as camadas dos processos que se desenrolam nestes lugares faz com que a regularização fundiária das terras seja uma forma de reconhecer a autonomia deste grupo social, tendo em vista a cultura como um objeto de preservação que não está a salvo da ação do tempo, e se encontra em constante transformação. Anjos (2009) sintetiza esta relação, ao considerar que o território é uma condição central para manutenção da cultura quilombola:

O território é uma condição essencial, porque define o grupo humano que ocupa, onde estão localizados e por que estão naquele espaço (historicidade). A terra – o terreiro – não significa apenas uma dimensão física, mas antes de tudo é um espaço comum, ancestral, que todos têm registros da história, da experiência pessoal e coletiva do seu povo, enfim, uma instância do trabalho concreto e das vivências do passado e do presente. Num quilombo a terra não é pensada e nem praticada como uma propriedade individual, mas como uma instância de uso comum-coletivo, que é elemento principal da consolidação do território étnico, da manutenção da identidade cultural e da coesão social.

(ANJOS, 2009, p. 108).

A terra então, além de ser condição de sobrevivência física para estes grupos, se constitui como instrumento fundamental para a afirmação da identidade da comunidade. Na memória coletiva o território se apresenta como um espaço de negros, construídos pelos negros para si em busca de uma vivência plena e feliz, representando um marco divisor entre o passado de opressão e um futuro de liberdade. Para Bandeira et al (1996, p. 1), “as terras ocupadas pela Comunidade Negra de Mata Caval² são ao mesmo tempo seu habitat e seu território, o seu espaço vivido, espaço de socialidade, suporte da vida comunitária”. Portanto, a terra não é apenas um suporte físico para a reprodução da vida, mas principalmente um território real e simbólico que abrange a dimensão cultural e a memória coletiva deste grupo. Para os descendentes de seus ocupantes originais, este é o território de origem para onde convergem o passado e o futuro, fundamentado na pertença, que por sua vez se baseia na indissociabilidade entre terra, território, descendência, valores culturais, memória e ancestralidade comum.

Há de se considerar as diversas chaves teórico-metodológicas para entendimento da noção de “território”, a partir de diferentes áreas do conhecimento. Este pode ser entendido pela chave das relações de poder, na Ciência Política; como uma fonte de recursos, na Economia; por seu papel nas relações sociais, na Sociologia e pela dimensão simbólica, no entendimento da Antropologia. No campo da Geografia, Milton Santos (1996) aponta para a interdisciplinaridade do espaço enquanto objeto de estudo, e sugere que este seja considerado como uma totalidade:

O geógrafo seria funcionalista se levasse em conta apenas a função; e estruturalista, se apenas indicasse as estruturas, sem reconhecer seu movimento histórico, ou a relação social sem o conhecimento do que a produziu. Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações como um todo, e só assim estaremos

2 - O laudo Antropológico citado faz parte do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do complexo Mata Caval realizado pelo INCRA em 1996.

perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade

(SANTOS, 1996, p. 20)

Desta forma, cabe apontar brevemente algumas abordagens que auxiliam na compreensão do território quilombola em questão. Santos (1996), Lefebvre (2008) e Raffestin (1993) dialogam sobre as definições de espaço e território, a partir de hipóteses que mostram o espaço como um produto histórico da sociedade, ao mesmo tempo que funciona como uma mediação e condição para a reprodução da vida.

Em linhas gerais, Lefebvre apresenta o espaço como uma leitura social, a partir de hipóteses que constroem o pensamento contemporâneo sobre o espaço. Estas hipóteses mostram o espaço de diversas formas, como segue: o espaço enquanto vazio e puro, como um produto histórico da sociedade, que cumpre uma função, como uma mediação e instrumento político de uma classe dominante, e o que mais interessa a este estudo, o espaço como um lugar da reprodução das relações sociais.

Nesta perspectiva de análise do espaço e território, os autores indicam a relação entre tempo e história como elemento influente na formação do espaço. Raffestin aponta que, mesmo considerando que o território é produzido a partir do espaço, estes termos não são equivalentes:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço, [...] O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder

(RAFFESTIN, 1993, p. 143)

O espaço é, ao mesmo tempo, realidade inicial para a produção do território e resultado das relações que o compõem. Para Raffestin (1993) e Santos (1996), o espaço antecede o território na medida que este segundo se conforma quando alguém se apodera dele, portanto, o espaço é uma criação, dotado de intencionalidade. A territorialização do espaço se dá a partir da apropriação, portanto, envolve relações marcadas pelo poder.

Por ser modificado pelo trabalho, o território revela relações de poder e dominação, o que implica na consolidação de territorialidades no espaço a partir das práticas cotidianas dos sujeitos. Raffestin coloca que há uma diversidade destas e não se pode, portanto, desconsiderar a vida cotidiana visto que “é no espaço concreto que os homens agem, e o domínio do território, sua destruição e modificação, é fonte fundamental do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Este movimento assenta-se em sistemas de tessituras (malhas), nós e redes, sistemas que delimitam os campos de poder e ações contidos nas práticas espaciais. Para o autor, estes conjuntos de relações são dinâmicos e variam no tempo, conformando a territorialidade como uma relação que se manifesta em diversas escalas e vincula-se às coletividades e ao campo do vivido. Pode-se dizer que, nesta perspectiva, as casas e famílias do Mutuca compõem os nós, os caminhos, trilhas, estradas e laços de parentesco conectam estes pontos e conformam as redes; e a tessitura, por sua vez, é formada pela conexão entre os núcleos, unidos na prática concreta pelo espaço e simbolicamente pelas relações enquanto grupo étnico.

Os aspectos que perpassam o território e conseqüentemente as pessoas que nele vivem e suas territorialidades caracterizam as diferenciações entre os grupos, nascendo assim as identidades, que no território adquirem o status de identidade territorial. Bandeira (1990, p. 9) coloca que a noção de território é essencial ao entendimento da identidade quilombola, pois esta supõe a consolidação espacial de uma tradição histórica e cultura construída ao longo do tempo:

Mata Cavalos tornou-se, enquanto produção social de espaço próprio por negros, vivendo em situação de vida comunitária, um paradigma de relação diferenciada das relações de classe da sociedade envolvente. As terras da comunidade são socialmente produzidas como espaço diferenciado, pelo imanentismo comunitário do modo particular de enraizamento dos negros, produzindo-as como território real e simbólico, como um território étnico. Por isso mesmo, Mata Cavalos para a descendência de seus primeiros ocupantes, é o território de origem. Eles o habitam, mesmo morando fora, porque suas raízes estão ali plantadas e para lá convergem o passado e o futuro.

(BANDEIRA, 1990, p. 9).

Além dos critérios políticos e organizativos, o território é um aspecto fundante da construção da identidade quilombola, sendo este indissociável da identidade étnica. Para Malcher (2009, p. 9), o território quilombola é entendido como “resultante de elementos étnicos que se externalizam nas relações construída com e no território”, é essencial para a reprodução da vida por ser um espaço econômico, social, político e cultural.

É através da compreensão da relação de pertencimento ao lugar, sendo esta a relação entre os sujeitos – quilombolas- e a terra reivindicada, que se pretende entender o território. Neste processo vê-se um movimento dialético onde a chamada “identidade quilombola”, através dos sujeitos quilombolas, produz um determinado tipo de território, e as formas de construção, ocupação e relação com o território produzem uma identidade, considerando sempre que o processo é fruto de ações coletivas destes sujeitos (MALCHER, 2009, p. 3). Portanto, a territorialidade não se constrói apenas a partir do fato de viver em um lugar, mas a partir da comunhão mantida com este.

Para pensar o termo “território étnico”, Bandeira et al (1996, p. 3) afirma que o termo

etnia remete à ideia de grupo com uma base social e cultural diferenciada, um “grupo social cujos membros compartilham valores culturais fundamentais postos em prática num todo cultural específico” (BARTH, 1976, apud BANDEIRA, 1996, p. 3). Destacam-se os elementos de constituição do próprio grupo que se manifestam na formação deste território, segundo Bandeira et al. (1996): “a ancestralidade, as relações de parentesco e o trabalho na roça consolidados numa terra de uso coletivo e dentro de princípios de solidariedade e reciprocidade” (BANDEIRA et al., 1996, p. 2).

O pertencimento ao grupo de parentes e as relações estabelecidas com a terra e a natureza, a memória ancestral e as relações cotidianas fundamentam a lógica de reprodução social deste grupo (GUSMÃO, 1995, p. 124). A defesa da terra comum é fortalecida pela potência de ação conjunta contida na condição de coletividade, e ao mesmo tempo fortalece os sujeitos que validam e fortalecem os laços de parentesco. Esta prática leva ao que Gusmão (1995) chama de fundação de um direito costumeiro:

Assentadas sobre terras pertencentes a um coletivo de parentes, unidos por uma ancestralidade comum, que assegura por mecanismos de inclusão e de exclusão, aqueles que sendo parentes e negros têm direito a essa terra, e aqueles que não sendo reconhecidos como tal, se vêem dela excluídos, as comunidades rurais negras forjam o direito ao território e ao seu usufruto, fundam um direito costumeiro e consensual. [...] O direito costumeiro que se revela pelas regras do grupo na prática cotidiana é, a sua vez, parte de um processo em que a memória e a tradição colocam ao alcance dos mais novos as explicações desse mundo, sua compreensão. A origem é assim, parte da prática e ao mesmo tempo, parte fundante da oralidade dos mais velhos que constantemente reeditam as histórias constitutivas de grupo, transmitindo-as as novas gerações.

(GUSMÃO, 1995, p. 127).

Para os quilombolas de Mata Cavalo a terra não era considerada propriamente mercadoria, era – e permanece – como meio de produção essencial para sua subsistência e para a reprodução das relações sociais que os caracterizam enquanto grupo étnico. A terra então é ao mesmo tempo o lugar de reprodução da vida e ao mesmo tempo lugar das relações de produção desta comunidade que se caracteriza pela ancestralidade, a territorialidade e o uso coletivo da terra.

O intelectual quilombola Nego Bispo (SANTOS, 2018; 2015) em sua obra *Colonização, quilombos: modos e significados* (2015), propõe que os territórios dos quilombos sejam vistos sob outras perspectivas e categorias, por serem espaços de contra-colonização. Santos (2015) relata que dentro do modo de vida quilombola, os contratos e acordos são baseados na oralidade e na “bionteração” com a terra, a relação com esta se dava através do cultivo e não a partir da lógica da propriedade privada:

A terra não nos pertencia, nós é que pertencíamos à terra. Não dizíamos “aquela terra é minha” e, sim, “nós somos daquela terra”. Havia entre nós a compreensão de que a terra é viva e, uma vez que ela pode produzir, ela também precisa descansar. Não começamos a titular nossas terras porque quisemos, mas porque foi uma imposição do Estado. Se pudéssemos, nossas terras ficariam como estão, em função da vida. O poder quilombola sobre as terras é um poder baseado na palavra, na atitude, na relação – e não na escrita.

(SANTOS, 2018, grifo nosso)

Ao discernir as formas de propriedade, Martins (1986) define a *terra de trabalho* como o lugar de trabalhar para sobreviver, e a distingue da *terra de negócio* que seria a terra utilizada como meio de exploração daqueles foram destituídos e já não possuem os meios de produção.

[...] a terra transformada em mercadoria tem efeitos bem diferentes das outras mercadorias que se caracterizam por serem produtos do trabalho humano. A terra é uma mercadoria completamente distinta das demais. A diferença está que a terra não é produto do trabalho, é finita e imóvel. É uma mercadoria que não circula; em seu lugar circula o seu representante, o título de propriedade. O que se compra e vende não é a própria coisa, mas o seu símbolo. Todas as verdadeiras mercadorias se realizam na sua utilidade e na sua utilização; elas se realizam nas mãos de quem possui e usa. A terra não é propriamente mercadoria, mas equivalente de mercadoria. Para que possa produzir renda - que é o seu uso capitalista - a terra não exige que o ter e o usar estejam juntos. Nas outras mercadorias, o ter é a condição do usar e o usar é a realização do ter, no caso da terra, na sociedade capitalista.

(MARTINS, 1986, pp. 32-33).

Esta distinção entre terra de trabalho e terra mercadoria tem sua origem no Brasil com a instituição da Lei de Terras de 1850,³ quando a terra passa a ser adquirida por meio da instituição de contratos de compra e venda. Neste momento, a ocupação das terras passa a ser mediada pelo dinheiro e por um contrato escrito. Gusmão (1995), no artigo “Terras de uso comum: oralidade e escrita em confronto”, de 1995, discute os caminhos e conflitos presentes na regulamentação jurídica das formas não-típicas de propriedade que configuram os quilombos e outras formas de propriedade encontradas principalmente no espaço rural. A autora discute o lugar da oralidade dos grupos negros aquilombados e camponeses “como espaço de contrapoder e de expressão múltipla”, e como esta prática se relaciona com a forma de ocupar o território. A noção de oralidade não se restringe à voz, mas engloba a narrativa pautada pela valorização da memória coletiva e a transmissão geracional de saberes e práticas de uso comum dos bens básicos dentro destes grupos.

3 - Este processo foi elaborado no Capítulo 1.

O conflito entre oralidade e escrita é um dos sintomas da não-aceitação desta população pela sociedade no modo de produção capitalista, e que tem o racismo como uma de suas estruturas fundamentais. Qualquer dispositivo ou forma de viver diferente encontra fortes resistências neste meio. Uma destas expressões se dá no campo jurídico, onde a oralidade presente nos contratos estabelecidos pelas comunidades quilombolas em seus sistemas de uso comum da terra e com pouco acesso a educação encontra barreiras na linguagem escrita dos documentos e cartórios, e precisa se adaptar de alguma forma:

Em sua maioria, as comunidades negras no meio rural não dispõem de documento comprobatório de seu direito e o “outro” toma o fato como meio de expor-lhe a negatividade de seu espaço, expondo-lhe a condição intersticial e temporária de sua relação com a terra. Diz-lhe assim, o que ele não é - dono da terra sua -, o que não tem ou não pode ter, a terra comum.

(GUSMÃO, 1995, p. 126)

Simbolicamente, a oralidade possui uma força vital própria que possui papel central nas comunidades quilombolas, como visto anteriormente. Enquanto a palavra escrita é dotada de um poder nela investido que estas pessoas não tiveram acesso ao longo da história, a oralidade constitui um capital social e cultural com o qual as comunidades negras enfrentam a sociedade que não reconhece sua existência enquanto grupo:

Desta forma, “contar histórias” e “fazer como os antigos” refletem a oralidade como forma particular de linguagem e comunicação que constitui o que Vansina chama de “atitude diante da realidade e que é uma tradição dos povos africanos, que consideram a palavra como portadora de força, ou seja, de *axé*.”

Nesta medida, os relatos que transmitem a história do grupo de uma geração a outra, transmitem também, a energia da história particular, i.e, sua força. Como tal, saber o passado em termos de uma memória e da prática de uma tradição, é imbuir-se da força dos antepassados e com ela, munir-se diante do presente. Munir-se-diante da luta para continuar a ser aquilo que se é e que se acredita ser.

(GUSMÃO, 1995,p.128)

O reconhecimento das terras quilombolas e a possibilidade de titulação de suas terras a partir da Constituição Federal de 1988 constitui um passo importante na preservação do direito costumeiro legitimado pela prática e pela oralidade nestes grupos. Todavia, o conflito permanece, visto que o direito impõe a necessidade do “papel” escrito para reconhecer legalmente a posse da terra comum (GUSMÃO, 1995, p. 128).

2.1.2 Trabalho: o Muxirum para a lida na roça, para fiar algodão, para fazer festa e construir as casas.

Os relatos sobre o uso da terra no Mutuca assemelham-se com os feitos por Santos (2015) sobre os quilombos Pequizeiros, onde este nasceu e foi criado no Piauí, e com os registros históricos dos quilombos coloniais (GOMES, 2015), reforçando a centralidade das dinâmicas territoriais na conformação destas comunidades. Do mesmo modo que o uso da terra entre os parentes é um dos atributos que compõem a territorialidade quilombola, as relações de trabalho também seguem uma lógica própria.

Segundo os registros do laudo antropológico, a produção agrícola no quilombo no tempo dos antepassados era baseada no trabalho familiar, onde criavam pequenos animais e plantavam banana, milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar e mandioca, fabricavam também farinha

de mandioca e sabão, fiavam algodão para produção de redes, entre outros produtos. A maior parte dessa produção era para consumo local e em alguns casos comercializavam os excedentes. Outra forma de obtenção de recursos para sobrevivência da família era a venda de trabalho acessório para fazendeiros da região, o trabalho no garimpo e o na extração de látex em regiões distantes.

Atualmente, as roças no Mutuca podem ser caracterizadas como (a) roça de subsistência menor e (b) roças maiores de comercialização. As roças de subsistência produzem mandioca, banana, algodão, babaçu e abacaxi, e localizam-se nas proximidades das casas compondo o sistema de moradia junto com as hortas, as árvores frutíferas, o pilão, a farinheira e outros apêndices que revelam estabilidade segundo a leitura de Candido (2001, p. 148). As roças de comercialização, por sua vez, se localizam a uma distância maior das casas e são compartilhadas entre os familiares (irmãos, tios e sobrinhos). Estes cultivam as roças coletivamente, mas a produção divide-se entre a porção coletiva e porções separadas, dinâmica na qual cada família sabe a parte que lhe pertence. Na terra pedregosa e fértil da região, brotam banana, arroz, mandioca, cana-de-açúcar, dentre outros produtos que suprem as necessidades das famílias. O excedente é vendido em Nossa Senhora do Livramento, e parte das famílias trabalha nas cidades a fim de complementar a renda e suprir as necessidades de produtos externos ao quilombo.

A roça “tradicional” do Mutuca é a roça de toco ou de capoeira. Neste sistema, primeiro derruba-se o mato com foice, e em seguida é realizada a queimada do mato. As cinzas auxiliam no aumento da fertilidade do solo. Depois de completar o ciclo da lavoura, o local recém-cultivado fica “descansando”, até virar capoeira e após esse período pode voltar a ser utilizado.

O plantio é feito depois da discovara (Fig.29), e as espécies seguem o calendário agrícola, baseado nas épocas de chuva e seca da região. Além da roça, o extrativismo de frutos do cerrado e uso da flora medicinal nativa são práticas comuns no Mutuca.

Figura 28 Parte da produção das roças visitadas: abacaxi, banana e algodão.



Fonte: Elaboração da autora.

Figura 30 Imagens de satélite mostram o rodízio de área de plantio na roça da família de Justina.



Fonte: Google Earth.

Nesta perspectiva, homem e natureza se conectam e mantêm um nível de dependência em relação aos recursos naturais cruciais à sua manutenção. Candido (2001, p. 46) se refere à esta conexão a partir do “ajuste mínimo ao meio ambiente”:

A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precário), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital - tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência.

(CANDIDO, 2001, p. 46)

Nas visitas de julho, não foi possível visitar as casas dos irmãos de Justina, pois eles estavam na roça. A roça fica longe das casas e o deslocamento geralmente é feito com charrete; desta forma, nos períodos que exigem maior trabalho e atenção a lavoura, os trabalhadores costumam passar a semana toda na casa da roça, construída no local e compartilhada pelos parentes que estão na lida.

Figura 29 Etapas do plantio da roça de toco.



Fonte: MOURA,2009.

Para chegar nesta roça, foi preciso seguir a estrada principal em direção ao interior do quilombo por 7 km. As estradas não têm sinalização, portanto, na ocasião da visita, Dona Justina deu as orientações. No caminho (Fig.31) há outras casas construídas pelo PNRH, um campo de futebol e a “tapera do Macário”, um dos pontos de referência que comprovam a ancestralidade com os ex-escravizados que formaram os “trancos”.

Logo chega-se a uma ponte de madeira que atravessa o córrego “Mutucão”, construída em 2017, e o percurso segue em direção à parte mais alta do quilombo, por entre a vegetação do cerrado, que se recuperava do período da estiagem e já apresentava algumas folhas novas de coloração verde viva. A rede de energia acompanha a estrada de chão, e então logo é possível avistar ao longe uma casa de palha de babaçu no meio da paisagem. De dentro da casa vem um ruído de conversas, possivelmente do rádio que seu João Pedro (marido de Justina) deixa ligado ao sair para a lida. A casa da roça, à primeira vista, se parece com as casas vistas nos terreiros das famílias. No entanto, se diferencia pela localização e uso, que se dá durante alguns meses do ano, de acordo com o calendário agrícola, e é ocupada coletivamente pelas famílias que estão trabalhando na roça. A infraestrutura da roça consiste no barraco de palha que abriga as redes de dormir, além de uma cozinha com geladeira, dos reservatórios de água e de um banheiro ao ar livre.

Ao chegar no barraco da roça, Justina menciona que lá do alto é possível ver uma grande planície e à noite são vistas as luzes das cidades mais próximas, como Jangada. Ela aponta para as áreas que estão “descansando”, sendo que a mais próxima a casa havia sido uma roça de mandioca. Do outro lado da estrada é possível avistar uma roça de abacaxi e mandioca crescendo, aguardando o período de chuvas. A roça de banana localiza-se a alguns metros dali, seguindo morro acima por uma trilha. As bananeiras ocupam o horizonte mais próximo, e segundo seu João Pedro – que nos encontrou no final do passeio – as bananas ainda estavam feias porque não tinha chovido nos últimos dias.

Figura 31 Registros do caminho da roça.



(1) Ponte sobre o córrego “Mutucão”;



(2) Estrada em meio ao Cerrado;



(3) Casa da roça.

Fonte: Elaboração da autora.

As atividades produtivas são feitas coletivamente no “muxirum”, prática ancestral de trabalho coletivo, uma espécie de mutirão onde se reúnem pessoas de todas as comunidades para ajudar em atividades relacionadas a roça, produção de farinha, tecelagem e organização de festas dos santos padroeiros, como ressalta Maria Renata:

[Maria Renata] [...] Nós faz muxirum pra fazer a casa, pra trabalhar na roça, tudo é muxirum. Pra fiar algodão é muxirum (risos), tudo aqui é muxirum!

Neste contexto de terra de uso comum, o muxirum faz parte de todos os níveis de atividades produtivas no Mutuca e assume diferentes configurações. As atividades da lavoura se realizam em base familiar e quase sempre com a participação de núcleos familiares distintos, como tios e sobrinhos trabalhando numa só lavoura, onde a produção será partilhada conforme os acertos entre os mais velhos. Nas outras atividades como tecelagem e produção de farinha o muxirum adquire outra configuração, que por sua vez se diferencia da organização das festas. O trabalho coletivo é marcado pela partilha de refeições durante os feitos, e por vezes animado pela entoação de cantos relacionados aos santos protetores das lavouras.

O trabalho vicinal coletivo é uma prática realizada há séculos por diversos povos na Ásia, África, Caribe, Europa, indígenas, descendentes de escravos no Brasil, caipiras e camponeses, e consiste em um fator importante de organização social nos agrupamentos territoriais (CANDIDO, 2001, p. 87). Mediadas por relações produtivas não-mercantis, estas formas de trabalho auxiliam na preservação de um modo de vida e de trabalho comunitária, solidária e mediada por relações horizontais entre os indivíduos (DINIZ, 2017). Desta maneira, negam a transformação da mão de obra do trabalhador rural em mercadoria e afirmam a prevalência dos valores de uso, em relação aos valores de troca. Sendo assim, a denominação do “muxirum” do Mutuca, somam-se outros arranjos:

Figura 32 Registros da roça.



(1) Vista a partir da casa da roça;



(2) Área de “descanso” da terra e formação da capoeira;



(3) Roça de banana.

Fonte: Elaboração da autora.

Em cada lugar, o trabalho vicinal coletivo adquiriu um contorno específico, com uma determinada quantidade mínima de trabalhadores, a presença ou não de elementos simbólico-religiosos, de cânticos e danças durante a realização dos serviços, de divisão e hierarquização do trabalho e, sobretudo, uma denominação própria: carreto, bessada, esfolhada, mauri, filouas (GALVÃO, 1945), mutirão, adjutório, adjunto, bandeira, roubo, traição, puxirão (CALDEIRA, 1956), terno, ajuda (CANDIDO, 2010 [1964]), rôn (ronda), associação/sociedade, jornada, vanjou (BASTIDE, 1974), batalhão, boléia ou balaio, boi roubado (SABOURIN, 1999).

(DINIZ, 2017, p. 2)

Deste modo, percebe-se que a natureza prática e simbólica que caracteriza o Muxirum tem como princípios fundamentais o sentimento de coletividade e o uso como valor, se assenta em laços de solidariedade e reciprocidade. A prática, além de se constituir como forma de relação sociocultural, pode solucionar problemas de organização produtiva, como a falta de mão-de-obra, que podem limitar as atividades familiares ou individuais. Como no muxirum quilombola, o mutirão caipira traz consigo o aspecto festivo que compõe um ponto importante da vida cultural destes grupos, como observado por Candido (2001):

Na sociedade caipira a sua manifestação mais importante é o mutirão cuja origem tem sido objeto de discussões. Qualquer que ela seja, todavia, é prática tradicional. Em 1818, encontrou-a D'Alincourt, arraigada e corrente, entre Jundiaí e Campinas, “[...] numa casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, d’ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho, a que chamam muchiron, na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as tarefas: o trabalho consiste em prepararem e fiarem algodão, e fazerem roçados para as plantações.

(CANDIDO, 2001, p. 87)

Nesta forma de trabalho não há remuneração direta aos participantes, o anfitrião costuma oferecer alimento e uma festa no encerramento, quando possível, e há por parte dos membros da comunidade a obrigação moral de participar dos mutirões, quando convocados. A relação de trabalho no mutirão se dá a partir dos laços vicinais no caso dos caipiras, e de laços de parentesco, nos quilombos. Desta forma a cooperação vicinal auxilia tanto em casos onde as famílias dispõem de pouca mão-de-obra, quanto em atividades que exigem urgência (colheita de arroz antes do período chuvoso, construção de casas, combate às queimadas etc.) (CANDIDO, 2001, p. 88).

Em determinados contextos socioespaciais, o trabalho coletivo baseado nos laços de solidariedade, presentes tanto nos agrupamentos caipiras quanto no Mutuca, foi um dos elementos centrais para a unidade funcional e estrutural entre os habitantes destes grupos. Candido (2001) aponta para o cuidado com as expressões utilizadas para descrever as formas de trabalho coletivo que estruturam a vida caipira:

Divisão de trabalho, aliás, é modo de dizer e, como expressão, tecnicamente imprópria no caso. Com efeito, as tarefas de cooperação vicinal podem considerar-se modalidades de *trabalho associado*, que os economistas da escola histórica distinguiam, com razão, do *trabalho dividido*, e que ocorre “quando vários indivíduos se reúnem para realizar juntos um trabalho”, cada um efetuando a mesma tarefa que o seu vizinho”. [...] Há, todavia, “*trabalho simplesmente associado*, quando cada agente econômico efetua a mesma tarefa sem ligação com os vizinhos; e *trabalho encadeado*, quando os indivíduos que fazem parte do mesmo grupo ou equipe são submetidos ao mesmo ritmo”. O ritmo significa coordenação do gesto e pode implicar certa diferenciação dos papéis, que, sem constituir propriamente a especialização ou a fragmentação de tarefas, próprias do trabalho dividido, representa complicação por vezes

apreciável. É, por exemplo, mais que da luta contra o fogo, o caso da roçada, que se processa tradicionalmente segundo uma organização das atividades individuais, com definição de *status* e papéis, inclusive emergência de liderança.
(CANDIDO, 2001, p. 92-93)

Há de se considerar, ainda que brevemente, a dimensão simbólica do trabalho na perspectiva quilombola contra-colonial apresentada por Santos (2015). O autor aponta que a matriz de pensamento afro-pindorâmica não parte da visão monoteísta europeia, que considera o trabalho na terra como castigo dado por Deus aos cristãos, como forma de punição ao pecado; sendo assim:

Nas religiões de matriz afro-pindorâmicas a terra, ao invés de ser amaldiçoada, é uma Deusa e as ervas não são daninhas. Como não existe o pecado, o que há é uma força vital que integra todas as coisas. As pessoas, ao invés de trabalhar, interagem com a natureza e o resultado dessa interação, por advir de relações com deusas e deuses materializados em elementos do universo, se concretizam em condições de vida.

(SANTOS, 2015, p. 41)

A falta de crédito para a produção e os processos de expulsão e desterritorialização vividos pelas famílias do Mutuca até os anos 2000 levou muitos trabalhadores a buscarem trabalho assalariado nas fazendas vizinhas, nos garimpos e nas cidades próximas. Esta mudança na forma de trabalho, agora mediada pela venda da força de trabalho, é um risco ao modo de vida quilombola, pois substitui as relações de solidariedade, com forte componente identitário, por relações perversas de trabalho no contexto do agronegócio, levando os trabalhadores a processos de alienação e individualização em troca de recursos monetários para sobrevivência das famílias.

Observa-se que mesmo após os processos que ameaçam a manutenção destas formas de trabalho e roça tradicionais, o muxirum ainda é a prática mais difundida no Mutuca. Portanto, na perspectiva de defesa da permanência desta população em seu território, o apoio a produção agrícola com a roça tradicional é essencial para a manutenção do modo de vida quilombola, representada neste contexto pelo uso comum da terra combinado com a forma de trabalho baseada em princípios de solidariedade e afetividade.

2.1.3 Folia : As festas de santo que circulam no território do Mutuca

Além das casas e pequenas construções de apoio presentes nos terreiros e sítios do Mutuca, destacam-se na paisagem as construções feitas para abrigar as festas de santo, revelando a dimensão comunitária e espiritual contida nestes espaços. O Mutuca possui uma agenda de folias cheia, com pelo menos 17 festas ao longo do ano. Em sua maioria são festas dedicadas a santos católicos, realizadas pelos núcleos familiares, e contam com a participação de membros do Mutuca, das demais comunidades de Mata Cavalo e de parentes que moram nas cidades vizinhas.

Logo na entrada do sítio de Idenfolsia é possível ver uma grande edificação de alvenaria em construção, maior do que as casas construídas ao seu redor. O salão está sendo construído há alguns anos pela família para receber a Festa de N. Sra. Aparecida, realizada sempre no mês de outubro por promessa de Idelfonsia. A construção é feita de alvenaria e cobertura de telha cerâmica. Conta com um salão amplo, cozinha e varanda. Apesar de ainda estar em construção, ainda sem acabamento e revestimentos, a edificação já é utilizada para as festas. Nos fundos há um fogão a lenha, um freezer e alguns utensílios, como a “sucuri”, espécie de prensa de palha trançada usada para secar massa de mandioca.

As festas religiosas são realizadas por diversas famílias e o tamanho do público varia de acordo com a época ou com o tipo de festa, se de promessa ou de louvação. As casas de Anísia, Maria Renata e Narcisa também são locais de festas religiosas, estas dedicadas a São Benedito e São Gonçalo.

De acordo com os relatos em Dalla Nora et al. (2019), além das festas familiares chamadas de “festas de promessa”, há as festas de datas comemorativas como o Dia da Consciência Negra – realizada na escola, e as festas de produtos da terra, como a Festa da Banana – realizada na

Figura 33 Festas em Mata Cavallo, 2009.



1) Divulgação de festa realizada em Mata Cavallo. (2) Cururueiros em festa de Santo; (3) Encontro de comunidades quilombolas de Mato Grosso. Fonte: Moura, 2009.

Figura 34 Festa da Banana no Mutuca, 2018.



Festa da Banana em 2018. (1) Divulgação da Festa da Banana; (2) Siriri; (3) Apresentação de Dança Afro. Fonte: acervo pessoal.

Quadro 3 Festas do Mutuca.

DATA	NOME DA FESTA	TIPO DA FESTA	LOCAL
06/jan	Santo Reis	Religiosa	
10/jan	São Gonçalo	Religiosa-Promessa	Narcisa- Mutuca
		Religiosa- Promessa	Chico Carrão (Livramento)
20/jan	São Sebastião	Religiosa	
19/mar	São José	Religiosa-Promessa	Tia Leopoldina (Mata Cavallo de Cima)
21/mar	São Bento	Religiosa	Livramento
19/04 19/05	São Benedito	Religiosa	Livramento
2º domingo de maio			Tio Clemêncio/Anísia-Mutuca
Maio	Nossa Senhora Aparecida	Religiosa	Alice
13/jun	Santo Antônio	Religiosa	Pico- Aguaçu/Mata Cavallo
23/jun	São João	Religiosa	Lúcia
29/06	São Pedro	Religiosa	
1º domingo de julho	Festa da Banana	Festa de Produtos da terra	Associação do Mutuca
24/ago	São Bartolomeu	Religiosa	
08/set	Nossa Senhora do Livramento	Religiosa	
09 e 10/09	Senhor Divino	Religiosa	Paulina
12/out	Nossa Senhora Aparecida	Religiosa	Idelfonsia
20/nov	Dia da Consciência Negra	Data comemorativa	Escola em Mata Cavallo
8/12	N. Srª da Conceição	Religiosa	
13/12	Dia de Santa Luzia	Religiosa	

Fonte: Elaboração da autora a partir de DALLA NORA et al. (2019).

sede da ACORQUIRIM, e no quintal de Justina e seus filhos.

O sítio de Justina, além de ser local de morada de sua família, também é a sede da associação do Mutuca e a escola Rosa Domingas, primeira escola construída no complexo Mata Cavallo. Lá o terreiro é tanto o lugar da morada como dos afazeres diários, da organização

política e dos festejos. Por ser a sede da associação, algumas estruturas são mais robustas do que as observadas em outros terreiros. A cozinha coletiva fica a poucos metros da casa de palha da família, nos fundos do barracão da associação onde são realizadas as festas (Fig.35 (3)), reuniões e demais encontros da comunidade.

O barracão da associação foi construído com a base de piso de cimento alisado e estrutura de madeira que conta com pilares externos e internos, formando uma varanda de aproximadamente dois metros de largura nas laterais. O barracão conta com um palco em uma de suas extremidades, construído com alvenaria e limitado por uma parede de alvenaria ao fundo. É possível observar as marcas de ampliação do barracão, localizadas no limite das laterais do palco. Atualmente a cobertura é feita com técnica semelhante à da casa da família, com estrutura de madeira e cobertura de palha de babaçu trançada. Neste local é realizada a Festa da Banana, criada em 2008 pela ACORQUIRIM com a intenção de valorizar a produção agroecológica e a cultura afro-brasileira. A Festa da Banana é realizada anualmente e sua programação conta com palestras sobre agroecologia, feira de artesanato e produtos locais, apresentações de Cururu, Siriri e dança Afro, além de um grande almoço oferecido gratuitamente onde são ofertados pratos tradicionais feitos com a banana da terra.

Em diversos relatos contidos em pesquisas empíricas realizadas no Mutuca e em Mata Cavalo, a relação entre a natureza e o sagrado é posta como fundamental: há de se pedir ao santo de devoção as bênçãos para roçar, queimar, semear e colher. Para chamar as chuvas, antigamente se faziam novenas, rezando de casa em casa. As parteiras, benzedeiras e rezadores eram prestigiados por conhecerem os “remédios do mato” e as rezas apropriadas para cada desequilíbrio na saúde dos indivíduos ou da terra. As conexões com os ciclos e saberes da natureza são aliadas com a devoção aos santos, e este modo de viver e compreender o mundo é passado pelas gerações.

Figura 35 Registros da Festa da Banana de 2018.



(1) Almoço oferecido na festa;



(2) Terreiro ocupado pelos convidados;



(3) Apresentação cultural no barracão da Associação.

Fonte: Elaboração da autora.

O calendário agrícola segue as fases da lua e os ciclos do Sol nas estações do ano, e ainda possui o componente sagrado: o arroz é plantado na véspera do dia de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Luzia, lua crescente no período das águas. Já o milho é plantado depois da primeira chuva, na véspera do dia de Santa Catarina (SIMIONE, 2008). Os festejos são a ritualização desta relação, e o momento de agradecimento pelas graças alcançadas é a hora de pagar a promessa feita.

Além dos santos católicos, os ancestrais também são chamados e homenageados para auxiliar seus descendentes. Esta prática compõe mais um elemento de ligação entre o território e a ancestralidade, visto que os cemitérios onde jazem seus antepassados localizam-se dentro do quilombo, e são importantes espaços de ritualização.

Os aspectos simbólicos e políticos dos festejos realizados em Mata Cavalo são analisados por Águas (2012), que pontua a centralidade dos festejos na construção e afirmação da identidade quilombola. Segundo a autora, o calendário festivo é extenso e disperso em várias localidades do complexo Mata Cavalo, desta forma as festas compõem um aspecto a se considerar nas reflexões sobre as dinâmicas territoriais:

Em Mata Cavalo, flagra-se um elo entre espaço/festa/tessitura social, na medida em que as celebrações são pulverizadas por todo o quilombo, inexistindo uma única grande festa que sintetize a comunidade [...] Mata Cavalo não tem um aglomerado principal ou um templo formal. Portanto, revela-se o papel da festa para a constituição identitária dentro de uma comunidade descentralizada geograficamente. A festa *circula* pelos espaços.

(ÁGUAS, 2012, p. 222)

Apesar das distâncias entre os núcleos familiares – que podem chegar a 10 km – todos

participam das festas dos parentes. Na avaliação das moradoras do Mutuca, as festas são um momento importante de celebração e união da comunidade (DALLA NORA et al. 2019), onde se celebram as danças (dos antigos e dos jovens), as toadas de Cururu, se passam os saberes do feitiço das comidas e, de modo geral, se mantém o modo de viver e de ser quilombola.

As festas de santo em Mata Cavalo são parte das manifestações culturais encontradas em Mato Grosso na categoria de “festas de santo rurais” (ÁGUAS, 2012, p. 159), que tem como características a realização de festas familiares com a incorporação do Cururu.⁴ No geral, os festejos se organizam nas seguintes etapas: preliminares, preparativos, andamento, dia da festa: saudação ao altar, subida do mastro, dança do Cururu, reza, leilão, baile e Siriri, encerramento.

A Dança do Congo de Nossa Senhora do Livramento se destaca nas manifestações presentes no Mutuca pelo seu papel nos processos de expulsão e retorno às terras de Mata Cavalos, como será visto no próximo tópico. Segundo Águas (2012, p. 166), a Dança do Congo de Livramento é dançada em louvor aos santos (São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e São Gonçalo);¹ trata-se de uma representação de uma guerra feroz, entre o reino do Congo e o Rei Monarca, com seus exércitos, espadas e trajes pomposos. Em Mato Grosso, esta manifestação acontece em Nossa Senhora do Livramento e em Vila Bela da Santíssima Trindade, e em ambas as histórias há a derrota do reino do Congo, mas esta é seguida pela superação pela comunidade, sendo que “entre os ingredientes dos dois textos está uma dose de realismo (a guerra perdida) mas também de esperança e superação (a libertação dos guerreiros presos, em Livramento, ou a ressurreição, em Vila Bela)” (ÁGUAS, 2012, p. 167). Para Bandeira et al. (1990), o Congo remete a um saber étnico que distingue o grupo e projeta sua história para além deste:

4 - O Cururu é uma manifestação cultural de Mato Grosso que pode se apresentar como roda de toadas acompanhadas por violas de cocho e ganzás, e dança realizado geralmente por homens. O Cururu aparece tanto em festas religiosas em louvação aos santos, como em festas “profanas”.

Figura 36 Fotos do Congo de Livramento em 1995.



Fonte: Bandeira et al., 1996.

O rito propiciava a emergência social de subjetividades, visibilizando o negro como presença concreta no social, resgatando sua imagem de forma positivada; contando uma outra história do negro para o grupo, do grupo para os outros negros, dos negros para o branco, para a sociedade local e regional. Como saber, o Congo inscrevia no social a competência e a criatividade do negro como pessoa.

(BANDEIRA, DANTAS e MENDES, 1990, p. 41)

O esforço para a viabilização da festa do santo é coletivo, e cada personagem que compõe o ritual (os festeiros de festa e de promessa) contribuem com bens materiais e com trabalho, que começa com os preparativos ao longo do ano na arrecadação de doações. Além do trabalho dos festeiros, que geralmente são escolhidos dentro da própria comunidade, a partir de laços consanguíneos ou de compadrio, a rede de solidariedade existente na comunidade dá o suporte necessário para a realização das festas.

Estas atividades que extrapolam o âmbito familiar – como o mutirão/muxirum e as festas – e se manifestam nos bairros caipiras e nos terreiros quilombolas, compõem o elemento que Candido (2001, p. 94) chama de “vida lúdico-religiosa”, com um papel central na preservação da sociabilidade em áreas com povoamento disperso. A religiosidade se apresenta como uma força de coesão e fator de sociabilidade (CANDIDO, 2001, p. 95), seja na organização do trabalho na lavoura, ou no tempo lúdico e recreativo das festas:

Toda esta gente se recruta no bairro, cuja população é levada, deste modo, não apenas a convergir para a capela periodicamente, participando das rezas, dos leilões e das relações decorrentes, mas, ainda, a assumir encargos no interesse da coletividade dispersa, e unida por semelhantes práticas. O caso citado revela formas bem desenvolvidas de cooperação vicinal, divisão do trabalho,

Figura 37 Fotos do Congo de Livramento em 2018.



Fonte: Ahmad Jarah, 2018. Disponível em: <<https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=15969>>

consciência de grupo, coordenação de atividades.

(CANDIDO, 2001, p. 97)

No Mutuca e em Mata Cavalo, a organização da vida lúdico-religiosa possui um caráter de afirmação da identidade local e até de organização política, pois representa a potência do encontro entre os familiares e parentes e manutenção dos saberes ancestrais, como afirma Terezinha Arruda, historiadora nascida em Mata Cavalo:

O retorno dos remanescentes de escravos para as suas terras proporcionou-lhes a autoafirmação de sua identidade cultural, que hoje motiva a reunião das famílias nas festas de santos e no agradecimento às colheitas, fazendo com que essas reuniões reforcem ainda mais as manifestações culturais de afro-descendentes.

(informe verbal de Terezinha Arruda em ÁGUAS, 2012, p. 73)

Em todas as festas de Mata Cavalo e do Mutuca, a comida é um ponto digno de nota. Quem frequenta os festejos sabe que comerá à vontade e gratuitamente os pratos tradicionais do quilombo, como ensopado de carne com banana, arroz com banana madura, costela com Banana verde, Paçoca de carne, Paçoca de pilão, cabeça de boi, doce de mamão, licor de banana, licor de leite. E os que chegam cedo para ajudar ou que ficam na festança até a manhã seguinte compartilham o *tchá-co-bolo* com bolo de arroz, biscoitos, bolo de raspa de mandioca e chá de hortelã com garapa.

As cozinhas se enchem de mulheres e homens de diferentes gerações, em um movimento intenso de grande esforço para alimentar todos os convidados das festas. É neste momento que os jovens aprendem as receitas e modos de fazer, sobre a coletividade presente nas festas e a devoção aos santos de seus ancestrais. Jackeline Silva registra os saberes da culinária quilombola

Figura 38 Cozinha na Festa da Banana de 2018.



Fonte: Elaboração da autora.

no catálogo “Afro Paladar” (SILVA,2018), e caracteriza este fazer como “uma tecnologia social ancestral que remete à resistência dos quilombos e se faz perceptível nos tipos de alimentos, no cuidado com a terra, na comunhão entre os cozinheiros, nos utensílios utilizados, tudo remete à luta pela preservação de sua cultura”.

O trabalho na cozinha se inicia alguns dias antes da festa, mobiliza boa parte da comunidade e tem um efeito surpreendente da fartura de comida, que encanta e satisfaz as famílias e agregados. A abundância nas festas tem tanto o sentido religioso de agradar o santo dando de comer e praticando a caridade de alimentar seus iguais, quanto de ritualizar a relação fecunda com a terra através do excesso da colheita (ÁGUAS, 2012, p. 328) ou no plantio através da “concretização simbólica de um desejo futuro de abundância”, antecipando o que se espera da colheita.

A fartura compartilhada nas festas de santo pode romper, em alguma medida, com a lógica de acumulação, pois a comunidade consome o que eventualmente poderia ser destinado ao mercado, mas se transforma no consumo coletivo nas festas. A abordagem de Santos (2015) corrobora com as observações empíricas no Mutuca e com as análises de Águas (2012), pois a lógica da acumulação no modo de produção capitalista não faz parte e nem se encaixa na cosmovisão quilombola:

Para essas comunidades contra colonizadoras, a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produzia era utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um, só sendo permitida a acumulação em prol da coletividade para abastecer os períodos de escassez provocados por irregularidades climáticas, guerras ou os longos períodos de festividades.

[...]

Assim, como dissemos, a melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E

a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia.

(SANTOS, 2015, pp. 48;84)

Se considerarmos a abundância de datas festivas no Mutuca, estas atividades não são eventos isolados na comunidade, mas parte do cotidiano e da formação da identidade étnica deste quilombo. As festas, a realidade material e a fé formam uma totalidade, onde nesse modo de viver, de pensar e de se relacionar com a natureza, em um cenário de vida sem festa, não haverá o que comer. A fé tem um forte viés de refúgio emocional, todavia o encantamento dado pela religião não aliena os indivíduos sobre as condições de vida e resistência dado que as festas (e todas as atividades que se relacionam a elas, como a dança) são espaços importantes de organização política e possuem um papel importante nos processos de luta pelo território, como será mostrado a seguir.

2.2. De dentro para fora : Os movimentos internos e externos no território do Mutuca

2.2.1. De mala e cuia⁵ – processos de espoliação e retorno às terras

Foi em 77, 78 ele ainda tava aqui, fez tudo isso. [...] Zé Bigode não mexeu com nós. [...] Aí veio D° Jauro [...] Aí que veio os gringo, aí sim. Aí era pistoleiro. [...] Foi tormento e mais tormento demais na vida, que o povo... Aí que o resto do povo acabou de embora, que tava aí, que já tinha sido escarrerado um pouco e aí ficou um pouco.[...] Mas, todos nós que ficamos foi debaixo de

5 - Expressão popularmente utilizada na baixada cuiabana, significa ir embora, se mudar.

atropole. A cerca, como a senhora viu, ele cercou tudo aí, cerco o mundo inteiro, nós ficamos sem poder ter nada, acabou o meu rebanho, acabou as vacas... Fiquei com vaquinha assim de leite. [...] Nós não podia criar porco porque ia pra lá e eles atirava, nós não podia nada porque lês vinham aí, entravam aí. E nesse atropelo nós ta até hoje. Aí depois disso que foi... veio bastante gente. Aí os gringo foi embora, foi embora, ficou aí sem ninguém. Ficou só um empregado dele ficou aí. Aí esse empregado dele ficou aí... veio uns três homens aqui pergunta pra mim: Dona, a quantos anos a senhora mora aqui?. Eu quero, eu vim sabe dessas terras daí. Eu falei moço: - essas terras são de remanescente, se o senhor querer comprar rolo, o senhor compro. [...] Quando nós assustamo era o seu Manoel que tava aí, era garimpo de novo. E nós não tinha acesso no córrego, a água rodando tudo aí, indo embora, rodando. Atoleiro tudo aí dentro do córrego, que até o córrego acabou, alisou, o rio alisou. E nós achava, aí o pessoal via aquele rio liso, sem entrar lá... Morreu cavalo, morreu vaca, acabou, fiou o seu Manoel aí. [...] No mês de agosto e setembro nós não agüentava com a poeira que saia aí. Era cascalho, caminhão de cascalho e não sossegava. Nós sabendo que a terra era nossa, nós fomos, ganhamo uma liminar. Aí o pessoal falou: - vamos entrar aí, aí é nosso, vamo entra. Entramo. Já que eles tão acabando com tudo a terra aí, aí nós vamos entra nesse pedacinho que eles não entraram.

(informe verbal de Germano, morador do Mutuca, em MOURA,2009,p.157)

Os moradores do Mutuca nasceram e se criaram ali, todavia nem todas as famílias permaneceram na localidade ao longo destes anos. As migrações internas e externas ao quilombo acontecem desde a década de 1940 e foram motivadas por fatores diversos, desde os mais violentos motivados pelo interesse nas terras do quilombo, até falta de acesso à educação e emprego no local. Motivado pela valorização das terras da região, o processo de migração involuntária mais significativo para a comunidade como um todo se deu nos anos 40, e se estendeu até meados dos anos 90.

A primeira ofensiva de grilagem ocorreu nos anos 1940 no auge da Marcha para o Oeste, movimento no qual o governo federal incentivou a ocupação dos “vazios” do Brasil central. As práticas de ocupação das terras a partir do direito consuetudinário e a inexistência de cercas demarcando os limites da terra, tornava a comunidade despreparada para esta situação.

Segundo relatos orais (MOURA, 2009, pp. 57-59) e registros do laudo antropológico, no ano de 1943 o prefeito de Livramento, fazendeiro interessado nas terras da então Sesmaria Boa Vida, compra um pequeno pedaço de terra nas imediações do quilombo e, ao longo dos anos, estabelece relações de convivência e trabalho com os moradores da comunidade. Após alguns anos de aproximação com os moradores de Mata Cavalos, o fazendeiro fez a medição de suas terras a fim de regularizar a posse e incorporou as terras de Mata Cavalos em seu domínio⁶. A partir disso se iniciou um processo de coerção e expulsão das famílias, que se desenrolou até meados de 1953.

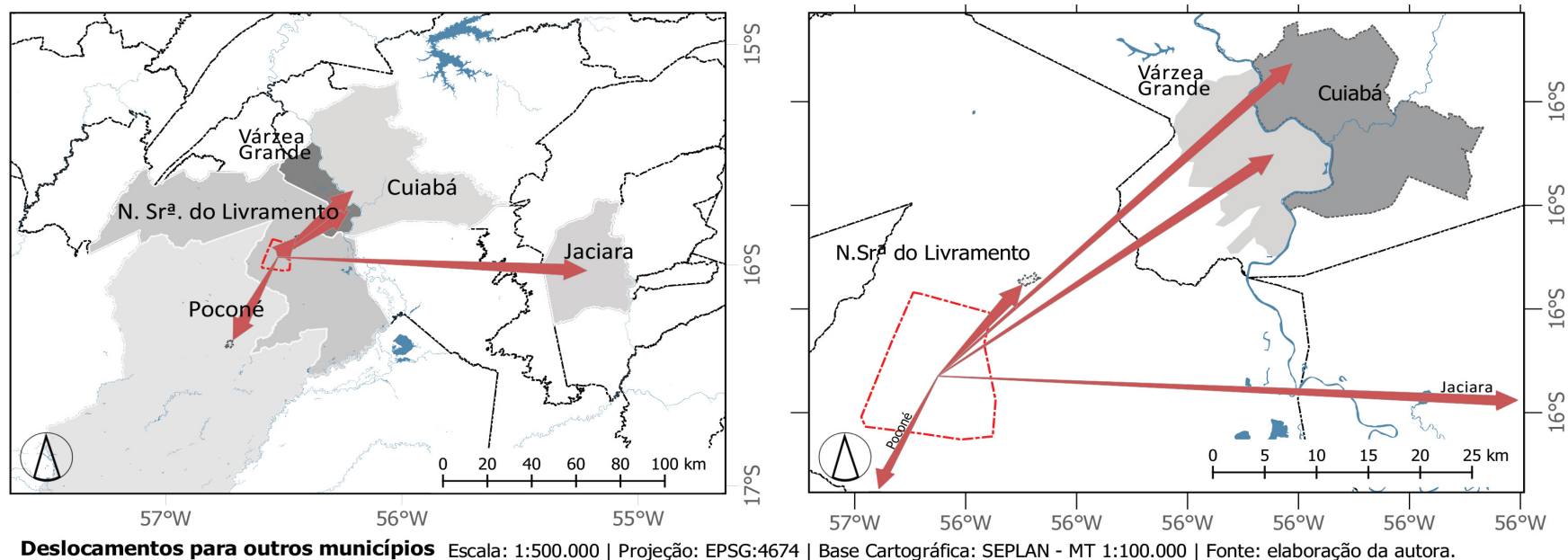
Depois da demarcação fraudulenta da terra, o fazendeiro coagiu as famílias com pistoleiros que atacaram as casas violentamente, e a comunidade passa a sofrer um processo de expropriação. Estes ataques forçaram a migração da maioria das famílias de Mata Cavalo, vítimas da burocracia estatal e uma política de concentração de terras, tiveram destinos diversos. Segundo registros, apenas 3 famílias resistiram e permaneceram na terra: Rosa Domingas e seus filhos no Mutuca, outra em Mata Cavalo de Cima e a última em Mata Cavalo de Baixo, todas em parcelas muito menores do que constava nos registros de compra ou doação de seus antepassados. Enquanto os homens saíam para o trabalho nas fazendas da região, cabia às mulheres a proteção do território e organização da resistência no local. Neste período, as práticas de ajuda mútua foram o suporte da resistência das famílias que permaneceram, a comunidade coletivizou a lavoura, o preparo das refeições e o cuidado dos idosos e crianças:

6 - Moura (2009) descreve os desdobramentos da expulsão das famílias e reuniu uma série de relatos dos moradores de Mata Cavalo.

As mulheres, sem seus homens, alguns dos quais presos e os demais trabalhando por tarefa ou por empreita para garantir os meios de vida às suas famílias, já que a maioria de suas roças fora destruída pelo fogo, enfrentaram diuturnamente os invasores. (BANDEIRA et al., 1993, p. 102).

Uma parte das famílias foi assentada em loteamentos da Legião Brasileira de Assistência nos bairros Ribeirão do Lipa em Cuiabá e Capão do Negro (Cristo Rei) em Várzea Grande, ambos localizados nas periferias destas cidades. Outros continuaram dispersos na área rural de

Figura 39 Mapa dos deslocamentos para outros municípios.



Livramento, Poconé, Jaciara, trabalhando nas fazendas na condição de empregados. Outra parte adquiriu casas na periferia de Livramento, e passaram a trabalhar para o que restou da elite local no município.

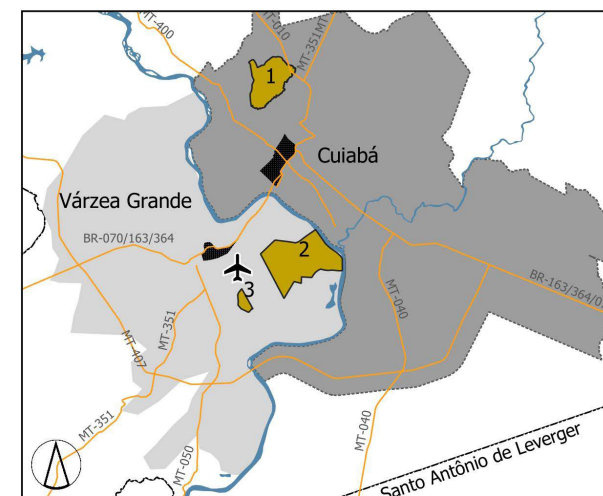
As famílias de Mata Cavallo que migraram para as cidades passam por um refazimento da territorialidade formulada no quilombo, como descrito por Bandeira et al: “[...] iniciava-se o ressurgimento de uma territorialidade negra [...] Reorganizava-se a solidariedade grupal, as relações de parentesco, as práticas culturais sustentadas pela lembrança coletiva. Era Mata Cavallo, ressurgindo, fênix negra, etnicamente reinventada” (BANDEIRA, 1993, p. 39).

Este processo foi marcado pela reconstrução das festas realizadas em Mata Cavallo, agora nas cidades. O Congo foi retomado juntamente com a Festa de São Benedito em Livramento e em Várzea Grande, e os santos voltaram a ser motivo de reencontro da população de Mata Cavallo, como aponta Águas (2012):

No decorrer do período de diáspora, a festa acabou por assumir um papel catalisador, voltando a aglutinar os quilombolas em torno do espaço flutuante da festa – substituindo, de certa maneira, a partilha do território concreto. Com o processo de expulsão iniciado nos anos 40, pulverizaram-se festeiros, reis, rainhas, cururueiros, capitães do mastro e assim por diante. Porém, ao invés de dispersar-se definitivamente e esquecer-se enquanto comunidade, a população desterritorializada manteve os seus laços. (ÁGUAS, 2012, p. 228)

Para a autora, as festas tiveram papel fundamental na manutenção das identidades das famílias remanescentes e entre as diaspORIZADAS. As poucas pessoas que permaneceram no território realizavam eventos que contavam com a participação dos parentes dispersos; ao mesmo tempo, as famílias diaspORIZADAS passaram a organizar festas em suas novas regiões,

Figura 40 Localização dos reassentamentos em Cuiabá e Várzea Grande.



Localização dos bairros de reassentamento.

Escala: 1:250.000 | Projeção: EPSG:4674
Base Cartográfica: SEPLAN - MT; IBGE | Fonte: elaboração da autora.

Legenda

- Estradas principais
 - Rios
 - Região central
 - ✈ Aeroporto
 - - - Limite municipal
 - Perímetro urbano de Cuiabá
 - Mancha urbana de Várzea Grande
 - Bairros de reassentamento
- 1 Ribeirão do Lipa
 - 2 Cristo Rei
 - 3 Vila Pirineu

As famílias que permaneceram em suas terras e sofriam com as ameaças buscaram apoio junto a seus familiares nas cidades e com organizações como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro de Direitos Humanos de Cuiabá, a Federação de Trabalhadores Rurais do Estado de Mato Grosso (FETAGRI), políticos locais, pesquisadores e técnicos do INTERMAT. Este apoio se deu de diversas formas, desde o suporte político e jurídico nos trâmites burocráticos, a visibilidade nos meios de comunicação, até a aliança na ocupação das terras. Também foram informados sobre os artigos constitucionais referentes à regularização de terras de remanescentes de quilombos, e o direito que tinham sobre a gleba. Neste momento, a luta passa a ser pelo quilombo e as associações de moradores são criadas para representar judicialmente as famílias de remanescentes.

Neste ínterim, os então remanescentes de quilombo se aliam a famílias sem-terra da região para ocupar a área grilada pelos fazendeiros. Em 1995, Cesário Serate, liderança de Mata Cavalo e responsável pela Casa de São Benedito, sede do Congo de Livramento, protocola um requerimento junto à Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, no qual solicitava o levantamento técnico para instruir os procedimentos de titulação à população de Mata Cavalo. Destaca-se, novamente, o papel dos festejos enquanto aglutinador social e neste caso, espaço de mobilização política da comunidade.

Em 1996 se inicia a retomada das terras, e cerca de 60 famílias ocupam localidades estratégicas dentro da gleba. No Mutuca as famílias ocuparam 2 núcleos: cerca de 8 permaneceram na área próxima a casa de Rosa Domingas, e a maior parte se alojou nas proximidades do córrego Mutuquinha.

Ao longo do processo de reocupação, houve diversos conflitos internos entre as famílias de remanescentes e as famílias de sem-terra, principalmente no que se refere à localização das áreas. No Mutuca, as disputas se deram pela ocupação da área mais próxima da rodovia;

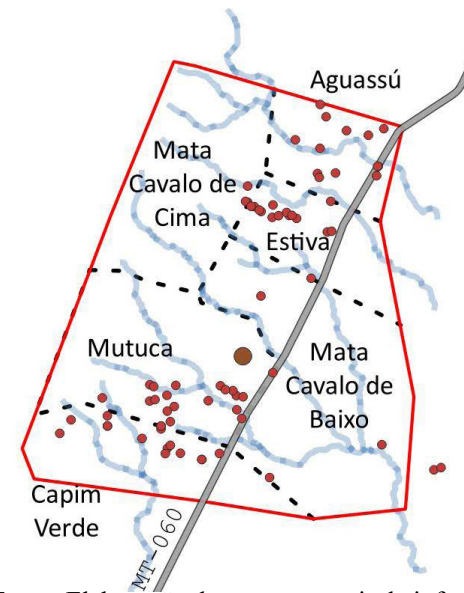
enquanto em M. C. de cima os remanescentes disputaram as terras com o garimpo.

Com o reconhecimento da área pelo INTERMAT em 1998 e pela Fundação Palmares no ano 2000, inicia-se o processo de desintrusão da área. O rompimento da aliança com as famílias sem-terra variou de acordo com os combinados feitos entre as comunidades. Os que ficaram em regime de comodato aceitaram o reassentamento pelo INCRA em projetos de assentamento de reforma agrária no município de Sorriso. Os que fizeram acordos com os quilombolas no início e receberam parcelas de terras na divisão, como é o caso das comunidades Capim Verde/Gleba União e Aguassú (fig.42), não aceitaram sair e permanecem nas terras até hoje.

O processo de desterritorialização e reterritorialização causou mudanças importantes na organização política dos moradores do Mutuca e de Mata Cavalos. Criou-se o sentido de identidade enquanto “remanescentes de quilombo”, e com isso foram estabelecidas as associações locais, em 1996 foi criada a “Associação-mãe” que abriga as 6 comunidades de Mata Cavalos, e no ano seguinte foi criada a Associação da Comunidade Negra Rural Quilombo Ribeirão da Mutuca (ACORQUIRIM), com a intenção de lutar pela demarcação e titulação de suas terras e garantir melhores condições de vida aos moradores. Os moradores também estabeleceram relações e articularam-se com diversas entidades do movimento negro a nível estadual e nacional, como o Fórum de Entidades Negras do Estado de Mato Grosso, Grupo de União da Consciência Negra – GRUCON/MT e Comissão Nacional de Articulação das Comunidades Remanescentes de quilombos (CONAQ).

Para a formulação do Laudo Antropológico, parte do relatório de reconhecimento do quilombo, a memória social do grupo foi mobilizada e as histórias orais dos mais velhos valorizadas enquanto “documentos vivos”, que detalhavam o histórico e modo de vida de seus antepassados no território. Nesta recuperação da memória há o envolvimento dos familiares em diáspora na recuperação de suas terras e na possibilidade de retomada do controle coletivo das

Figura 42 Ocupações de posseiros e fazendeiros em Mata Cavalos.



Fonte: Elaboração da autora a partir de informações do INCRA.

terras, como relata Bandeira:

No processo histórico de ocupação-expulsão-retorno-expulsão-retorno, os negros de Mata Cavalos se encontram e se reencontram na sua pertença. As sucessivas idas e vindas configuram uma situação de comunidade errante, uma espécie de diáspora. Os negros de Mata Cavalos, mesmo os que não nasceram em seu território, são envolvidos no processo de retorno pelo que concretamente voltam, porque a legitimidade do retorno se fundamenta na pertença e a pertença se fundamenta na indissociabilidade entre terra/ território/ descendência/ valores culturais/ memória/ ancestralidade comum.

(BANDEIRA, 1993, p. 9)

Santos (1996) define que a periodização da história e as relações sociais organiza o território os sistemas de objetos que o compõem, sendo que “podem as formas, durante muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes” (SANTOS, 1996, p. 77). No Mutuca, o espaço e o território se modificam profundamente ao longo dos anos no decorrer dos processos de luta vividos pelas famílias. O processo de luta pela terra adquire camadas de complexidade com a ressemantização da identidade quilombola e, em um movimento dialético com a prática concreta, se transforma em luta pelo território, seus modos de viver e redefinição da relação com o passado.

2.2.2. A terra é importante, mas não é tudo – ajustes e transformações

[Laura Ferreira da Silva] - No caso da área aqui especificamente falando da

Mutuca, a gente já tem todos os nomes, inclusive a gente fez toda essa questão da origem, essas coisas a gente tem digitado. Até porque a gente tem uma preocupação, porque se muitas de algumas famílias hoje não se encontram aqui, é porque elas precisam ter alguma forma de renda pra poderem sobreviver, porque aqui não tem trabalho a não ser um trabalho que a gente faz na lavoura mesmo, que é pra própria sobrevivência. Então, uns estão aguardando a definição da nossa terra, porque assim que a terra sair, todos eles estão dispostos... A gente montou essa Associação porque a gente está buscando tudo quanto é meio pra que a gente consiga implantar a própria sobrevivência aqui, sem que eles tenham que sair daqui pra trabalhar pra fora. Mas, sim levar a produção daqui pra se vender lá fora. É por isso que a gente está... E a maioria das pessoas que estão na cidade estão já com interesse em vir. [...] Já ta montando essa farinheira, já tão plantando mais mandioca, essas coisas. [...] Foi um projeto enviado pra embaixada da Alemanha, que nos apoiou. Esse freezer que tá aqui foi da embaixada da Alemanha. A gente tem aqui fábrica de doce também. É uma forma de estar gerando renda pras famílias. [...] Aqui a gente faz as redes. Tem o tear bem antigo. A gente tem esse tear, a gente tece essas redes. Minhas tias são tecedeiras de redes, minha mãe é tecedeira de rede.

(informe verbal em BARROS,2007)

O movimento de migração involuntária e ofensivas a suas terras deixaram como herança positiva aos moradores do Mutuca a organização política na figura da ACORQUIRIM. O movimento para fora do território originário também aproximou o Mutuca de parceiros de luta que auxiliaram no reconhecimento e na luta pelos seus direitos enquanto remanescentes de quilombo.

Nos últimos 10 anos as condições de vida ficaram melhores e mais estáveis, se comparadas com a situação no início dos anos 2000. Algumas famílias, especialmente os filhos que foram trabalhar nas cidades vizinhas, retornam para o quilombo diante da expectativa de

melhoria nas condições de vida. As casas construídas pelo PNHR e o incentivo à produção agroecológica são fatores de incentivo ao retorno e permanência dos jovens. Há um esforço da ACORQUIRIM no sentido de buscar capacitação e oportunidades de geração de renda dentro do quilombo, para além da lavoura. Um centro de beneficiamento de produtos da agroecologia está sendo construído no local da antiga escola, e conta com espaço para cursos e capacitação. ONGs e outras organizações frequentemente dão palestras de formação política e capacitação técnica para os jovens.

Ainda assim, os jovens precisam sair do quilombo para estudar, como fizeram suas mães, tias e tios em algum momento. Em Mata Cavalão a escola atende até o 9º ano; para fazer o ensino médio os jovens precisam ir para as cidades vizinhas, Livramento ou Várzea Grande.

O acesso à universidade é uma realidade mais próxima desta geração, em comparação às gerações anteriores. Há uma geração de pedagogas, secretarias e advogadas formadas em universidades particulares e públicas, e na linha de frente da organização política do quilombo. Em 2016 a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) aprovou o Programa de Inclusão Quilombola (PROINQ),⁷ uma ação afirmativa construída a partir da criação do Conselho de Ações Afirmativas da UFMT que responde às demandas das comunidades quilombolas da região. Este órgão consultivo e avaliativo é voltado para as ações afirmativas e políticas de inclusão dentro da universidade e mobiliza de docentes, discentes, movimentos sociais, núcleos de pesquisa, representantes quilombolas e indígenas.

Na Festa da Banana de 2018 uma moradora do Mutuca relatou o seu processo de entrada na universidade como uma mudança real de vida, que significou a realização de um sonho e a possibilidade de ter outra fonte de renda, além do artesanato com cerâmica. Ela começou a

7 - O processo de construção deste programa foi relatado e analisado por Sônia Regina Lourenço no artigo “Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)”.

fazer jornalismo na UFMT a partir do programa de cotas para quilombolas. Outros moradores do Mutuca entraram na universidade pelo mesmo edital, mas encontraram algumas dificuldades no caminho. Uma parte do acordo com a UFMT seria o auxílio com o transporte para as aulas, pois a comunidade fica a pelo menos 50 km da universidade; essa seria então uma questão fundamental que determinava o índice de permanência no curso. Para solucionar o problema do transporte, o grupo de estudantes se organizou para pagar gasolina e utilizar o carro de pessoas da comunidade, mas no fim do mês o valor saía muito alto e alguns tiveram que abandonar o curso por isso. Outra solução encontrada para a questão da distância foi passar a semana em Cuiabá ou Várzea Grande, na casa dos parentes, e retornar para o quilombo nos finais de semana.

O Coletivo Negro da UFMT dá suporte aos estudantes quilombolas e organiza as demandas por políticas públicas de permanência. Segundo dados do estudo de “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” divulgado pelo IBGE em 2019, os negros ou pardos compõem 50,3% dos estudantes no ensino superior em instituições públicas. Porém deste total, entre os entrevistados de 18 a 24 anos, apenas 55,6% estão cursando ou concluíram a graduação. São diversos os motivos que implicam na dificuldade de permanecer e concluir os cursos, e um dos pontos que estão ligados diretamente às políticas de educação são as políticas públicas de permanência. Muitos jovens não dão seguimento aos estudos por precisar trabalhar ou procurar trabalho, a fim de complementar a renda da família e se manter. Os dados do IBGE mostram que em 2018, entre jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo que não estavam frequentando a escola por tais motivos, 61,8% eram pretos ou pardos.

Nos últimos anos houve um avanço significativo na construção de políticas afirmativas específicas para apoiar a possibilidade de permanência nas terras tituladas. Havia o entendimento, ao menos “no papel” de que apenas a titulação da terra não é suficiente para garantir a permanência e qualidade de vida das populações quilombolas.

O esforço de construção de um arcabouço jurídico e institucional de apoio às comunidades quilombolas a nível nacional teve contribuição do movimento nacional de comunidades quilombolas, a CONAQ. O Mutuca, através da ACORQUIRIM, também constrói alianças e se organiza neste movimento, atualmente Laura, filha de Justina, faz parte da direção da CONAQ. A ACORQUIRIM também compõe a articulação nacional de Economia Solidária, através da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários -UNISOL, e faz a ponte entre os movimentos sociais a nível nacional e os órgãos locais na construção de políticas públicas voltadas a geração de renda dentro destes territórios.

Encontra-se tanto a menor capacidade de preservar o modo de vida quanto de se ajustar às novas condições. O processo de diáspora vivido pelas famílias no Mutuca levou os moradores a uma relação intensa com as cidades, e novas formas de experiência social se consolidaram a partir disso. Além disso, há a ampliação das necessidades de reprodução da vida e de consumo que não é compensada pelo aumento do poder aquisitivo (CANDIDO, 2001, p. 271). No Mutuca este ajuste se dá principalmente no acesso à educação e alguns caminhos são tomados pelas famílias: uma parte permanece nas cidades e se proletariza para suprir as novas necessidades e aspirações criadas na diáspora e no contato com o modo de vida urbano, enquanto outras ficam no quilombo após a reterritorialização e contam com o apoio dos parentes na cidade para receber os filhos que vão estudar.

Candido (2001, p. 272) compreende que há uma tendência aos grupos rústicos acomodarem-se satisfatoriamente aos padrões propostos pela civilização urbana:

Embora arrastados cada vez mais para o âmbito da economia capitalista, e para a esfera de influência das cidades, procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando doutro lado preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio. Daí qualifica-los

como grupos que aceitam, da cultura urbana, os padrões *impostos* – aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência – mas rejeitam os *propostos*, os que não se apresentam com força incoercível, deixando margem mais larga à opção.

(CANDIDO, 2001, pp. 272-273)

Entende-se que, no processo do Mutuca, a possibilidade de rejeitar parte dos padrões propostos se concretizou a partir da organização política e alianças feitas com grupos externos à comunidade. Parte-se do entendimento de que os conteúdos culturais deste grupo é dinâmico e não há que se considerar que permaneça preservando os modos de vida, hábitos e costume exatamente como o de seus ancestrais. Porém, nota-se que as estratégias encontradas para manter um nível de vida que satisfaça tanto as necessidades materiais de sobrevivência física quanto a identidade étnica assentada na ancestralidade são fruto de processos de adaptação às conjunturas históricas e são compostas por elementos de tradição e modernidade (BARROS, 2007, p. 194).

2.2.3. Do *muxirum* à Agroecologia – os ajustes necessários para a sobrevivência do grupo

No processo de lutas para permanecer nas terras do Mutuca e na conjuntura de ocupação do estado de Mato Grosso pelo agronegócio e o garimpo, a comunidade buscou formas de sobreviver e manter o modo de vida, na medida do possível. A busca por aliados fora do quilombo é ampliada no fim dos anos 90 e início dos anos 2000, quando a comunidade se organizava para retomar as terras e a produção de alimentos. No processo se conectaram com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

que apresentou a Agroecologia⁸ às lideranças e posteriormente inseriu a comunidade no Grupo de Intercâmbio em Agroecologia (GIAS).

Esta abordagem surge no bojo das resistências no campo, nas águas e nas florestas, encabeçadas pelas populações tradicionais, camponeses, assentados da reforma agrária, quilombolas e indígenas que lutam por um modelo de produção agrícola que respeite os modos de vida e a natureza, frente à expansão do agronegócio.

Como foi visto anteriormente, a roça de toco tradicional do quilombo Mutuca tem como base o manejo sustentável transmitido pelos antepassados, sendo assim parte estruturante da identidade quilombola, o que torna este modo de fazer consoante com os princípios da agroecologia. Em entrevista realizada na Festa da banana de 2018, Laura destaca que “Nossos ancestrais já trabalhavam desse jeito, com muito esforço, variedade de sementes e sem veneno, sem nem saber que isso era agroecologia. Essa tradição foi passando de geração em geração e, hoje, é uma referência para muitos”.

No Mutuca a produção agrícola tradicional se baseia no sistema de capoeira, onde a terra é fracionada em diversas partes e há o rodízio entre estas, respeitando o tempo de produtividade da terra. Enquanto se produz em outra porção, a anterior se recupera e ganha fertilidade novamente para voltar a produzir. Soma-se este sistema a roça de toco, que consiste no desmatamento e queima para limpar a porção a ser utilizada, onde as cinzas atuam como fertilizador do solo. Apesar de ser a forma tradicional, as queimadas preocupam as moradoras,

8 - “Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas” (ALTIERI, 1987)

pois podem sair do controle e atingir áreas que não seriam destinadas a agricultura, e estas ressaltam que esse é um dos motivos pelo qual as roças são feitas perto dos córregos.

Por ocasião da construção das casas do PNHR no Mutuca, o trabalho técnico social identificou a potencialidade na produção de hortaliças, devido ao baixo valor de investimento inicial e retorno financeiro mais rápido do que as roças de banana, milho e cana. Com o apoio da Caixa Econômica Federal através do Trabalho Técnico Social (fig.43) desenvolvido juntamente com o projeto do PNHR, a comunidade criou o projeto “Muxirum Quilombola” começou a produzir hortaliças orgânicas como alface, rúcula, coentro, salsa, cebolinha e couve, que eram vendidas para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e distribuídas para escolas e entidades de assistência social da região. A produção de hortaliças também alterou os hábitos alimentares dos moradores do Mutuca, pois até então achavam que era comida de “marandrová”, como diz Laura em entrevista ao Ministério de Desenvolvimento Social(MDS): “Era nossa cultura. Para nós, só as lagartas podiam comer isso. Agora nós vimos que os humanos também podem comer”, e segue: “Queremos mostrar para o Brasil e o mundo que é possível produzir uma alimentação saudável”. O projeto “muxirum quilombola” foi o vencedor do prêmio de Melhores Práticas de Gestão Local da CEF, e deu visibilidade nacional aos projetos da comunidade. Esta visibilidade auxiliou a associação na formulação de outros projetos em busca de recursos através de editais internacionais e nacionais para efetivar a permanência dos moradores do Mutuca em suas terras.

Nos termos de Candido (2001), podemos definir este movimento como resultante da coexistência dos fatores de persistência e dos fatores de transformação. Se organizar em grupos de apoio à agroecologia e aderir à produção e comercialização de produtos orgânicos foi uma das estratégias encontradas pelo grupo para não atrofiar as formas coletivas de organização e preservar seus modos de vida, garantindo assim a sobrevivência do grupo para além do mínimo vital e social. A incorporação progressiva desta comunidade à esfera de influência da economia

Figura 43 Oficinas do Trabalho Técnico Social



Fonte: CEF,2015.

capitalista (CANDIDO, 2001, p. 251) oferece elementos de análise destas transformações em aspectos como as dinâmicas de trabalho, a reorganização ecológica e a transformação das relações com o meio.

Não se trata, portanto, de preservar as condições de vida como faziam os antigos a partir dos mínimos vitais de sobrevivência em vistas de garantir uma identidade cultural conectada apenas com o passado. A cosmovisão quilombola parte do pensamento circular, onde passado, presente e futuro convergem na luta pelo território encampada pelas comunidades. A mobilização em torno da valorização dos modos de vida baseados na bionteração consolida o entendimento de que os diferentes povos que habitam o campo, as águas e as florestas possuem demandas heterogêneas, mas convergem rumo a soberania de escolha sobre seus modos de vida, de produção e reprodução em seus territórios.

Os técnicos agrícolas da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural – Empaer que dão suporte à comunidade reconhecem o potencial da agroecologia e produção de orgânicos no quilombo, também apontam para as ameaças do avanço da sojicultura na região. A situação fundiária do Mutuca é um fator de risco pois além de não garantir a segurança da posse, dificulta o acesso a créditos e financiamentos para a produção.

O Censo Agropecuário de 2017 divulgado em 2019 revela que os grandes proprietários de terra no Brasil são brancos, enquanto nas pequenas propriedades, os estabelecimentos com menos de 1 hectare, a proporção é de três produtores negros para cada branco, segundo dados organizados por reportagem da Agência Pública. A partir destes dados, pode-se inferir que o processo que se iniciou com a Lei de Terras de 1850 e a exclusão sistemática dos direitos da população negra segue reproduzindo as desigualdades no acesso a terras do país.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 56,10% da população brasileira é negra e esta proporção se mantém entre os pequenos produtores rurais.

Todavia, a proporção se altera drasticamente quando se trata do cultivo de soja, sabidamente mais rentável economicamente e que depende de maiores porções de terra: 88,24% dos produtores de soja do país são brancos. Os cultivos de café, cana-de-açúcar e pecuária também são majoritariamente tocados por brancos. Os negros, por sua vez, são maioria na produção de cacau, no extrativismo em florestas nativas e criação de pequenos animais (suínos, ovinos, aves e caprinos).

Quanto à extensão de terras, o censo de 2017 aponta para o aprofundamento da concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. O estudo aponta que 77% dos estabelecimentos agropecuários foram classificados como agricultura familiar, porém estes ocupam apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários. A maioria esmagadora das terras se dedica à monocultura extensiva, mecanizada e voltada para o mercado externo de commodities.

O agronegócio recebe incentivos fiscais e crédito facilitado, reforça as desigualdades no campo e avança sobre territórios ocupados por populações tradicionais. O modelo consolida a concentração de terras pois tem o monopólio da terra como mediação central para sua realização (PADUA, 2014, p. 55), ao passo que a agricultura familiar é tratada como atrasada e superada pelo tempo.

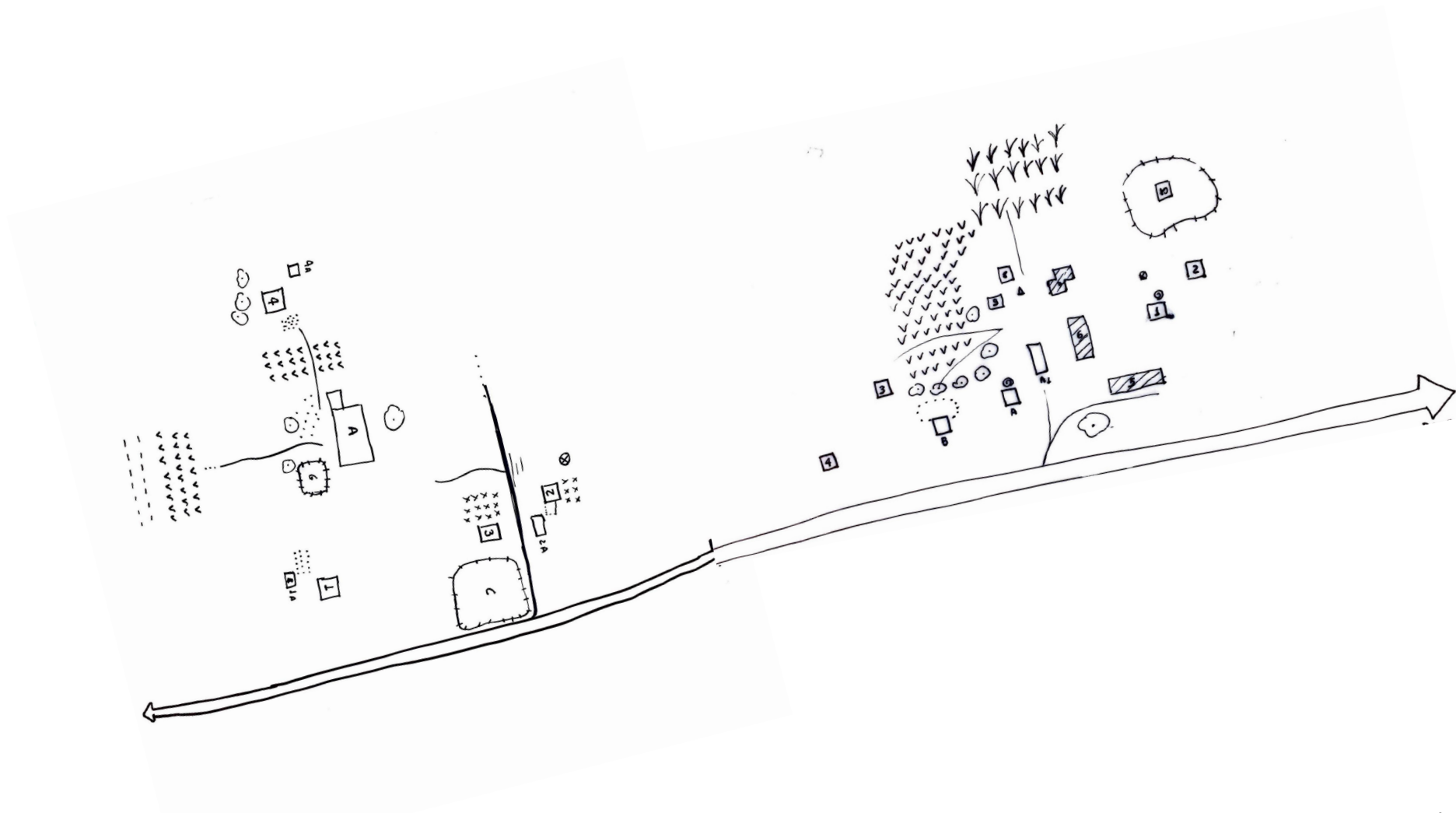
A formação territorial do estado de Mato Grosso tem como um dos fundamentos a questão agrária, e o conteúdo desta questão se atualiza a partir das relações de poder pautadas, agora, pelos interesses dos grandes produtores do agronegócio e tem influência em diferentes dimensões da sociedade, como afirma Pádua:

É evidente a dominação política e econômica (e cultural) da grande propriedade da terra, seja no nível federal, estadual ou municipal. Em Mato Grosso percebe-

se uma dominação política (os grandes proprietários são majoritariamente os representantes políticos), econômica (também dominam as atividades econômicas principais) e cultural (construção da opinião pública) da grande propriedade da terra, o que é necessário decifrar no relativo consenso social de que o agronegócio representa necessariamente a prosperidade e o progresso.

(PÁDUA, 2014, p. 36)

Porém, mesmo atuando nas brechas do sistema e com dificuldades de acesso a crédito para produção e circulação, a agricultura familiar ainda é responsável pelo abastecimento do mercado interno nacional e pela produção de orgânicos. Estas brechas dão espaço para possibilidades de práticas concretas que partem de uma outra lógica de produção, relação com a natureza e de relações sociais, como a agroecologia praticada no Mutuca e em tantas outras localidades.



Colagem a partir de croquis feitos em campo
Fonte: Elaboração da autora.

CAPÍTULO 3

A CASA



3.1. O barraco da memória a casa-terreiro enquanto categoria de análise do habitat quilombola no Mutuca

Todas as visitas começavam na casa da D. Justina, que nos recebia, proseávamos um pouco e aí logo entrávamos no carro para a próxima casa. Era ela quem decidia onde iríamos, após conversar com suas irmãs. Visitamos as casas de quase todas as irmãs e irmãos de D. Justina, pudemos ver como a árvore genealógica estrutura o espaço.

A casa de palha da família da D. Justina ainda é usada para guardar algumas coisas e serve de apoio às atividades da ACORQUIRIM, mas antes das obras do PNHR a família toda morava nessa mesma casa, que sofreu algumas alterações na planta. Anteriormente o cômodo fechado era maior do que o atual, e a área ficava do lado oposto (ver croqui).

A casa possui estrutura de madeira e cobertura com palha de babaçu riscada, o fechamento das paredes é variado, a lateral esquerda é fechada com madeira aparelhada, e a lateral direita com placa metálica, já a parede que delimita a varanda é feita com madeira aparelhada, uma técnica que elas chamam de “pau a pique” e consiste em pedaços do centro da folha de babaçu aparelhados e fixados entre si com pregos. A casa possui piso de cimento e a maior parte dela é ocupada por uma grande varanda de aproximadamente 6 m de profundidade por 3m de largura.

A área (ou varanda) é o lugar onde encontramos D. Justina, que recebe todos que passam por lá e era onde ela me recebia quando chegava para visitar as casas, quase sempre arrodada pelos netos ou filhos. Na generosa varanda ficam algumas cadeiras de plástico, um grande banco de madeira, uma mesa no centro que abriga o rádio e os celulares que ficam carregando. Por vezes vi algumas roupas estendidas na varanda, aproveitando o vento generoso que bate ali e protegidas do sol intenso do cerrado.

Quanto ao cômodo, nunca entrei, pois, D. Justina sempre disse que

“estaria muita bagunça”, mas já observei pessoas entrando e saindo dali com frequência, seja para guardar coisas ou descansar.

A casa é rodeada por pés de babaçu, cujas partes são utilizadas na construção da casa, suas folhas compõem a cobertura, as paredes são fechamentos com a palha trançada ou com as taquaras aparelhadas. A estrutura que sustenta a casa é feita com madeira da região, que compõem as vigas e pilares, conectados por encaixes precisos e uso de poucos pregos entre as peças. A base é feita de contra-piso de cimento por cima da terra batida.

A cozinha coletiva fica a poucos metros da casa de palha, nos fundos do barracão da associação onde são realizadas as festas, reuniões e demais encontros da comunidade.

No terreiro também fica o forno, usado tanto no dia a dia para assar bolos e carnes, quanto nas festas para assar as carnes e cabeça de boi. O forno é construído com pedra canga, apoiado diretamente no chão. O quintal ainda abriga outras estruturas, como a farinheira, moedor de cana, pilão e o galinheiro.

Nos fundos dos terreiros ficam as roças de consumo da família. Contam com plantações de banana, algodão, mandioca, abacaxi e cana. A maioria é usada para subsistência, mas também podem compor com a produção da roça maior. A roça maior, situada a +-7km dali, produz a maior parte dos insumos que serão beneficiados pela cooperativa da associação, se transformando em banana frita, doce de banana, farinha de banana, entre outros produtos.

Este terreiro abriga 5 das casas construídas pelo PNHR, ao redor da casa de palha estão as casas da D. Justina e S. João Pedro e as casas de seus filhos: Laura, Oildo e Jonathan A alguns metros está a casa de Germano, um dos irmãos de D. Justina, que compartilha com este núcleo familiar tanto a roça do quintal quanto a roça maior. Segundo ela, não há cerca, mas todos sabem o que é de quem, e trabalham juntos em muxirum no plantio, colheita e roçada.

Ao lado da casa de D. Justina há uma pequena horta de remédios, com as ervas medicinais que ela mais usa, abrigadas por um canteiro e tela de

galinheiro. As galinhas, soltas pelo quintal, tentam comer as ervas plantadas ali, mas logo são atingidas por alguma pedra atirada por D. Justina, munida de um estilingue e atenta para proteger seus remédios. Os cachorros também ficam ao redor das casas, quando não estão acompanhando seus donos descansam na sombra dos babaçus, preguiçosamente.

(Trecho do diário de campo, Anexo 1)

Visitamos as casas de 5 núcleos familiares (fig.23), conversamos com as matriarcas, todas irmãs e primas de Justina, nossa principal guia que acompanhou todas as visitas. As casas são o núcleo mínimo da configuração territorial composta pelos terreiros, sítios e roças, que formam a comunidade do Mutuca; e, por sua vez, constituem parte do complexo Mata Cavalos.

3.1.1 A dimensão simbólica do morar.

Santos (1996, p. 267) situa o espaço geográfico como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações em cada momento histórico”. Portanto, ao observarmos a configuração e a formação do espaço e do território do Mutuca, o consideramos a partir de uma perspectiva histórica, onde este se insere numa rede de sistemas e objetos que definem o espaço rural do país e o lugar das comunidades quilombolas neste processo.

O laudo antropológico, confeccionado por ocasião do RTID de Mata Cavalos, aponta para a dinâmica da construção do significado da territorialidade presente nas falas, que se costumam entre presente, passado e futuro:

As edificações construídas com materiais um tanto perecíveis não resistiram ao desgaste do tempo; há bastante modificações na localidade e na região, decorrentes das técnicas de produção, dificultando o reconhecimento dos lugares, mas a paisagem e os horizontes permanecem visíveis para os velhos na lem-

brança, para os mais jovens no sonho. A permanência da espacialidade de Mata Cavalos na memória coletiva como um presente contínuo preso à sólida organização comunitária ali construída, a que se prende umbilicalmente a intensa rede de interação grupal, capaz de extrapolar os limites entre ontem e hoje, as fronteiras do agora e do visível.

(BANDEIRA et al, 1998, p. 27)

Esta dinâmica foi observada em todas as conversas que tivemos por ocasião das visitas às famílias. A mudança da localização das casas, tanto internamente ao território ou em relação às cidades vizinhas, é uma constante no Mutuca. As mudanças de localização tiveram motivos variados, que tem origem, em grande parte, no processo histórico de espoliação deste grupo, ou em momentos de necessidades de estudo ou emprego ofertados nas cidades vizinhas. O movimento interno da família de Justina foi descrito por sua filha, Laura:

En - Bom, quando eu nasci bebezinha morei com minha mãe e meus pais lá perto da minha avó, aí depois de uns 20 anos, foi em 1992 que nós mudamos lá pro fundo, né pai? 90, 92, ali onde ta Ormindá?

[...]

En - Foi em 97, porque 97 cria a associação, então 97 nós mudamos pra lá.

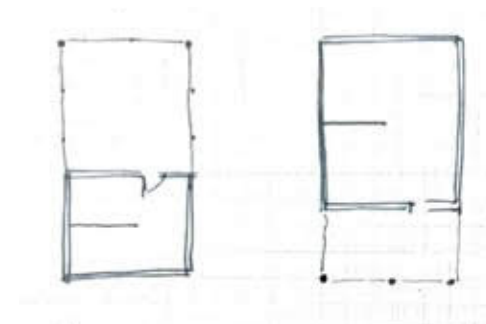
Pq- Aí pra outra casa nova..

En- Aí pra cá nós mudamos em 2002, nós viemos pra cá, porque aí em 2003 nós constrói a escola, até então a casa nossa era bem ali debaixo do pé de mangueira, ali que era nossa casa. Aí depois que nós construímos escola, tudo, nós tira o barraco de lá e nós passamo pro barraco aqui. Aí nós morava aqui, todos nós, tanto meus pais, quanto meus irmão, a gente morava aí.

[...]

(Entrevista 1, ver Anexo 2)

Figura 44 Croqui da casa de Justina e alterações.



Fonte: Elaboração da autora.

Figura 45 Casa de palha de Justina em 2016.



Fonte: Elaboração da autora.

Mesmo com as mudanças de localização, a “casa” é sempre a mesma. Em *A Poética do Espaço*, Bachelard (1978) propõe a compreensão da ligação metafísica que compõe a relação entre o ser humano e o espaço. O autor se refere à casa enquanto *moradia* com profundo valor de proteção da intimidade do ser. Portanto, mesmo mudando de localização, de forma ou estética, o espaço é vivido na memória e na imaginação, pois “todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 1978, p. 200).

Desta forma, o autor busca os valores de intimidade do espaço habitado com a intenção de integrar sua complexidade e, ao mesmo tempo, sua unidade. Sob esta perspectiva, a casa não é considerada pelo autor um “objeto” a ser detalhado em todos os seus aspectos, mas esforça-se para compreender os aspectos mais íntimos e primitivos que permeiam o espaço do habitar:

É preciso dizer então como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num “canto do mundo”. Pois a casa é nosso canto do mundo. Ela é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo.

(BACHELARD, 1978, p. 200)

Para Bachelard, os espaços da casa estão dentro de nós, assim como nós estamos dentro destes. E este movimento parte da nossa primeira casa, a casa natal que fica gravada em nosso espírito, onde aprendemos o real sentido de pertencimento, e que é a referência primeira para todas as outras casas que habitaremos ao longo da vida:

[...] a casa natal está fisicamente inscrita em nós. Ela é um grupo de hábitos orgânicos. A cada vinte anos, apesar de todas as escadas anônimas, reencontraríamos os reflexos da “primeira escada”, não teimaríamos em permanecer num

degrau um pouco alto. Todo o ser da casa se desdobraria, fiel ao nosso ser.

(BACHELARD, 1978, p. 206).

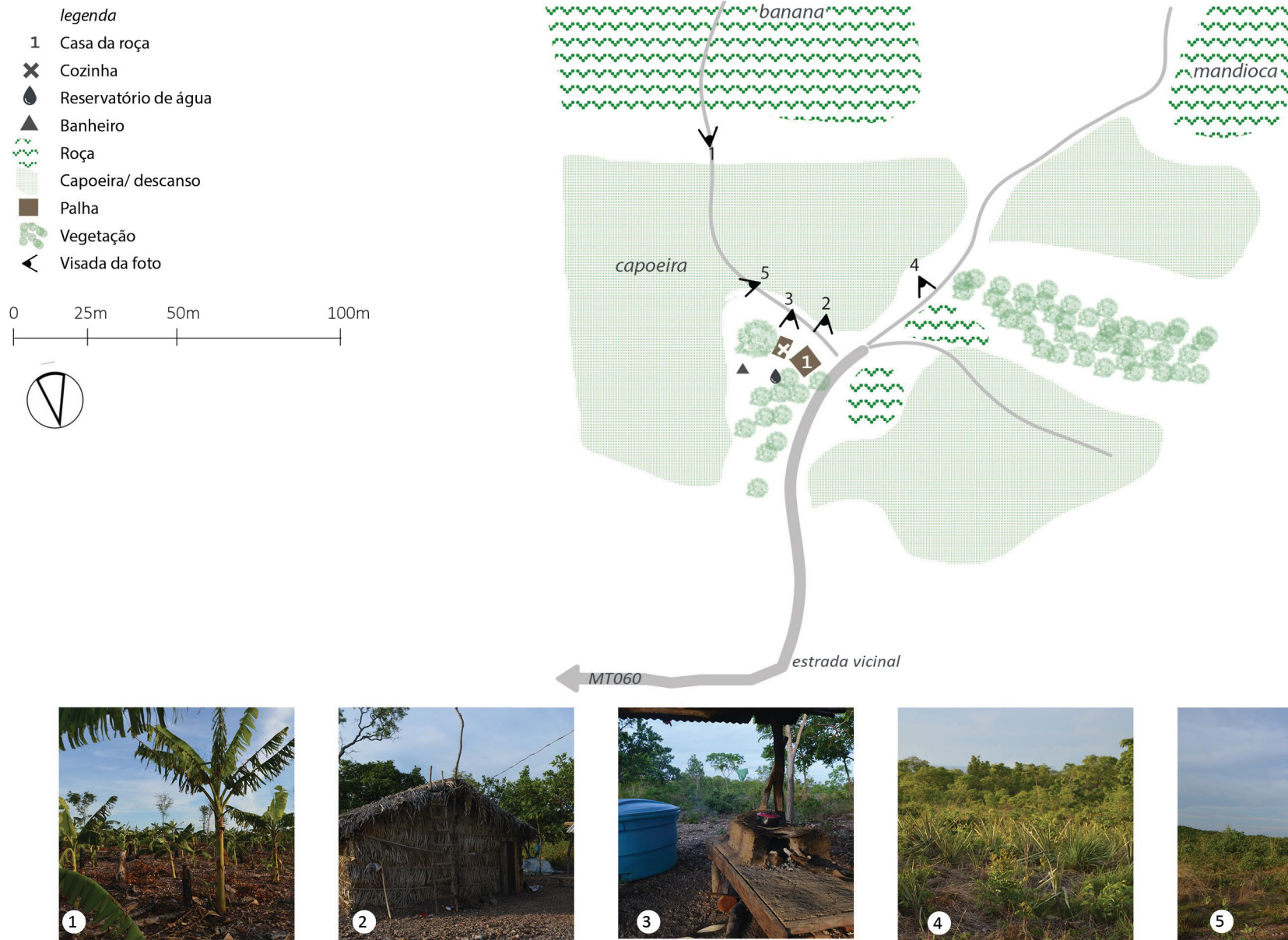
No decorrer das conversas, a noção de “casa” para as interlocutoras nunca se encerrou entre as paredes construídas, mas se estendiam por todo o terreiro e se misturavam com as habitações dos pais e parentes mais próximos. Apesar de possuir forte valor simbólico, a noção do habitar tem origem na casa-abrigo, mas se dá além dos limites da habitação. A habitação é condição fundamental para a permanência no campo e reprodução da vida; todavia, estas relações não se restringem aos contornos dados pelas paredes e cobertura da habitação.

Figura 46 Mapa da casa-terreiro de Justina.



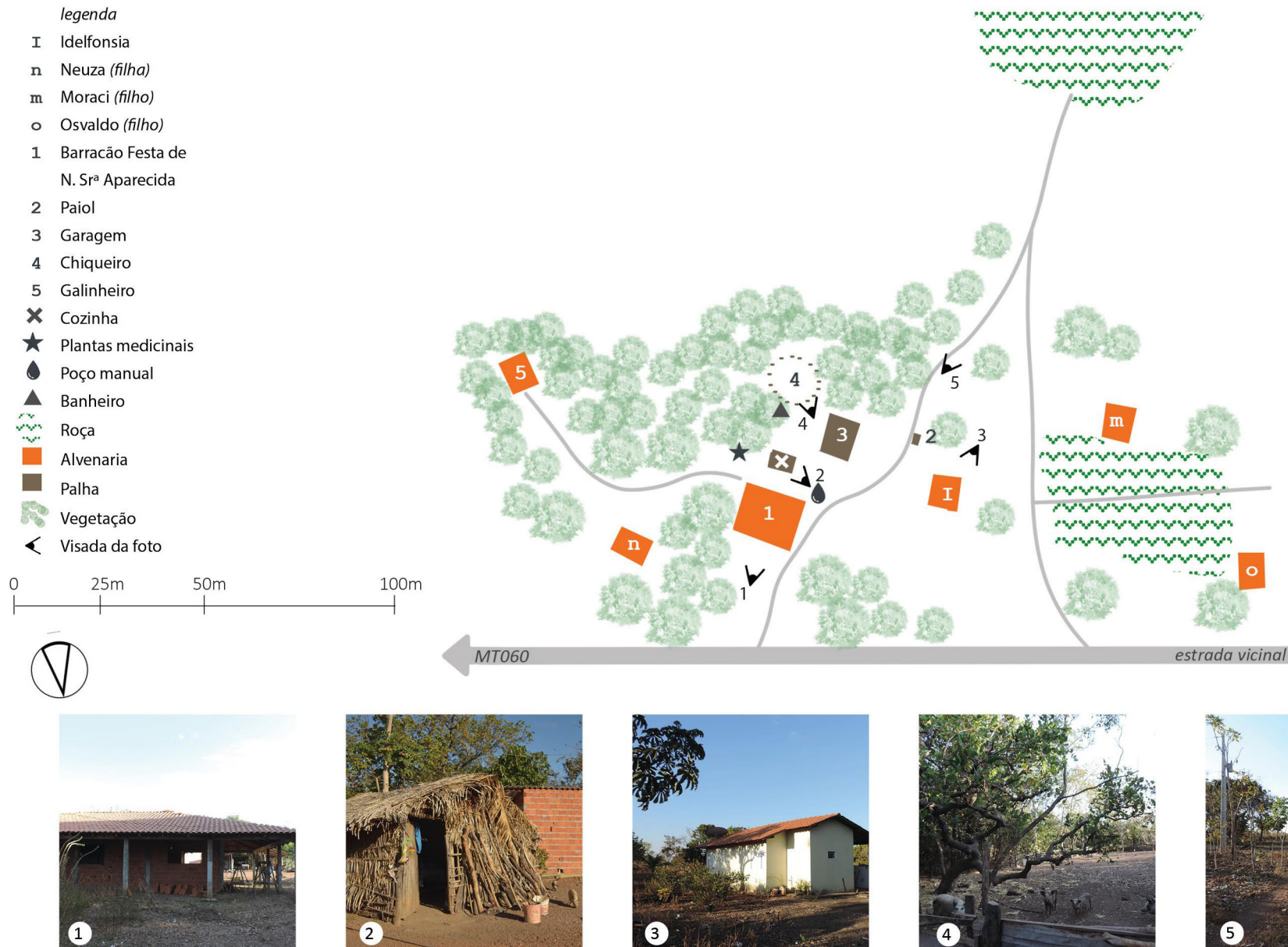
Fonte: Elaboração da autora a partir de imagem de satélite e anotações de campo.

Figura 47 Mapa da roça.



Fonte: Elaboração da autora a partir de imagem de satélite e anotações de campo.

Figura 48 Mapa da casa-terreiro de Idelfonsia.



Fonte: Elaboração da autora a partir de imagem de satélite e anotações de campo.

Figura 49 Mapa da casa-terreiro de Delmira.



Fonte: Elaboração da autora a partir de imagem de satélite e anotações de campo.

Figura 50 Mapa da casa-terreiro de Anísia.



Fonte: Elaboração da autora a partir de imagem de satélite e anotações de campo.

Figura 51 Mapa da casa-terreiro de Maria Renata e Narcisca.



Fonte: Elaboração da autora a partir de imagem de satélite e anotações de campo.

Quando fomos visitar Anísia pela primeira vez, conversamos na área da casa, mas não entramos nos espaços íntimos da família. A partir dali ela nos levou para conhecer todo o terreiro, os remédios e até o fogão a lenha onde ela faz seus banhos e garrafadas (fig.50). Da mesma forma, na casa de Idelfonsia (fig.48), conversamos no barracão que abriga a festa de N. Sra. Aparecida, passamos pelo poço de água fresca que conta com um mecanismo rebuscado de manivela construído em madeira, fizemos uma pausa na cozinha e o fogão a lenha, conhecemos o galinheiro e as enormes mangueiras que sombreavam seus netos que jogavam futebol.

Na época das visitas, os irmãos e filhos de Justina estavam ocupados com a lavoura; por essa razão não puderam nos receber em suas casas dos sítios, pois estavam na casa da roça. A casa da roça é uma destas extensões do habitat, pois abriga as famílias enquanto estão na lida da lavoura.

Em outubro, na última visita ao quilombo Justina nos levou para conhecer a casa na roça (fig.47). O sistema construtivo assemelha-se ao das casas nos terreiros. A estrutura é de madeira com encaixes e pregos, a cobertura é de palha de babaçu riscada, e a vedação é feita com palha de babaçu trançada, similar ao visto nas casas dos quintais. Não há varanda, mas há um grande banco do lado de fora da casa, onde estavam apoiadas algumas ferramentas de trabalho. A cozinha é como uma extensão da casa, feita de madeira e com cobertura de babaçu, abriga uma pia e o fogão a lenha, que apoia uma panela e brasas ainda quentes, sinais de que Seu João Pedro estava por ali. Ao lado da cozinha estava estacionada a carroça, próxima ao reservatório de água. Não entramos na casa, mas pudemos ver de longe que há uma geladeira, mesas e redes de dormir.

Ao chegar na roça, Justina nos mostrou a casa com muito carinho, relembrou dos dias que passava ali, dizendo que “se pudesse viria toda semana para aproveitar o silêncio e ver as luzes das cidades”. Ali não tem barulho e nem tem gente parando o tempo todo, então ela pode ficar mais tranquila com seus afazeres. Quando vão passar muitos dias na roça, costumam levar

Figura 52 Registros da casa-terreiro de Idelfonsia.



(1) Idelfonsia e o poço manual;



(2) Conversa no barracão da festa;



(3) Netos brincando no quintal.

Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2019

comida e água, para passar uma semana ou mais, dependendo do período de trabalho. Ao fundo da casa fica a área em recuperação, onde antes havia mandioca. A alguns metros dali chegamos à roça de banana, que se estendia até o fim do horizonte.

Desta forma, a casa também é o terreiro (fig.53) com a cozinha, o forno e as ervas medicinais; é o lugar que recebe as atividades que não se encerram no corpo da casa. É no terreiro que se encontra a roça de subsistência mais próxima à casa, a criação de animais e ainda unidades sanitárias, agora abandonadas. Os terreiros são como organismos vivos, e o entorno da casa é parte ativa na vida de seus habitantes e conformam o habitat.

Figura 53 Elementos que compõem as casas-terreiro do Mutuca.



(1) Plantas medicinais;



(2) Areas de descanso;



(3) Roça de subsistência;



(4) Poço;



(5) Hortaliças;



(6) Pia externa;



(7) Forno;



(8) Pequena agroindústria.

Fonte: Elaboração da autora a partir de fotos tiradas em campo.

Desta forma, vemos um paralelo com a casa-quintal do camponês descrita por Arruda (2011, p. 80), como “o espaço de uso e de produção de valor de uso, ou seja, como uma construção material e simbólica do espaço onde sua estrutura de apropriação e consolidação física se fixa conforme a organização sociocultural que a elabora”.

Certa de que o sentido da “casa-quintal” não se esvazia, adapta-se aqui a nomenclatura para a “casa-terreiro”, em expressão mais adequada e recorrentemente ouvida nas visitas ao Mutuca, que se refere a este espaço qualitativo com valor de uso e conteúdo simbólico. As relações que se expandem a partir do terreiro e englobam a produção e modos de obtenção da vida foram abordadas no capítulo 2.

O laudo antropológico descreve as casas a partir de seus elementos construtivos e apropriação, conectando as formas de construir da memória com as casas construídas nos núcleos mais recentes de reocupação (BANDEIRA et al, p. 52). Compendo o mesmo documento, o relatório as caracteriza enquanto “construções em estado precário” (ibidem, p. 83) e admite que “A situação das moradias, a par de significar o enorme esforço de sobrevivência das famílias, demonstra também a resistência das mesmas frente à situação de permanente opressão a que estão expostas”.

Para apoiar as reflexões sobre as percepções das casas dadas por diferentes olhares, recorre-se a Antonio Candido, que na obra *Os parceiros do Rio Bonito* (2001) busca desvelar a obtenção dos modos de vida social dos caipiras de São Paulo e como se conforma a relação com os recursos da natureza usados para sua sobrevivência, bem como os ajustes.

Refletir sobre a produção dos espaços de reprodução da vida nas comunidades quilombolas leva a compreender como estes espaços se conformaram ao longo dos anos, como se deram as relações entre as famílias na organização do espaço a partir do sentido de pertencimento e, principalmente quais necessidades estavam postas em cada momento.

É através da compreensão da relação de pertencimento ao lugar, sendo esta a relação entre os sujeitos (quilombolas) e a terra reivindicada (quilombo), que se pretende entender o território. Neste processo vê-se um movimento dialético onde a chamada “identidade quilombola” através dos sujeitos quilombolas, produz um determinado tipo de território, e as formas de construção, ocupação e relação com o território produzem uma identidade, considerando sempre que o processo é fruto de ações coletivas destes sujeitos (MALCHER, 2009, p. 3).

Portanto, a territorialidade não se constrói apenas a partir do fato de viver em um lugar, mas a partir da comunhão mantida com este, ou seja, a partir das obtenções dos meios de vida que se estabelecem. Este entendimento é observado tanto na relação com o território em si, quanto na relação com a moradia.

Candido (2001) recorre a Marx para elaborar o argumento sobre a obtenção dos meios de vida em decorrência das necessidades, onde “todo grupo social pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as suas necessidades e os recursos do meio físico” (CANDIDO, 2001, p. 29). Para o autor, este “ajustamento” advém tanto um caráter social, referente a organização social para obter estes meios de subsistência, quanto natural, referente aos recursos do meio físico.

Sendo assim, Candido elabora as noções de “mínimo vital” e “mínimo social”, sendo os parâmetros que definem o limite de sobrevivência de cada grupo. A partir desta noção, abaixo do mínimo vital estaria a fome, e abaixo do mínimo social haveria anomia, uma situação de desregulação social e enfraquecimento das relações.

Sobre a morada dos parceiros paulistanos, Candido associa as condições “precárias” e emprego de técnicas “rudimentares” a mobilidade espacial característica deste grupo. A temporalidade e disponibilidade de terras que dirá os mínimos necessários para a organização social, dentre eles o mínimo material necessário para a construção do abrigo. A morada ajustada

ao meio, porém instável, se relacionava a esta mobilidade.

A “simplicidade” da casa descrita por Candido e percebida no Mutuca pode tanto remeter a um mínimo vital de obtenção dos meios de vida (2001, p. 29), quanto ao passado de violência vivido pelas famílias, como observado em algumas falas:

Pq- Não era essa casa aqui?

En- Não, era ali. Aí depois dali que nós construímo essa daqui. Aí aqui nós já construímos em 2006,né?

P1 - Começa com o barracão da associação né

En - É começa com o barracão da associação, que aí nós fazia as reuniões aqui, que antes era lá do outro lado, aí a gente fazia reunião aqui, aí depois que a gente construiu lá, aí a gente fechou aqui e fizemos um barraco pra nós morar né.

Pq- Aí aqui era fechado?

En - No início essa parte aqui era fechado, e aqui era aberto.

Pq- Era ao contrário..

Em- Era ao contrário, esse era fechado e pra cá era aberto. Aí depois que pegou fogo tudinho, que queimou tudo e nós ficamo só com a roupa do corpo, aí depois futuramente nós já arrumamo o barraco de novo, aí nós mudamo ele. Fechamo pra cá e deixamo aqui tudo aberto.

(Entrevista I, ver anexo 2)

3.1.2 Modos de fazer

No Mutuca, as casas de palha são frequentemente nomeadas como “barraco”, sem uma vinculação direta com o sentido de “precariedade” atribuído a essa palavra pelo senso comum, pois estas também são rememoradas em sua dimensão subjetiva e se relacionam com a noção de identidade étnica, como explícito na fala de Laura:

As casas [do PNHR] são boas, mas o que nos mantém vivos, as nossas raízes são as nossas casas culturais, que elas também mostram como nosso povo vivia antigamente. Então manter essas casas é uma forma da gente não perder totalmente a nossa identidade.

(informe verbal)

O processo construtivo do “barraco” de pau-a-pique¹ presente nas edificações dos terreiros visitados no Mutuca nos foi descrito brevemente por Justina em uma das visitas. Nas conversas, a informação é que os homens são os responsáveis por construir as casas, são chamados de engenheiros e artesãos. Os homens são os detentores do conhecimento, mas a construção é feita em muxirum.²

Desta forma, todos que participam da construção sabem ao menos explicar todas as etapas, como o faz Justina ao explicar como é feita a cobertura:

[D. Justina] Primeiro pega a palha do babaçu, risca ela e dobra. Aí começa a pôr a palha riscada de baixo pra cima, dá um palmo aí põe a outra, aí assim vai o processo até lá em cima. Aí coloca lona, por causa de chuva. Aí a outra (camada de) palha que você põe, aí não precisa de riscar, só dá aquele pique e dobra lá em cima. Um vai e o outro vem, daqui pra lá e de lá pra cá. Aí ele vai ficar assim ói (*mostra*). Primeiro vai uma camada de palha riscada, dobrada. Aí depois uma por cima, aí já é ela na outra direção. Aí ele vai ficando assim lá em cima, uma

1 - O pau-a-pique descrito pelas moradoras é uma variação desta técnica construtiva, onde a trama em madeira é construída, mas não é barreada. Há o uso de terra crua em outras edificações, como a taipa de pilão na parede da cozinha de Justina, e a taipa de mão em casas na comunidade de Mata Cavalo de Cima.

2 - Regime de trabalho coletivo praticado em diversas atividades de reprodução da vida no Mutuca, do roçado a construção das casas, onde os familiares mais próximos (ou não) se associam para a execução de tarefas do cotidiano, como visto no capítulo 2.

pra cá, outra pra lá. Aí um a ponta cai pra cá, e a outra cai pra lá.

[Entrevistadora] E a madeira como escolhe?

[D. Justina] São os caibro, aqui a travessa pra botar a travessa. O esteio é esse (...). O ripadinho é só ripado, aquela madeira é a talha do babaçu. A parte de baixo é terra, aí pra fechar é tábuas. E o piso é cimento. Os mais jovens daqui mesmo, nosso mesmo, sabem fazer. Aí não perde. Quem ensina é os mais velhos, fazendo casa, aí eles ajuda e aprende.

(informe verbal)

Não há registro dos pormenores da organização do canteiro na produção das casas de pau-a-pique, portanto não é possível fazer uma análise aprofundada deste modo de produção da moradia. As respostas à pergunta sobre a construção da “casa antiga” apontam algumas pistas sobre a organização, como as pessoas de referência que construíram as casas; foram citados os maridos, irmãos e tios das entrevistadas, que indicam ainda a especialização de alguns construtores:

En - Essa daqui de pau-a-pique que nós chama, foi meu pai e meus irmãos, eles são os grandes, como diz, artesãos, que tem a habilidade. São os artesãos que fazem essas belíssimas casas. João Pedro, Oildo, Leonilson, meus tios Germano.. todos eles que fazem. Aí a gente faz assim e o trabalho se dá todo no muxirum né. Que daí as pessoas vem e ajuda, na cobertura, risca a palha, que esse daqui é palha riscada, tem outros que é palha trançada. Aí todo mundo ajuda.

(Entrevista 1, ver Anexo 2)

Há a especialização de alguns processos, e o trabalho no canteiro é realizado coletivamente em trabalho associado. Além da produção da casa em si, é um lugar de transmissão dos saberes, como aponta a fala de Justina. Além disso, também abriga a prática do Muxirum:

[Maria Renata] - Essa casa aqui de material foi meu irmão. E a casa de palha, eles também que faz, meu cunhado, outros irmão que reúne aqui e vem arrumar.

[Entrevistadora] - Aqui é mais os homens que sabem fazer?

[Maria Renata] - É, se for pra nós mulher fazer também, nós faz, mas aqui é mais os homem. Todos nós sabe, mas tudo ajuda. Nós faz muxirum pra fazer a casa, pra trabalhar na roça, tudo é muxirum. Pra fiar algodão é muxirum (risos), tudo aqui é muxirum.

(informe verbal)

A matéria prima em si (madeira nativa, palhas e taquaras de babaçu) necessita passar por um processo de transformação em insumo construtivo. Portanto, é necessário trabalho manual e intenso, dotado de conhecimento sobre o material para transformá-lo em produto da construção. Saber reconhecer o material e suas propriedades é essencial para que a técnica seja empregada corretamente e garanta a segurança das moradias.

Na produção desta casa, o tamanho da moradia geralmente se define a partir dos limites dos materiais e da técnica. A organização interna não costuma ser compartimentada, há uma peça fechada e as famílias compartilhavam em um mesmo cômodo, como apontaram as conversas em campo. A área³ fazia as vezes de espaço comum e de recepção de visitas; a cozinha e a unidade sanitária situam-se fora deste corpo, como entes separados materialmente, mas que fazem parte de uma só estrutura.

3 - Varanda, espaço coletivo coberto na frente ou fundos das casas.

Foram observadas algumas variações das técnicas construtivas (quadro 4), como nos paióis, galinheiros e depósitos de ferramentas, que podem se relacionar com o uso de cada edificação. Enquanto as casas possuem vedação lateral, frontal e posterior, que garantem maior privacidade à família, as cozinhas são totalmente abertas com fechamento em uma das laterais ou fechamento de palha trançada.

O terreiro de Justina também abriga a sede da associação do Mutuca (fig.54), onde é realizada a festa da banana, a maior festa da comunidade, e este uso demanda estruturas mais robustas. A cozinha, que é usada tanto pela família de Dona Justina quanto pelas famílias reunidas nas festas, possui um espaço mais amplo que comporta este volume de trabalho. É estruturada em dois ambientes: um de preparo, com o fogão a lenha, pia e bancadas; e um fechado, onde ficam os freezers, mantimentos, panelas e outros utensílios.

A estrutura é de madeira, mas os fechamentos são mistos. A área do fogão é feita de meia-parede de alvenaria, completada por palha de babaçu trançada em uma de suas extremidades. A alvenaria não é rebocada, tampouco possui revestimento cerâmico. Há uma pia instalada em uma das paredes, uma grande mesa no centro, mesas laterais de apoio e um armário com utensílios de uso cotidiano, apoiado ao lado da porta de acesso ao outro compartimento. A cobertura desta parte foi feita com telha de fibrocimento.

O outro compartimento comporta as estruturas de apoio, como os freezers, armários com as panelas fechados por toalhas de chita e uma bancada móvel de inox. Este cômodo é construído com estrutura de madeira, coberto com palha de babaçu riscada, meia parede de alvenaria com fechamento de palha trançada em um dos lados e pau-a-pique de taquara aparelhada no outro. Este pau-a-pique é composto por taquaras de madeira aparelhadas, ou seja, dispostas uma ao lado da outra, apoiadas na alvenaria e unidas por uma ripa de madeira e pregos.

A sazonalidade do material se apresenta como uma limitação ao seu uso nos dias atuais,

Figura 54 Barracão da ACORQUIRIM.



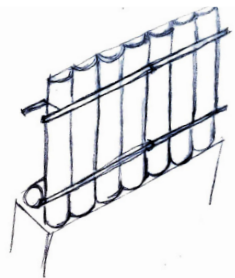
Fonte: Foto tirada pela autora.

Figura 55 Cozinha da Associação.



Fonte: Foto tirada pela autora.

Quadro 4 Técnicas construtivas observadas no Mutuca.



Taquara aparelhada



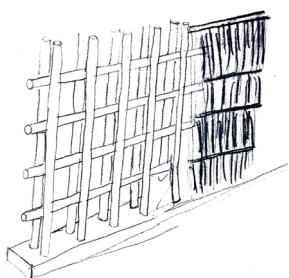
cozinha da Associação



cozinha da Associação



casa de palha de Justina



Pau a pique



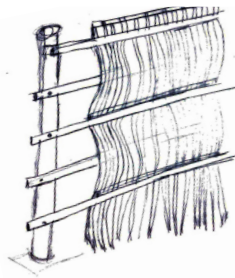
cozinha de Idelfonsia



cozinha de Idelfonsia



cozinha de Maria Renata



Parede de palha riscada



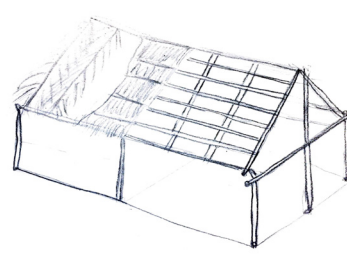
cozinha de Justina



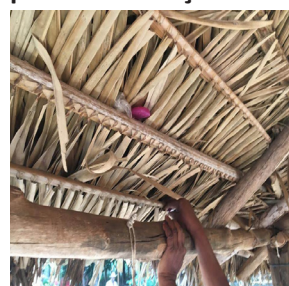
cozinha de Justina



paioi



Cobertura de palha de babaçu



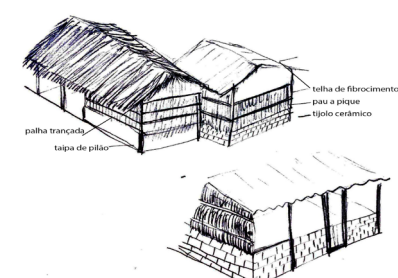
palha riscada



palha trançada



casa de palha de Justina



Técnicas mistas



taipa de pilão e palha riscada



estrutura de madeira



alvenaria, palha e telha de fibrocimento

Fonte: Croquis elaborados pela autora a partir de informe verbal e observação; fotos tiradas pela autora.

além destes não trazerem segurança às famílias, quando comparadas com telhas industrializadas. As palhas da cobertura precisam ser trocadas todo ano, e no período de chuvas – cada vez mais intensas – nem sempre aguentam a força das águas.

Essa cozinha é utilizada tanto para as festas e grandes reuniões, quanto para a produção de derivados da banana produzidos pela associação. Também é utilizada para fornecer a alimentação dos trabalhadores que estão trabalhando na obra da escola, e onde foram feitas as refeições dos trabalhadores das obras do PNHR,⁴ fornecidas pela Associação.

A cozinha (fig.56) adquire centralidade nos terreiros, abriga o fogão a lenha e se conecta com os fluxos da roça. Apesar de terem cozinhas dentro das casas, algumas mais equipadas que outras, os filhos continuam compartilhando a cozinha das mães ou ampliando este espaço. A cozinha se revela como um lugar do encontro, de consumo e também de produção. É o principal destino dos produtos da roça, seja para alimentar a família ou para produzir os derivados da banana para venda.

As construções de casas, ranchos, fornos, cozinhas e demais estruturas do habitar partem da experiência vivida, dos conhecimentos endógenos e do domínio dos meios de produção. Aqui, a construção adquire outras dimensões para além do ato de construir, pode ser também entendido como ato de memória, uma forma de narrativa. O valor que se dá à casa-terreiro se expressa para além da funcionalidade do cotidiano: o território reúne significados afetivos e representam a trajetória histórica destas famílias quilombolas.

Historicamente, os saberes que provêm de comunidades tradicionais do campo, das águas e das florestas passam por processos de apagamento. As primeiras políticas públicas de habitação rural possuem forte cunho higienista, apontando o modo de vida no campo como inadequado

4 - Como será visto a seguir, a comunidade participou como beneficiária do Programa Nacional de Habitação Rural, e construiu casas de alvenaria para 150 famílias entre os anos de 2014 e 2016.

Figura 56 Cozinhas do Mutuca



(1) Cozinha da Associação;



(2) Interior da cozinha de Delmira;



(3) Fogão a lenha e pia externa.

Fonte: Fotos tiradas pela autora, 2019

e pouco higiênico. Este processo contribuiu para o abandono gradual de técnicas construtivas com materiais naturais como terra e madeira, extinguiu ofícios e desconfigurou as relações de trabalho nos canteiros.

O modo de fazer a casa quilombola no Mutuca manifesta os conhecimentos ancestrais e tradições construtivas adaptadas ao clima local e feitas a partir de materiais disponíveis, além de se apoiarem no fazer coletivo do Muxirum, reforçam os aspectos simbólicos deste modo de construir.

O caráter provisório das moradias remete aos períodos de instabilidade política vividos pela comunidade. Neste contexto, as noções de “mínimo social” e “mínimo vital” dadas por Antonio Candido apoiam a definição de abrigo, definida o uso dos materiais e técnicas empregadas para a produção das casas.

No contexto anterior a provisão de moradia via PNHR, há de se considerar que a construção da moradia se estabelecia a partir deste ajustamento ao mínimo material necessário para abrigo e reprodução da vida, ou ao ajuste da situação econômica vivida pelos remanescentes de quilombo. Seria a conformação dos saberes contidos na técnica construtiva e uso dos materiais abundantes no local (neste caso, o babaçu), com a satisfação das necessidades de abrigo e segurança. A casa quilombola se revela como a expressão de um espaço com valor de uso e dimensão cultural, simbolicamente apropriados ao longo do tempo.

Todavia, há uma linha tênue entre o olhar culturalista que observa o modo de morar quilombola a partir da estética resultante dos modos de construir, com o risco de cair em anacronismos. Além disso, este olhar pode ignorar outras determinantes deste processo, como a situação econômica vivida pelos habitantes do Mutuca e as necessidades que se atualizam com o passar dos anos. Por isso a importância em se considerar a cultura em movimento e adequada ao seu contexto histórico, político e econômico.

Antonio Candido, no contexto de seus estudos sobre os caipiras paulistas nos anos 30, propõe que a possível desorganização social dos caipiras seria resultante das transformações do campo e extensão dos latifúndios. O resultado destas transformações seria possivelmente agravado se não levasse em consideração a cultura e a sociabilidade dos grupos em questão. Candido recupera a tradição dos caipiras nos planos propositivos e políticos, em face dos problemas sociais brasileiros, onde as contribuições do desenvolvimento técnico deveriam convergir com os saberes destes grupos para criar novos mínimos vitais e sociais (CANDIDO, 2001).

Estabelecemos aqui um paralelo com a preocupação de Candido em analisar e compreender a organização social dos caipiras paulistanos, visto que o dito desenvolvimento técnico chega ao Mutuca de diversas formas que se apresentam repletas de contradições, como veremos a seguir.

3.2. A casa de material do PNHR

3.2.1 A dimensão política do morar

Até o ano de 2013 as 120 famílias que vivem atualmente na comunidade remanescente de quilombo Ribeirão da Mutuca – ou apenas Mutuca – viviam em casas feitas de madeira e palha de babaçu, como descritas no item anterior. Em 2013 as famílias tiveram acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural, uma política de provisão de moradia lançada em 2009 pelo Ministério das Cidades, que financiou a construção de 150 casas no Mutuca. Até este grande projeto, poucas políticas públicas de infraestrutura haviam chegado ao local. Considerou-se, brevemente, as formas de provisão de infraestrutura comum a todas as casas, como a energia elétrica, água potável, descarte de lixo e saneamento básico.

Em 2001 é lançado o programa “Luz no campo”, voltado para o financiamento da construção de rede de energia elétrica nas áreas rurais. Todavia, os moradores do Mutuca não se encaixaram no perfil e não tiveram acesso ao financiamento. No ano de 2004 a escola, situada

na sede da associação e sítio de Justina, foi construída com auxílio de um Fundo do Governo do Canadá, que também garantiu os recursos utilizados para instalação da rede de energia até o prédio da escola. A rede foi ampliada a todas as casas do Mutuca e das demais comunidades de Mata cavalo no ano de 2008, com o programa “Luz para todos”, sem ônus para os moradores.

O acesso à água se dá em sua maioria por poço artesiano, semi-artesiano ou da cacimba. O território é cortado por três riachos e conta com algumas nascentes, então muitas famílias ainda preferem a água da cacimba, por considerarem mais fresca. Com a construção das casas via PNHR, foi preciso furar mais poços artesanais para abastecer as novas unidades habitacionais. Quanto aos resíduos não- orgânicos, principalmente os plásticos, são queimados. O resíduo orgânico, por sua vez, é distribuído aos animais ou transformado em adubo.

Até 2013, as unidades sanitárias estavam instaladas do lado de fora das casas, como um corpo separado e afastado destas, e eram compostas por fossas rudimentares. Cabe colocar que a questão do saneamento básico deve ser observada a partir da realidade do espaço rural. Nestes territórios não é possível sugerir soluções que remetem aos problemas de saneamento urbano, e reivindicar um sistema de saneamento ligado a uma rede. A demanda requer sistemas locais que resolvam o problema na escala da comunidade.

A questão do saneamento básico surge nas conversas sobre as casas como a melhoria mais significativa em relação à situação anterior, constantemente associada a expressões de “conforto” e “dignidade”:

[Laura] - Eu gosto porque nessa a gente tem banheiro, porque banheiro querendo ou não, ela traz alguma segurança, traz uma tranquilidade. Sendo que nas outras a gente tinha banheiro pra fora, muitas vezes as necessidades eram feitas a céu aberto, e agora não. O banheiro então ela traz mais um índice não só de respeito, mas como pra ter segurança mesmo da família. Muitas vezes a noite a

gente tinha que sair pra fora, às vezes até arriscando a vida porque a gente nunca sabe o que está lá fora. (informe verbal)

As unidades habitacionais também são associadas a “modernidade”, onde tudo é encanado”, as casas são forradas e não há o risco de chover dentro de casa. Estas melhorias observadas fortalecem o aspecto material desta conquista da ACORQUIRIM, que desde a sua criação em 1996 luta pela melhoria das condições de vida e cidadania aos moradores do Mutuca. As novas casas se associam a um novo tempo, que não é o tempo dos despejos e violência vividos por tantas gerações, mas o tempo da casa segura, fixa e que sugere, simbolicamente, a permanência.

A infraestrutura presente nas casas do Mutuca no período que antecede a construção das casas do PNHR, somadas à renda per capita das famílias e a identificação enquanto remanescentes de quilombo, caracterizaram o grupo como beneficiários do Programa Nacional de Habitação Rural, lançado em 2009.

Antes de adentrar no caso em questão, cabe aqui abordarmos brevemente a formulação dos números do déficit habitacional,⁵ e a relação deste com o PNHR.

Parte-se das reflexões de Bolaffi (1982), que aponta que historicamente o conceito de déficit surge como falso problema e orienta as políticas públicas justificando a produção de novas unidades para enfrentamento do déficit ou da crise, sendo que a raiz do problema se encontra na desigualdade social e baixa renda.

De fato, os dados do déficit propiciam a leitura de séries históricas e podem auxiliar no entendimento de algumas das dimensões que conformam o habitar. Todavia, nos espaços que

5 - O déficit habitacional é uma informação estatística que dá a dimensão da questão habitacional no país e varia de acordo com a metodologia adotada, portanto buscamos olhar para estes dados de forma crítica para compreender de que forma são usados para justificar as políticas públicas habitacionais.

não se situam nos limites urbanos e conformam o espaço do campo, das águas e das florestas, é utilizada a mesma metodologia formulada e utilizada para os domicílios urbanos. Ademais, não são colhidos dados sobre inadequação de domicílios, apenas de déficit habitacional. Desta forma, não há uma análise oficial sobre a situação dos domicílios rurais que contemple critérios como inadequação fundiária, carência de infraestrutura (energia elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo), ausência de banheiro exclusivo, cobertura inadequada e adensamento excessivo dos domicílios próprios.

Portanto, sobre os domicílios rurais há apenas informações sobre o déficit habitacional para incremento de estoque e sua composição abriga os critérios de habitação precária, coabitação e adensamento, dificultando assim o enfrentamento do déficit qualitativo e formulação de políticas que se voltem para melhorias do habitat e não apenas a produção de novas unidades.

Conforme dados da Fundação João Pinheiro, em 2015 o Brasil contava com um déficit habitacional rural de 783 mil unidades; deste total 67% é formado pelo componente “habitações precárias”, e a maior parte se localiza nas regiões Norte e Nordeste, com maior localização na área rural, onde sabe-se que grande parte das casas são construídas com técnicas de terra crua (LENZI, 2017). Segundo esta metodologia, estes domicílios se enquadram no conceito de “rústicos” por não possuírem paredes feitas de materiais como alvenaria ou madeira aparelhada e apresentam “condições de insalubridade, [...] proporciona desconforto e traz risco de contaminação por doenças” (FJP, 2018).

Silva (2000) sublinha que a relação imediata entre insalubridade e construção com terra crua é equivocada, pois o barbeiro (vetor da doença de Chagas) não ocorre somente nas casas de barro, e aponta que este preconceito possui raízes no período colonial quando as técnicas de construção em terra foram trazidas pelos colonizadores e as classes mais pobres no campo e na periferia das cidades passaram a construir suas casas de pau-a-pique, técnica mais acessível,

enquanto os mais ricos construía seus palacetes utilizando taipa de pilão.

Em outras regiões, como a região Sul, a maior parte do déficit habitacional rural se enquadra no componente da coabitação familiar. No campo é comum encontrar situações em que os filhos ou filhas moram com seus cônjuges na casa dos pais seja pelo costume ou pela falta de condições de adquirir suas terras. Ao observar estes dados e relacionar com a realidade do espaço rural brasileiro, pode-se inferir que os dados do déficit mascaram processos onde a questão central é o acesso à terra e saneamento básico e ainda reforçam preconceitos contra os saberes, modos de morar e técnicas construtivas de grupos sociais como os quilombolas, além de não possuir vinculação efetiva com os critérios de atendimento do programa habitacional, tornando as relações entre os números da produção equivocados (LENZI, 2017).

A este cenário soma-se a ausência de dados estatísticos específicos sobre os territórios quilombolas, o que fortalece o apagamento deste grupo socioespacial e suas necessidades habitacionais na construção de políticas públicas específicas. Portanto, até mesmo para os órgãos públicos, como o Ministério de Desenvolvimento Social, é difícil identificar com maior precisão o quadro populacional de quilombolas no Brasil. Segundo relatórios deste órgão, a partir de 2010 foi inserido um campo específico para identificação de quilombolas no Cadastro Único. A estimativa em 2014 era de 124 mil famílias identificadas no CadÚnico como quilombolas, o que representa um total de 496 mil pessoas e engloba 60% da população quilombola estimada no país (BRASIL, 2014). Segundo dados do MDS, até o ano de 2014, deste total de famílias cadastradas no CadÚnico, 77% eram beneficiárias do Bolsa Família e 72% encontravam-se em situação de extrema pobreza.

Neste sentido, destacam-se duas iniciativas que buscam apresentar dados censitários quantitativos e qualitativos sobre comunidades quilombolas no Brasil: a pesquisa denominada “Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e nutricional em Territórios titulados” de 2014; e

o relatório final da pesquisa quantitativa, o Censo Quilombola realizado no âmbito do projeto “Brasil Local – Etnodesenvolvimento e Economia Solidária” de 2013. Em ambas as pesquisas a leitura do ambiente construído faz parte da composição que envolvem outros aspectos da vida deste grupo.

Encontra-se em construção a inclusão do perfil de comunidades quilombolas no Censo Demográfico de 2020, por iniciativa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a Fundação Cultural Palmares, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Fundo de População das Nações Unidas, por meio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Este levantamento de dados pode representar um avanço tanto para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para estas populações.

Quanto ao resultado das pesquisas existentes, a pesquisa de segurança alimentar e nutricional⁶ se trata de um estudo quantitativo de caráter censitário realizado em 2011, percorreu 169 comunidades quilombolas nas 5 grandes regiões do país, e teve como objetivo aperfeiçoar as ações do Ministério de Desenvolvimento Social, como o Programa Brasil Quilombola e Plano Brasil Sem Miséria, a partir de levantamentos sobre as condições de vida, segurança alimentar e acesso a programas sociais pelas comunidades quilombolas. Entre as categorias analisadas destacamos a que trata das condições de vida das comunidades e verifica indicadores como o material construtivo das casas, acesso a água potável, iluminação elétrica, rede coletora de esgoto, acesso a combustível para cozinhar.

No resultado final, destaca-se a dificuldade de acesso a saneamento básico e água potável,

6 - O estudo foi realizado pela realizado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério da Saúde, Fundação Cultural Palmares e INCRA.

por significarem fatores de risco à saúde e para o “desenvolvimento humano e a sua condição de liberdade substantiva”. Segundo os dados da pesquisa, o acesso a saneamento básico ainda é precário entre as comunidades quilombolas, sendo encontrado em apenas 0,8% das residências, e nos demais domicílios há um alto uso da vala e escoamento a céu aberto (42,4%) e de fossas rudimentares (40,2%). O acesso à água potável também revela dados preocupantes, visto que quase a totalidade da população abordada pela pesquisa vive em domicílios sem acesso a sistema público de tratamento de água, e 22% utilizam filtros para limpar a água de beber, enquanto 77 % realizam algum tipo de tratamento doméstico (hipoclorito, fervura ou outro). Os dados são preocupantes pois:

Essa situação de privação de tratamento adequado de água limita o alcance das necessárias condições de bem-estar e qualidade de vida, sendo importante dar atenção às condições higiênico-sanitárias da qualidade da água que é usada dentro dos domicílios quilombolas, fator importante para as capacidades individuais relacionadas ao cuidado em saúde pessoal e da família.

(FROZI, 2014,p.78)

A pesquisa ainda aponta que “quanto maior o isolamento e distanciamento de capitais e centros urbanos, piores são as condições de vida, a segurança alimentar e o acesso a programas e serviços sociais”.

O Projeto Etnodesenvolvimento e Economia Solidária do Programa Brasil Local da SENAES/TEM, é uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. O relatório em questão foi publicado em 2013 e é resultado da pesquisa-ação, composta por diferentes instrumentos qualitativos e o censo enquanto instrumento quantitativo. A pesquisa quantitativa, que faz parte deste relatório, cobriu 1650 domicílios, 6258 pessoas em 40 comunidades

quilombolas espalhados em 5 Estados (UFRJ & CONAQ, 2013). Entre os dados encontrados, destacamos os resultados a respeito da ocupação domiciliar, e revelam que o tamanho domicílios que possuem entre 3 e 4 cômodos somam 40% do total, seguidos pelos que têm entre 5 e 6 cômodos, sendo uma média de 2,3 cômodos servindo de dormitório para famílias (SOLTEC/UFRJ-CONAQ, 2013, p.244-245). A pesquisa destaca a localização do banheiro utilizado pelos moradores, que em 54% dos domicílios se situa fora da construção da casa, uma condição comum ao meio rural, e ainda 21% dos domicílios não possuem banheiro. A baixa integração às redes de serviços públicos, já apontada pela pesquisa de segurança alimentar é complementada pelo censo quilombola de 2013:

[...] 15% dos domicílios têm a rede pública de água como fonte da água consumida para beber; somente 5% dos domicílios declararam que o lixo é regularmente coletado; e somente 0,2% estão conectados a rede de esgoto ou pluvial. Apenas a ligação à rede elétrica é exceção, talvez fruto do programa “luz para todos” do governo federal.

(Ibidem, 2013)

Estas pesquisas apresentam a construção de uma metodologia que busca apreender as dimensões destes territórios e suas especificidades, a fim de propor diretrizes para políticas públicas voltadas à população quilombola. Ambas pesquisas apontam que políticas isoladas como políticas de distribuição de renda são insuficientes para retirar as comunidades quilombolas da pobreza extrema, e buscam, através de dados censitários, revelar o aspecto multifacetado do processo de desenvolvimento nestes territórios, sugerindo a articulação entre políticas e um olhar holístico para estes territórios, considerando que a provisão de infraestrutura também é um fator determinante para a melhoria da qualidade de vida desta população, e que pode auxiliar no enfrentamento da situação de extrema pobreza a que são submetidas essas populações.

Dado o contexto, em 2009 é lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do governo federal, que buscou enfrentar/solucionar o déficit habitacional, mas sobretudo aquecer a economia em período de crise, principalmente do setor da construção civil. Estudos apontam que o programa mascara o “problema” da habitação apontado por Bolaffi (1982) e encampa novamente o “falso problema” a fim de fortalecer a cadeia produtiva da construção, deixando de lado o enfrentamento dos problemas estruturais e específicos que envolvem a questão da moradia urbana e rural.

O programa federal foi marcado por contradições e refletiu (ou respondeu) as condicionantes políticas e econômicas do período, o que gerou resultados heterogêneos. Se por um lado surge como uma política econômica anti-cíclica, por outro, foi a política pública que mais destinou recursos à construção de unidades habitacionais para a população com renda de 0 a 3 salários mínimos. E, no que se refere a políticas de habitação rural, pela primeira vez a definição de beneficiários inclui outros grupos sociais do campo, das águas e das florestas, como quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores e silvicultores.

Há fortes condicionantes políticas e econômicas no período. Alguns autores apontam para o caráter de “puxadinho” do PNHR, pois a política de habitação rural é retirada do escopo de políticas de desenvolvimento rural e acoplada enquanto política setorial, a fim de aproveitar os recursos voluptuosos do PMCMV para atender a base do governo federal a época, composta por movimentos sociais do campo. Não cabe aqui elaborarmos com densidade a formulação do PNHR enquanto política pública e sua operacionalização, pois, além de não ser o objetivo central do capítulo, outros autores como Lenzi (2018), Castañeda (2014) e Sartori (2019) elaboraram análises satisfatórias sobre estas dinâmicas.

3.2.2 Modos de acessar a casa do PNHR

Cabe destacar uma característica operacional do programa que se mostrou relevante na análise do empreendimento realizado no Mutuca: no campo de políticas de habitação rural, esta é a primeira vez que surge entre as políticas públicas de abrangência nacional a questão da Assistência Técnica⁷ para projeto de construção ou reforma das moradias e Trabalho Técnico Social, articulados com a provisão de habitação.

Na primeira aproximação⁸ com as lideranças do Mutuca, foi relatado que a entrada da ACORQUIRIM no programa se deu por intermédio de um grupo que se denominava “assistência técnica”⁹ e divulgava o PNHR, em troca de representar a Entidade Organizadora e ser a construtora escolhida para executar a obra. Este grupo de técnicos não agiu de forma ética com a associação e desrespeitou diversas normas do programa ao longo do processo. O fato foi confirmado e elaborado nas entrevistas realizadas com a arquiteta da CEF na época e com a representante da associação, e revelou-se como uma questão importante no processo e a superação deste conflito pode ter sido um dos fatores do “sucesso” do projeto, nos termos da CEF.

7 - Apesar de possuírem similaridade na grafia e serem frequentemente utilizados como sinônimos os conceitos se diferenciam nas características da atuação profissional e nas premissas que carregam. O termo assessoria técnica remete a prática profissional que surge no campo da arquitetura e urbanismo nos anos 80 com maior expressão no estado de São Paulo e tem como premissa a atuação técnica e política junto a movimentos sociais e população que historicamente não tem acesso ao serviço de arquitetura e urbanismo. O termo “Assistência Técnica”, por sua vez, é recorrente nas normativas e regulamentações de políticas públicas habitacionais, remete ao descrito nos parágrafos 1º e 2º da Lei 11.888/2008, e limita-se ao atendimento técnico a “beneficiários” de baixa renda. Esta prática não possui o mesmo conteúdo da Assessoria no que diz respeito a relação entre as partes (ver KAPP,2018).

8 - A primeira aproximação com a comunidade se deu em 2016 durante a elaboração do trabalho final de graduação da autora que fez um estudo de caso de um empreendimento do PNHR. A escolha da comunidade foi feita baseada no Prêmio de Melhores Práticas da Caixa que destacava o empreendimento “PNHR Antonia Cassemira Pinto” como um caso de sucesso.

9 - Para evitar confusão entre os termos, trataremos o grupo como “grupo de técnicos” a fim de diferenciar a prática.

O grupo de técnicos que protagonizou o início do processo de produção das casas no Ribeirão da Mutuca se aproxima dos termos dispostos pela normativa do PNHR, e sua atuação revela as fragilidades dos termos e desenhos institucionais propostos pelo programa. A assistência técnica que atuou no início do projeto da comunidade e em diversos outros empreendimentos do PNHR no estado de Mato Grosso, nos termos da técnica da CEF, é “uma organização criminosa” que percebe o programa como uma oportunidade de negócios e age de má fé com os beneficiários.

O *modus operandi* do grupo geralmente seguia um padrão segundo o qual estes apresentavam o PNHR às comunidades, recolhiam os documentos das famílias, cobravam uma “taxa” e davam entrada no processo dentro da agência financiadora (CEF) utilizando um projeto arquitetônico padrão. Dentro da agência contavam com apoio de técnicos que facilitavam o processo de aprovação dos empreendimentos. Na fase de execução dos projetos o grupo se articulava com pequenas construtoras que não conseguiram competir com as grandes empreiteiras pelos recursos do PMCMV e buscavam formas de aproveitar o aporte de recursos disponíveis para aquecer os fluxos monetários de suas empresas.¹⁰

Uma das frentes de atuação do grupo era a associação com políticos das cidades do interior do estado que intencionavam fortalecer seus “currais eleitorais” e apresentavam o acesso a casa própria como uma benfeitoria da câmara dos vereadores ou prefeitura dos municípios, sem mencionar que se enquadrava em uma política habitacional nacional com recursos federais. A outra forma de acessar novos clientes se dava pela visita às comunidades rurais organizadas, a maioria comunidades quilombolas e indígenas, a fim de oferecer o “produto” diretamente às Associações, que se enquadrariam enquanto Entidades Organizadoras.

Uma vez selados os acordos com as Entidades Organizadoras (associações ou

10 - Extraído da entrevista feita pela autora em 2018 com a Arquiteta da CEF responsável pelo projeto.

prefeituras),¹¹ o grupo de técnicos reunia os documentos fornecidos pelas famílias e entregava a CEF juntamente com um projeto arquitetônico padrão, utilizado em todos os empreendimentos, e a partir de então as famílias não teriam participação no processo até a entrega das casas. Ao longo da atuação ocorreram ainda casos de cobrança indevida, situação onde o grupo cobrava um valor de “adiantamento” de cada família como condição de entrada no processo.

O esquema foi descoberto por técnicos da CEF que perceberam o grande número de projetos arquitetônicos semelhantes em diferentes processos, todos apresentados pelo mesmo grupo de “assistência técnica” em parceria com prefeituras e associações. Para dificultar a ação deste grupo e adequar ao procedimento correto previsto nas normativas os técnicos da CEF passaram a indeferir os projetos iguais e sugerir mudanças, se atendo às normativas e averiguando sobre o processo de participação dos beneficiários, entre outros aspectos. O resultado foi um notável aumento na incidência de distrato nos contratos estabelecidos entre 2011 e 2016, segundo dados da CEF, em um total de 28 contratos 16 foram descontinuados, somando quase 600 unidades habitacionais (Gráfico 5).

Entre os contratos descontinuados, 15 eram de Prefeituras municipais e 1 de uma Associação Indígena, todos ligados a atuação do grupo de técnicos descrito acima, segundo fontes da CEF. Os contratos que foram finalizados e os que estão em andamento dividem-se entre as Associações de Agricultores Familiares e comunidades Quilombolas, estes últimos organizados pela ACORQUIRIM, Entidade Organizadora responsável pelo PNHR Antonia Cassemira Pinto realizado no Mutuca.

O PNHR Antonia Cassemira Pinto é considerado pela CEF como um empreendimento de sucesso no estado de Mato Grosso, tanto pela superação da relação com a “assistência técnica” descrita acima quanto pelo trabalho técnico social que ganhou um prêmio nacional da CEF.

11 - A Portaria 235/16, que exclui as Prefeituras Municipais da habilitação de Entidades Organizadoras e foi criada após o período relatado.

Esta ação foi a primeira experiência da ACORQUIRIM com políticas públicas habitacionais, que até então havia atuado principalmente em projetos de Agricultura Familiar, Agroecologia e Economia Solidária,

Neste contexto, em 2012 a ACORQUIRIM foi contatada pelo grupo de técnicos que oferecia o serviço de construção de 50 casas via PNHR, com o projeto arquitetônico pronto e a construtora escolhida pela assistência técnica para a execução das casas na modalidade “Empreitada global”. Em assembleia realizada na comunidade, os moradores decidiram participar do projeto que conheceram através da assistência técnica e iniciaram o processo de escolha das famílias que receberiam as casas por critérios de maior necessidade (idade avançada, quantidade de filhos, emprego), ao mesmo tempo iniciaram a organização dos documentos e foram em busca da normativa referente ao programa. Segundo relato, as famílias começaram a estranhar o procedimento do grupo técnico pois estes não convocavam os representantes da ACORQUIRIM para as reuniões com a CEF e apenas pediam as assinaturas, em desacordo com as normativas. A Associação então solicitou uma reunião com a CEF para esclarecer a situação do projeto em andamento, e nesta reunião perceberam que se tratava de um grupo que agia de má fé. O contrato de Assistência Técnica com o grupo foi cancelado, e estes se recusaram a devolver os documentos das famílias, o que levou o processo administrativo ao estágio inicial.

[...]como a gente não conhecia de fato como era, a gente pediu outra reunião que aí foi quando eles viram que ela (a tia, presidente da associação), já estava embasada. Imprimimos todos os documentos, fomos ler porque para nós qui-lombolas, a gente só tem medo de gente trapaceando, então a gente fomos imprimir pra saber se a construtora realmente tava falando a verdade, pra conferir se não era só mais um a querer dar chibatada em cima de nós ou levar vantagem. (informe verbal, Laura).¹²

12 - Entrevista concedida por SILVA, Laura Ferreira da. Entrevista I. [jul.2015]. Entrevistador: Elizabeth Othon de Souza. Nossa Senhora do Livramento, 2015. 1 arquivo .mp3 (45 min.).

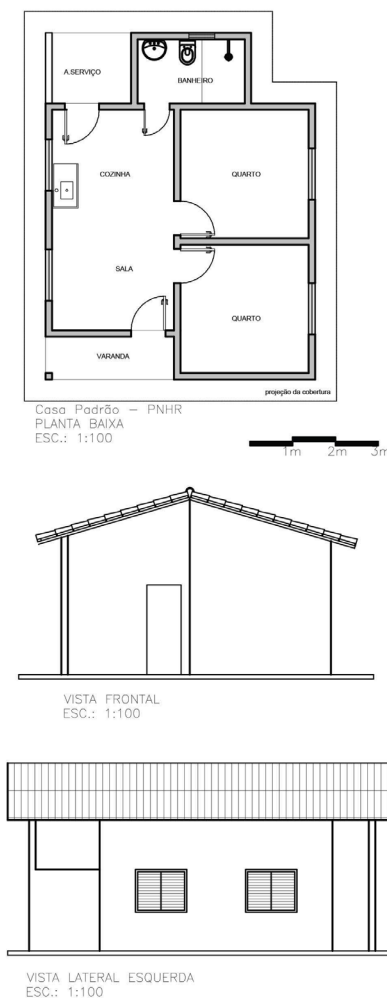
A partir deste momento a ACORQUIRIM passou a acompanhar e coordenar o projeto seguindo as normativas do PNHR, agindo de fato como Entidade Organizadora e com orientação dos técnicos da CEF. O projeto teve início em outubro de 2013, onde se firmou o contrato com a CEF para construção de 50 unidades habitacionais pulverizadas.

O projeto arquitetônico foi feito a partir de um projeto padrão (fig.57) do banco de projetos da CEF, e ao longo do processo foram feitas modificações com auxílio dos técnicos da CEF. O projeto propôs casas térreas de aproximadamente 36 m² distribuídos em 2 quartos, 1 banheiro, sala conjugada com cozinha (ou cozinha americana) e área de serviço aberta. O PNHR não estabelece áreas mínimas para os cômodos, porém provém de uma concepção de moradia econômica e fixa a área útil total em 36 m². Ao direcionar o dimensionamento a partir da descrição e tamanho do mobiliário mínimo, conduz à concepção de um programa de necessidades similar ao da tipologia adotada pela versão urbana do programa habitacional em questão, o Programa Minha Casa Minha Vida.

A escolha dos sistemas construtivos seguiu o padrão de sistemas convencionais frequentemente utilizados no programa. Na fundação utilizou-se fundação tipo radier; vedação com alvenaria de tijolos cerâmicos de 08 furos circulares com amarração nos cantos (sem pilares); cobertura de telha cerâmica, estrutura metálica e forro de PVC. Foram utilizados materiais industrializados, principalmente nos revestimentos (como pisos de cerâmica, azulejos na cozinha e no banheiro), janelas e portas com esquadrias em alumínio, tijolos cerâmicos e forro de PVC.

Os materiais e insumos utilizados na construção das casas provêm necessariamente de fora do Mutuca, devido a restrições do memorial descritivo e normativas de segurança da CEF. Estas exigências atendem a requisitos de segurança dos materiais, mas, por outro lado, acabam

Figura 57 Croqui do projeto executado.



Fonte: Elaboração da autora a partir de levantamento métrico.

limitando as possibilidades de uso de materiais locais (como a madeira).¹³ Assim, a necessidade de utilização de materiais industrializados é incorporada a este território, fazendo com que este se integre cada vez mais e em maior velocidade a lógica do mercado capitalista, agora em outros aspectos além da produção da lavoura.

O regime de construção adotado foi a empreitada global com a contratação de uma construtora¹⁴ sediada em Cuiabá. A mesma possuía parceria com o grupo de técnicos que fraudou o processo anterior, mas permaneceu em contato com a Acorquirim para executar o PNHR Antonia Cassemira e outras obras.

A associação fez um acordo com a construtora, onde esta contratava a comunidade para fornecer a alimentação da equipe, e a mão-de-obra de trabalhadores registrados como pedreiros e serventes. Uma das vantagens apontadas pela associação sobre esta modalidade de contratação foi a facilidade de compra de materiais de construção, visto que a construtora já possuía boas relações e acesso a crédito para a compra de materiais em lojas de construção das cidades vizinhas, além de ter uma estrutura de logística de armazenamento e transporte dos materiais.

Esta modalidade também permitiu utilização de mão-de-obra remunerada, sendo que, em acordo entre a construtora e a associação, a maior parte deveria ser contratada na própria comunidade. Este acordo se deu, pois, além de prover uma nova moradia, o programa também poderia gerar renda aos moradores. Segundo relatos, os moradores eram contratados como pedreiros ou serventes, de acordo com a experiência com construção civil.

13 - No escopo do PNHR existe abertura para o uso de madeira em construções, principalmente na região Norte. Todavia, há diversas limitações como a capacitação de profissionais para trabalhar com o material, investir em projeto e tecnologia.

14 - Não conseguimos entrar em contato com a construtora, portanto, as informações referentes a obra foram fornecidas pela ACORQUIRIM e pela técnica da CEF. A associação também nos informou que esta construtora executou outras obras no Mutuca, como mais 100 casas via PNHR e a reforma da escola do Mutuca.

Figura 58 PNHR Antonia Cassemira Pinto.



(1) Execução em alvenaria;



(2) Interior da sala;



(3) Vista externa da casa.

Fonte: CEF,2015.

O trabalho na construção civil¹⁵ aparece nas conversas constantemente e se relaciona principalmente com a vida fora do Mutuca como aconteceu com Manoel Marino, filho de Delmira, que morou por muitos anos em Várzea Grande onde trabalhava como pedreiro, mas que, por conta de suas condições de saúde, não pôde trabalhar nas obras do PNHR. Maria Renata conta que seus irmãos construíram a casa de alvenaria (fig.59) onde a família toda morou no passado, e atualmente é habitada por ela e outra irmã.

Ainda que estivessem construindo casas para seus familiares, em regime de trabalho assalariado, os construtores estavam inseridos numa lógica de trabalho mediado pela empresa construtora. Por sua vez, ao exercerem o mesmo ofício para autoconstruir suas casas, de alvenaria ou palha de babaçu, se colocam em outra lógica de produção e organização do trabalho no canteiro.

Os moradores que não estavam contratados acompanharam o processo de construção de outras formas, seja auxiliando nas vistorias (fig.60) ou furando a fossa de suas casas. A decisão pela formação da comissão de fiscalização e acompanhamento de obra se deu após visitarem outro empreendimento da construtora na cidade de Poconé, onde os moradores do Ribeirão da Mutuca perceberam diferenças entre os tamanhos dos cômodos. As respostas para a pergunta sobre a participação no processo foram unânimes: todos participaram. Em algumas falas, principalmente das pessoas ligadas diretamente à administração da Associação, pudemos perceber as nuances do processo:

Pq - Você participou da construção da sua casa?

En - Tudo, desde elaboração do projeto, desde a implantação, aquisição dos materiais, eleição da CRE, abertura no banco, da assinatura dos contratos, tudo..

15 - Lenzi (2018) infere que a disponibilidade de mão-de-obra para construção civil dentro do campesinato parece ser comum (p. 88) e relaciona com os canteiros do PNHR realizados em Santa Catarina.

Figura 59 Casa de Maria Renata.



Fonte: Foto tirada pela autora,2019

Figura 60 Reuniões e vistoria da execução das casas.



(1) Reunião do TTS;



(2) Moradoras vistoriando a obra.

Fonte: CEF,2015.

Pq - Você chegou a assentar algum tijolo ou foi mais de organização?

En - Foi mais de visualizar, acompanhar e fazer cobranças pra que estivesse tudo correto. E por mais que não sou pedreiro, via alguma parede torta e metia o bedelho, “desmancha que tá errado”. E aí a comissão já ia lá, e por mais que fale assim “mas as pessoas são leigas”, a comissão ia até com cabo de vassoura e media pra ver se de fulano não tava maior..Mas foi muito engraçado, a gente ria tanto...Falavam assim “parece que a casa de fulano tá maior que o meu”, aí ia lá com cabo de vassoura, media o dele e aí ia lá pra medir o da pessoa.. Aí falando assim “mas porque que o material de fulano é diferente”, aí nós ficava calado né, e olhava e falava assim. Às vezes conforme a posição que a pessoa escolhia dava a impressão que era maior..Mas não é, era conforme a posição. Mas foi muito assim, experiência, a gente aprendendo com a comunidade, a comunidade conosco e a gente com a construtora, então foi assim, um aprendizado muito grande. (Entrevista 1, ver Anexo II).

Manoel conta que participou das reuniões, mas não pôde trabalhar na obra por conta de sua condição de saúde. Maria Renata, atual presidente da ACORQUIRIM, não recebeu a casa do PNHR pois já morava em uma casa de alvenaria, mas acompanhou todo o processo “desde o projeto até entregar”. Idelfonsia também relata que participou das reuniões e da definição de projeto. Anisia conta que “já vem o projeto pronto, mas dei palpite em alguma coisa”.

Os significados contidos nas expressões de “participação” dados pelas narrativas sobre a experiência do PNHR no Mutuca se relacionam à uma “pseudoparticipação” (KAPP, 2011, p. 3) onde a escolha se realiza a partir de um conjunto de opções dadas por outrem (por exemplo, os futuros moradores das novas casas poderiam escolher entre a cozinha americana ou compartimentada, e se o banheiro ficaria dentro do corpo da casa).

Esta noção, a priori, se distancia da noção de participação que se constrói a partir da “autonomia” como “o “direito” e capacidade de se autogovernar e autodeterminar; em oposição

a heteronomia, quando “outros” determinam as normas (KAPP, 2004, p. 98)

Ao elaborar os aspectos do que seria a autonomia na produção do espaço e os caminhos possíveis para a construção de uma sociedade autônoma, a autora aponta que a produção dos espaços cotidianos contidos nas margens e periferias (favelas, ocupações de edifícios inabitados e os territórios quilombolas) seriam os pontos de partida para alcançá-la. Há ainda o aspecto coletivo da construção da autonomia que ao basear seus processos em discussões e reflexões constantes se conforma enquanto “uma capacidade e direito não meramente individuais, mas sobretudo coletivos” (KAPP, 2011, p. 5). Este aspecto, portanto, se consolida na medida que todos que compõem dada coletividade possam atingir a isonomia participando das discussões e tomadas de decisões.

Há ainda a contradição entre esta ação de heteronomia representada pela política habitacional e sua inserção em um território produzido socialmente com um alto grau de autonomia, que possui qualidades inerentes no que se refere à apropriação do espaço vivido, e ao mesmo tempo convive com precariedades que provêm da pobreza material e justificam as ações de heteronomia do Estado.

Esta conformação do território garantiu as brechas que constituíram certos graus de autonomia alcançados no processo do PNHR. Internamente, as decisões eram sempre tomadas coletivamente em reuniões dos moradores. Dentro dos estágios de contratação do programa, como foi relatado anteriormente, a associação buscou se informar sobre a normativa e os procedimentos institucionais após terem sido enganados pela dita “assistência técnica”.

Do ponto de vista da produção das moradias, as ações de participação se deram na escolha de alguns elementos construtivos dentro de um conjunto de decisões previamente tomadas por instâncias muito distantes da organização local, e validadas pela construtora responsável pela execução da obra. Neste sentido, Kapp (2011), radicaliza – no sentido de ir à raiz do problema

–, e afirma que:

Nenhuma antecipação de produtos (fins) ou processos (meios) feita por poucos e destinada a muitos pode intitular-se democrática, mesmo que provenha das mais sinceras intenções de melhorar a situação da parcela econômica e politicamente mais pobre da população.

(KAPP, 2011, p.4)

Neste sentido, programas habitacionais em larga escala como o PMCMV (e o PNHR, por tabela) não admitem em suas estruturas possibilidades de autonomia real aos seus destinatários. Mesmo que levemos em conta os avanços do desenho institucional do PNHR, as condicionantes de projeto e os sistemas construtivos já estão dadas pelas normativas. Estas condicionantes, somadas ao baixo grau de organização presente na maioria das comunidades quilombolas (BRANDÃO et al., 2010), dificultam o surgimento de processos mais participativos e maior autonomia nesta via de provisão habitacional.

Os arranjos institucionais que geraram o PNHR se inserem em processos que ocorriam no Brasil entre os anos de 2008 e 2009, que envolvem tanto a dimensão econômica quanto a dimensão política. A destinação de um grande volume de recursos para a habitação rural é um avanço, porém a inserção do PNHR no escopo do PMCMV interrompe os esforços de inserir a provisão habitacional no escopo do desenvolvimento rural, que vinha sendo elaborado nos últimos anos.

Estas contradições contidas na difícil relação entre sociedade civil e o estado brasileiro foram objeto de reflexão de Dagnino (2004), que aponta a articulação entre as questões estruturais que marcaram historicamente estas relações e os avanços nos processo de democratização iniciado na formulação da Constituição Federal de 1988.

A forma como se realiza a ação de provisão de moradia no Mutuca e suas contradições, nada mais são do que um reflexo local de um processo que se dá em uma escala maior. Para Dagnino é fruto da “confluência perversa” que surge a partir de uma crise discursiva que permeia a disputa política constituinte do processo democrático no Brasil e em outros países da América Latina:

Essa crise discursiva resulta de uma *confluência perversa* entre, de um lado, o projeto neoliberal que se instala em nossos países ao longo das últimas décadas e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que emerge a partir das crises dos regimes autoritários e dos diferentes esforços nacionais de aprofundamento democrático. (DAGNINO, 2004, p.140)

Os dois projetos em questão se apresentam enquanto “dois conjuntos de princípios básicos sob os quais se articula toda uma variedade de subprojetos, que apresentam uma relativa diversidade interna” (Dagnino, 2004, p. 141). A autora põe em questão a complexidade da relação entre Estado e Sociedade Civil, e sugere que evitemos as análises simplistas e unidirecionais. Para tanto, recorre a uma abordagem que vincula cultura e política:

[...] nossa hipótese central sobre a noção de projetos políticos é que eles não se reduzem a estratégias de atuação política no sentido estrito, mas expressam e veiculam e produzem significados que integram matrizes culturais mais amplas. (DAGNINO, 2004, p. 144)

Sob esta perspectiva, a cisão entre Estado e sociedade civil se torna insuficiente para entender estas relações. Assim, a identificação dos diferentes projetos políticos presentes em ambos fornece uma perspectiva de análise mais complexa que se afasta da redução maniqueísta (DAGNINO, 2004, p.144).

Num contexto onde o “lema” da participação é reivindicado por todo o país, a autora propõe a análise minuciosa do aspecto semântico e, conseqüentemente político, de algumas expressões, visto que “a disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia” (DAGNINO, 2004, p. 142).

A noção de participação passa por um processo de deslocamento. Se por um lado esteve no núcleo central do projeto democratizante enquanto oposição ao autoritarismo da Ditadura Militar, dotada de um significado coletivo, aos poucos é ressignificada em direção a uma perspectiva privatista e individualista, apoiada na emergência de termos como “participação solidária” e “responsabilidade social” de indivíduos ou empresas:

Aqui, mais uma vez, o significado político crucial da participação é radicalmente redefinido e reduzido à gestão. A ênfase gerencialista e empreendedorista transita da área da administração privada para o âmbito da gestão estatal (Tatagiba, 2003) com todas as implicações despolitizadoras delas decorrentes. Estes significados vêm se contrapor ao conteúdo propriamente político da participação tal como concebida no interior do projeto participativo, marcada pelo objetivo da “partilha efetiva do poder” entre Estado e sociedade civil (Dagnino, 2002), por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos.

(DAGNINO, 2004, p. 152)

Esta crise faz com que a participação da sociedade civil enfrente limitações que têm suas origens nas estruturas que formam o Estado brasileiro, historicamente pouco comprometidas com os processos de democratização. As organizações civis, então, se submetem a burocratização, escassez de recursos e instabilidade dos projetos que supostamente se originaram em uma

parceria destas com o Estado. A perversidade desta confluência estaria colocada “no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva” (DAGNINO, 2004, p. 142).

Para a ACORQUIRIM, um dos maiores ganhos do PNHR Antonia Cassemira foi o engajamento dos moradores no processo, pois reconhece o esforço e a responsabilidade da comunidade no desenvolvimento de seus projetos. O reconhecimento da associação pela sociedade “de fora” do quilombo se consolidou na divulgação das Entidades Organizadoras (EO) habilitadas pela CEF, onde a Associação foi a única EO habilitada para executar projetos do PNHR em Mato Grosso. Após o sucesso do primeiro empreendimento, a Acorquirim iniciou em 2016 a construção de mais dois empreendimentos na comunidade, cada um com 50 unidades cada, totalizando 150 casas construídas pela associação entre 2014 e 2018.

Na percepção das pessoas entrevistadas, todas concordaram que a condição de vida melhorou. Esta percepção se conecta com a sensação de conforto, relacionada ao banheiro ligado a um sistema de esgotamento; e segurança, tanto no aspecto construtivo do abrigo das intempéries, quanto no aspecto de não precisar sair de casa para usar o banheiro a noite, seja por medo de ataque de animais ou de pessoas.

Sobre o aspecto da organização da casa, segundo as conversas, a maior mudança foi em relação à planta, pois nos barracos de palha não havia compartimentação dos cômodos, havia apenas um quarto e alguma divisória leve interna, a cozinha ficava do lado de fora, assim como o banheiro, e a área (varanda) servia como uma sala.

Ao mesmo tempo que reconhecem o conforto e a melhoria das condições de vida; diversas falas apontam que a casa de palha era mais fresca – tanto o é que algumas pessoas tiveram que comprar ventilador para aguentar o calor, e este fato é lembrado com risos. Outras falas não abrem espaço para a contradição pois assumem que essa casa nova é muito melhor do que as

condições anteriores, e os moradores puderam “escolher” como seria a casa. De fato, há um incremento na salubridade e condições materiais de moradia, porém isto não deve blindar o processo (e o projeto) de críticas, principalmente por parte dos moradores, tendo em vista ainda que na época o programa era considerado uma política pública em construção.

Do ponto de vista das implicações territoriais, as casas trouxeram um impacto visível na quantidade de casas construídas, e estas mudanças refletiram as relações existentes no lugar. As novas casas se anexaram aos terreiros e passaram a compor o território, juntamente com as casas de palha, cozinhas, galinheiros e roça. As relações de parentesco se materializaram no território de maneira que a geração de filhos das interlocutoras passou a ter suas casas próprias no mesmo terreiro onde cresceram. Como exemplo, os filhos de Anísia já moravam com ela e compartilhavam o terreiro, com o PNHR cada um tem sua casa e continuam morando perto da mãe. Algumas pessoas voltaram para o Mutuca, como é o caso de Manoel Marino, filho de Delmira, que morava em N. Sra. do Livramento e atualmente tem sua casa no quilombo. Outras casas ainda aguardam seus donos retornarem definitivamente, como os filhos de Idelfonsia, que tem suas casas e roça no terreiro da mãe, mas ainda passam a maior parte da semana em N. Sra. do Livramento pois conseguiram trabalho lá.

3.3 A casa da mistura – reformas e ampliações a partir da casa do PNHR

Contudo, dentro deste quadro complexo de avanços e retrocessos na produção deste território, há diversas margens de manobra para a adaptação deste novo espaço construído, a partir da ampliação e reorganização de usos das edificações.

As novas casas entraram na rotina e foram apropriadas pelas famílias, que as adaptaram em maior ou menor grau ao cotidiano. Ao passo que as casas antigas, de palha ou de madeira

aparelhada, adquiriram outros usos.

Na casa de Anisia, a moradia construída pelo PNHR já foi ampliada (fig.61) , recebeu uma generosa varanda lateral e uma cozinha. A ampliação foi feita em alvenaria, ainda sem revestimento interno e reboco em alguns pontos externos, e cobertura com telha de fibrocimento. Nesta varanda há um espaço destinado ao armazenamento da produção da roça e comida dos animais. A casa do PNHR foi construída no mesmo lugar onde se localizava a casa antiga, que foi desmanchada. Nos fundos da ampliação há um espaço em construção, com os pilares esperando a cobertura, e conta com um fogão a lenha baixo, onde Anisia faz seus banhos de ervas e remédios que coleta nos arredores da casa. Os filhos moram no mesmo quintal, e um deles também ampliou a casa, aumentou a cozinha como foi feito na casa da mãe.

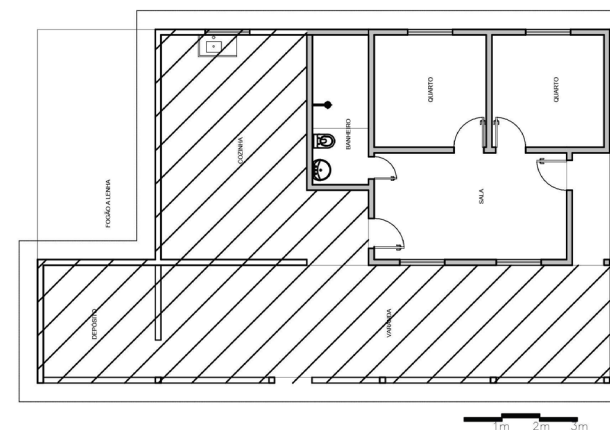
Seguindo a trilha que parte dos fundos da casa de Anisia, atravessamos uma roça de mandioca para chegar à casa de outro filho. A casa foi construída pelo PNHR e abriga o filho com a esposa e duas filhas. A sogra do filho passou a morar com a família, mas pediu para o genro construir uma peça¹⁶ de madeira aparelhada para ela ficar mais à vontade com seus pertences e sua rotina.

O outro filho de Anisia mora a alguns metros dali, atravessamos a estrada que leva até a roça, e avistamos a casa do PNHR com uma extensão feita em madeira e telha de fibrocimento. Ao lado da casa de alvenaria fica a casa de madeira, onde o filho morava com a família antes da casa do PNHR. A casa de madeira aparelhada e coberta com telha de fibrocimento agora é utilizada para guardar ferramentas.

No terreiro de Idelfonsia a casa antiga foi parcialmente desfeita, a cozinha de palha permaneceu e é a mais utilizada por estar perto da cacimba e das outras estruturas do terreiro, perto do barracão. A casa nova foi construída em um ponto mais alto, e ela não fez alterações

16 - O termo “peça” refere-se à construção de um cômodo utilizado para fins de moradia.

Figura 61 Ampliação da casa de Anisia - croqui e fotos.



(1) Varanda ampliada;



(2) Vista lateral.

Fonte: Elaboração da autora.

em sua casa, mas adianta que se pudesse reformar, faria uma área maior na frente, mas a falta de dinheiro para comprar material dificulta a realização. A prioridade no campo de reformas e construções é o barracão que recebe a Festa da Nossa Senhora Aparecida, para onde se direciona boa parte das economias da família.

Idelfonsia passa o dia entre a roça, a lida com os animais e a cozinha. Seus filhos possuem casas no mesmo terreiro, mas trabalham nas cidades próximas. Ainda assim, ela conta que estes mantêm uma rocinha de mandioca na frente das casas e vem visitar no final de semana. Os netos costumam passar os dias com ela, como foi visto no dia da visita, as crianças jogavam bola em frente à casa da filha de Idelfonsia, debaixo das mangueiras.

No quintal de Maria Renata, as casas do PNHR não foram alteradas, mas há o desejo de alteração. A casa da Narcisa, irmã de Justina, que mora perto de Maria Renata, não foi alterada, mas ela gostaria de aumentar a sala e fazer uma varanda. Atualmente ela usa a cozinha da irmã, “porque é maior e todo mundo acaba cozinhando junto”. Ela nos mostrou a casa, na cozinha pudemos ver os utensílios guardados cuidadosamente no armário, e na bancada, os doces de banana que ela faz. Os eletrodomésticos estavam cobertos por paninhos bordados combinando entre si. A sala não possuía muitos móveis, e a janela estava coberta por uma cortina escura. Do lado de fora da casa estão dispostos vários vasos com plantas ornamentais e ervas medicinais, que ela usa para fazer os remédios.

Neste quintal também fica a casa do PNHR de Wilson, filho de Justina. Ao lado da casa foi construída uma cozinha com estrutura de madeira e cobertura de telhas de fibrocimento, sem fechamento lateral. Na cozinha há o fogão a lenha e uma pia, e no momento da visita a esposa de Wilson estava fazendo almoço nesta cozinha. Nessa cobertura também havia algumas cadeiras, e ao redor ficam as ervas medicinais da família, como cavalinha e carqueja.

No último núcleo visitado, quem nos recebeu foi o Manoel, filho da Delmira. Ele

mora em uma casa construída pelo PNHR, e a mudança que fez foi pintar a parte de fora de azul, e os quartos dos filhos de verde. Logo que chegamos ele colocou algumas cadeiras do lado de fora para nos sentarmos e conversarmos. Ele morava em Várzea Grande e trabalhava no ramo da construção civil, mas teve um problema de saúde, foi operado do coração e está aposentado. Neste processo, voltou a morar no quilombo com a esposa e três filhos. A esposa é dona de casa, e ele não consegue trabalhar na roça por conta da operação.

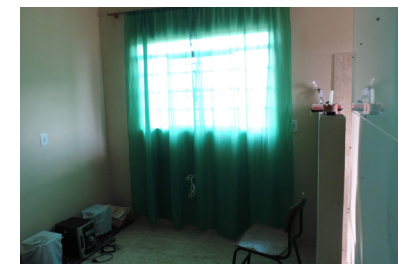
Na sala da casa há um sofá, móvel de televisão, um carrinho de bebê, alguns santos e quadros de fotos das crianças nas paredes. Um dos quartos possui um ar condicionado split, item de consumo pouco recorrente nas casas visitadas. Cabe apontar as diferenças entre os perfis de consumo percebido nas casas visitadas (fig.62), enquanto algumas possuem poucos móveis na sala e eletrodomésticos; outras famílias – geralmente as que moravam nas cidades próximas – possuem a casa mais equipada com sofás, televisões de LED e ar condicionado. A mudança de material construtivo também impactou o padrão de consumo dos moradores, que tiveram que compraram ventiladores para as novas casas de alvenaria pois estas são mais quentes do que as casas antigas, por terem o forro baixo e serem menos ventiladas do que as casas de palha. Manoel nos contou que essa casa é melhor do que a antiga que eles moravam com os pais, a casa de madeira que permanece ao lado da casa dos pais, pois a outra possuía apenas um cômodo e não comportava a família toda com conforto. Ele e seus irmãos ainda usam a cozinha da mãe. Se ele pudesse, aumentaria uma peça e faria uma varanda maior, o que dificulta a reforma é a falta de trabalho, que por sua vez dificulta o acesso a recursos financeiros para comprar os materiais de construção.

Depois de conhecermos a casa do Manoel, fomos ao encontro de Delmira (sua mãe) Graciele (sua irmã), que estavam sentadas no terreiro em frente à casa da mãe. A casa foi construída ao lado da antiga casa da família, de madeira aparelhada e coberta com telha de fibrocimento, construída pelo marido de Delmira, abrigava todos os filhos e atualmente

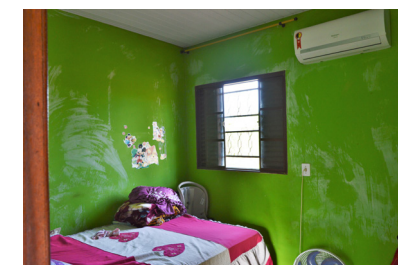
Figura 62 Interior das casas.



(1) Cozinha;



(2) Sala;



(3) Quarto.

Fonte: Fotos tiradas pela autora.

é usado como depósito da roça.

Nos fundos da casa fica a cozinha, construída de forma semelhante as vistas anteriormente, com estrutura de madeira local, cobertura de palha de babaçu e fechamento de uma das laterais com palha de babaçu trançada. A lateral fechada é a que recebe maior incidência solar, conforme observamos naquela tarde ensolarada.

Dentro da cozinha há um fogão a lenha, uma mesa de apoio com algumas panelas apoiadas, recém-areadas. No fundo há um forno desativado. Segundo conversamos, a cozinha é utilizada por todos os filhos que moram por ali.

A casa do PNHR de Delmira foi ampliada, recebeu uma garagem feita de madeira e telha de fibrocimento, aproveitando o caimento do telhado. Na varanda, duas cadeiras – uma de fio e outra de madeira – estão postas, prontas para o descanso de Delmira e seu marido.

Graciele me convidou para conhecer a sua casa, também construída pelo PNHR, onde mora com a filha adolescente. Logo na entrada, os sapatos ficam na varanda. Ao entrar na casa observei diversos tapetes espalhados e me lembrei que em alguma das conversas comentaram que esse piso suja muito fácil, então é preciso tomar cuidado. Graciele não escolheu o projeto com a cozinha americana, no entanto organizou o layout utilizando um armário para separar a cozinha e a sala. Encostado na parede que conta com uma janela, há um fogão a gás com algumas panelas em cima, e no centro, uma mesa com quatro cadeiras. Na sala, dois sofás e um móvel com televisão. Graciele comentou que gostaria de aumentar a sala e fazer uma área para ter mais espaço na casa, mas que apesar disso está muito feliz com a casa nova por conta da segurança e do conforto.

Cada família possui suas especificidades e formas de se organizar em relação à casa, mas, de maneira geral, há um desejo de ampliação dos espaços comuns da área (varanda) e da cozinha, sendo que esta pode ser separada dos outros cômodos e deve conter um fogão a lenha.

Algumas famílias já ampliaram as casas, como é o caso de Anísia e o filho, que ampliaram a cozinha. Esta ampliação se encontra inacabada, revelando os limites de recursos financeiros disponíveis para a conclusão da reforma. E as reformas e ampliações não costumam ser motivo para a chamada de um “muxirum” que mobiliza diversos membros da família, como ocorre com a confecção das casas de palha. A autoconstrução acontece com auxílio dos filhos ou sobrinhos mais próximos, ou irmãos que possuem alguma experiência com a construção civil utilizando materiais “de fora”.

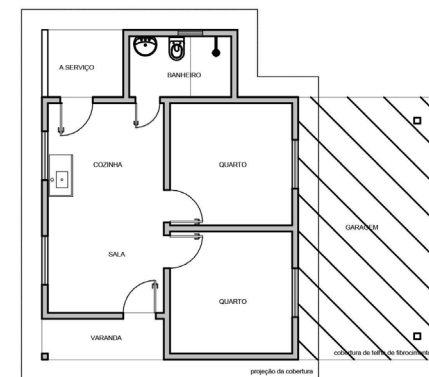
Cabe ressaltar que a autoconstrução da moradia no meio rural não tem o mesmo sentido da autoconstrução recorrente nas periferias das cidades brasileiras, compreendida enquanto superexploração da força de trabalho do operário.¹⁷ No caminho de reflexão proposto por Lenzi (2018, p. 95), considera-se que a autoconstrução dentro do contexto do Mutuca insere-se em outra lógica e produz outras consequências.

A autora sugere que “a autoconstrução no campesinato se trata de nada mais que uma parcela da produção dos meios de vida da família camponesa, produção de um dos itens do autoconsumo da família” (LENZI, 2018, p. 97). Neste sentido, a realidade do Mutuca se aproxima da situação observada no campesinato, e a casa é considerada como um mínimo vital e constitui-se como “um trabalho como os outros do cotidiano, produz-se para si, e o produto do seu trabalho continuará sendo seu, para seu usufruto” (ibidem, p. 96).

Verifica-se dois momentos distintos na prática da autoconstrução no Mutuca. O primeiro se dá na construção das casas de pau-a-pique (e de outras estruturas do habitat), este se relaciona com o trabalho em Muxirum, envolve saberes ancestrais endógenos relacionados às técnicas construtivas com uso de materiais locais (estrutura de madeira, pau-a-pique, fechamentos com palhas de babaçu trançadas e diferentes tipos de cobertura de palha de babaçu), enfim, faz parte

17 - Sérgio Ferro (1969) e Francisco de Oliveira (2006) tecem críticas sobre o significado da autoprovisão da habitação urbana no Brasil, no contexto de industrialização a baixos salários na periferia do capitalismo.

Figura 63 Exemplos de ampliação das casas do PNHR.



(1) Croqui de ampliação da casa da Delmira;



(2) Vista frontal da casa da Delmira;



(3) Ampliação da casa do filho da Anísia.

Fonte: Elaboração da autora.

das práticas de sociabilidade verificadas no local.

O segundo momento se dá na reforma e ampliação das casas do PNHR, quando a autoconstrução se realiza a partir de sistemas construtivos e organização do trabalho mais próxima do modo de produção do PNHR do que o vivido na construção das casas de palha. A lógica ampliada¹⁸ pelo programa difundiu sistemas construtivos que utilizam materiais industrializados e organização do trabalho no canteiro diferente das casas de palha, como verificado nas falas de campo. Nestes casos, quando alguma coisa na estrutura da casa estraga, as famílias nem sempre têm acesso aos materiais e recursos necessários para o reparo. Nos casos de melhorias ou ampliações, a mão-de-obra restringe-se àqueles que tiveram alguma experiência com construção civil fora do quilombo, e o acesso aos materiais demanda recursos financeiros que por vezes não se encaixam nas economias das famílias.

Neste movimento, cada vez mais as famílias se integram ao modo de produção capitalista, desta vez através da provisão habitacional. E assim, a dependência aos modos de construir baseados na lógica da construção civil industrializada vai gradualmente ocupando o lugar dos modos de construir ancestrais.

18 - Cabe ressaltar que as casas do PNHR não foram as primeiras a serem construídas com materiais industrializados no Mutuca. Já havia poucas casas de material, como a casa de Maria Renata e o barracão da festa no quintal de Idelfonsia. O PNHR difundiu esta forma de construir para as 150 famílias do local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunidade Ribeirão da Mutuca faz parte do Complexo Mata Cavalo e compartilha a história e ancestralidade com as outras comunidades que são parte deste território. A ligação entre o passado em comum e o presente revela-se tanto na afirmação da identidade quilombola por meio de atividades culturais e formativas com os jovens, quanto nas práticas cotidianas onde os moradores atualizam os saberes de seus ancestrais sem cair em anacronismos, como o uso coletivo da terra e a produção agroecológica.

A comunidade fortalece as redes com os “de fora” e insere-se politicamente em grupos de agroecologia e economia solidária que articulam comunidades rurais de todo o estado, consolidando uma frente de resistência das populações do campo ante o agronegócio. Entre estas lutas, a centralidade ainda é pela regularização de suas terras e pelo direito de ter suas existências reconhecidas, da mesma forma que fizeram seus antepassados ao longo dos séculos.

Neste cenário, o modo de vida quilombola representa a possibilidade de existência de outras formas de ocupar o território e produzir dentro do modo de produção capitalista. Mesmo vivendo sob o modo de produção capitalista e reproduzindo relações de consumo e circulação de seus produtos no mercado local, os moradores do Mutuca foram capazes de manter as formas de produção não-capitalistas; assim, resistem ao modo de produção e ocupação do espaço do agronegócio, ancorado na tríade da grande propriedade privada da terra, do uso de sementes geneticamente modificadas e do intenso uso de agrotóxicos.

As resistências das comunidades que vivem nestes territórios forjam novos sentidos na trama do avanço do capital nesta nova fase do capitalismo global e representam válvulas de escape do sistema. As diferentes formas de viver em comunhão com a natureza se encontram na fronteira de expansão de grandes projetos e são alvos da violência sistêmica que se expressa

em diversos níveis, da expropriação da terra até a violação de direitos fundamentais e garantia de permanência, como o acesso precário a serviços básicos de saneamento, água potável, eletricidade, saúde, educação e incentivo a produção agrícola.

O processo de produção do espaço em Mata Cavalo é um fragmento por onde pretendemos compreender em linhas gerais as estratégias e mecanismos da produção do espaço brasileiro ao longo de centenas de anos. Historicamente o projeto estatal se materializa nas estratégias de “colonização” dos chamados “vazios”, e assim viabiliza a lógica capitalista de produção do espaço rural.

Os processos iniciados com a ocupação colonial do país no século XVI, a marcha para o oeste na década de 1930, a expansão do agronegócio dos anos 1980 e os anos 2000 marcados, pela continuidade da expansão deste modelo produtivo no campo, onde o agro “é pop”, sugerem a reflexão sobre a formação do espaço, suas contradições e historicidade. Estes processos sugerem a atualização de um modo de produção que desde o princípio gera impactos socioespaciais, e sua narrativa o promove como única opção possível, ou a “vocaçãõ” do país.

Como foi visto, as ações do Estado quase sempre serviram aos interesses do agronegócio e somente nos últimos 20 anos acenou-se positivamente para os povos que habitam o campo, as águas e as florestas. As políticas sociais de redistribuição de renda como o Programa Bolsa Família, as políticas afirmativas como o Programa Brasil Quilombola, e o próprio Programa Nacional de Habitação Rural e suas contradições, são ações que contribuem para o reconhecimento dos territórios rurais como um espaço de reprodução da vida e do trabalho, para além da produção agrícola.

Neste sentido, as análises estiveram marcadas pelo movimento entre a melhoria imediata das condições de vida e as fragilidades das ações públicas frente às particularidades do território. A partir do diálogo com as pessoas em campo, percebeu-se que as casas construídas via política

habitacional têm impacto direto na melhoria de qualidade de vida e na saúde, mas pouco contribui materialmente para a garantia da permanência, o que demanda a articulação de outras dimensões como a capacidade produtiva e segurança de posse.

Quando surge nas narrativas, a palavra “casa” é associada diretamente ao habitat. Além da evidente precariedade, é preciso atentar para o processo que geram esta forma de habitar. Há uma racionalidade e coerência na forma de construir e ocupar o espaço no Mutuca, que se fundamenta nas características que os conformam enquanto grupo étnico, baseadas principalmente nas relações de solidariedade, relação com a natureza e uso comum da terra.

O “barraco” de palha, associa-se a um passado de precariedade e de violência, e, ao mesmo tempo, aos saberes endógenos dos antepassados que são valorizados pelo grupo. Todavia, por conta do processo histórico de espoliação e empobrecimento desta população, há elementos de precariedade que se manifestam no habitat e se relacionam profundamente com a construção do aspecto simbólico contido nas moradias “tradicionais”, como o saneamento básico, e este pode ser relacionado ao acesso a atendimento de saúde, por exemplo.

Então, quando a ação do Estado chega ao Mutuca e proporciona novas condições de moradia, transforma simbolicamente a condição de precariedade ao mesmo tempo que modifica materialmente a moradia com novos sistemas construtivos e novas formas de construir. Neste movimento, a “casa da memória” – e todo o seu conteúdo simbólico do saber fazer – permanece nos outros elementos do habitat (cozinha, barraco da festa etc.) e agrega este novo objeto – a casa de material – tanto na dimensão concreta quanto na dimensão simbólica. Esta nova casa de alvenaria não é adjetivada como “casa quilombola”, mas se integra ao habitat, cumpre o mínimo vital e atualiza o mínimo social.

Definir o modo de morar quilombola partindo de apenas uma perspectiva é tarefa extremamente difícil, e não desejada nesta dissertação. O grupo possui características comuns,

mas está longe de ser homogêneo, portanto, é praticamente impossível descrever esta diversidade a partir de uma só narrativa. Como foi dito inicialmente, esta é a perspectiva de um grupo delimitado de pessoas. Certamente há outras questões de outros grupos que compartilham este território (jovens, homens, crianças, fazendeiros, sem-terra) que comporiam outras categorias de análise.

Ainda assim, foi possível verificar concretamente que a territorialidade étnica – fundamentada nas relações de parentesco e ancestralidade comum – gera um tipo de ocupação do território quilombola. No Mutuca pós-PNHR, este tipo reproduz concretamente no espaço construído as relações sociais mais próximas. As famílias deixaram de compartilhar a mesma moradia, mas as novas casas foram construídas ao redor da “casa antiga” e estas permanecem compartilhando o terreiro, a roça, as festas e os fazeres cotidianos.

A partir da descrição e análise da obtenção dos meios de vida no Mutuca e dos ajustes feitos ao longo dos anos para a sobrevivência vital e social, percebe-se que a comunidade teve condições de preservar materialmente os modos de trabalho coletivo na lavoura, ao passo que a roça de toco passa a integrar o entendimento de agroecologia; e a ocupação do território comum – reconhecido por lei como um tipo de propriedade especial.

Os modos de construir, por outro lado, se alteram radicalmente e, segundo observado nas narrativas, este fator não parece impactar o esforço de preservação dos modos de vida quilombola. A casa do PNHR parte de uma lógica que admite a casa enquanto objeto e mercadoria; por sua vez, a casa quilombola constrói-se a partir das relações fundadas no território e carrega a visão de mundo quilombola nos modos de fazer, na escolha dos materiais e na organização do trabalho. É no território que estas duas dimensões se encontram e as contradições se revelam.

Para se pensar a questão da provisão de moradia no espaço rural, e especialmente nos territórios quilombolas, há de se levar em conta que o PNHR não reproduz todas as contradições

e consequências perversas do PNHU (versão urbana do programa), mas constrói as suas próprias.

Ao analisarmos o processo de formação do território do Mutuca e as relações que produzem o espaço atual, pode-se apontar alguns pontos observados:

1 - A construção da casa do PNHR modifica o conteúdo do trabalho coletivo presente na construção da casa quilombola, ao mesmo tempo que fortalece a consolidação “institucional” da ACORQUIRIM na luta por melhores condições de vida. Então, de um lado há o modo de construir ancestral, utilizando materiais do local (e todo o contexto de manutenção dos saberes, trabalho etc.), mas profundamente conectado com a ideia de precariedade e com um passado de violência. De outro lado, estão os materiais industrializados que promovem rapidamente a sensação de segurança almejada e ascensão social. A tipologia arquitetônica urbana e a construção civil chega primeiro, com mais força e como única opção possível quando associada a uma política pública subsidiada.

2 - A política habitacional sinaliza uma ação do Estado no sentido de reconhecimento deste território. Há um montante de recursos destinados para o local, e por outro lado esta ação parte de uma política nacional que homogeneiza o espaço rural e desconsidera a formação dos diferentes territórios e os modos de morar dos grupos sociais.

O PNHR surge nesse contexto como uma possibilidade de superação de parte dos problemas imediatos do Mutuca e inclui-se na luta pela permanência na terra, mas na prática se mostra desarticulada de outras dimensões. O Programa Brasil Quilombola representou um esforço do Estado no sentido de articular as ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades quilombolas, e é considerado uma vitória. O PBQ foi formulado com o objetivo de garantir o direito e acesso às terras historicamente ocupadas, serviços de infraestrutura, direito a cidadania (educação, saúde, cultura e lazer), e investimento na capacidade produtiva a fim de fomentar as condições de sobrevivência. No entanto, sua implementação esbarra em questões

estruturantes como a disputa por terras, parte da formação histórica do país, que dificulta a titulação das comunidades e conseqüentemente no acesso a créditos produtivos e segurança de investimento na produção agrícola; e na fragilidade das instituições responsáveis pelas ações de infraestrutura, educação, pois demanda a ação de diversas escalas administrativas (município, governo federal e autarquias como INCRA, Fundação Palmares e SEPPIR).

O ajuste às transformações foi possível no Mutuca através do reconhecimento legal da ocupação histórica de suas terras – ainda que sem acesso a titulação definitiva; e no fomento a produção via agroecologia, que dialoga com as práticas de roça ancestrais. Nestes casos, verificou-se que havia uma estrutura de articulação entre movimentos sociais, academia e a base que promovem a existência de outras formas de produzir e permanecer no território. Quando há a possibilidade de melhorar as condições materiais de moradia e a necessidade de ajuste chega à esfera da casa, o desenho do PNHR não permite uma real apropriação e adaptação ao modo de vida quilombola. Os sistemas construtivos dados como opção são necessariamente industrializados, e geram uma relação de consumo posterior (para reparos e reformas).

Neste sentido, não consideramos que valorizar o modo de construir ancestral apenas pelo seu valor cultural seja suficiente quando este modo de construir não atende as demandas de conforto e moradia adequada destas pessoas. Há de se delinear um caminho que viabilize as condições materiais para que a potencialidade contida neste modo de viver e produzir o habitat se expresse, sem cair em anacronismos ou romantização da precariedade.

Para abarcar as especificidades de cada território, talvez a resposta se distancie da elaboração de uma política habitacional em escala nacional construída por outros grupos sociais, que possuem formas de ocupar o território diferente dos quilombos, e acaba por homogeneizar estes grupos. Verifica-se que a construção da política habitacional setorial parte de perguntas como “quantas unidades habitacionais deve-se construir?”, e coloca a moradia fragmentada e

desconectada do território. Esta pergunta se distancia do entendimento do que é o habitat, a moradia qualificada simbolicamente e presente no Mutuca. As perguntas adequadas poderiam começar com indagações sobre os modos de morar e permanecer no território, e as formas autônomas de produção do espaço já existentes nestes territórios. Kapp (2004) aponta:

Não se trata, portanto, de usar a figura institucional da autogestão como instrumento para multiplicar exatamente os mesmos produtos preconizados na produção heterônoma. Trata-se, pelo contrário, de buscar a autonomia individual e coletiva como fim em si mesma, que, ademais, torna possíveis alternativas na organização do trabalho (cooperativismo, ajuda mútua, frentes de trabalho remuneradas), na execução material (tecnologias construtivas não hegemônicas) e nos produtos espaciais (ocupação e eventual recuperação de edificações ociosas, construção de novas unidades pulverizadas no tecido urbano, edificações flexíveis e mutáveis, espaços públicos e coletivos sem uso predeterminado, formas novas de articulação entre o rural e o urbano, por exemplo).

(KAPP, 2004, p.11)

A habitação produzida por uma política setorial no Mutuca vem de fora para dentro. A observação *de perto de dentro* mostra que as lutas da ACORQUIRIM sempre se conformaram no sentido de garantir a permanência em seu território e recursos para produção; e a partir disso, assim, melhorar as condições de vida deste grupo. De fato, as casas construídas melhoram as condições materiais da moradia e geraram um impacto na qualidade de vida imediata deste grupo.

Porém, se a provisão de moradia desconsidera as dimensões do habitat e o que compõe o morar quilombola para além das quatro paredes erigidas, há o risco de anomia (CANDIDO, 2000), pois não se garante também o mínimo social. A casa existe no contexto da territorialidade quilombola, que por sua vez fundamenta-se nas relações de solidariedade, com a terra, com os

ancestrais, com a roça, o rio, o cerrado, e assim conformam o território.

Nos últimos 30 anos os quilombolas vêm se organizando em associações a fim de reivindicar o direito à permanência e reconhecimento de posse de suas terras ocupadas para moradia e sustento, e também do reconhecimento enquanto sujeitos sociais com a garantia da livre expressão de suas crenças, práticas e valores (LEITE, 2000), porém a organização política não é a regra entre as comunidades (BRANDÃO et al., 2010).

O histórico de violência sofrida em Mata Cavalos não é único, infelizmente. Está inserido dentro de um campo de conflitos que ocorre no Estado como um todo e assume diversas faces. Uma destas faces é a resistência e ação marcada pelo protagonismo de inúmeros grupos sociais em movimento que se fortalecem na luta pelo reconhecimento de seus territórios, suas identidades, seus modos de vida e pela garantia de seus direitos conquistados coletivamente. Busca-se revelar que estes conflitos não são o fim destas comunidades, mas apenas uma parte desta história, pois estas resistem e elaboraram diversas formas de sobreviver ao longo de mais de cinco séculos de expropriação e violência, na esperança de que um dia a exploração de suas terras se acabe.

Ao conectarmos o histórico da comunidade de Mata Cavalos à conjuntura de cada período histórico, intenciona-se recuperar o sentido de que este é um território em movimento, onde foram diversas as tentativas de anular, diminuir e até exterminar este território e as relações que o constroem. Mas, como mostrado, a cada ataque à Comunidade de Mata-Cavalos, e especialmente ao Ribeirão da Mutuca, estes buscaram diferentes formas de resistir e manter o seu modo de vida. Um modo de vida que não está estagnado, nem reproduz todas as práticas do passado, mas permanece essencialmente conectado com ancestralidade, através da relação com a natureza, que reflete no modo de ocupar o território e nas ações de resistência, seja com casas de alvenaria ou com casas de palha de babaçu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Arildo José de. **“A participação de assessoria técnica-política e da CAIXA na produção de moradias em assentamentos rurais. Casos: Fusquinha, Nova Esperança e Pirituba 2”**, Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. São Carlos, 2008.

ANJOS, Rafael Sâncio Araújo dos. **Quilombos – Geografia Africana, Cartografia, Étnica, Territórios Tradicionais**. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009.

_____. **“A territorialidade dos quilombos no Brasil contemporâneo: uma aproximação”**. In: SILVA, T. D.; GOES, F. L. (Org.). **Igualdade racial no Brasil: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes**. Brasília: IPEA, 2013. p. 137-152.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos; CYPRIANO, André. **Quilombolas: tradições e culturas**. São Paulo: Aori Comunicações/Petrobras, 2006. 240 p.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da moradia rural: políticas públicas x modo de vida camponês**. (Dissertação) São Paulo: FAUUSP, 2007.

ARRUDA, Zuleika Alves de. **Onde está o agro desse negócio?: transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio**. 2007. 279p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/287525>>. Acesso em: 9 ago. 2018.

AVRITZER, L. **“Teoria democrática e deliberação pública”**. Lua Nova, São Paulo, n. 50, pp. 25-46, 2000.

AZEVEDO, Doriane. **Políticas territoriais, redes técnicas e políticas na estruturação do espaço em**

Mato Grosso. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.16.2015.tde-11092015-115320.

AZEVEDO, Sergio de. ;ANDRADE, Luis A. Gama. **Habitação e Poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BANDEIRA, Maria de Lourdes et al. **Mata Cavalos (MT) - Relatório Histórico -Antropológico.** Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Palmares, Cuiabá: Universidade de Cuiabá, 1996.

BANDEIRA, Maria de Lourdes; SODRÉ, Triana de Veneza. “O Estado Novo, a reorganização espacial de Mato Grosso e a expropriação de terras de negros (o caso de Mata Cavalos)”. In: Cadernos do NERU, nº 2, dez. 1993. Escravidão: ponto e contraponto. ICHS, UFMT, 1993.

BANDEIRA, M. L., Dantas, T. S., & Mendes, E. *Projeto de mapeamento e sistematização das áreas de comunidades remanescentes de Quilombo: Mata Cavalos (MT). Relatório histórico-antropológico.* Universidade de Cuiabá, 1990.

BARROS, Edir Pina de. **Laudo Pericial Histórico-antropológico.** Mato Grosso: Justiça Federal, 2007.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BOLAFFI, Gabriel. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** In MARICATO, Ermínia (Org.). “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”. 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

BOLTER, Jairo. **Interfaces e cogestão nas políticas para a agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural** (Tese). Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2013.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 9. ed. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. “Quilombo, território e geografia”. *Agrária*, São Paulo, Nº 3, pp. 156-171, 2006.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira. **A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto e urbanista**. Dissertação de mestrado. Natal: UFRN, 2009.

COSTA, Carlos Eduardo da Silva. “Habitação Rural: uma proposta de racionalização”, UFRRJ, 1995.

DAGNINO, Evelina. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. *Política & Sociedade*, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

DINIZ, Raphael Fernando. “Hoje tem festa na roça: o trabalhar-festar das marombas e a espaço-temporalidade da cultura afro-brasileira em territórios quilombolas do Vale do Jequitinhonha mineiro”. *Raega - O Espaço Geográfico em Análise*, [S.l.], v. 42, p. 36 - 53, dez. 2017. ISSN 2177-2738. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/44648/34123>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. São Paulo: FUPAM, 2012.

FIABIANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FJP. **Fundação João Pinheiro. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2015**. Belo Horizonte: FJP, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala — formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FROZI, Daniela Sanches. “Multidimensionalidade da pobreza em comunidades quilombolas: aspectos analíticos para a segurança alimentar e nutricional” in: BRASIL, **Quilombos do Brasil segurança alimentar e nutricional em territórios titulados.** Brasília, DF: Brasília, DF: MDS/SAGI, 2014.

GOMES, Flávio. **Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil.** 1a ed.— São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOMES, Laurentino. **Escravidão:** Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. 504 p. v. 1.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** (Org.) – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2009.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **Uma negação da ordem escravista: quilombos em Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo: Ícone, 1988.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. “Terras de uso comum: oralidade e escrita em confronto”. In: Afro-Ásia, Salvador, Bahia. Nº 16. 1995.

KAPP, Silke. “Autonomia heteronomia arquitetura”. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC-Minas), v.10, n.11, 2004, p.95-105.

_____. Casa alheia, vida alheia: uma crítica da heteronomia. V!RUS, São Carlos, n. 5, 2011.

Disponível em: . Acesso em: 10 de jan. de 2019.

_____. “Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica | Socio-spatial groups or whom technical advisory practice serves”. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 221, mar. 2018. ISSN 2317-1529. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5605>>. Acesso em: 10 de jan. de 2019.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. “Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas”. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000

LENZI, Cecília Corrêa. **A habitação camponesa no programa MCMV**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2017.

LOPES, João Marcos de Almeida; LENZI, Cecília Corrêa; BORGES, Amadja Henrique. “O habitat da ‘não cidade’ como um problema para a Arquitetura e Urbanismo”. in: *Paranoá 17 - Habitat no campo, nas águas e nas florestas*. Brasília, 2016.

LOURENÇO, Sônia Regina. “Ações Afirmativas para Estudantes Quilombolas: o processo de criação do Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas (PROINQ) na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)”, *Campos – Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 17, n. 2, fev. 2018. ISSN 2317-6830. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/56215>>. Acesso em: 18 out. 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”, *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2002, vol.17, n.49, pp. 11-29. ISSN 0102-6909.

MALCHER, Maria Albenize Farias. “Identidade quilombola e território”. In: Comunicação do Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 3, 2009. Belém. Artigos. Belém, 2009. p. 399- 421.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo, Alfa-
-Ômega, 1979.

_____. “A terra é um nó na sociedade brasileira”. Revista Cultura. Petrópolis: Ed. Vozes, v. 93 n°
6, pp 07-22, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Livraria Pioneira
Editora, 1973.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O Cativo da Terra**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

_____. **O Poder do Atraso: Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Hucitec,
1994.

MORENO, Gislaene. “O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso”. In: Geosul, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 67-90, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. “**Com a produção de hortaliças, até a nossa expectativa de vida mudou**”: **Plantio comunitário na comunidade quilombola Ribeirão da Mutuca, em Mato Grosso, está concorrendo ao Prêmio Caixa Melhores Práticas**. Área de Imprensa, Brasília, ano 2015, 17 nov. 2015. Agricultura Familiar, p. 1-1. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/novembro/201ccom-a-producao-de-hortalicas-ate-a-nossa-expectativa-de-vida-mudou201d>. Acesso em: 17 out. 2019.

MOURA, Antônio Eustáquio. **Quilombo Mata Cavalo, a Fênix negra mato-grossense: etnicidade e luta pela terra no Estado do Mato Grosso**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MOURA, Clóvis, **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**, São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PADUA, Rafael Faleiros. “Questão agrária, modernização da agropecuária e urbanização em Mato Grosso”. In: Revista Mato-Grossense de Geografia - Cuiabá - v. 17, n. 1 - p. 33 - 63 - jan/jun 2014.

PAIVA, C. A.; MARTINS, R. B. **Um estudo crítico do recenseamento de 1872**. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte: PNPE, 1983.

PERES, Renata Bovo. **Discussão e diretrizes para políticas públicas, planejamentos e programas habitacionais** (Dissertação). Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2003.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. **Espaço, técnica e construção – o desenvolvimento das técnicas construtivas e a urbanização do morar em São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RODRIGUEZ, Angel Castañeda. **Qualidade da habitação nos assentamentos rurais no PNHR/PM-CMV do estado de São Paulo** (Dissertação). Instituto de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Carlos, 2016.

ROSA, Carlos, CANOVA, Loiva, MARTINS, Nelma. “Escravo e Terra em Mato Grosso: o caso de Livramento (1727 – 1883)”. Cadernos do Neru, Cuiabá, n.2, p. 33 - 51, dez. 1993.

SANTOS, Ale. **Rastros de Resistência**, Cidade: Panda Books, São Paulo, 2019.

SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz;. **Minha casa... e a cidade?: avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. **Quilombos, Modos e Significados**. Teresina: Editora COMEPI, 2007.

_____. **Colonização, quilombos: modos e significados**. 1. ed. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015. 150 p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SATO, Michèle; SILVA, Regina. “Territórios e identidades: mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil”. *Ambient. soc.*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 261-281, Dec. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2010000200004> (acessado em 03/02/2020).

SILVA, Cecilia Milanez Graziano da. **Habitação rural: uma luta por cidadania**. Dissertação (Mestrado). FAUUSP. São Paulo, 2014.

SILVA, Cláudia Gonçalves Thaumaturgo da. **Conceitos e Preconceitos relativos às construções em terra crua.** (Dissertação). Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2000.

SILVA, Jackeline. **Afro Paladar.** 1. ed. Cuiabá - MT: Iaiá Produções e Projetos, 2018. 87 p. ISBN 978-85-455130-0-1. Disponível em: https://issuu.com/iaiaproducoese projetos/docs/afropaladar_web__issuu_. Acesso em: 15 jan. 2020.

SILVA, Laura Ferreira da. “Entrevista I” [jul.2019]. Entrevistador: Elizabeth Othon de Souza. Nossa Senhora do Livramento, 2019. 1 arquivo .mp3 (22 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Anexo 2 desta dissertação.

SILVA, Regina Aparecida da. **Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso - Brasil.** Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

SOUSA, A. A. G. **Limites da Propriedade Privada Absoluta: Luta das Comunidades Quilombolas Poça e Peropava pelo direito de posse no Vale do Ribeira/SP.** 2011, 263f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, Amarildo Carvalho de. **A luta pela garantia dos direitos quilombolas e as políticas públicas de ação afirmativa: Limites e Desafios.** Programa de Formação de Conselheiros Nacionais, UFMG. Brasília, 2010.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional: 1500-1960.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VOLPATO, Luísa R.R. “Quilombos em Mato Grosso: resistência negra em área de fronteira”. In: REIS, João Jose; GOMES, Flavio dos Santos (orgs.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

ZUQUIM, Maria de Lourdes. **Os caminhos da Bocaina: uma questão agrária ambiental.** (Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Legislações e relatórios técnicos

Decreto N° 4.885, de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

Decreto n° 4.886, de 20 de novembro de 2003. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

Decreto n° 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

Decreto n° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 8 fev. 2007.

Decreto n° 6.261, de 20 de novembro de 2007. Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 nov. 2007.

Decreto n. 6.819 de 13 de abril de 2009. s.d.

Lei n° 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federa-

tiva do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 maio 2003

Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006. s.d.

Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.

Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 12 jan. 2010.

Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da união, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

Ministério do Desenvolvimento Social (Org.). **Quilombos do Brasil segurança alimentar e nutricional em territórios titulados.** Brasília, DF: Brasília, DF MDS/SAGI, 2014.

Portaria Interministerial Nº 97, DE 30 DE MARÇO DE 2016. Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Portaria Interministerial Nº 326, de 31 de Agosto de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Projeto de Lei nº 3.031, de 1989. Dispõe sobre os fundamentos, objetivos, competências institucionais, prevê recursos e estabelece as ações e instrumentos da política agrícola, relativamente às atividades agropecuárias, florestais, pesqueiras e agroindustriais. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/pro->

[posicoesWeb/fichadetrmitacao?idProposicao=209008](#)> . Acesso em: 20/11/2019. Texto Original.

Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes (Org.). **Relatório Final da pesquisa quantitativa, o censo quilombola.**: Projeto Brasil Local - Etnodesenvolvimento e Economia Solidária. Rio de Janeiro, 2013. 317 p. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/wpcontent/uploads/2013/11/CENSONACIONAL.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana.** Brasília, DF, 2013.



ANEXO 1 – DIÁRIO DE CAMPO

Ao longo da pesquisa foram realizadas visitas de campo no território do Mutuca, e a partir destas visitas foram elaborados diários de campo a fim de auxiliar a pesquisadora na elaboração das reflexões da pesquisa. Boa parte dos diários foram elaborados alguns meses após as visitas a partir de anotações, registros gravados em áudio e da memória da pesquisadora. O registro não compreende apenas as falas e conversas com interlocutores, mas busca apreender o que está acontecendo ao redor da cena vivenciada. As dimensões do registro podem compreender: (1) descrições de temporalidade e espacialidade; (2) Situações e cenas; (3) *insights*, padrões e relações com teoria; (4) dimensão íntima da subjetividade, questões pessoais que se cruzam com o campo. Isto posto, o registro apresentado neste Anexo apreende os diários de campo (sem revisão), resumos das entrevistas semiestruturadas, croquis, mapas e registros fotográficos das visitas realizadas entre 2018 e 2019.

Quadro 5 Registro das visitas de campo.

Data	Locais Visitados	Tipo de registro
15/03/2016	ACORQUIRIM	Fotos
01/07/2018	Festa da Banana	Fotos e vídeos
28/07/2018	ACORQUIRIM	Fotos
19/07/2019	Casa de Justina	Diário e Fotos
25/07/2019	Casa de Idelfonsia	Diário e Fotos
23/07/2019	Casa de Anísia	Diário e Fotos
01/08/2019	Casa de Maria Renata	Diário e fotos
23/10/2019	Casa de Delmira	Diário e fotos
	Roça da família Ferreira da Silva	Diário e fotos

1. Justina – Casa, quintal e roça

Pegamos a estrada principal, passamos por algumas casas mais próximas da estrada, por uma Igreja Evangélica, e então logo avistamos uma grande construção arrodada por algumas casas. Esta construção abrigou por alguns anos a primeira escola do complexo Mata Cavalos. Feita de alvenaria e cobertura de telha cerâmica, consiste em uma construção linear, com 4 salas de aula. Em 2008 foi construída uma escola maior em outra localidade, mais próxima da rodovia, e desde então a primeira escola estava sem uso. Recentemente a associação conseguiu um recurso para reformar este espaço e transformar em um centro de beneficiamento de banana e salas de telemarketing, a fim de gerar renda para os jovens do quilombo.

Quando comecei a visitar as casas, em julho de 2019, a obra já havia iniciado. Então, o combinado com D. Justina era que ela poderia me receber na parte da tarde, pois no período da manhã ela estava responsável por fazer a comida dos construtores que estavam reformando a escola.

Quando perguntei se era fácil chegar na casa da dona Justina, seguindo o roteiro de entrevista semiestruturado, foi quase uma pergunta retórica, pois ali era a principal referência para se localizar no Mutuca. No dia em que entrevistei Laura e D. Justina, a sobrinha da Laura me levou para conhecer o quintal. Primeiro passamos pela casa onde mora Laura, construída pelo PNHR e situada a alguns metros do barracão.

A casa de D. Justina foi construída bem próxima a casa construída pelo PNHR, pude entrar na casa mas não tirar fotos. A casa não conta com muitos móveis, e a cozinha da casa possui itens de uso cotidiano, a maior parte dos utensílios se encontram na cozinha maior. O terreno possui solo bem pedregoso, e a área ao redor das casas estava muito limpa e sem mato. A roça ao lado da casa também tem babaçu, e segundo D. Justina, dessa planta se usa a palha, a estrutura do tronco e com os coquinhos se faz o óleo de babaçu

Na área do quintal além das casas em árvores maiores as mangueiras mais frondosas fazendo sombra nessa área da cozinha do que tem as ferramentas e tudo mais já na roça era o dinheiro mais lindo com as mandiocas as bananas e ainda muitos Buritis também na época que eu fui a ele estava acabando de plantar a roça maior e essa menor tava Estamos esperando dar a banana Nesse quintal entre as as cozinhas as árvores do terreiro as galinhas ficam soltas por Aline galinha caipira durante o dia ficavam soltas pelo terreiro perto da casa

Todas as visitas começavam na casa da D. Justina, que nos recebia, proseávamos um pouco e aí logo entrávamos no carro para a próxima casa. Era ela quem decidia onde iríamos, após conversar com suas irmãs. Visitamos as casas de quase todas as irmãs e irmãos de D. Justina, pudemos ver como a árvore genealógica estrutura o espaço.

A casa de palha da família da D. Justina ainda é usada para guardar algumas coisas, mas antes do PNHR a família toda morava nessa mesma casa, que sofreu algumas alterações na planta. Anteriormente o cômodo fechado era maior do que o atual, e a varanda ficava do lado oposto da atual varanda. A casa possui estrutura de madeira e cobertura com palha de babaçu riscada, o fechamento das paredes é variado, a lateral esquerda é fechada com madeira aparelhada, e a lateral direita com placa metálica, já a parede que delimita a varanda é feita com madeira aparelhada, uma técnica que elas chamam de “pau a pique” e consiste em pedaços do centro da folha de babaçu aparelhados e fixados entre si com pregos. A casa possui piso de cimento e a maior parte dela é ocupada por uma grande varanda de aproximadamente 6 m de profundidade por 3m de largura.

A casa de palha da família da D. Justina ainda é usada para guardar algumas coisas, mas antes do PNHR a família toda morava nessa mesma casa, que sofreu algumas alterações na planta. Anteriormente o cômodo fechado era maior do que o atual, e a varanda ficava do lado oposto da atual varanda. A varanda é o lugar onde encontramos D. Justina, que recebe todos que passam por lá e era onde ela me recebia quando chegava para visitar as casas, quase sempre acompanhada dos netos ou dos filhos. Estavam todos por ali na casa da dona Justina Nagenerosavarandaficamalgumascadeirasdeplástico,umgrandebancodemadeira,umamesanocentroqueabrigaorádioeoscelularesqueficamcarregando. Por vezes vi algumas roupas estendidas na varanda, aproveitando o vento generoso que bate ali e protegidas do sol intenso. Quanto ao cômodo, nunca entrei, mas observei pessoas entrando e saindo dali com frequência, seja para guardar coisas ou descansar.

O cômodo é fechado em um dos lados com uma meia parede feita de madeira aparelhada e fechamento de palha riscada, e do outro lado com placas de cobertura metálica. A parede de entrada, que limita a varanda, é feita com taquaras feitas a partir do centro da folha do babaçu aparelhadas e unidas por pregos. A casa é rodeada por pés de babaçu, fonte do material utilizado na construção da casa, suas folhas são utilizadas na cobertura, nos fechamentos com a palha trançada ou com as taquaras aparelhadas. A estrutura que sustenta a casa é feita com madeira da região, que compõem as vigas e pilares, conectados por encaixes precisos e uso de poucos pregos entre as peças. O contra-piso é feito de cimento e substitui a terra batida.

A cozinha coletiva fica a poucos metros da casa de palha, nos fundos do barracão da associação onde são realizadas as festas, reuniões e demais encontros da comunidade. O barracão da associação foi construído com a base de piso de cimento alisado e estrutura de madeira que conta com pilares externos e internos, formando uma varanda de aproximadamente 2 metros de largura nas laterais. O barracão conta com um palco em uma de suas extremidades, construído com alvenaria e limitado por uma parede de alvenaria ao fundo. É possível observar as marcas de ampliação do barracão, localizadas no limite das laterais do palco. Atualmente a cobertura é feita com técnica semelhante à da casa da família, com estrutura de madeira e cobertura de palha de babaçu trançada. Segundo conversas com o irmão da Laura, foi oferecida a associação a doação de telhas de

fibrocimento, possibilitando a troca da cobertura do barracão. A ideia agradou pois, apesar de ser muito bonito, muito fresco, e manter a cultura construtiva, uma cobertura de palha deste tamanho -aproximadamente 150m², com 10 m de largura e 15 de profundidade - tem uma manutenção muito complexa e difícil, além disso, os jovens já não querem mais saber da técnica, então trocar por uma cobertura de telha de fibrocimento facilitaria muito a manutenção desse espaço.

Ainda no quintal da família, há um depósito de ferramentas onde ficam guardados materiais como canos, arame, mangueiras e outras ferramentas usadas na rola. Também é usado como garagem de moto. Esta construção é feita com estrutura de madeira, cobertura de palha riscada, sem fechamentos laterais, e fechado em um dos lados, como um rancho.

A poucos passos do rancho de ferramentas, fica outro espaço de cozinha. É usado nas festas mas também no dia a dia. Com um fogão a lenha mais baixo, comporta panelas maiores. Possui uma mesa de apoio, e um reservatório de água ao lado. É construído em madeira com estrutura de encaixes, a cobertura é feita de palha de babaçu riscada, com palhas dispostas verticalmente, um dos lados conta com fechamento com as palhas trançadas. No quintal também está o forno usado tanto no dia a dia para assar bolos e carnes, quanto na época de festas, é usado para assar as carnes e cabeça de boi. O forno é feito de pedra canga, apoiado diretamente no chão. O quintal ainda abriga outras estruturas, como a farinheira, moedor de cana e pilão.

Como esse é o quintal que abriga a sede da associação do Mutuca, e onde é realizada a festa da banana - a maior festa da comunidade- as estruturas são mais robustas. A cozinha é usada tanto pela família de Dona Justina quanto pelas famílias reunidas nas festas, então possui um espaço mais amplo que comporta este volume de trabalho. É estruturada em dois ambientes: um de preparo, com o fogão a lenha, pia e bancadas; e um fechado, onde ficam os freezers, mantimentos, panelas e outros utensílios. A estrutura é de madeira, mas os fechamentos são mistos. A área do fogão é feita de meia-parede de alvenaria, completada por palha de babaçu trançada em uma de suas extremidades. A alvenaria não é rebocada, tampouco possui revestimento cerâmico. Há uma pia instalada em uma das paredes, uma grande mesa no centro, mesas laterais de apoio e um armário com utensílios de uso cotidiano, apoiado ao lado da porta de acesso ao outro compartimento. A cobertura desta parte foi feita com telha de fibrocimento. O outro compartimento comporta as estruturas de apoio, como os freezers, armários com as panelas fechados por toalhas de chita e uma bancada móvel de inox. Este cômodo é construído com estrutura de madeira, coberto com palha de babaçu riscada, meia parede de alvenaria com fechamento de palha trançada em um dos lados e pau-a-pique de taquara aparelhada no outro. Este pau-a-pique é composto por taquaras de madeira aparelhadas, ou seja, dispostas uma ao lado da outra, apoiadas na alvenaria e unidas por uma ripa de madeira e pregos.

Essa cozinha é utilizada tanto para as festas e grandes reuniões, quanto para a produção de derivados da banana produzidos pela associação. Também é utilizada para fornecer a alimentação dos trabalhadores que estão trabalhando na obra da escola, e onde foram feitas as refeições dos trabalhadores das obras do PNHR, fornecidas pela Associação.

Nos arredores do quintal ficam o galinheiro e a roça. O galinheiro conta com uma estrutura de madeira e palha de babaçu, com uma técnica mais simples onde a palha fica apenas apoiada na estrutura de madeira. A diferença entre as técnicas e a forma como a palha é trabalhada pode ser comparada de acordo com o uso de cada edificação. O trabalho da Palha na casa é chamado de “palha riscada”, onde a palha é riscada, dobrada ao meio e instalada na cobertura paralelamente a cumeeira, de baixo pra cima, com as camadas pregadas na estrutura. Então pode ser instalada uma lona para prevenir as chuvas, e então vem a segunda camada, desta vez com as palhas instaladas verticalmente, perpendiculares a cumeeira. As duas camadas garantem o fechamento e proteção contra chuvas. A técnica da palha trançada utilizada nos fechamentos observados nas cozinhas e casa de ferramentas, consiste em intercalar camadas de palhas dobradas na direção da taquara, presas por duas peças de taquara cortadas ao meio.

O uso deste fechamento na cozinha proporciona tanto um nível de privacidade maior a área com os itens mais valiosos (como os freezers), e proporciona ventilação. Já as edificações de apoio ao trabalho, como a casa de ferramentas e galinheiro, possuem coberturas semelhantes, menos trabalhadas e mais perecíveis.

O quintal ainda conta com duas roças da família, estas de subsistência para consumo próprio da família. As roças contam com plantações de banana, algodão, mandioca, abacaxi e cana. A maioria é usada para subsistência, mas também podem compor com a produção da roça maior. A roça maior, situada a +-7km dali, produz a maior parte dos insumos que serão beneficiados pela cooperativa da associação, se transformando em banana frita, doce de banana, farinha de banana, entre outros produtos. O quintal abrigou as novas casas construídas pelo PNHR, ao redor da casa de palha estão as casas da D. Justina e S. João Pedro e de seus filhos: Laura, Oildo e Jonathan. A alguns metros está a casa de Germano, um dos irmãos de D. Justina, que compartilha com este núcleo familiar tanto a roça do quintal quanto a roça maior. Segundo ela, não há cerca, mas todos sabem o que é de quem, e trabalham juntos no plantio, colheita e roçada.

Ao lado da casa de D. Justina há uma pequena horta de remédios, com as ervas medicinais que ela mais usa, abrigadas por um canteiro e tela de galinheiro. As galinhas, soltas pelo quintal, tentam comer as ervas plantadas ali, mas logo são atingidas por alguma pedra atirada por D. Justina, a fim de proteger seus remédios. Os cachorros também ficam ao redor das casas, quando não estão acompanhando seus donos, descansam na sombra dos babaçus, preguiçosamente.

Como esse é o quintal que abriga a sede da Associação, a organização é um pouco diferente dos outros, mas ainda abriga elementos em comum. Pode-se observar os elementos de reprodução social da família, como o pilão, roças próximas e a cozinha. O terreiro sempre está limpo, apesar da dificuldade de combater as folhas que sombreiam o quintal, mas frequentemente caem. É interessante perceber como o babaçu permeia a casa, seja na construção em si -que utiliza quase todas as partes da árvore -, seja provendo a sombra agradável, protegendo do sol quente e das altas temperaturas do cerrado na baixada cuiabana.

Nas visitas de julho, não pudemos visitar as casas dos irmãos de D. Justina pois eles estavam na roça, que era longe dali e eles abavam ficando na casa construída lá. Essa informação me deixou meio encucada, fiquei curiosa com a tal casa da roça, e pedi para irmos lá. Na última visita, já em outubro, após visitarmos o último quintal, fomos conhecer a roça. Pegamos a estrada principal e seguimos em direção ao interior do quilombo, por mais ou menos 7km. As estradas não têm sinalização, fomos guiadas por D. Justina. A estrada estava boa, havia sido patrolada há pouco tempo. No caminho passamos por outras casas construídas pelo PNHR, dispersas e distantes entre si, um campo de futebol e pela tapera do Macário. A tapera do Macário aparece no laudo antropológico como um dos pontos de referência que comprovam a ancestralidade com os escravizados que formaram os “trancos”.

Logo chegamos a uma ponte de madeira que atravessa o córrego Mutucão, a placa de inauguração continha a data de 2017. O caminho nos levava em direção a parte mais alta do quilombo, por entre a vegetação do cerrado que se recuperava do período da estiagem e já apresentava algumas folhas novas de um verde vivo. Passamos por uma área que ainda estava esfumada por conta de uma queimada, Dona Justina ficou preocupada por não saber quem tinha feito isso, se era para limpar ou se foi um fogo espontâneo.

A rede de energia acompanha a estrada de chão, e então logo avistamos ao longe uma casa de palha no meio da paisagem. Por volta das 16:30h, descemos do carro e fomos surpreendidas por uma paisagem ampla, lá do alto era possível ver uma grande planície, onde segundo D. Justina a noite são vistas as luzes das cidades mais próximas como Jangada. Ouvimos barulho de televisão, já sabendo que Sei João Pedro deixava o rádio ligado ao sair para a lida. A casa da roça à primeira vista se parece com as casas que vimos nos quintais, as diferenças consistem na localização – a roça – e o uso, que se dá durante alguns meses do ano e é ocupada coletivamente pelas famílias que estão trabalhando na roça.

A estrutura é de madeira com encaixes e pregos, a cobertura é de palha de babaçu riscada, e a vedação é feita com palha de babaçu trançada, similar ao visto nas casas dos quintais. Não há varanda, mas há um grande banco do lado de fora da casa, onde estavam apoiadas algumas ferramentas de trabalho. A cozinha é como uma extensão da casa, feita de madeira e com cobertura de babaçu, abriga uma pia e o fogão a lenha,

que apoia uma panela e brasas ainda quentes, sinais de que S João Pedro estava por ali. Ao lado da cozinha estava estacionada a carroça, ao lado do reservatório de água. Não entramos na casa, mas pudemos ver de longe que há uma geladeira, mesas e redes de dormir.

Quando chegamos, D. Justina falava da casa com muito carinho, e relembrou dos dias que passava ali, disse que se pudesse viria toda semana para aproveitar o silêncio e ver as luzes das cidades. Ali não tem barulho e nem tem gente parando o tempo todo, dá pra ficar mais tranquila. Quando vão passar dias na roça, costumam levar comida e água, para passar uma semana ou mais, dependendo do período de trabalho. Ao fundo da casa fica a área em recuperação, onde antes havia mandioca. A alguns metros dali chegamos na roça de banana, que se estendia até o fim do horizonte. Caminhamos por um caminho central largo o suficiente para passar uma carroça, enquanto eu me espantava com a beleza do lugar, D. Justina nos dizia que as bananeiras ainda não estavam tão bonitas, ainda faltava chover.

Os cachorros nos acompanharam até ali, e não saíam do pé de D. Justina. Tirei algumas fotos e logo retornamos, pois o dia já findava. Ao voltar para a casa nos encontramos S João Pedro voltando de outra parte da roça, parado com o cavalo em meio aos abacaxis plantados. Elogiei a roça, e ele disse que ainda estavam feias, faltava chover. Enfim, conhecemos a roça e voltamos para a estrada. Deixamos D. Justina em casa com sua sobrinha, agradei profundamente pela disposição em me acompanhar em tantas visitas, e pegamos a estrada de volta para Cuiabá.

Resumo da entrevista semi-estruturada

Entrevistada: Laura (filha D. Justina)

Nasceu em Cuiabá. Já morou perto da casa da Vó (atual casa de Maria Renata), no Bairro Pirineu em Várzea Grande, para estudar, e no sítio atual. A casa já foi construída debaixo da mangueira, e agora onde está. Passou por mudanças na planta.

Infraestrutura (geral)

Energia elétrica: 2001 Luz do campo não enquadra quilombolas, 2004 rede particular, chega na escola. 2008, Luz para Todos, gratuito, mas não pagam tarifa social. / Água: cacimba ou poço artesiano. / Lixo: queima, orgânico vai para os animais. / Estradas: é dever do município, mas sempre estão ruins, época de chuva piora.

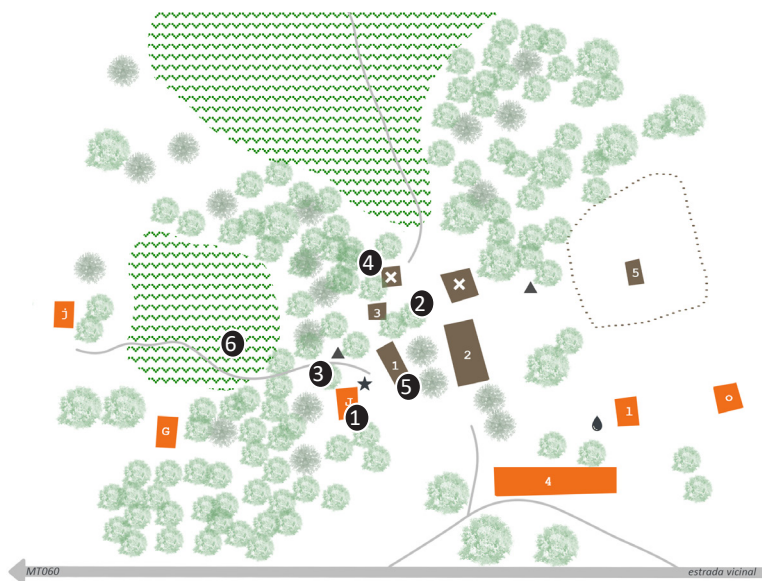
PNHR

Ainda usam a casa antiga. / Aumentaria a sala e cozinha. / Dinheiro dificulta a reforma.

Croqui feito em campo.



Mapa feito a partir de imagem de satélite e anotações de campo.



1



2



3



4

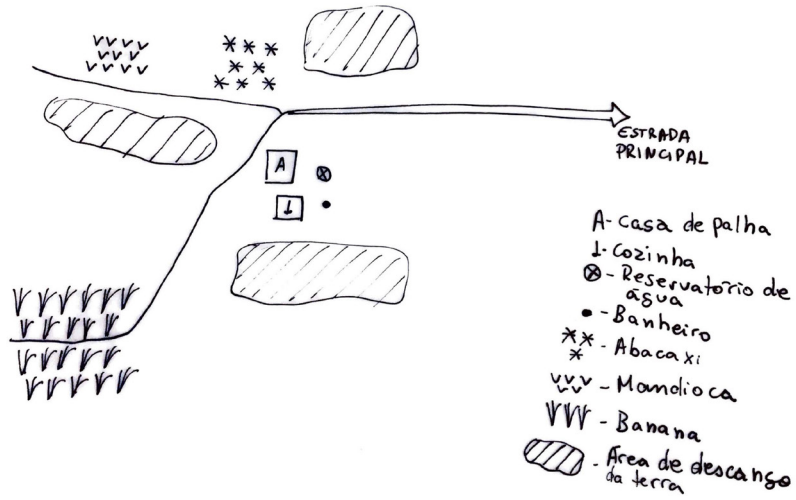


5

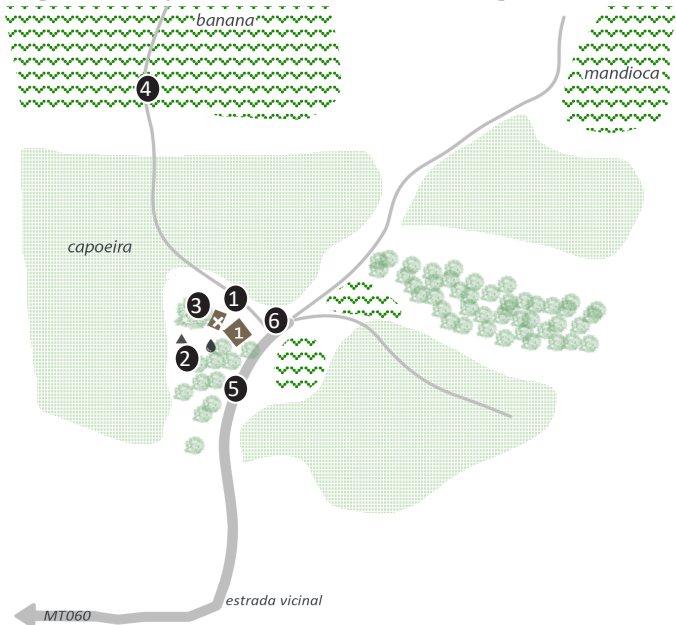


6

Croqui feito em campo.



Mapa feito a partir de imagem de satélite e anotações de campo.



1



2



3



4



5



6

Melhorou pois deu conforto e segurança para a família, pois quando chovia às vezes entrava água pela cobertura, e também achavam perigoso sair no meio da noite para usar o banheiro do lado de fora, seja por ataque de animais ou de pessoas.

O que mais mudou no aspecto da casa foi a planta, pois no barraco de palha não havia compartimentação dos cômodos, havia apenas um quarto e alguma divisória leve interna, a cozinha ficava do lado de fora, assim como o banheiro, e a área (varanda) servia como uma sala.

2. Anísia – Casa e quintal

Sáimos de Cuiabá por volta das 14h, pegamos a estrada rumo a Poconé e chegamos na casa da D. Justina pouco depois das 15h. D. Justina nos esperava, como sempre, em sua casa de palha. Ainda não tive a chance de conhecer nenhuma das duas casas por dentro. Logo saímos em direção a casa de D. Anisia, irmã de D. Justina. Pegamos a estrada vicinal, passamos pela casa do irmão de D. Justina, de sua sobrinha (filha de D. Anisia), e chegamos ao sítio.

Logo na entrada avistamos um pequeno curral e algumas casas espalhadas pelo sítio. Chegamos na maior delas, a casa de D. Anisia e seu marido. A filha Sula estava bordando na varanda, junto com um dos netos (Gui na cadeira de rodas e o pequeno de 2 anos). D. Justina chegou e foi ver o mais novo neto de D. Anisia, de 25 dias, a sobrinha estava de resguardo no quarto descansando com o bebê. D. Anisia chega e D. Justina me apresenta como “*a menina que fez o vídeo da festa da banana*”, fala que quero saber das casas, perguntar onde que morava antes, como que relembrando a conversa que tivemos na semana anterior. Explico rapidamente o que estava fazendo ali (*minha mãe, que acompanhava as visitas, sugeriu que explicasse melhor da próxima vez*), pergunto se posso fazer algumas perguntas e ela aceita, mas sem gravar.

Início a entrevista semiestruturada, e deixo algumas perguntas de lado por sentir que a conversa já se direcionou para o que eu gostaria de saber.

No meio da conversa D. Anisia recebe uma ligação da filha que mora em outro núcleo, ela pedia que as filhas, que estavam na casa da avó, voltassem para casa levando um óleo de máquina. D. Anisia tem 6 filhos, mais 1 criado, então são 7..e 18 netos. Destes, 4 filhos moram no mesmo quintal, uma mora *mais pra lá* e os outros dois moram em Livramento.

Estávamos na varanda, que é uma ampliação da casa do PNHR. Além da generosa varanda, D. Anísia aumentou ainda a cozinha e deixou

um espaço nos fundos para fazer uma espécie de fogão a lenha, onde ela faz seus banhos, chás e garrafadas com os remédios (plantas medicinais) do quintal. Nesta varanda há um espaço destinado ao armazenamento da produção da roça e comida dos animais.

A ampliação foi feita com alvenaria e se encontra parcialmente rebocada, apenas na fachada lateral externa. A cozinha ampliada foi coberta com telha de barro, e a varanda com telha de fibrocimento. Nos fundos da cozinha podem ser vistos canos de pvc preenchidos com cimento, pilares aguardando uma cobertura para o fogão a lenha.

A casa antiga teve que ser demolida pois se situava muito próxima a casa nova, ficaria “amontoado” demais, segundo ela. D. Anisia me leva para ver o poço manual que abastece as 5 casas do sítio, que é uma manilha coberta com pedaços de madeira, situado ao lado da casa de um de seus filhos, na parte mais baixa do sítio. Seu filho mora em uma das casas do PNHR, que foi ampliada com uma pequena cobertura na lateral, como se fosse uma varanda que abriga plantas e utensílios de trabalho. Do outro lado da casa, perto do poço, tem uma pequena roça de abacaxi. Ao lado da casa do PNHR permanece a casa antiga, feita de tábuas de madeira aparelhadas. Segundo sua mãe, ele ainda a utiliza para guardar algumas coisas e também como cozinha. Cruzamos o caminho que leva para o ribeirão Mutuca, e estamos na casa do outro filho de D. Anisia, que possui outra roça de abacaxis. Segundo D. Anisia, ela precisa limpar sempre pra dar abacaxi. Não havia ninguém em casa, o filho e a esposa estavam trabalhando e as crianças na escola. A casa é cercada por vasos de plantas ornamentais e medicinais. Ao lado da casa podemos ver um curral com uma égua branca pastando, fazendo fronteira com a estrada de acesso, são as únicas cercas que observei até o momento.

Caminhamos um pouco mais e chegamos na casa do outro filho, Josimar, que estava sentado na sombra de uma árvore olhando o filho pequeno que tomava banho de mangueira. D. Anisia nos contou que ele começou uma plantação de hortaliças, mas não deu muito certo. O espaço que abrigava a horta fica ao lado da casa, e atrás pudemos ver uma construção de madeira coberta com palha de babaçu, que agora funciona como garagem. A casa do PNHR foi ampliada na mesma medida de D. Anisia, aumentaram a cozinha. Ao lado da casa, uma horta de hortaliças, que agora estavam secas. Ao fundo pude ver uma palhoça que era usada de garagem para um carro.

Logo chegamos na casa da matriarca, passamos pela lateral, onde as galinhas ciscavam, e ela me mostrou alguns frutos do cerrado (mamona, quiabo vermelho, negramina..), e o local onde costuma fazer seus banhos e chás. A roça fica à esquerda da casa, D. Anisia apontou “lá no fundo, dá pra ver as folha das minhas banana”. Ela disse que tem os “desvios” pra chegar na roça e nos outros sítios, que usa quando vai a pé.

Atravessamos uma roça de mandioca para chegar na casa de Sula, sua outra filha. A roça é da sogra de Sula, Maria Valentina, que está morando com ela e o filho. No início ela morava na casa do PNHR com o casal, mas queria um espaço para colocar suas coisinhas, então o filho

construiu uma peça (cômodo) de madeira aprelhada ao lado da casa de alvenaria. Ao chegarmos lá ela estava no terreiro trabalhando no pilão, mas não conversou conosco. Ao redor da casa do filho ficam vários vasos com plantas ornamentais e medicinais, além de árvores frutíferas onde as crianças estavam brincando. Neste quintal, a única cerca presente era a do curral, situado na beira da estrada. E em todas as casas há antenas de tv e energia elétrica.

Comentei que minha mãe estava resfriada e logo D. Anisia nos deu um galho de negramina para ela fazer um banho e curar a dor no corpo. Seguimos para o próximo quintal, da outra irmã, D. Idelfonsa, e as netas de D. Anisia foram com a gente para pegar uma carona de volta. Chegando no outro quintal, os netos de D. Idelfonsa jogavam bola debaixo das mangueiras. D. Idelfonsa estava pescando, mas D. Justina conhecia tudo e soube nos dizer quem mora onde, e já adiantei a marcação dos pontos no GPS.

Na volta encontramos com a mãe das meninas, elas logo desceram do carro e seguimos pela estrada. As redes de apoio e ajuda mútua se revelam no cotidiano, quando um avisa pro outro pra pedir alguma coisa. Quando as sobrinhas ficam na casa das tias, os netos passeando entre a casa da vó e a casa dos pais, a filha que cuida do bebê recém-nascido na casa da mãe, enquanto a irmã olha os outros filhos na mesma varanda. A rede se espalha com ajuda do celular, quem tem sinal avisa os que tem menos sinal.

Já na casa de D. Justina sinalizo ao Seu José Pedro que gostaria de saber mais sobre a construção das casas, já que soube de sua fama de artesão e engenheiro do quilombo. Ele ri e me promete uma conversa quando estiver bem.

Resumo da Entrevista (não gravada)

Nome: Anísia Ferreira Jesus Silva

Idade: 61

Nasceu no Mutuca, primeiro morava perto da mãe (Rosa Domingas), *mais pra cima*. Depois foi mais pra baixo, onde Laura falou que todos se mudaram para lá. Depois mudou pra onde estão hoje. Já morou em Livramento. A casa antiga ficava ao lado da atual, mas teve que tirar pra não ficar muito “amontoados”.

Na casa, atualmente moram ela e o esposo. Seus 4 filhos moram nos arredores da casa dela, compartilhando o quintal e roças.

As pessoas da família trabalham na roça, e às vezes vendem serviço pra fazendas vizinhas.

Água vem do poço artesiano. Água da cozinha vai pra fossa. Queima os plásticos, o resto põe no pé das plantas. Pra chegar lá, “quem vem já conhece”, mas quem não conhece, fala pra seguir a estrada da escola e descer.

Quem construiu a casa antiga foi o marido, com tábua e palha.

Casa nova foi construída na mesma época da D. Justina, 1ª etapa (2013/14).

Quando perguntada sobre a participação na definição do projeto, ela disse que “já vem o projeto pronto”, e depois ela aumentou a cozinha e a área assim que pegou a casa.

Sobre a localização, ela já morava ali, então fez ao lado da moradia anterior.

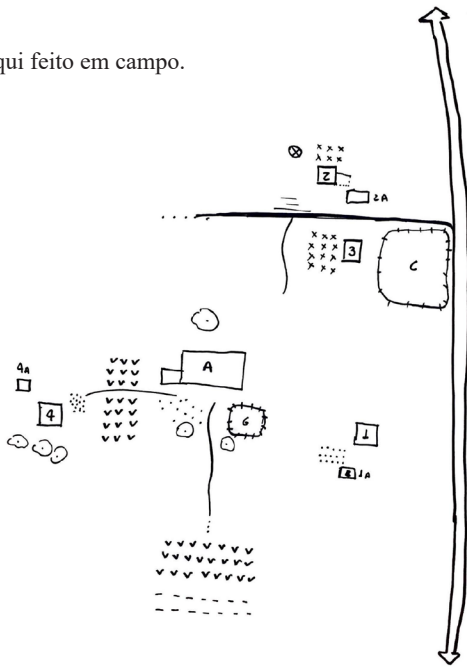
Seus filhos trabalharam de servente nas obras.

Sobre a casa do PNHR “tudo é moderno”, melhorou muito, tem tudo encanado. “casa de palha é mais fresca, mais gostoso”.

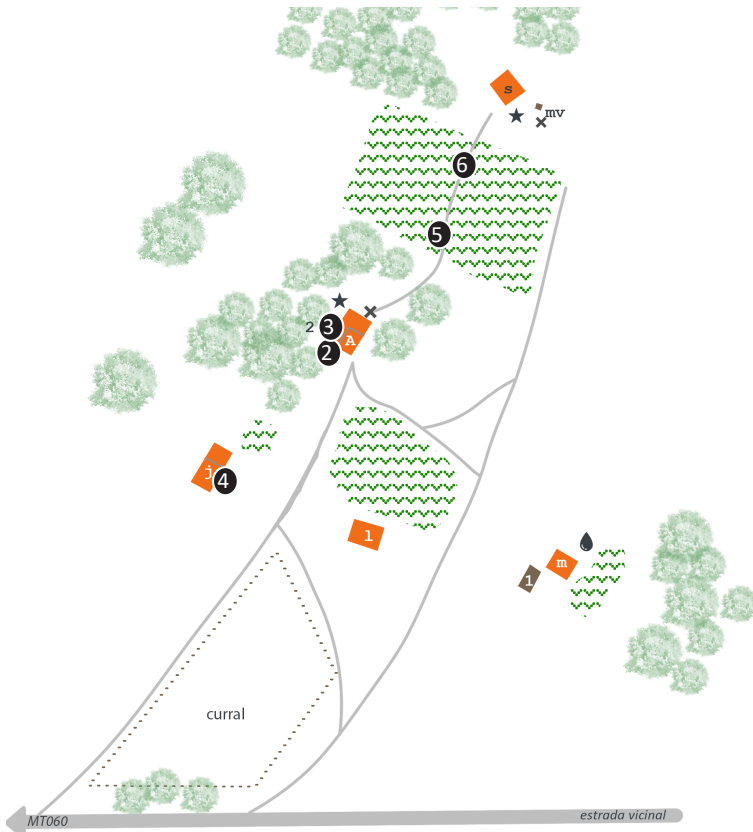
Quanto ao tamanho, acha que está igual a antiga. A outra tinha 3 peças, e agora está maior porque puxou a cozinha. Filho Josimar também ampliou a casa, com a planta igual a da mãe, deixou a cozinha maior.

Antes os filhos moravam na mesma casa, como “coração, mesmo que tá espremido, cabe tudo mundo”. Se pudesse reformar, faria uma cozinha fora bem grande, com um fogão a lenha.

Croqui feito em campo.



- A: D. Anisia
 - 1: Josimar
 - 1A: garagem
 - 2: Marcio
 - 2A: Marcio / madeira
 - 3: Lema rcio
 - 4: Sula
 - 4A: M. Valentina / Sogra da Sula
- ⊗ poço manual
 - xxx Abacaxi
 - :::: ervas/hortaliças
 - vv mandioca
 - Roça variada/banana...



Mapa feito a partir de imagem de satélite e anotações de campo.



1 - Anisia



2



4



5



6



3

3. Idelfonsia – Casa e quintal

Ao chegarmos no quintal da D. Idelfonsia já podemos ver uma grande edificação, um salão em construção e que abrigará a Festa de N. Sra. Aparecida realizada no local. A construção, ainda inacabada, é feita de alvenaria e cobertura de telha cerâmica. Conta com um salão amplo, cozinha e varanda. Apesar de ainda estar em construção, a edificação já é utilizada. Nos fundos há um fogão a lenha, um freezer e alguns utensílios, como a “sucuri” de secar massa de mandioca. Ao lado da casa se localiza o poço feito de pedra canga e com uma grande manivela de madeira, utilizada para movimentar o balde amarrado a uma corda que busca a água no fundo.

Ao lado do salão fica a cozinha usada por D. Idelfonsia no dia a dia. A estrutura é feita de madeira, com cobertura e fechamento com palha de babaçu. Dentro da cozinha fechada fica um fogão a lenha, as lenhas cortadas, uma mesa no centro, uma mesa de apoio na lateral e estantes com os utensílios domésticos. Nas laterais também pudemos ver alguns sacos de ração dos animais. A diferença de iluminação dentro da cozinha chama a atenção, do lado de fora faz muito calor e o sol está alto, e dentro da cozinha fica mais fresco, mas também mais escuro.

Dentro da cozinha ficam os mantimentos tanto da família quanto dos animais. Além do fogão a lenha também há um fogão a gás, que não estava sendo utilizado. Uma parte do fechamento é feita com taquara aparelhada, e outra com palha trançada. Em cima de uma das mesas da lateral há um filtro de barro e algumas coisas penduradas na estrutura da casa.

Nos fundos da cozinha, do lado de fora, há uma pia ao lado do reservatório inferior. Alguns metros dali, fica o banheiro de madeira aparelhada, agora desativado. D. Idelfonsia estava fazendo um banho para dar para um dos netos, ela diz que sempre faz banhos e garrafadas de remédio, mesmo se não estiver doente, mas pra animar um pouco. Ainda nos fundos da cozinha, há uma área sombreada por várias mangueiras. A casa de uma das filhas fica no limite entre o lote e a estrada, a filha não estava lá na hora mas os netos jogavam futebol no terreiro em frente.

Na parte mais baixa fica o chiqueiro, construído de alvenaria e uma meia parede rebocada fechado com tela e coberto com estrutura de madeira e telha de fibrocimento. Ao lado do chiqueiro fica o galinheiro, que nesta hora estava vazio pois as galinhas estavam soltas no terreiro.

Ao lado da cozinha ficam os banheiros de alvenaria usados na festa. No quintal também há um grande barracão, feito de estrutura de madeira e telha de fibrocimento, onde ficam estacionados o carro e a carroça.

A casa da D. Idelfonsia construída pelo PNHR fica a alguns metros dali, juntamente com a casa de outros dois filhos. As casas pareciam

estar vazias, D. Idelfonsia disse que eles ficam na cidade para trabalhar, mas sempre voltam nos finais de semana, inclusive tem roça de mandioca que eles cuidam e ela ajuda.

No quintal também fica o paiol, construído de madeira e palha de babaçu, usado para guardar a colheita. Logo ao lado, o caminho da roça, que fica a 1km dali e D. Idelfonsia já estava pronta para ir trabalhar. Terminamos a conversa rapidamente, agradei a atenção e ela nos convidou para a festa de Nossa Senhora Aparecida, minha mãe disse que iria me representando, já que eu estaria em São Paulo na época.

Resumo da entrevista semiestruturada (sem gravação)

Nome: Idelfonsia Ferreira dos Santos

Idade: 76

Nasceu no Mutuca, sempre morou lá, primeiro na localidade de Ventura, mais pra baixo. Depois morou em Várzea Grande para estudar, no bairro do Mapim nos anos 80.

Na casa moram ela e o marido, os filhos vem no final de semana, mas também tem casa perto da mãe.

Ela e o marido trabalham na roça, e os filhos trabalham em Várzea Grande.

Água, energia, lixo, igual as outras. O poço tem uma manivela manual pra subir e descer o balde com a água.

Usa a estrada principal, pra ir pra roça segue o triêro (trilha), e pra roça maior vai de carro ou charrete. /Pra chegar na casa dela a referência é a escola, e depois é só ir perguntando que alguém vai saber.

Casa antiga, ficava ali mesmo no sítio, no lugar onde construiu a casa nova. Desmancharam ela, mas manteve uma cozinha do lado de fora, perto do barracão, que é a cozinha que ela mais usa. / O marido construiu a outra casa e a cozinha, com palha de babaçu e madeira de lá mesmo.

A casa nova, ela viu construírem e participou das reuniões da definição de projeto. Na escolha da localização da casa, D. Idelfonsia escolheu ir para um lugar mais alto, no mesmo quintal.

O que melhorou é que a casa agora é forrada, então quando chove não molha dentro da casa. O que mais mudou foi o conforto, principalmente relativo ao banheiro. / Se pudesse reformar, faria uma área maior na frente. O que dificulta é a falta de dinheiro.

4. Maria Renata e Narcisa – Casa e Quintal

O quintal da Dona Maria Renata fica localizado no lugar onde toda a família morou em algum momento, pois é onde fica a casa que foi de Rosa Domingas, matriarca da família. A casa onde ela mora atualmente é a casa onde todos os irmãos e irmãs moraram. Por já morar na casa de alvenaria da mãe, D. Maria Renata não recebeu uma casa do PNHR. Mas seus filhos e sobrinhos receberam e se instalaram no mesmo quintal.

A casa é feita de alvenaria e possui uma varanda grande, onde ela e suas irmãs Maximiniana e Coca (Narcisa) nos receberam. Quem me levou para conhecer as casas foi Coca. Ela nos mostrou sua casa do PNHR, que fica mais perto da casa da irmã.

A estrada principal chega nos limites do lote de D. Maria Renata, as casas ficam a +- 500m da estrada principal, e a primeira casa a partir da estrada é a casa de Leila, uma das filhas da D. Justina. Ao lado já é a casa da Coca, e depois a de Leonardo, filho de Maria Renata.

A casa de Coca não foi alterada, mas ela gostaria de aumentar a sala e fazer uma varanda. Atualmente ela usa a cozinha de palha, porque é maior e todo mundo acaba cozinhando junto. Ela nos mostrou a casa, na cozinha pudemos ver os utensílios guardados no armário, e os doces de banana que ela faz. Os eletrodomésticos estavam cobertos por paninhos bordados combinando entre si. A sala não possuía muitos móveis, e a janela estava coberta por uma cortina escura. Do lado de fora da casa estão dispostos vários vasos com plantas ornamentais e ervas medicinais, que ela usa para fazer os remédios.

O sobrinho (de +- 7 anos) que nos acompanhava nos levou para conhecer as outras casas enquanto me ensinava os nomes das plantas do cerrado. No quintal há uma grande cozinha, usada por todos que moram ali. A cozinha é feita de alvenaria, com uma grande varanda, onde guardam os mantimentos, a colheita e os utensílios. Ao lado fica a cozinha de palha, com o fogão a lenha. A cozinha de palha é feita de madeira, coberta com palha riscada e fechada em dois lados com palha trançada. Nos fundos da cozinha há uma pequena roça com mandioca.

Na área mais baixa fica o chiqueiro, o galinheiro e numa grande área sombreada por mangueiras, está o lugar de fazer farinha. Não havia nenhuma ferramenta que indicasse o uso do lugar, mas a criança indicou que ali é o lugar de fazer farinha. A alguns metros dali, estava a roça com babaçu, mandioca, algodão e banana.

No quintal também fica a casa do PNHR de Wilson, filho de D. Justina. Ao lado da casa foi construída uma cozinha com estrutura de madeira

e cobertura de telhas de fibrocimento, sem fechamento lateral. Na cozinha há o fogão a lenha e uma pia. A esposa de S Wilson estava fazendo almoço. Nessa cobertura também havia algumas cadeiras, e ao redor ficam as ervas medicinais da família, como cavalinha e outras.

Mesmo cercado por árvores grandes o terreiro estava sempre muito limpo. A criança seguia mostrando o quintal, apontava as espécies que ele conhecia, e diferenciava as mais parecidas como o babaçu e o coquinho, e quando não conhecia inventamos um nome.

A cozinha de D. M Renata é feita de alvenaria coberta com telha de fibrocimento. O quintal também abriga uma festa, a festa de São Gonçalo em janeiro e a de São Benedito em maio. Portanto, a estrutura da cozinha também é apoio para as festas. Em julho não há festas, é período da roçada e todos estavam concentrados nesse processo. Na cozinha de palha, há o fogão a lenha e o estoque de lenha.

A alguns metros da cozinha fica o banheiro do lado de fora, e uma trilha para a casa de outra irmã, que cruza as cozinhas. Perto do chiqueiro fica o caminho para o rio, onde elas vão pescar. Quando voltamos do “tour”, minha mãe estava comendo um mamão com D. Justina, peguei um pedaço e logo chegaram dois homens vendendo rifas, não eram de dentro do quilombo mas foram recebidos pelas mulheres. Nos despedimos de Maria Renata e Narcisa, e retornamos com Dona Justina para sua casa.

Resumo da Entrevista (gravada)

Maria Renata Jesus, nascida em 1961.

Nasceu no Mutuca, sempre morou lá. Dentro do mutuca já morou do outro lado do córrego, junto com a mãe. Atualmente, mora na casa da mãe (falecida), com outra irmã, Maximiliana. Como já tinha casa, não recebeu casa do PNHR, mas os filhos receberam e se instalaram ao redor.

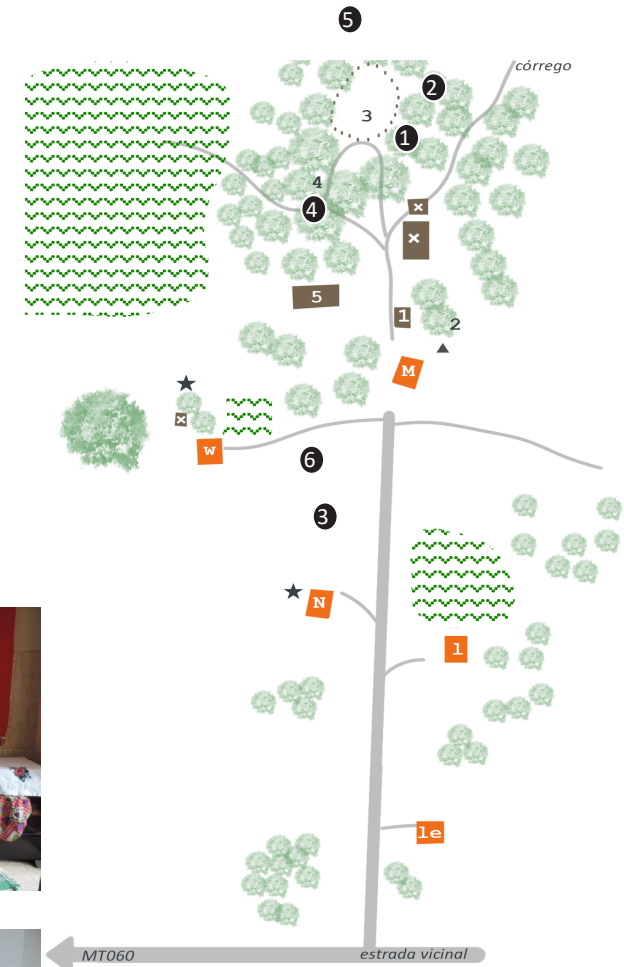
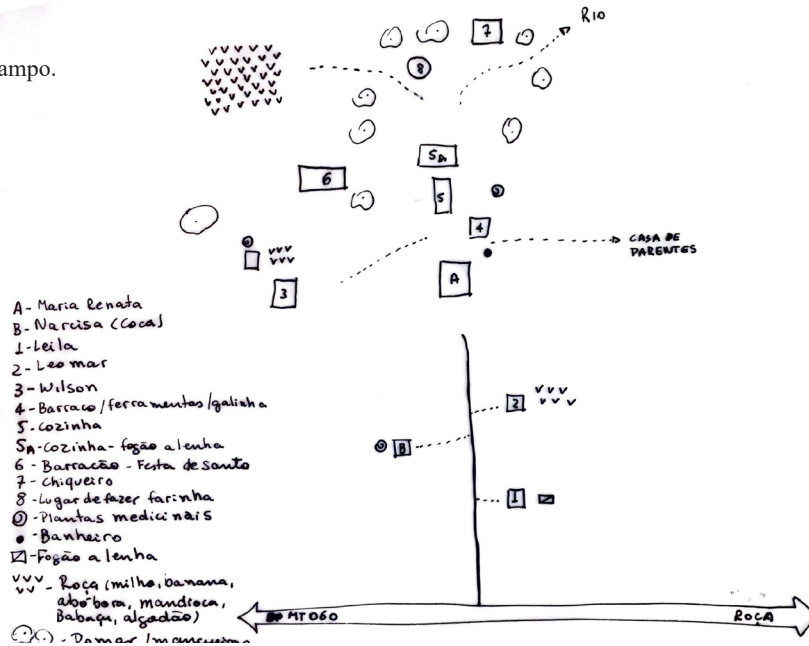
A família trabalha na roça e na produção de doces e outros derivados da banana.

A água da cozinha vai pro terreiro, água vem de poço. Moradia anterior era de palha, desmanchou, mas ainda usam a cozinha. A casa de material foi construída pelo irmão. A casa de palha foi em muxirum, como fiar algodão ou roçar.

Os filhos escolheram a localização no sítio, o Wilson antes ficava com D. Justina, voltou pra lá. Os sobrinhos participaram como pedreiros.

Acha melhor a casa de material porque todo ano precisa trocar a palha, a de material facilita. Se tivesse mais recursos, terminaria a reforma da casa atual.

Croqui feito em campo.



1



2



3



4



5



6

← MT060 estrada vicinal

Mapa feito a partir de imagem de satélite e anotações de campo.

5. Delmira – casa e quintal

Quem me recebeu nesse quintal foi o Manoel, filho da Dona Delmira. Ele mora em uma casa construída pelo PNHR, e a mudança que fez foi pintar a parte de fora e os quartos dos filhos. Logo que chegamos ele colocou algumas cadeiras do lado de fora para nos sentarmos, e então comecei a entrevista. Ele morava em Várzea Grande, trabalhava na construção civil mas teve um problema de saúde, foi operado do coração e aposentado. Neste processo, voltou a morar no quilombo com a esposa e três filhos. A esposa é dona de casa, e ele não consegue trabalhar na roça por conta da operação.

Na sala da casa há um sofá, móvel de televisão, um carrinho de bebê “estacionado”, alguns santos e quadros de fotos das crianças nas paredes. Um dos quartos possui um ar condicionado split, camas e armários. Ele contou que essa casa é melhor do que a antiga que eles moravam, a casa de madeira que permanece ao lado da casa dos pais, pois a outra possuía apenas um cômodo e não comportava a família toda com conforto. Eles ainda usam a cozinha com a mãe. Se ele pudesse, aumentaria uma peça e faria uma área (varanda). O que dificulta a reforma é a falta de trabalho, que dificulta o acesso a recurso e aos materiais de construção.

Na entrada da casa há uma mesa de apoio, onde ficam sapatos, entre outras coisas. Nos fundos há o reservatório inferior, um banco na sombra das árvores e um canteiro com ervas medicinais. Na lateral há uma área gramada com um gol, construído pelo filho dele para ser um campinho.

Neste quintal as casas estão dispostas em formato circular. A estrada chega até este núcleo e termina na entrada da roça. Do lado de direito estão as casas de três filhos (Manoel Marino, Graciele e Manoel Sepriano) de D. Delmira, do lado esquerdo está a casa dela, um rancho e a casa de outra filha (Angélica). O poço artesiano fica do lado direito próximo à casa da Graciele e atende esse núcleo familiar. A família também possui uma roça pequena, com banana milho e mandioca. Dos fundos da casa do Manoel, perto da entrada da roça, é possível ver a roça maior, Manoel apontou as bananeiras ao fundo. Nos fundos também há um grande buraco que parece remanescente de garimpo, mas não consegui saber se é algum resquício de atividade mineradora que já ocorreu no local.

Depois da casa do Manoel nós fomos encontrar a dona Delmira e a filha Graciele, que estavam sentadas no terreiro em frente à casa da matriarca. A casa foi construída ao lado da antiga casa da família, de madeira aparelhada e coberta com telha de fibrocimento, construída pelo marido de D. Delmira, abrigava todos os filhos e atualmente é usado como depósito da roça.

Nos fundos da casa fica a cozinha, construída de forma semelhante as vistas anteriormente, com estrutura de madeira local, cobertura de palha de babaçu e fechamento de uma das laterais com palha de babaçu trançada. A lateral fechada é a que recebe maior incidência, conforme observamos naquela tarde ensolarada. Dentro da cozinha há um fogão a lenha, uma mesa de apoio com algumas painéis apoiadas, recém-lavadas. No fundo há um forno desativado. Segundo conversamos, a cozinha é utilizada por todos os filhos que moram por ali. O quintal possui muitas árvores frutíferas, como manga e laranja.

A casa do PNHR de Delmira foi ampliada, recebeu uma garagem feita de madeira e telha de fibrocimento, aproveitando o caimento do telhado. Na varanda, duas cadeiras – uma de fio e outra de madeira – estão postas, prontas para o descanso de Delmira e o marido.

O quintal é sombreado por diversas mangueiras e outras árvores de grande porte. A alguns metros da casa há um rancho da família, uma construção de estrutura de madeira e cobertura de palha de babaçu, piso de cimento, que abrigava algumas cadeiras de fio e uma mesa de apoio, um rádio apoiado na estrutura. Segundo Delmira, é ali onde a família costuma se reunir nos finais de semana para passar o dia, descansar. Esse barraco funciona como uma sala de estar coletiva, onde a família passa o tempo livre junta.

A alguns metros do barracão está a casa da outra filha, Angélica, que estava trabalhando na escola do quilombo. Nos fundos da casa, um fogão a lenha no chão com sinais de uso recente. Dali, uma vista ampla revelava no horizonte a roça da família. Dali também Delmira viu um possível grilo nos limites do quilombo, apontou para algumas casas sendo construídas sem que ninguém soubesse.

Graciele me convidou para conhecer a sua casa, também construída pelo PNHR, onde mora com a filha adolescente. Logo na entrada, os sapatos ficam na varanda. Ao entrar na casa observei diversos tapetes espalhados e me lembrei que em alguma das conversas comentaram que esse piso suja muito fácil, então precisam tomar cuidado com a limpeza. Graciele não escolheu o projeto com a cozinha americana, no entanto separou a cozinha da sala comum armário de cozinha. Há um fogão a gás com algumas painéis em cima, que compartilha o espaço da cozinha com uma mesa com quatro cadeiras. Na sala, dois sofás e um móvel com tv. Graciele comentou que gostaria de aumentar a sala e fazer uma área também para ter mais espaço na casa, mas que apesar disso está muito feliz com a casa nova por conta da segurança e do conforto.

De volta à casa da Dona Delmira observei no fundo da casa o reservatório inferior, e uma mesa de madeira debaixo das árvores, com o cocho de animais. As galinhas ciscavam livres pelo quintal. Ao fundo da cozinha externa há um frondoso pé de babaçu. No fundo do quintal, uma construção inacabada, possivelmente de um banheiro externo.

Na volta passamos novamente pela frente de uma mercearia que existe dentro do quilombo, mas segundo D. Justina, eles não se interessaram em participar da pesquisa.

Resumo da entrevista (não gravada)

Conversei com Manoel Marino, 40 anos. Nasceu em Livramento, mas morou no Mutuca. Foi para Várzea Grande trabalhar na construção civil, morava no Jd. Marajoara. Teve um problema de saúde, operou e agora está aposentado pelo INSS.

Na casa dele, moram ele, a esposa e 3 filhos. A esposa é dona de casa, ele recebe auxílio e não pode trabalhar na roça.

Pra chegar lá é fácil, tem a referência na escola, segue a estrada e passa depois do boteco. Geralmente andam de moto.

Antes, morava na casa de tábuas, que permanece ao lado da casa da mãe. Nesta casa de 1 cômodo morava com os pais e os 5 irmãos. A casa foi feita pelo pai, com tábuas de madeira e telhas de fibrocimento compradas na cidade. Atualmente é usada como depósito para as coisas da roça.

Na época do PNHR, participou das reuniões, mas não pôde trabalhar na obra por conta da sua condição de saúde, e na época morava em Nossa Senhora do Livramento. Escolheu a localização da casa mais perto do pai e da mãe, retornou de Livramento para morar perto dos pais.

A casa do PNHR é melhor que a de tábuas, tem mais cômodos e o banheiro mais confortável. É maior que a moradia anterior da família toda, pois a outra era de apenas 1 cômodo. O tamanho da casa atende a família, mas usa a cozinha da mãe. Se pudesse reformar, aumentaria mais uma peça (cômodo) e faria uma área na frente, mas a falta de trabalho dificulta a reforma.

FOTOS GERAIS



MT 060



Entrada do Complexo Mata Cavalo



Entrada para o Mutuca



Estrada principal do Mutuca



Estrada principal do Mutuca



Estrada principal do Mutuca



Escola Rosa Domingas



Casa de Justina.

FESTA DA BANANA 2018



Feira de produtos da terra



Cozinha



Siriri



Feira de artesanato

ANEXO 2 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista I

Entrevistada: Laura Ferreira da Silva , representante da ACORQUIRIM, moradora do Mutuca, filha de Justina Ferreira da Silva.

Data da entrevista: 19/07/19. **Duração:** 22 min.

Pq- Pesquisadora; **En-**Laura ; **P1** – irmão da Laura; **P2** – Justina.

Pq- Primeiro vou nas perguntas de informação mais pessoal, idade (*risos*)

En- Deixa em branco (*risos*)

Pq- Local de Nascimento?

En- Cuiabá.

Pq- Quais foram os outros lugares que você morou?

En- Várzea Grande e aqui.

Pq- Em qual bairro em Várzea Grande?

En- (Vila) Pirineu.precisava estudar, morei lá.

Pq- E aqui (no quilombo) você já morou em outro lugar?

En- Não, aqui já moramo em outro canto, antes de ir pra cidade estudar eu morava perto da casa da minha vó, aqui no sítio. Aí depois de lá nós mudamo aqui nos fundo aí dos fundo que mudamo pra cá.

Pq- Você lembra desde quando vocês estão aqui (nessa casa), o ano?

En- Na verdade, assim, eu considero assim que nasci em Cuiabá, porque aqui não tinha maternidade, mas eu considero que não assim, que tive residência em VG, porque ficava pra estudar, mas chegava sexta-feira, sábado e domingo a gente já estava pra cá. E todo nosso trabalho de roça ainda permanecia aqui. Daqui a gente levava pra suprir nossas necessidades lá dentro da cidade.

Pq- E aí nessa casa aqui, você lembra quando foi que morava com a Dona Justina?

En- Bom, quando eu nasci bebezinha morei com minha mãe e meus pais lá perto da minha avó, aí depois de uns 20 anos, foi em 1992 que nós mudamos lá pro fundo, né pai? 90, 92, ali onde ta Ormindá?

En- É, acho que 90

P1- Orlando morreu em 92 ou 93?

En- Orlando morreu em 96. (...) Foi em 97, porque 97 cria a associação, então 97 nós mudamos pra lá.

Pq- Aí pra outra casa nova..

En- Aí pra cá nós mudamos em 2002, nós viemos pra cá, porque aí em 2003 nós constrói a escola, até então a casa nossa era bem ali debaixo do pé de mangueira, ali que era nossa casa. Aí depois que nós construímos escola, tudo, nós tira o barraco de lá e nós passamo pro barraco aqui. Aí

nós morava aqui, todos nós, tanto meus pais, quanto meu irmão, a gente morava aí.

Pq- Não era essa casa aqui?

En- Não, era ali. Aí depois dali que nós construímos essa daqui. Aí aqui nós já construímos em 2006, né?

P1 - Começa com o barracão da associação né

En- É começa com o barracão da associação, que aí nós fazia as reuniões aqui, que antes era lá do outro lado, aí a gente fazia reunião aqui, aí depois que a gente construiu lá, aí a gente fechou aqui e fizemos um barraco pra nós morar né.

Pq- Aí aqui era fechado?

En- No início essa parte aqui era fechado, e aqui era aberto.

Pq- Era ao contrário..

En- Era ao contrário, esse era fechado e pra cá era aberto. Aí depois que pegou fogo tudinho, que queimou tudo e nós ficamos só com a roupa do corpo, aí depois futuramente nós já arrumamos o barraco de novo, aí nós mudamos ele. Fechamos pra cá e deixamos aqui tudo aberto.

Pq- E aí a casa nova já do PNHHR

En- Entra em 2013. Aí 2013 a gente começa a construir a casa, nós paramos só em 2014, que de fato ela fica pronto, tudo, aí que a gente muda pras casas. Assim mesmo, nem todos. Eu mesma só fui em 2015.

Pq- E aí, e agora, como que é a distribuição nas casas, daqui.. quantas pessoas moram nas casas do PNHHR.

En- Na minha casa mora só eu, na do meu irmão mora ele, do meu outro irmão mora ele e a família dele, aí aqui no mamãe fica mamãe, papai e os netos quando vem fica aqui. (risos) Hoje que não tá, mas todos os dias tão aqui na porta de casa, é uma brigaiada pra ver quem que quer dormir com quem. (...) Na hora que junta os cinco, meu deus, cê fica louca.

Pq- São cinco netos?

En- Cinco netos que mamãe tem, só um guri. (...)

Pq- São todos do seu irmão?

En- Do irmão, de irmã.. Ele tem uma menina, outro meu irmão tem uma menina, outra minha irmã tem só um gurizinho, e a outra minha irmã tem duas meninas, uma de 15 e outra de 2 anos.

P2 - A primeira neta vai fazer dezoito em setembro.

Pq- E todo mundo já tá nessa árvore genealógica do Incra?

En- Tá, já aparece.

Pq- E aí aqui na comunidade como que é a infraestrutura? O que mudou depois que foram construídas as casas.

En- Antigamente a gente não tinha energia, a energia ela vem pra cá pra nós no ano de 2001. Que a gente consegue a Luz do campo, aí que todo mundo de fato passa a ter energia, mas até então a gente não tinha. (...) Aí pra nós, nós passamos a ter energia em 2004, porque aí em 2004 a gente consegue montar esse prédio da escola, e aí a gente consegue com o próprio fundo do Canadá o recurso que era pra um gerador, aí a gente pagou a rede pra trazer até aqui. Então a gente não tinha energia, só na escola. 2004 a gente tinha essa rede particular, aí 2008 que ela vem a energia do Luz para todos. *(uma tia chega)*

Pq- Então 2004 era um gerador?

En- Não, nós pagamos a rede que trouxe até aqui nesse prédio onde iria funcionar a escola.

Pq- E aí depois que foi o Luz para Todos...

En- É, aí que foi o Luz para todos, porque em 2001 tinha o Luz do campo, só que essa luz do campo não chegou pra nós. Porque a Luz do campo, tipo assim, os pessoal sem terra tinha o luz do campo, onde eles pagava o transformador, pagava o poste, pagava o padrão, pagava tudo. E como a gente não teve acesso, graças a deus também a gente não ficou com dívida. Porque muitas dessas pessoas que tiveram acesso a luz do campo ficaram endividadas até hoje, porque você tem que pagar. Depois vem o Luz para todos a gente conseguiu sem pagar ônus nenhum.

(...)

Pq- E aí vocês pagam Tarifa social ou é normal?

En- É normal, eles dizem que a gente tá no meio rural, é tarifa de baixa renda. Mas aqui não tem nada de baixa renda não, que tem família que veio 1000 reais de energia, o meu mesmo veio 396 de energia, e assim, eu quase não paro em casa. Minha cunhada mesmo veio 1000 reais, outro tio meu veio 2000, da outra veio 600 e pouco. Então pra nós não tem nada de tarifa social, nós tamo pagando como se fossemos empresário.

Pq- E a água, como que funciona?

En- Então, a maioria da água nosso vem dos poço ou da cacimba. Que a gente pega bastante ainda na cacimba. Mas hoje a maioria vem do poço mesmo, poço artesiano ou semi-artesiano. Mas a gente ainda usa bastante da cacimba.

Pq- E a cacimba fica longe daqui?

En- Fica um pouco distante. A gente pega lá na minha tia porque a água é gostosa, é água natural muito gostosa.

Pq- E aí as casas novas foram ligadas nesses poços..

En- Sim, algumas. Aqui perto nós temos poço que contempla 8 casas, então esse posto abastece 8 casas aqui. Aí na casa da minha tia ela furou particular o dela, mas ele abrange várias outras famílias ali entorno. Aí isso facilita.

(...)

Pq- E aí como que costuma ser tratado o lixo, o resíduo de casa aqui?

En- A maioria do lixo as turma queima, joga no buraco e taca fogo.

Pq- Aí tem lixo também que dá pra jogar pra galinha..

En- Tem, os orgânico assim dá pra jogar, as galinha come..galinha, porco, e cavalo. Vai tudo pra planta, galinha

Pq- E as estradas, como que funciona, quem cuida?

En- Bom, quem cuida, é incubência do município. Mas teve uma época que ficava intransitável, por diversas vezes nós mesmos jogamos pau lá na entrada pra tapar os buracos. Mas assim, é incumbência do município, embora você vê que a estrada tá caótica né. Arrumou outros lado, mas aqui ainda não tá arrumado.

Pq- Aí, qual estrada vocês utilizam mais? E quem vem aqui consegue chegar fácil?

En- É essa principal aqui. Quem vem consegue porque é super acessível, então não tem dificuldade. Nem precisa de placa. E também se perguntar ponto de referência “ah, onde que fulano mora” todo mundo já sabe.

Pq- Agora as perguntas das casas..E quem construiu essa casa aqui?

En- Essa daqui de pau-a-pique que nós chama, foi meu pai e meus irmão, eles são os grandes, como diz, artesãos, que tem a habilidade.

São os artesãos que fazem essas belíssimas casas. João Pedro, Oildo, Leonilson, meus tios Germano..todos eles que fazem. Aí a gente faz assim e o trabalho se dá todo no muxirum né. Que daí as pessoas vem e ajuda, na cobertura, risca a palha, que esse daqui é palha riscada, tem outros que é palha trançada. Aí todo mundo ajuda.

Pq- Aí os materiais são daqui mesmo?

En- É daqui mesmo, arranca madeira..é só o essencial pra fazer a cobertura e a palha.

Pq- Depois eu posso dar uma olhada por dentro daqui?

En- Uhum..

Pq- E aí da casa nova, quem ajudou a construir essas casas daqui?

En- Essas casas daí os pedreiros foram todos aqui da comunidade, até pra gerar renda pras família daqui. Tudo parente da minha mãe.

Pq- Aí a definição do projeto vocês fizeram todo mundo junto na associação, foi a partir de um modelo padrão ou vocês riscaram do 0?

En- Na verdade esse projeto a gente sentou junto com Liomar, que ela apresentou mais ou menos uma ideia pra gente, e aí aqui a gente fez reunião da associação onde a gente mudou vários ponto. Que como a casa era nossa a gente que tinha que ver como a gente queria. Tanto é que o banheiro, tinha banheiro pra fora, nós optamos banheiro pra dentro. Muitas coisas a gente mudou, partindo daquela ideia que ela deu. Mas aí a gente construiu um com nosso olhar, do jeito que a gente queria.

Pq- Se você pudesse mudar alguma coisa na casa, o que vocês faria?

En- Eu aumentaria a cozinha e aumentaria a sala (risos).

Pq- E Dona Justina aumentaria o que?

P2- Aumentaria só a cozinha e uma área, só isso.. o resto não tô aguentando limpar nada (risos)

En- Eu aumentaria a sala e a cozinha porque é um espaço que eu gosto muito.

Pq- Se tivesse um cartão aí sem limite (risos)

En- Faria uma área tudo em volta da casa, construía uma mega cozinha, até com fogão a lenha dentro.

Pq- E aí, o que mais dificulta uma reforma?

En- É falta de dinheiro mesmo, a gente não tem essas condição financeira. Você vai entrevistar algumas pessoas e vão estar feliz da vida com essa pequena casa que tem, porque, querendo ou não, isso trouxe conforto para as famílias. Porque que nem assim, casa de palha eu amo, fui criada, gosto demais, sempre adorei, só que no período chuvoso é muito perigoso cobra, pq a cobra é da mesma cor da palha você não vê, então é muito perigoso. Com essa casa não, ela traz outro conforto pra você. E mais segurança. Não que essa daqui não tenha segurança, que eu amo minha casa de palha, sempre gostei, fui criada assim.

Pq- E aí já entra outra pergunta, se a casa do PNHR ficou muito diferente da outra que você morava. Se ficou melhor, o que melhorou?

En- Eu gosto porque nessa a gente tem banheiro, porque banheiro querendo ou não, ela traz alguma segurança, traz uma tranquilidade. Sendo que nas outras a gente tinha banheiro pra fora, muitas vezes as necessidades eram feitas a céu aberto, e agora não. O banheiro então ela traz mais um índice não só de respeito, mas como pra ter segurança mesmo da família. Muitas vezes a noite agente tinha que sair pra fora, às vezes até arriscando a vida porque a gente nunca sabe o que está lá fora.

Pq- E aí comparando com a outra moradia, você acha que o tamanho aumentou, diminuiu ou é igual o tamanho da outra?

En- Os tamanhos, ela é quase igual, porque a diferença é que nessas outras elas tem o compartimento, e antigamente nós não tinha os compartimentos. Fazia um salão e pronto, ali a gente se virava, colocava uma cama, a gente que tentava dividir o espaço. Mas assim, essas casinhas não, ela tem toda dividição. Isso traz um conforto, uma privacidade maior.

Pq- E aí você escolheu a localização da casa no lote, onde ela ia ficar?

En- Sim, foi todo seguido porque quando a gente montou o projeto, você tira toda localização, a gente preferiu seguir a risca o que estava explícito no projeto.

Pq- E aí você participou da construção da sua casa?

En- Tudo, tudo tudo...(…) desde elaboração do projeto, desde a implantação, aquisição dos materiais, eleição da CRE, abertura no banco, da assinatura dos contratos, tudo..

Pq- Você chegou a assentar algum tijolo ou foi mais de organização?

En- Foi mais de visualizar, acompanhar e fazer cobranças pra que estivesse tudo correto. E por mais que não sou pedreiro, via alguma parede torta e metia o bedelho, desmancha que tá errado. E aí a comissão já ia lá, e por mais que fale assim “mas as pessoas são leigas”, a comissão ia até com cabo de vassoura e media pra ver se de fulano não tava maior..Mas foi muito engraçado, a gente ria tanto...Falavam assim “parece que a casa de fulano tá maior que o meu”, aí ia lá com cabo de vassoura, media o dele e aí ia lá pra medir o da pessoa.. Aí falando assim “mas porque que o material de fulano é diferente”, aí nós ficava calado né, e olhava e falava assim. Às vezes conforme a posição que a pessoa escolhia dava a impressão que era maior..Mas não é, era conforme a posição. Mas foi muito assim, experiência, a gente aprendendo com a comunidade, a comunidade conosco e a gente com a construtora, então foi assim, um aprendizado muito grande.

ANEXO 3 – FICHAS DE CAMPO E TERMO DE CONSENTIMENTO

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS NAS CASAS Data:

*Assinar termo de consentimento

Informações pessoais

1. Nome
 2. Idade
 3. Local de Nascimento
 4. Locais que já morou
 5. Quantas pessoas moram na sua casa?
 6. Onde as pessoas da família trabalham?
- (pessoa entrevistada e filhos/irmãos) Cidade / Quilombo / Fazendas vizinhas

Outro:

Infraestrutura na comunidade/ Coletivo

1. De onde vem a água que consome? Poço / Cacimba
(pedir pra mostrar onde fica)
2. Pra onde vai a água da cozinha? Fossa / Terreiro
3. O que fazem com o lixo? Animais / queima / enterra
4. Qual estrada você utiliza mais? De carro, e a pé? Entre quintais..
5. É fácil chegar na sua casa? Como fazem pra explicar pra quem não conhece?

Casa antiga

1. Onde estava localizada a moradia anterior?
2. Ainda existe? Se sim, qual o uso?
3. Quem construiu a outra casa? De onde vieram os materiais?

Casa nova

4. Participou da definição do projeto (tamanho, materiais, número de cômodos, etc.)? Se sim, como participou?
5. Você escolheu a orientação/localização da casa no seu lote?
6. Você participou da construção da sua casa (ou do vizinho)?
7. A casa do PNHR ficou muito diferente da anterior? Melhor? Em que?
8. O que você acha que falta? O que mudou mais?
9. Comparado com sua moradia anterior, você diria que o tamanho da moradia atual: Aumentou / Diminuiu/ Está igual
10. O tamanho da casa atual atende ao tamanho da família?
11. Sente falta de algum cômodo ou ambiente? Por que?
12. Você acha que a casa tem algum problema? Qual (os quais)?
13. Se pudesse reformar o que faria?
14. O que mais dificulta a reforma?

Imóvel (observar)

Material, Estrutura, Revestimento Externo/Interno, Cobertura, Piso, Mofo/Umidade, Res. Água, Instalações elétricas, Iluminação, Ventilação.

Entrevista Semiestruturada - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (CEF)

Entrevistada (o): _____

Entrevistadora: _____

Data da Entrevista: ___/___/___ | Hora início: _____ | Hora Final: _____

Projeto arquitetônico

1. Como foi elaborado o projeto arquitetônico?
2. Houve alguma discussão sobre a especificidade da comunidade quilombola?
3. Havia algum técnico com conhecimento específico de comunidades tradicionais na equipe?

Relação com outros agentes

1. Como foi estabelecido o contato com a Entidade Organizadora?
2. Qual a avaliação sobre o papel da Entidade Organizadora no processo de construção das casas?
3. Como foi escolhida a construtora responsável? Quem era o representante da empresa responsável pelos trâmites com a Caixa?
4. Houve alguma dificuldade na relação com a construtora?
5. Qual a repercussão do prêmio de melhores práticas? O que representa para a Gerência de MT?

Dinâmica interna

1. Quais as possibilidades dentro das normas do PNHR para a elaboração de um projeto mais próximo da casa tradicional quilombola (materiais, planta)?
2. Quais as maiores dificuldades no atendimento às comunidades tradicionais?
3. Qual sua avaliação em relação ao programa e seu desenho institucional? Como acha que poderia melhorar?

Entrevista semiestruturada – ENTIDADE ORGANIZADORA

Entrevistada (o): _____

Entrevistadora: _____

Data da Entrevista: ___ / ___ / ___ | Hora início: _____ | Hora Final: _____

Histórico

1. Como se constituiu a Entidade Organizadora? Há quanto tempo existe? Quem são e quantos são os integrantes? Onde a sede está localizada?
2. Qual o principal ramo de atuação da EO?
3. Vocês trabalham com outros projetos similares? Quais e onde?

Aproximação ao PNHR

1. Relatar o processo de adequação necessário para entrar no programa (dificuldades, burocracias, etc.)
2. Relação com os demais agentes.
3. Processo de organização das famílias, dos documentos e aproximação com a empresa construtora;
4. Relação com prefeituras, outros movimentos;
5. Relação com a CEF.

Projeto Arquitetônico

1. Houve participação da EO e das famílias na definição do projeto (tamanho, número de cômodos, materiais, etc.)? Se sim, como se deu essa participação? Foi um modelo padrão ou elaborado pelo grupo?
2. Os projetos consideram possibilidades de ampliação, reforma ou alteração em sua planta original?
3. Quais os documentos/contratos firmados com a empresa construtora?
4. A EO teve alguma dificuldade com a documentação?
5. Quando a EO deu entrada na CAIXA com a documentação?

Trabalho técnico social

1. Você teve contato com o responsável pelo Trabalho Técnico Social? Em que momento do processo?
2. (antes do início das obras; no momento da construção das casas; depois da mudança; não teve contato)
3. Com qual periodicidade?
4. Como foi a relação com o responsável pelo Trabalho Técnico Social? Quais as atividades previstas?

5. Estas atividades seguiram algum roteiro da CAIXA? Foram discutidas com as famílias?

Dinâmica de Aplicação e Gestão dos Recursos

1. A EO precisou investir recursos próprios na obra? Qual o valor? Em quais etapas? Por que?
2. Quantos atrasos ocorreram nas liberações dos recursos? Algum serviço foi prejudicado? Houve perdas
3. de materiais?
4. Você sabe se tem algum morador que investiu recurso próprio na construção da moradia dele? Você
5. sabe dizer uma estimativa do valor aplicado?
6. A finalidade deste investimento esteve relacionada a alguma alteração no projeto ou alguma
7. complementação na planta original? (ampliação dos ambientes, troca os perda de material, etc.)

Infraestrutura na comunidade

1. Período na comunidade sem água e energia; Formas de captação, armazenamento, abastecimento e irrigação encontradas pelas famílias; quantas famílias possuem acesso e quantas não possuem? Por quais motivos?
2. Estão discutindo a possibilidade de implementar sistemas de geração de energia por fontes renováveis? Da mesma forma, estão discutindo outros sistemas de reuso de água, tratamento de esgoto, reciclagem, compostagem e reaproveitamento de resíduos?
3. Há tratamento de efluentes no assentamento? Quais resíduos são tratados? Há riscos de contaminação do solo e do lençol freático?
4. Quantos acessos/entradas existem no assentamento? Estão sinalizadas? Quando as estradas foram executadas? Por qual empresa? Quais as suas condições atuais? Quem são os responsáveis pela manutenção? Há erosões e riscos de deslizamentos em dias de chuvas?
5. Hierarquização das estradas (principais e secundárias) e sua relação com os fluxos de vida e trabalho das famílias e com a obra.

Observação: *Indicar no mapa do assentamento as estradas, os acesos e os pontos de parada de ônibus*

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) referente a pesquisa de mestrado “Políticas habitacionais e transformações no território: o caso da comunidade quilombola Ribeirão da Mutuca”, desenvolvido no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, com apoio do Núcleo de Apoio à Pesquisa Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAPPLAC), sob orientação da professora Dra. Maria de Lourdes Zuquim.

Afirmo que aceitei participar de forma voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) do objetivo estritamente acadêmico do estudo, que em linhas gerais objetiva compreender o processo de provisão de moradia via PNHR na comunidade quilombola Ribeirão da Mutuca e as transformações no território após o programa habitacional.

Fui informado(a) que o uso das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa.

Meu nome poderá () não poderá () ser identificado e as informações que constam da entrevista, a ser gravada, poderão ser usadas para fins acadêmicos. O acesso e a análise dos dados coletados se darão apenas pela pesquisadora e por sua orientadora.

Fui também informado(a) que posso interromper essa pesquisa/entrevista a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer constrangimentos.

Atesto o recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____, ____ de _____ de 201__
Local e data

Nome do(a) participante

Assinatura do(a) participante

Elizabeth Othon de Souza
Mestranda do PPGAU-FAUUSP